

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**MULHERES CAMPONESAS DA REGIÃO NOROESTE DO RIO
GRANDE DO SUL: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS (1970 – 1990)**

LOSANDRO ANTONIO TEDESCHI

São Leopoldo, RS

2007

LOSANDRO ANTÔNIO TEDESCHI

**MULHERES CAMPONESAS DA REGIÃO NOROESTE DO RIO
GRANDE DO SUL: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS (1970 – 1990)**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de doutor no Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cleci Eulalia Favaro

São Leopoldo, RS

2007

LOSANDRO ANTONIO TEDESCHI

**MULHERES CAMPONESAS DA REGIÃO NOROESTE DO RIO
GRANDE DO SUL: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS (1970-1990)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS como requisito parcial para obtenção do título de doutor em História.

Área de Concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Cleci Eulalia Favaro
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS
Orientadora

Profª Drª Ana Maria Colling
Universidade Regional do Noroeste do Estado Rio Grande do Sul - UNIJUÍ

Profª Drª Eloisa Capovilla Ramos
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Profª Drª Joana Maria Pedro
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Profª Drª Edla Eggert
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

FICHA CATALOGRÁFICA

T256m Tedeschi, Losandro Antônio
Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul : identidades e representações sociais (1970-1990) / Losandro Antônio Tedeschi. – São Leopoldo : UNISINOS, 2006.
240f.

Dissertação (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. – Programa de Pós Graduação em História, 2006

1. Mulheres trabalhadoras rurais – Rio Grande do Sul 2. Relações de gênero-movimento II. Título.

CDU:
396.5(816.5)

Responsável pela catalogação:
Bibliotecária – Fernanda Ribeiro Paz CRB 10 / 1720

DEDICATÓRIA

A todas as depoentes Mulheres Trabalhadoras Rurais que, com boa vontade, desvelaram suas histórias, por meio das memórias de suas experiências, de seus valores, de suas crenças. Ao contar de si, contaram, também, de suas épocas, de seu tempo, de suas lutas. Sem elas não seria possível realizar este trabalho.

E especial, a Minha Mãe – Marli , essa a pessoa que me impulsionou a buscar conhecimento, cada vez mais e mais profundamente, foi ela quem me apresentou ao mundo usando sua pedagogia prática. Agricultora, uma mulher fantástica, lutadora, sofrida e esperançosa e, acima de tudo, sábia na sua simplicidade.

AGRADECIMENTOS

Embora assumindo a integral responsabilidade pelos conceitos emitidos, pela interpretação das fontes e pela metodologia empregada, é necessário reconhecer que não foram poucos os que contribuíram para que este trabalho fosse realizado. Difícil seria mencionar a todos. Assim, citamos alguns e através deles expressamos nossa gratidão a eles e aos demais.

Em primeiro lugar, à Dr^a. Cleci Eulália Favaro, sempre pronta a esclarecer nossas dúvidas, a sugerir caminhos e a discutir propostas, pela competente e responsável orientação, fundamental para a realização deste trabalho, mesclando incentivos, autonomia, cobrança e compreensão nas doses certas. Ensinou-me a descobrir que eu sabia – e sei – muito pouco. Ensinou-me a deixar de lado aquele pouco que eu pensava saber para aprender um pouco mais. Mais do que agradecê-la, tenho que me desculpar pelas inúmeras brigas, talvez desnecessárias e que nos desgastaram tanto. Ainda bem que você é ainda mais perseverante que eu. Obrigado pela paciência, disponibilidade e sapiência. Obrigado pelas indicações que me deu. No estudo e, mais que tudo, na vida pessoal. Se sofri, mais importante é que, afinal, eu cresci!

Agradecemos a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História com os quais muito aprendemos. Também expressamos nossa gratidão a Janaína Trescastro, pela solicitude com que sempre nos atendeu.

À Profa. Dra. Ana Colling, pela ajuda, interlocuções, sugestões e empréstimo de sua bibliografia e acima de tudo sua amizade.

Agradecemos, muito especialmente, a todas as mulheres trabalhadoras rurais ouvidas que gentilmente dedicaram parte de seu precioso tempo nos contando suas histórias e tornando não só possível como muito mais agradável à realização deste trabalho.

Ao meu filho Pablo Antonio, pela compreensão e estímulo que sua presença sempre me deram. Quanto deixei você de lado nestes anos, não podendo dar tanta atenção quanto eu desejava, e de repente você já está com 11 anos...um moço!

Finalmente, a Sirley, parceira de todos os meus empreendimentos e que, a cada dia, reforça em mim a crença de que a igualdade entre homens e mulheres não só é possível como pode tornar a vida a dois bem mais agradável. Obrigado, por compreender e me impulsionar nesta minha caminhada da tese. Prometo que vou dar um tempo – pelo menos por algum tempo –, e me dedicar a você e a mim, um pouco mais.

É o olhar que faz a história. No coração de qualquer relato histórico há a vontade de saber. No que se refere às mulheres, esta vontade foi por muito tempo inexistente (...) A história das mulheres também não mudou muito o lugar ou a “condição” destas mulheres. No entanto, permite compreendê-los melhor. Ela contribui para consciência de si mesmas, da qual é certamente ainda apenas um sinal.

Michelle Perrot

RESUMO

Esta pesquisa aborda a história da mobilização social das mulheres agricultoras na região Noroeste do Rio Grande do Sul, através do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, historiando as circunstâncias em que surgiu e se transformou, examinando as influências recebidas do discurso da Igreja Católica e do Movimento Sindical Rural. Ao examinarmos essas relações com outros grupos sociais e instituições, vamos evidenciar as contradições que o Movimento enfrenta, buscando entender como o imaginário e as representações sociais atuam sobre a vida das mulheres agricultoras. Através da metodologia da História Oral, foi possível analisar as funções e papéis sociais das mulheres agricultoras, os processos de reprodução e transformação sócio-culturais pelos quais estão passando, levando-nos a afirmar que as identidades humanas são construídas ao longo da vida, pelos significados que os grupos sociais alimentam em seus contextos culturais. As mulheres trabalhadoras rurais que guardam a história, que a contam a seus filhos e filhas, mostram uma longa vida em que as mesmas, para não falar de outras dicotomias, tiveram que enfrentar permanentemente a desigualdade, embora nunca tenham se submetido completamente a isso. Submissão e resistência sempre fizeram parte da vida das mulheres agricultoras; embora, tenham conquistado direitos sociais, seguem desempenhando seus tradicionais papéis. Histórias de vida, relações de poder, trabalho e gênero na agricultura familiar, participação das mulheres na construção do sindicalismo e do movimento de mulheres trabalhadoras rurais, conquista de direitos sociais, dentre outros aspectos, constituem temas centrais neste trabalho. A atualidade histórica e a complexidade desses assuntos revelam a importância desse debate, em especial, para aqueles segmentos sociais que buscam, no seu cotidiano, construir novas formas de relacionamento humano, em que se superam as desigualdades sociais e históricas que marcam profundamente o mundo moderno.

Palavras-chave: mulheres trabalhadoras rurais – representações sociais – relações de gênero – poder – trabalho – movimento social

ABSTRACT

This research approaches the history of the social mobilization of the agricultoras women in the region the Northwest of the Rio Grande do Sul, through the Movement of Agricultural Diligent Women, historiando the circumstances where it appeared and if it transformed, examining the influences received from the speech of the Church Catholic and the Agricultural Syndical Movement. When examining these relations with other social groups and institutions, we go to evidence the contradictions that the Movement faces, searching to understand as the imaginary one and the social representations act on the life of the agricultoras women. Through the methodology of Verbal History, it was possible to analyze the functions and social papers of the agricultoras women, the processes of partner-cultural reproduction and transformation for which are passing, taking us to affirm it that the identities human beings are constructed to the long one of the life, for the meanings that the social groups feed in its cultural contexts. The agricultural diligent women who keep the history, that to its children and children count to it, show a long life where the same ones, not to mention of other dichotomies, had had that to face the inequality permanently, even so never if they have submitted completely to this. Submission and resistance had always been part of the life of the agricultoras women; although, they have conquered right social, they follow playing its traditional roles. Histories of life, relations of being able, work and sort in familiar agriculture, participation of the women in the construction of the unionism and the movement of agricultural diligent women, conquest of social rights, amongst other aspects, constitute subjects central offices in this work. The historical present time and the complexity of these subjects disclose the importance of this debate, in special, for those social segments that they search, in its daily one, to construct new forms of human relationship, where if they surpass the social and historical inequalities that mark the modern world deeply.

Key-words: agricultural diligent women - social representations - relations of sort - to be able - work - social movement

LISTA DE ABREVIATURAS

ASTRI – Associação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Regional de Ijuí

OIT – Organização Internacional do Trabalho

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FAG – Frente Agrária Gaúcha

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

MASTER – Movimento dos Agricultores Sem-Terra

MMTR – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Grupo de Entrevistadoras do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais	49
Figura 02 - Divisão Regional do Rio Grande do Sul	57
Figura 03 - Municípios da Região Noroeste do Rio Grande do Sul	60
Figura 04 - Panfleto do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais.....	122
Figura 05 - Boletim Informativo do Movimento Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais	126
Figura 06 - Cartilha de Formação do MMTR.....	132
Figura 07- Boletim de Formação do Conselho Estadual do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais	137
Figura 08 - Cartilha de Formação do Conselho Estadual do MMTR	138
Figura 09 - Cartilha de Formação do MMTR.....	139
Figura 10 - Cartilha de Formação do MMTR.....	140
Figura 11 - Jornal Informativo do MMTR.....	144
Figura 12 - Foto Coleção Projeto Educação para os Direitos das Mulheres Trabalhadoras Rurais	150
Figura 13 - Jornal Informativo da FETAG	153
Figura 14 - Panfleto de Orientação Sindical.....	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Distribuição por faixa etária: pesquisa sobre divisão sexual do trabalho ..	182
Tabela 02 - Ocupação dos membros da família	184
Tabela 03 - Documentação pessoal e conta bancária das mulheres entrevistadas....	186
Tabela 04 - Principais atividades realizadas pelos membros da família antes do café da manhã.....	189
Tabela 05 - Principais atividades realizadas pelos membros da família, depois do Jantar.....	191

LISTA DE ANEXOS

Anexo 01 - Lista de presença ata 19/03/1989

Anexo 02 - Boletins de formação do MMTR

Anexo 03 - Depoimentos por categoria de análise

Anexo 04 - Formulário para coleta de depoimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 AS MULHERES CAMPONESAS E SUA HISTÓRIA	56
1.1 O Povoamento da Região Noroeste do Rio Grande do Sul e o Regime de Pequena Propriedade Rural	56
1.2 A Família na Unidade Produtiva e os Papéis Sociais das Mulheres: Maternidade e Domesticação.....	66
1.3 O Perfil da Família Camponesa Brasileira	74
2 A CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NA REGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL: INFLUÊNCIAS RUPTURAS, CONTINUIDADES E CONTRADIÇÕES.....	83
2.1 A Influência do Feminismo como Movimento Social	83
2.2 As Mulheres Trabalhadoras Rurais e a Teologia da Libertação.....	91
2.2.1 A mulher rural nos espaços da Igreja popular	98
2.3 O Movimento Sindical Rural e a Questão das Mulheres Rurais	102
2.3.1 Novos tempos e antigas práticas: o sindicalismo rural e sua influência na formação do Movimento de Mulheres Rurais	109
2.4 O Movimento de Mulheres Rurais e sua Origem: o clube de mães.....	118
3 AS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS E A BUSCA POR DIREITOS SOCIAIS.....	135
3.1 Meu Nome é “Ajuda”: a intervenção da mulher no processo produtivo	161
4 NOSSA HISTÓRIA: QUEM SOMOS, O QUE FAZEMOS, O QUE QUEREMOS? MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS	174
4.1 A Vida Cotidiana e as Relações de Poder e Gênero na Roça.....	174
4.1.1 A divisão social do trabalho e as representações do feminino	177
4.2 Entre a Inércia e a Ruptura: um olhar em retrospectiva	195
CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	226
FONTES DOCUMENTAIS	238
ANEXOS	241

INTRODUÇÃO

O trabalho de vários anos na assessoria a movimentos sociais e Organizações Não-Governamentais (ONGs), em especial ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, levou-nos ao desafio de realizar uma reflexão sobre a mobilização social das mulheres camponesas pela conquista de direitos, investigando também como são construídas e mantidas suas representações e imaginários sociais.

Considerando a temática da pesquisa, temos alguns objetivos fundamentais: em primeiro lugar, analisar as relações de gênero na Região Noroeste do Rio Grande do Sul e a trajetória das mulheres trabalhadoras rurais na luta para superar o seu lugar social tradicional, herança da sociedade ocidental marcadamente machista. Em segundo lugar, a partir do binômio poder e trabalho, analisar o protagonismo das mulheres no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e sua postura diante da tomada de consciência sobre os papéis socialmente definidos para homens e mulheres.

O recorte temporal está definido entre os anos de 1970 e 1990, marcados, respectivamente, pelo início do Movimento e a conquista de direitos sociais, materializados na obtenção do salário maternidade, do direito à aposentadoria, do auxílio à invalidez, do seguro por acidente de trabalho, do direito à documentação (como, por exemplo, CPF, Carteira de Identidade, Bloco de Produtor) assegurados na Constituição Federal de 1988.

Entretanto, mesmo em se tratando de uma atividade econômica importante e necessária, a participação das mulheres em igualdade de condições com os homens

nos trabalhos da casa e da roça enquanto atividades econômicas fundamentais para a sobrevivência da unidade familiar, é considerada na cultura rural como de cunho “doméstico”, com vistas a ocultar o papel econômico feminino camponês, sob a legitimação de um discurso ideológico, destinado à manutenção dos papéis sociais tradicionais.

Mesmo em um contexto difícil para a história brasileira, a década de 1970 foi marcada por inúmeros movimentos contestatórios, entre eles, o Movimento Feminista. Paralelamente, dentro da Igreja Católica, surgiu um movimento de renovação, conhecido como Igreja Progressista, fundado nas propostas da Teologia da Libertação. Essas duas correntes influenciaram, em todo o território nacional, a formação de Movimentos de Mulheres com desdobramentos também na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Este processo se constituirá em objeto de outro segmento do texto, visando situar a participação de um numeroso grupo de mulheres camponesas em busca de direitos sociais.

A década de 1980 foi marcada pela emergência de um novo sindicalismo, cujas ramificações alcançaram o mundo rural, através da formação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais. No Rio Grande do Sul, vincularam-se à FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura).

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais¹(MMTR) surgiu nos “clubes de mães”, nas diferentes comunidades da região (mas não apenas nela), cujo objetivo inicial era meramente a promoção da sociabilidade, com atividades que reforçavam os papéis femininos convencionais. Progressivamente foram introduzidos, nas reuniões, temas de discussão sobre a situação social e econômica do campesinato, levando à organização das mulheres em núcleos locais que se constituíram posteriormente no MMTR.

No sentido de ampliar sua base social e reforçar seu poder de negociação e mobilização política, o sindicalismo rural cooptou as lideranças desse movimento no

¹ O movimento, na sua origem, era denominado “*Movimento das Margaridas*”, em alusão à sindicalista Margarida Alves, assassinada em 1983, no interior do Estado de Alagoas, tornando-se um símbolo de luta pelos direitos das mulheres agricultoras. Ainda hoje o “Movimento das Margaridas” existe, porém é chamado comumente de Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e/ou Comissão Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Usarei a sigla MMTR ao longo do texto para identificar o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da região em estudo.

processo, levando as mulheres a adotar as bandeiras do sindicalismo agrário conservador e, conseqüentemente, a reduzir suas demandas à mera conquista de direitos sociais, sem modificar questões relativas às relações de gênero, de poder e trabalho. Essas incoerências e contradições de uma cidadania formal e de um empoderamento frágil ficaram claras nos anos 1990.

Para formular os objetivos pretendidos, algumas questões foram levantadas, tais como: a visibilidade e o acesso ao espaço público promovido pelo Movimento permitiram uma nova postura, uma mudança de comportamento das mulheres militantes? A opinião das agricultoras, sua forma de ver o mundo, estão sendo levadas em consideração quando se tomam as decisões na família? As relações de gênero², o olhar masculino sobre o feminino, se modificaram após as conquistas sociais obtidas pela atuação das mulheres camponesas? A participação das mulheres no Movimento modificou a sua maneira de pensar e de agir? Que justificativas mulheres e homens elaboram para explicar a ausência das mulheres nos espaços decisórios do produtivo e reprodutivo?

Ir ao encontro dessas respostas é contribuir para resgatar a visibilidade das mulheres camponesas. Embora sendo numericamente importantes e fundamentais na sobrevivência do núcleo familiar camponês, as mulheres raramente participam do espaço público, sendo geralmente consideradas auxiliares das atividades desempenhadas pelos homens e representadas por eles nos meios sindical, social e econômico. E ainda seguem sendo “as rainhas do lar”, na medida em que este é o espaço que a sociedade lhes destina, desvalorizando a sua participação na esfera econômica.

As atividades domésticas que desempenham diretamente, embora lhes permita o uso do poder no espaço privado, no cotidiano rural³, por exemplo, a jornada de trabalho feminina é com freqüência duplicada, mas não lhes garante seu

² Nos últimos 30 anos, a palavra gênero vem sendo utilizada com o propósito de desfazer ou desconstruir a ligação entre as mulheres e a natureza e, assim, viabilizar, simbolicamente, a equidade entre homens e mulheres. Tomamos como referência na abordagem dessa categoria a historiadora Joan Scott, no seu importante texto “**Gênero: uma categoria útil de análise histórica**”. Educação e Realidade. Vol. 20 (2), p. 71-100, jul – dez, 1995.

³ Cotidiano rural é o que acontece no dia-a-dia das mulheres trabalhadoras rurais, nos afazeres de casa como nas atividades externas; é aquilo que identifica e diferencia os papéis sociais desempenhados por mulheres na roça, tais como lavar, passar, capinar, cuidar da horta, tirar o leite, cuidar dos animais, etc.

reconhecimento como cidadãos. A cidadania desejada pelas mulheres que participaram do Movimento na década de 80 - na conquista de direitos no âmbito da Previdência Social, do reconhecimento como uma categoria profissional - não se manifestou no espaço privado doméstico, onde as tarefas e funções historicamente atribuídas às mulheres continuam a ser uma constante.

Ao se mobilizarem para reivindicar seus direitos à documentação, à terra, à igualdade civil, as mulheres camponesas pretendem afirmar sua profissão, trazer a público seu papel fundamental nas atividades da agricultura familiar⁴ e, quem sabe, até mesmo o desejo de serem reconhecidas também como sujeitos da História.

Para responder aos questionamentos formulados, levantou-se a seguinte hipótese: *No decorrer da década de 1980, as trabalhadoras rurais da região Noroeste do Rio Grande do Sul, através da sua participação no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR, também conhecido como Movimento das Margaridas, conquistaram direitos civis. Além de vinculadas a uma estrutura sindical tradicional, sofreram também fortes influências de três vertentes: na política, o processo de redemocratização; do ponto de vista cultural, as propostas do movimento feminista; e da Teologia da Libertação, o aspecto religioso. Do processo resultou, ao final dos anos 90, uma organização incoerente, marcada por discursos masculinos, enquanto mantinha e, de certa forma, reforçava os papéis sociais e tradicionais historicamente construídos pelo patriarcado.*

A compreensão dessa hipótese pressupõe analisar os fatores conjunturais que provocaram ou possibilitaram a formação do Movimento, bem como as modificações ou permanências ocorridas nas relações de poder e trabalho no mundo camponês que interferiram no processo.

⁴ Entende-se por agricultura familiar um regime de economia “familiar” que se caracteriza pela incorporação, numa mesma unidade de produção, da mão-de-obra de mulheres e homens, situados em diferentes faixas etárias (crianças, jovens, adultos e idosos) DESER (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais). **Associativismo e agricultura familiar**. Curitiba: Marginalme, 2000, p. 14.

Entendemos que, para trabalhar com representações sobre as mulheres na historiografia, uma das possibilidades seria a aproximação com a História Cultural⁵, pois tem uma especial afeição pelo informal, pelo popular, pelo resgate do papel de grupos sociais invisíveis na história, por uma abordagem plural na investigação histórica. Assim, seguem-se algumas formulações discutidas por Chartier, que se propõe a discutir a importância da representação para o entendimento do universo cultural.

A história cultural trabalhada por Roger Chartier⁶ é uma modalidade que procura entender a produção de sentido das palavras, das imagens e dos símbolos, e busca também a reconstrução das práticas culturais em termos de recepção, de invenção e de lutas de representações. Trabalha ainda as diferentes formas de apropriação dos discursos, de textos (verbais e não-verbais) e da produção do sentido, sendo este diferenciado pelas posições que os atores ocupam socialmente. Nesta perspectiva, nos mostrando algumas dependências da vida cultural, que aparecem nas diferentes formas de apropriação, mediadas pela representação.

A noção de apropriação aparece como central para a história cultural, pois, de acordo com Chartier: “A apropriação, tal como entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem”.⁷ O autor ressalta a importância de se conhecer os processos e as operações de construção do sentido no mundo social.

⁵ Roger Chartier defende que a História Cultural “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Para isso, busca perceber as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real (classes sociais, meios intelectuais incorporados e partilhados por um determinado grupo social). As percepções sociais produzem estratégias e práticas que impõem, legitimam o poder e a dominação, as visões de mundo, dentro das lutas de representações, tão importantes quanto as lutas econômicas. Com isso supera-se o falso debate que postula que a história cultural não consegue apreender a objetividade das estruturas devido à subjetividade das representações, por tratar das “ilusões”. “As representações são importantes ao historiador na medida em que constroem o mundo social” (CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: DIFEL/ Bertrand Brasil, 1990, p. 17).

⁶ Chartier discute a noção de representação em várias obras, dentre elas o artigo “O mundo como representação”. Além disso, podem-se consultar outras, tais como: CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: **Estudos Históricos**. Vol.7, n.13. Rio de Janeiro, 1994. Outro importante artigo que discute as relações entre história e representações de autoria, de Michel Volvelle é “Histoire et représentations”. In: BORBALAN-RUANO, Jean Claude (org). **L’histoire aujourd’hui**. Paris: Éditions Sciences Humaines, 1999, p. 45-49.

⁷ CHARTIER, Roger. A história cultural: Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990, p. 26.

Os trabalhos em história cultural são bem diversificados atualmente e percebem-se algumas influências bem significativas da antropologia, da literatura e da semiótica. Para Peter Burke,⁸ os estudos sobre cultura, na historiografia, já apareciam na década de 20, período em que os historiadores referiam-se à cultura como arte, literatura e idéias ou também figuras, motivos, temas, símbolos e sentimentos e, portanto, a cultura parecia ser propriedade específica de alguns grupos sociais. A partir da década de 1940, os neomarxistas britânicos, tais como Eduard Thompson e Raymond Williams faziam críticas à história cultural clássica, sugerindo a importância em se considerar as relações entre a cultura e as demais instâncias do mundo social. As críticas também eram relativas à noção de unidade ou consenso cultural, haja vista Thompson afirmar que o próprio termo cultura, com sua confortável evocação de consenso, desviava a atenção das contradições sociais.⁹ Atualmente, a ênfase na unidade cultural continua sendo um dos maiores problemas nessa tendência historiográfica.

Os estudos mais significativos em história cultural procuram evidenciar a relação da cultura com o universo social¹⁰. Nesse sentido, a cultura não é uma instância separada deste universo, mas participa das relações sociais existentes em uma determinada sociedade. A cultura¹¹ é sempre uma construção social e constituída pelo conjunto de práticas e valores que podem ser passados por várias gerações e é perpassada pelas variações que dependem da temporalidade e dos grupos sociais que a produzem. A cultura não se transmite de uma forma imutável e é, portanto, uma produção histórica. Ressaltando a questão da produção, Clifford Geertz¹² assim define a cultura: “Acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência

⁸ BURKE, Peter. **Variedades da história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁹ Para uma discussão sobre a construção das tendências da história cultural, pode-se consultar o texto de HUNT, Lynn. História, cultura e texto. In: HUNT, Lynn (org). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

¹⁰ Importante discussão sobre as relações entre cultura e universo social está presente na obra de BOUZA, Fernando. **Uma história cultural del siglo de oro**. Madrid: Marcial Pons, 2001.

¹¹ Para uma discussão sociológica sobre cultura, ver a obra de WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Uma visão mais antropológica, na obra de GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989. Uma síntese sobre a noção do termo cultura e sua historicidade pode ser vista na obra de CUCHE, Denis. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru (SP): EDUSC, 1999.

¹² GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989, p.15.

experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, a procura de significado.”

A definição de cultura de Geertz demonstra a sua intenção em marcar que a construção da cultura é feita pelos próprios homens, possibilitando que se percebam as construções essencialmente históricas; desta forma, os conflitos sociais estão presentes tanto na produção quanto na apropriação da cultura. Porém, esta tendência antropológica na história cultural é plausível de críticas; Chartier¹³ observa que a busca de significados pode anular as diferenças na apropriação ou no uso das formas culturais e o anseio pela ordem e o significado podem obscurecer a existência da luta e do conflito, presentes nas relações sociais. A crítica de Chartier serve como indicativo da importância da contextualização da cultura no mundo social.

Cécile Dauphin (1978), discutindo a relação entre a História Cultural e a História das Mulheres, salientou que há dois séculos o homem vem sendo objeto de ciência e de estudo e que há meio século Marc Bloch o colocou no centro da investigação histórica ao afirmar que o objeto da história é o homem. Adverte, contudo, que este homem é um homem assexuado e completa afirmando, na mesma linha de Perrot¹⁴, que, sendo a história “um trabalho de homens que escrevem a história do masculino, não é de admirar que a exclusão da mulher tenha parecido e pareça ainda absolutamente natural.”¹⁵

Cabe recordar que, enquanto a História Tradicional se preocupava fundamentalmente com a política (atividade considerada exclusiva dos homens), a Nova História, ligada à chamada *École des Annales*, começou a se interessar por variados aspectos da atividade humana, abandonando a preocupação exclusiva com o estudo de grandes homens, estadistas, generais e passando a dedicar-se à “história dos de baixo”, ou seja, daqueles que até então não tinham história; foi aberto o caminho para a posterior inclusão das mulheres nos estudos históricos.

¹³ Comentário de Lynn Hunt sobre a obra de Chartier em HUNT, Lynn (org). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.17.

¹⁴ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottmann). São Paulo: Paz e Terra, 1988.

¹⁵ DAUPHIN, Cécile. “Mulheres.” In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. **A Nova história**. Coimbra: Almedina, 1978, p. 494.

Nosso trabalho também está amparado nas discussões sobre a História do Presente, buscando entender o acontecimento como um ponto de vista privilegiado para a história.

O acontecimento, esta novidade ininteligível, deve ser clarificado pelo historiador, que lhe tem de fornecer uma explicação provisória e plausível, e esta explicação só pode enraizar-se no passado. Esta é, sem dúvida, uma época em que as pessoas sentiram necessidade de começar a compreender o que lhes acontecia e a possuir os meios de compreensão quase imediatos.¹⁶

O historiador lida com o passado, mas com o “pé no presente”. Ao optar pelo nosso objeto de pesquisa, tínhamos claro que “o contexto histórico influi sobre as orientações historiográficas, e isso quaisquer que sejam os períodos estudados”¹⁷. Por se tratar de uma história não acabada e na qual os acontecimentos estão ainda a se desenvolver, este campo de pesquisa da História cultural nos possibilita uma nova forma dos estudos sobre movimentos sociais, iluminados pelos conceitos que presidem a abordagem da cultura. Questões relativas aos depoimentos das mulheres agricultoras em prol de um discurso mobilizador, por exemplo, são fundamentais para que os pesquisadores se voltem ao estudo de tais fatos em curso.

Estes processos históricos, no tempo presente, correspondem a uma espécie de laboratório, ao vivo, da construção e da aplicabilidade das representações sociais que se colocam diante dos olhos do historiador.

Michele Perrot (2005) afirma que muitas dificuldades se apresentam para quem ousa enveredar pelos estudos das mulheres, pois se trata de terreno “*minado de incertezas, saturado de controvérsias movediças, pontuado de ambigüidades sutis*”. Ao referir-se aos estudos relativos à temática feminina e à história das mulheres nas sociedades ocidentais, afirma que elas

¹⁶ NORA, Pierre. O acontecimento e o historiador do presente. In: LE GOFF, Jacques; LADURIE, Le Roy; DUBY, Georges et ali. **A Nova história**. Lisboa: Edições 70, 1991.

¹⁷ SIRINELLI, Jean-François. Ideologia, tempo e história. In: CHAUVEAU, Agnes; TÈTART, Philippe. **Questões para a história do presente**. (Trd. Ilka Cohen). São Paulo: EDUSC, 1999, p 89.

(...) não existiram para o espaço público (...) As mulheres agricultoras ou de artesãos, cujo papel econômico era considerável, não são recenseadas, e seu trabalho, confundido com as tarefas domésticas e auxiliares, torna-se assim invisível. Em suma, as mulheres “não contam”. E existe aí muito mais do que uma simples advertência.¹⁸

Para alimentar teoricamente nossa hipótese, recorreremos a vários autores, dentre outros, Pierre Bourdieu,¹⁹ quando afirma que homens e mulheres incorporam representações e constroem suas práticas dentro de uma lógica social. Dessa forma, numa sociedade rural patriarcal, as referidas práticas determinam atitudes de dominação/submissão, donde é possível afirmar que, tanto homens quanto mulheres, nas sociedades marcadas por fortes componentes patriarcais, colocam sua posição social masculina ou feminina sob a pressão originada pela divisão do trabalho na unidade produtiva familiar, bem como pelas relações de poder.

Foi considerando as incertezas, controvérsias e ambigüidades da atuação das mulheres agricultoras, que julgamos importante dedicar este espaço à discussão teórica de aspectos relativos ao estudo da participação das mulheres nas atividades rurais, o que será feito através das seguintes categorias de análise: *relações de poder e trabalho; representações e imaginários sociais; dominação masculina e relações de gênero; cidadania e educação.*

As aproximações entre as categorias acima citadas surgem da observação das fontes empíricas, que sugerem uma inter-relação entre tais conceitos. Por outro lado, apontam para duas categorias como eixo central da tese: *relações de poder e trabalho*, sem negligenciar as demais, evidentemente. Note-se que algumas categorias foram agrupadas com objetivos didáticos, no sentido de aproximar conceitos que facilitem a análise, principalmente, dos depoimentos.

A primeira dificuldade que o historiador precisa enfrentar, quando se dedica ao estudo da história das mulheres, decorre do que se pode denominar de “natureza masculina” ou androcentrismo da História, que tem levado ao ocultamento do papel desempenhado pelas mulheres na sociedade.

¹⁸ PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. (Trad. de Viviane Ribeiro). São Paulo: Edusc, 2005, p.11.

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. (Trad. Maria Helena Kühner). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

São muitos os autores que têm salientado a invisibilidade imposta às mulheres. George Duby e Michelle Perrot, por exemplo, perguntam:

Escrever a história das mulheres? Durante muito tempo foi uma questão incongruente ou ausente. Voltadas ao silêncio da reprodução materna e doméstica, na sombra da domesticidade que não merece ser quantificada nem narrada, terão mesmo as mulheres uma história?²⁰

Essas interrogações nos levam a pensar que também a fala das agricultoras e sua forma específica de ver o mundo não são levadas em consideração quando tomam as decisões na família, na comunidade, no movimento sindical.

É através da categoria *relações de poder*, de acordo com a historiadora Joan Scott²¹, que se justifica a desigualdade entre homens e mulheres, como oriunda de relações de dominação e subordinação. Scott já chamara atenção para o fato de que o poder das mulheres tende sempre a ser percebido como manipulador, como disruptor das relações sociais, como ilegítimo, como fora do lugar e como pouco importante, no sentido de inferiorizar sua atuação no conjunto da sociedade.

A construção do conceito de poder²² está diretamente vinculada a uma representação masculina sobre o mesmo. As mulheres sempre foram representadas como portadoras de “poderes” restritos ao campo da vida privada, cujo significado estiveram associados aos seus atributos biológicos.

Na acepção foucaultiana, *o poder não só é imposto de cima para baixo como também é algo complexo, difuso*. Em se tratando de uma relação de poder - como nas relações de gênero no meio rural -, pode ser observado em dois sentidos: a sua

²⁰ DUBY, Georges e PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**. A Antiguidade. Vol 1, Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 7.

²¹ SCOTT, Joan. “História das Mulheres.” In: BURKE, Peter (Org). **A escrita da história**. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 77.

²² Compartilho do conceito explicitado por Michel Foucault, em que “o poder é uma relação de forças, só pode existir na relação entre seu exercício e a resistência a ele, em continua tensão. O poder constitui, atravessa, produz os sujeitos (...). As relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade de uma resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com mais força, tanto mais astúcia, quanto maior for a resistência (...). As relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e a criança, na família. Queria fazer aparecer que essas relações de poder utilizam métodos e técnicas muito, muito diferentes uma das outras, segundo a época e segundo os níveis”. MOTTA, Manoel Barros (Org.). **Michel Foucault: Estratégias, poder-saber**. Coleção Ditos & Escritos (IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 231-232.

capacidade de afetar – exercício do poder – e sua capacidade de ser afetado – provocando resistência. Resistência e relações de poder estão implicados em uma relação dialética, na qual um é o outro necessário da relação. Segundo Foucault²³, a resistência é a força superior às demais, já que são os seus efeitos que provocam mudanças nas relações de poder.

Estas relações de poder, também presentes no contexto rural, emergem da vida cotidiana, categorizando as mulheres e impondo-lhes um regime de verdade. Como destaca Machado (1981), o poder só existe quando colocado em ação e seus efeitos definem a ação do outro. O exercício do poder não é, em si mesmo, violência ou consentimento; pode ser sedutor, facilitador, indutor, de modo a guiar a possibilidade de conduta²⁴.

As relações de poder entre mulheres e homens no meio rural - enquanto uma das categorias centrais em nossa pesquisa - não têm uma única fonte nem uma única manifestação; ao contrário, têm uma extensa gama de forma e natureza. Quando o MMTR foi capaz de apoderar-se dos mecanismos que regulam uma dessas manifestações através do seu movimento social, colocaram-nas a seu serviço.

Segundo Foucault²⁵, o poder é uma prática social e, por isso mesmo, é constituído historicamente e articula-se com o econômico, o social, o político, o cultural. O que Foucault chamou de *microfísica do poder* significa tanto um deslocamento do espaço de análise, quanto o nível em que este se efetua pelas representações.

A categoria *trabalho* está amparada na concepção de Albornoz (1994):

O trabalho é ação de realizar uma obra que te expresse, que dê reconhecimento social e permaneça além da tua vida; e a de um esforço rotineiro e repetitivo, sem liberdade, de resultado consumível e incômodo inevitável.²⁶

²³ FOUCAULT, Michel. Apud, MOTTA, Manoel Barros. Op. Cit., p.234.

²⁴ MACHADO, Roberto. **Ciência e saber**: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1981, p.190.

²⁵ Op. Cit., p.235.

²⁶ ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.9.

Trabalho, nesse sentido, possui um significado ativo de esforço afirmado e desejado, para a realização de objetivos. Trabalho é o esforço e seu resultado. O trabalho aparece cada vez mais nítido quanto mais clara for a sua intenção e a divisão de seu esforço.

Hannah Arendt (1989), analisando o sentido do termo *labor*,²⁷ salienta que a divisão do *labor* acabou criando espaços de não-resistência entre o privado e o político. O mundo privado, da família, não construiu o acesso ao político, perdendo a capacidade de ação e de discurso. Isso levou a uma desnaturalização da concepção de *labor*, visto como não-dinâmico, do esforço rotineiro e cansativo, tendo como único objetivo a sobrevivência. Em sua argumentação, faz uma distinção entre trabalho (que acrescenta objetos duráveis ao artifício humano), que é próprio ao *homo faber*, e *labor* (tarefas que cuidam da reprodução da vida e que não deixam vestígios), atividade do *animal laborans*.

A tradição ocidental judaico-cristã incorpora essa concepção e o trabalho feminino (doméstico = privado) passa a ser entendido como labor da/na casa, o serviço da família, que se realiza exclusivamente no âmbito privado e como esforço isolado, condição da “natureza”, como não-produtivo.

A análise de Badinter (1986) vai ao encontro dessa concepção, quando refere que a afirmação dessa compreensão de trabalho ocorre a partir da distinção de papéis sexuais e da divisão sexual de tarefas na família nucleada, onde a mulher é responsável pela vida doméstica, poupando o homem dos problemas presentes no cotidiano familiar²⁸. E o homem, com a vida voltada para o mundo público, que deve proteger a mulher dos “complicados” problemas do mundo fora de casa, dos bancos, do empréstimo para a lavoura, da cooperativa, para que ela possa ter melhor desempenho em seu trabalho no lar.

²⁷ Labor é aquele trabalho do corpo humano pela sobrevivência, o processo biológico do corpo humano. A condição humana do labor é a própria vida: como exemplo de labor, temos o camponês sobre o arado, no trabalho da terra, ou o da mulher no parto. Segundo Hannah Arendt (1989), há uma dose de passividade nessa atividade humana: a submissão aos ritmos da natureza, às forças incontroláveis da biologia. ARENDT, Hannah. **A condição humana**. São Paulo: Forense, 1989, p. 213.

²⁸ BADINTER, Elizabeth. **Um é o outro**: relações entre homens e mulheres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p.273.

A argumentação que usa a “natureza” para justificar a divisão sexual do trabalho traz implícita uma diferenciação que está na formação cultural de homens e mulheres, nas representações, nas imagens que se fazem do masculino e do feminino, esta ligada aos afazeres domésticos, sem visibilidade, enquanto que aos homens são destinadas funções mais qualificadas e mais valorizadas, as do/no espaço público.

Além de tais tarefas, as mulheres também são responsáveis pela formação de uma nova geração de trabalhadores, o que garantirá a reprodução do modo de produção.²⁹ Essa atribuição do sexo feminino inclui a gravidez, o parto e a amamentação, funções para as quais a mulher está biologicamente preparada. A essas funções biológicas, acrescentam-se tarefas que são culturalmente impostas, e atribuídas exclusivamente ao sexo feminino. Aí se incluem o preparo dos alimentos, a limpeza da casa, o cuidado com as roupas e a proteção dos filhos.³⁰ Tais tarefas são definidas pela psicóloga norte-americana Nancy Chodorow (1979)³¹ como “maternagem” e são resultado de imposições culturais. Tais tarefas sempre foram pouco valorizadas permanecendo quase invisíveis³². Estudos realizados por Joan W. Scott mostram que os membros da família, no decorrer da história, tinham tarefas definidas de acordo com a idade, sexo ou posição na estrutura familiar.

Para a autora, é a partir da modernidade que emerge uma nova “divisão sexual da mão-de-obra no mercado de trabalho, reunindo as mulheres em certas atividades, colocando-as sempre abaixo na hierarquia profissional e estabelecendo salários em níveis insuficientes para sua subsistência”.³³

²⁹ Entendemos modo de produção como “a produção da vida material que determina o caráter geral do processo da vida social, política e espiritual (...). O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade – a base real sobre a qual se ergue a superestrutura jurídica e política e à qual se correspondem determinadas formas de consciência social”. MARX, Karl. **Prefácio à contribuição à crítica da economia política de 1859**. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 26.

³⁰ BRUSCHINI, M. Cristina e ROSEMBERG, Fúlvia. **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 9.

³¹ CHODOROW, Nancy. Estrutura familiar e personalidade feminina. In: ROSALDO, M.Z e LAMPHERE, L. (Orgs). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

³² Hannah Arendt, em “*A Condição Humana*,” afirma que “o poder só é efetivado quando a palavra e o ato não se divorciam; é com as palavras e os atos que nos tornamos visíveis na esfera pública, no mundo humano”. Por isso, o trabalho feminino “portas adentro” não expressa essa unidade do discurso e do ato; não se tornando visível, não existe. Op. Cit. p. 212.

³³ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org) **A escrita da história**. São Paulo: Novas perspectivas, UNESP, 1992, p.73.

O imaginário social naturalizou a divisão do trabalho, explicando-a como decorrente das características biológicas de cada sexo. Além disso, fez com que a “casa, unidade natural de produção e consumo, e a família, grupo de pessoas ligadas por laços afetivos e psicológicos, passassem a significar a mesma coisa”.³⁴ Tanto homens como mulheres foram convencidos de que aos primeiros cabia prover a existência natural da família e, às segundas, “devido à sua natureza”, gerar filhos, cuidá-los ao longo da vida e encarregar-se ao mesmo tempo das diferentes tarefas domésticas.

Nesta pesquisa, foi possível constatar que as atividades na roça³⁵ afirmam que o lugar da mulher é a casa e que ela não trabalha. Pelo contrário, o trabalho que realiza ao desempenhar esse tipo de atividade doméstica é algo que reforça a solidariedade que deve existir no grupo familiar doméstico. Segundo Aguiar (1984):

A relação casa-roça é o que permite organizar a área do trabalho e do não-trabalho, não apenas em um determinado momento da vida do grupo doméstico, mas também em todo o ciclo deste. O predomínio da roça sobre a casa expressa o domínio de atividades que proporcionam os elementos materiais da reprodução doméstica.³⁶

Portanto, se o que as mulheres rurais fazem não é considerado trabalho, cabe “naturalmente” aos homens o exercício do poder, dado que apenas eles trabalham, isto é, são eles os provedores da sobrevivência material do grupo familiar. A divisão sexual do trabalho estaria então profundamente relacionada com as representações sociais vinculadas a mulheres e homens, no sentido de que o trabalho constitui a própria identidade masculina, enquanto as mulheres estão como que “provisórias” no mundo do trabalho, reforçando a valorização diferenciada entre homens e mulheres, e hierarquizando os gêneros.

Na busca de uma definição identitária, os grupos sociais se atribuem símbolos, discursos, comportamentos, definindo e sendo definidos coletivamente uns pelos outros. E nesse “nós” vai uma designação, um nome, um símbolo que

³⁴ BRUSCHINI, M. Cristina e ROSEMBERG, Fúlvia. Op. Cit., p. 10.

³⁵ Usada comumente no meio rural, a palavra “roça” significa pequena propriedade, ou pequeno lote agrário de cultivo para a subsistência familiar.

³⁶ AGUIAR, Neuma (Org) **Mulheres na força de trabalho na América Latina** – análises qualitativas. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 36.

comporta significado. Dessa forma, através da análise das fontes, pudemos averiguar que em expressões como “*ajudo meu marido na roça*”, o verbo ajudar identifica uma posição de poder em relação ao homem, constituindo uma espécie de auto-afirmação de seu papel no núcleo familiar, pois além de desempenhar todas as atividades relacionadas ao espaço privado, ainda assim, tem de contribuir com o trabalho do marido na roça.

Roger Chartier (2002) refere que “*representar é fazer conhecer as coisas imediatamente pela “pintura de um objeto”, “pelas palavras e pelos gestos”, por algumas figuras, por algumas marcas – como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias.*”³⁷

Para o autor, as representações sociais podem ser concebidas como algumas das respostas que as coletividades dão aos seus conflitos, divisões, violências reais ou potenciais, consentindo nas ações, constituindo uma força reguladora da vida cotidiana e coletiva, pois é no centro das representações, dos imaginários, que o problema da legitimação do poder se encontra. E, como nenhum poder advém de qualquer princípio universal, físico, biológico ou espiritual, para se impor ele precisa ser legitimado por um conjunto de relações de sentido. Por isso, as representações sociais tornam-se inteligíveis e comunicáveis por meio da produção de discursos. Chartier acrescenta ainda que

a fusão entre as informações e valores faz com que as representações sociais se constituam numa força unificadora que suscita a adesão dos indivíduos a um sistema de valores, de práticas discursivas, intervindo nos processos de interiorização e, muitas vezes, levando-os a uma ação comum.³⁸

Para definir *imaginário*, em nossa tese, valho-me de Bronislaw Baczko (1991), que o refere como a forma a partir da qual a sociedade organiza o conjunto de suas representações.³⁹ Na verdade, “*o imaginário social torna-se inteligível e comunicável*

³⁷ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **À beira da falésia – a História entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002, p.66.

³⁸ Op.cit, p. 67.

³⁹ BACZKO, Bronislaw. **Los imaginários sociales**. Memórias y esperanzas coletivas. Buenos Aires: Nueva Visión, 1991, p. 18. Igualmente válida é a definição de imaginário contida no Dicionário Novo Aurélio da Língua Portuguesa: “*o conjunto de símbolos e atributos de um povo ou determinado grupo social*”. (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 1077.

através da produção dos ‘discursos’ nos quais e pelos quais se efectua a reunião das representações colectivas numa linguagem”. Tal linguagem é construída “a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir de seus desejos, aspirações e motivações”. O “imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, arrastando os indivíduos para uma acção comum”.⁴⁰

Baczko analisa também as maneiras como os imaginários sociais fornecem sistemas de orientações, informações e valores que operam por meio de simbolismos fortemente estruturados e construídos a partir de desejos, aspirações, motivações e da experiência de agentes sociais, constituindo potenciais unificadores das ações de agentes sociais. Ressalta também que, através do imaginário, as sociedades estabelecem e distribuem papéis e posições sociais, exprimem e impõem crenças e regras de conduta, constroem códigos de comportamento, produzindo representações de si próprias, nas quais as pessoas encontram um lugar, uma identidade e uma razão de ser.

Cada sociedade produz um sistema de representações entre as quais ocupam um importante lugar os símbolos e as imagens veiculadas através das artes, os signos visíveis de uma cultura, como expressão formal de conteúdos ideológicos ou estéticos, que originam imagens sobre grupos, classes, partidos políticos ou instituições.⁴¹

Consideramos importante a discussão em torno das representações e dos imaginários sociais, uma vez que, ao considerarmos o mundo rural como um espaço de reprodução de valores, costumes, hábitos e crenças segundo moldes da cultura europeia, porém sendo, ao mesmo tempo, ressignificado pelos imigrantes e seus descendentes, o que se pode ver é uma conjugação de expressões, uma

⁴⁰ BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: ROMANO, Ruggiero. **Enciclopédia Einaudi**, v. 5, Lisboa, Imprensa Nacional, 1985, p. 297. O texto de Baczko, um dos mais citados na fundamentação teórica sobre o imaginário e as representações, será muito útil na medida em que substancia a análise com relação principalmente ao exercício do poder, no qual o domínio do imaginário e do simbólico é um domínio estratégico. O controle do imaginário social está intimamente ligado ao controle da vida coletiva. Por isso para as mulheres camponesas, os papéis sociais atribuídos ao sexo feminino são percebidos como imutáveis.

⁴¹ BACZKO apud ROMANO. Op. Cit., p.332.

interpenetração de antigos imaginários que ainda permanecem e se reproduzem no cotidiano do meio rural através das relações de gênero.

O uso do gênero enquanto categoria de análise é recente e tenta estabelecer compreensões teóricas acerca dos questionamentos que emergem das esteiras das práticas políticas que marcam o percurso de alguns movimentos sociais, sobretudo o feminista, trazendo para a cena política um amplo questionamento e debates sobre posturas e comportamentos que, tradicionalmente, vinham sendo adotados como explicações “naturais” para atitudes discriminadoras e práticas políticas de dominação e submissão. Como define Scott (1995), o gênero é empregado para designar as relações sociais entre os sexos, podendo ser considerado como

Uma maneira de indicar ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social de idéias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado.⁴²

Essa compreensão de gênero como uma construção tem como base aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos, psicológicos, ampliando as possibilidades das abordagens históricas, trazendo para a discussão dois aspectos importantes: um deles, a íntima vinculação do gênero com as relações de poder, e o outro, a definição de gênero enquanto representação, que servirá como ferramenta de análise. Tanto um como o outro não podem ser admitidos ou mensurados como elementos separados, estanques, divorciados, mas constitutivos de realidades e eventos historicamente situados.

O gênero é então um meio de decodificar o sentido de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interação humana. Quando as (os) historiadoras (es) buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais elas (eles) começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política⁴³.

⁴² SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, vol. 20, n.2. jul-dez. Porto Alegre, 1995.

⁴³ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org) **A escrita da história**. São Paulo: Novas perspectivas, UNESP, 1992, p.87.

Nesse mesmo viés, não é diferente o posicionamento de Gisela Bock (1991):

A percepção do gênero como uma relação complexa e sociocultural implica que a ação de rastrear as mulheres na História não é simplesmente uma busca de certo aspecto antes esquecido; é mais um problema de relações entre seres e grupos humanos que antes haviam sido omitidas.⁴⁴

Outro aspecto salientado por Scott (1995) é que o uso da categoria gênero também indica a rejeição às explicações a partir do “determinismo biológico implícito, no uso dos termos sexo ou diferença sexual” e, ainda introduz a idéia de que a desigualdade entre homens e mulheres é “socialmente construída” através da atribuição, a ambos, de papéis diferenciados e hierarquizados.⁴⁵ Sua definição de gênero compõe-se de alguns elementos que, segundo ela, estão ligados entre si, mas deveriam ser distinguidos na análise:

O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre dois sexos e um primeiro modo de dar significado às relações de poder.⁴⁶

Scott afirma que as mudanças na organização das relações sociais sempre influenciaram as relações de poder, mas essas mudanças não seguem um único sentido. Para ela, como elemento constitutivo das relações sociais, fundadas sobre diferenças percebidas, no estudo das relações de gênero, é necessário privilegiar a quatro aspectos:

1. Os símbolos culturalmente disponíveis evocam representações simbólicas (e com freqüência contraditórias) – Eva e Maria como símbolo da mulher.
2. Os conceitos normativos põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos, que se esforçam para limitar e conter suas possibilidades metafóricas.
3. O desafio da nova pesquisa histórica é fazer explodir essa noção de fixidez e descobrir a natureza do debate que produzem a aparência de uma permanência eterna na representação binária de gênero.
4. As (os) historiadoras (es) (...) devem examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas.⁴⁷

⁴⁴ BOCK, Gisela. “**La história de las mujeres y la história de género: aspectos de un debate internacional.**” *História Social*. Barcelona: (9): 55 – 77, 1991, p. 68.

⁴⁵ SCOTT, Joan. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica.** *Educação e Realidade*. Vol. 20, jul – dez, 1995, p. 13.

⁴⁶ *Idem*, p. 14.

⁴⁷ *Idem*, p. 14-15.

A categoria “*dominação masculina*” será tomada a partir da concepção desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. De acordo com esse autor, as relações sexuais são socialmente instituídas e engendram o mundo social e simbólico com referenciais de masculinidade e feminilidade compondo dimensões do *habitus* e da *dominação simbólica*, cujas manifestações perpassam o universo habitado por dominantes e dominados.

Tomando como referencial a análise da sociedade Cabila, Bourdieu (1999) estende a explicação da dominação masculina a todas as formas sociais, ao destacar que:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, como o salão, e a parte feminina, como o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida como momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos.⁴⁸

Essa dominação masculina (construção simbólica) opera num campo mágico que incorpora não somente o assentimento ao dominante, mas a naturalização, o consentimento dessa dominação, por parte de dominantes e dominados, exercendo sobre os corpos um poder que em nenhum momento traz o signo da coação física.

A dominação masculina encontra suas condições de possibilidade e sua contrapartida econômica (no sentido mais amplo da palavra) no imenso trabalho prévio que é necessário para operar a transformação duradoura dos corpos e produzir as disposições permanentes que ela desencadeia e desperta; ação transformadora ainda mais poderosa por se exercer, nos aspectos mais essenciais, de maneira invisível e insidiosa, através da insensível familiarização com um mundo físico simbolicamente estruturado e da experiência precoce e prolongada de interações permeadas pelas estruturas de dominação. Os atos de conhecimento e de reconhecimento práticos da fronteira mágica entre dominantes e dominados, que a magia do poder simbólico desencadeia, e pelos quais os dominados contribuem, muitas vezes à revelia, ou até então contra a vontade, para sua própria dominação, aceitando tacitamente os limites impostos, assumem muitas vezes a forma de emoções corporais – vergonha, humilhação, timidez, ansiedade, culpa – ou de paixões e de sentimentos – amor, admiração, respeito – emoções que se mostram ainda mais dolorosas por vezes, por se traírem em manifestações visíveis, como o enrubescer, o gaguejar, o desajeitamento, o tremor, a cólera (...)⁴⁹

⁴⁸ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasi, 1999, p.18.

⁴⁹ Idem, 1999, p. 50-51.

Bourdieu enfatiza ainda que a dominação masculina centrada na dominação simbólica é o princípio que justifica e legitima as demais formas de dominação/submissão, exercitadas de maneiras singulares e múltiplas e, sendo diferentes em suas formas segundo a posição social, geográfica, espacial, étnica, de gênero, dos agentes envolvidos.

Scott (1992),⁵⁰ na mesma direção de Bourdieu, adverte para a necessidade de se considerar a existência de uma história das mulheres a ser escrita, que aborde a noção de representação e dominação, da desigualdade de poder na história dada pela dominação masculina.

Uma história que reconhece as estruturas sociais como *locus* de construção das relações homem/mulher deve compreender que as relações de gênero passam, então, pela rejeição do caráter fixo e permanente das oposições binárias. Essa constatação é de significativa relevância na medida em que rompe não só com o determinismo biológico, como também com a própria ordem cultural modeladora do “ser homem” ou “ser mulher” nas sociedades, ao reconhecer nesta condição um estatuto histórico e culturalmente construído.

A categoria cidadania é importante no desenvolvimento deste trabalho pois trata do acesso das mulheres trabalhadoras rurais à esfera pública, através da conquista de direitos sociais.

Na segunda metade da década de 70 e início da década de 80, a reflexão em torno da questão da cidadania⁵¹ foi fundamental, porém sem uma reflexão profunda sobre o real sentido do termo. O MMTR estava preocupado com a posição de

⁵⁰ SCOTT apud BURKE, Op. Cit., p.77

⁵¹ Para Chiara Saraceno (1994), os indivíduos são cidadãos enquanto membros de uma comunidade em relação à qual são responsáveis. As mulheres foram excluídas da cidadania, não somente pelos interesses da comunidade familiar, como também pela sua diferença em relação aos “iguais” – os homens. A autora afirma que a diferença (em relação aos homens-cidadãos) foi política e simbolicamente construída, de tal modo que a exclusão das mulheres aparece na própria origem do conceito. Essa dificuldade de inclusão das mulheres no universo da cidadania é resultado da construção histórica segundo a qual são portadoras de funções ligadas aos papéis da natureza, enquanto esposas e mães dos cidadãos. Segundo a autora, *“o fato de pertencer à comunidade, a unidade familiar pelo casamento e a responsabilidade de gerar filhos para a família (para o marido) constituem, para os “pais” da cidadania, a “causa” da incapacidade das mulheres de serem cidadãos, tornando-as ao mesmo tempo dependentes do marido. Reconhecê-las como sujeito de direito autônomo como os homens, de fato solaparia as bases da unidade da família, introduzindo a possibilidade do conflito legítimo e da negociação dos interesses entre iguais. As mulheres não são portadoras de interesses autônomos mas apenas os da família, tal como são definidos a partir dos interesses e poderes dos maridos-cidadãos. São suas relações “privadas” e contrapostas às “sociais”, que lhes negam o estatuto de cidadãos.”* SARACENO, Chiara. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de gênero da cidadania. In: BONACCHI, Gabriella; GROPPi, Ângela. **O dilema da cidadania**. Direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Unesp, 1994, p. 28.

desigualdade social das mulheres camponesas (sem acesso à documentação, ao salário-maternidade) mas não associavam o conceito de cidadania ao sentido amplo do termo, em termos de igualdade entre os sexos.

A partir das mobilizações do MMTR, abrem-se possibilidades para as mulheres se transformarem em cidadãs. Dessa forma, tomo a definição de igualdade⁵² de Joan Scott (2005), uma vez que a conquista da cidadania exige um sujeito que anuncie seu projeto e que tenha ação na esfera pública, na esfera política, participando assim do conflito, que deve ser inerente à democracia e instituindo, como parte desse conflito, a luta contra as desigualdades a que estão sujeitas. Scott apresenta também uma importante contribuição para o debate ao propor o uso do termo gênero como categoria de análise, a partir de uma definição abrangente pela qual é possível compreender a relação entre os gêneros e a constituição da sociedade, na qual se inclui, necessariamente, a dimensão política.

Segundo Deere⁵³ (2002), a cidadania foi caracterizada por uma noção passiva e uma diferença entre igualdade formal e real. Enquanto a igualdade formal se refere à igualdade de direitos, a real se refere à igualdade de resultados. A autora destaca que não somente os pobres são incluídos nessa perspectiva de cidadania, mas também as mulheres. Trata-se de um conceito individualista, sem distinção de classe ou de gênero.

No que diz respeito às trabalhadoras rurais, elas passaram a ter direitos sociais posteriormente às trabalhadoras urbanas. Depois de um período de grandes mudanças sócio-políticas, o Brasil iniciou a década de 90 com uma nova Constituição que reconheceu oficialmente os direitos sociais e individuais da população. As trabalhadoras rurais, pela primeira vez na história brasileira, tinham reivindicado “o direito a ter direitos” e exigiram voz, vez e voto na arena política. Sua inclusão na Constituição foi, portanto, considerada, pelo próprio MMTR, como uma “recompensa” pelo esforço.

⁵² “Igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração”. In: SCOTT, Joan. **O Enigma da Igualdade**. *Revista Estudos Feministas*, vol 13. n.01 (jan-abril 2005). Florianópolis: UFSC, p.15 (11-30).

⁵³ DEERE, Carmem Daiana. **O empoderamento da mulher**. Direitos à terra e direitos à propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

Contudo, a conquista de direitos para as mulheres trabalhadoras rurais não representou na verdade a expansão da cidadania. Em outras palavras, conquistada parte dos direitos legais de cidadania,⁵⁴ tornou-se evidente que os mesmos não conseguiram alterar, pelas vias tradicionais da democracia representativa, o quadro de profunda assimetria entre homens e mulheres na instância das relações de poder e gênero no meio rural.

A construção da cidadania é um "processo de maturação", pois implica a reflexão sobre valores que foram postos ao longo de nossa história. Esses valores, distanciados da noção de cidadão pleno e participante, condicionam-nos a aceitar formas tuteladas de cidadania que impedem a emancipação como indivíduos e, conseqüentemente, como sociedade. A cidadania concedida às mulheres agricultoras apresenta a nota do paternalismo e do personalismo, pois sua extensão e conteúdo encontram origem nas relações sociais de gênero, desiguais e opressivas, que lhes conferiram responsabilidades materiais e simbólicas na esfera familiar, funcionando como instrumento de contenção para o acesso das mulheres à vida pública.

Giuliani⁵⁵(1997) considera que a conquista da cidadania feminina no Brasil ficou reduzida ao acesso aos direitos sociais, sem ter sido ampliada na esfera do trabalho, ressaltando que a mera consciência da opressão não constrói sujeitos autônomos. Salienta que ter consciência sobre as desigualdades, sobre a concentração de poder e privilégios, sobre todas as formas de injustiças e seu fundamento, por si só não transforma a realidade. O sujeito autônomo é aquele capaz de empregar a sua criatividade para realizar transformações. Se a informação e a consciência estão acompanhadas de apatia e resignação, não há perspectivas de mudanças, uma vez que, nestas condições, o indivíduo não influi na dinâmica social, nada de novo realiza e, por isso, permanece na mesma condição de objeto daquele que nenhuma consciência possui.

É nesse sentido que a *educação*, enquanto categoria de análise, ajuda a compreender o modo como mulheres e homens agem socialmente, a perceber que

⁵⁴ Assegurando garantias constitucionais, como salário-maternidade, aposentadoria aos 55 anos, reconhecimento profissional, auxílio-doença, indenização por acidente de trabalho, entre outras conquistas.

⁵⁵ GIULIANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Unesp: Contexto, 1997, p. 640 a 667.

essa ação está intimamente ligada às suas vivências, não apenas às crenças do cotidiano, às ações dos pais e professores, como também às suposições mais gerais acerca das idéias e mitos que circundam o imaginário social.

Uma das raízes da desigualdade de gênero está na educação informal, onde os pais empregam técnicas diretas e indiretas para tornar as filhas “femininas” e os filhos “masculinos”. Essa socialização passa a ser reforçada na escola, bem como através dos meios de comunicação (cinema, jornais, revistas). Uma vez que homens e mulheres são educados de forma diferente, em consonância com o que a sociedade define como “identidade feminina” e “identidade masculina”, homens e mulheres passam a agir, pensar, comportar-se, falar, discutir e enfrentar problemas de forma também diferente.

Daí a importância da utilização do papel da educação na preservação das estruturas sociais e mentais da sociedade em estudo, dado que

Implica compreender que são precisamente os discursos, os códigos, as representações que atribuem o significado de diferente aos corpos e às identidades; (...) por isso, para a educação importa saber como se produzem os discursos que instituem diferenças, quais os efeitos que os discursos exercem, quem é marcado como diferente, como currículos e outras instâncias pedagógicas representam os sujeitos, que possibilidades, destinos e restrições a sociedade lhes atribui.⁵⁶

O modo como são educados os meninos lhes dá condições de ingressar no mundo masculino do trabalho e da competição. Da mesma maneira, o comportamento nas meninas intenciona prepará-las para desempenhar os seus futuros papéis no lar e na família. Assim, as meninas são encorajadas para serem dóceis, passivas, úteis, boazinhas, prestativas, cordiais, tolerantes, compreensivas, abnegadas, a não incomodar as pessoas e a não dizer “não”. Ao contrário dos homens, as mulheres foram/são ensinadas a “cuidar” de todos os familiares, menos dela, a serem guardiãs dos laços familiares e da tradição. Por isso, quando adultas (como é possível verificar através de inúmeros depoimentos), apresentam dificuldade em pedir ajuda, carregam uma sensação de culpa e responsabilidade

⁵⁶ LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe (Orgs). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003, p.47.

expressa na fala e sofrem por situações que não se originaram de suas ações ou de sua vontade.

Deste modo, é possível dizer que a educação produz uma imagem feminina confinada em torno da família, situada num plano de desigualdade em relação ao homem, no poder, nas responsabilidades e nas opções de lazer e realização pessoal.

Tais práticas culturais trazem consigo pressupostos éticos e histórico-filosóficos, dentre os quais, relações hierarquizadas entre o mundo doméstico e o mundo público, de que as tarefas de produção, feitas na intimidade do lar e carregadas de afetividade, constituem repetições não criativas do cotidiano, reduzidas a obrigações culturais costumeiras da mulher no campo; e, finalmente, um certo modelo, paradigma da vida privada, íntima, como pertencente à ordem do não-social. Essas representações contribuíram para que se constituíssem pressupostos culturais e jurídicos visando assegurar que as mulheres circulassem na vida pública e privada com uma significativa desigualdade de oportunidades.

Essas violências - educacionais, econômicas, políticas, trabalhistas, simbólicas, dentre outras - constituem estratégias de produção da desigualdade de gênero, uma vez que implicam o consentimento⁵⁷ por parte das mulheres de sua inferioridade “natural”.

A relação existente entre a questão da natureza *versus* cultura na história das mulheres reside no fato de serem as matrizes dos discursos geradores das diferenças entre homens e mulheres nas sociedades ocidentais. O conceito de “natureza” tem sido utilizado como elemento demarcador não apenas das diferenças, como também da hierarquização dessa diferença, perpetuando-se até a contemporaneidade.

⁵⁷ “Reconhecer assim os mecanismos, os limites e, sobretudo, os usos do consentimento é uma boa estratégia para corrigirmos o privilégio durante muito tempo concedido pela história das mulheres às <<vítimas ou rebeldes>>, <<activas ou actrizes do seu destino>>, à custa << das mulheres passivas, demasiado rapidamente consideradas como consentindo na sua condição, embora justamente a questão do consentimento seja centralíssima no funcionamento de um sistema de poder, seja este social ou/e sexual>> Nem todas as fendas que minam as formas de dominação masculina assumem o aspecto de rupturas espetaculares, e nem sempre se exprimem pela irrupção de um discurso de rejeição ou recusa. Nascem no interior do próprio consentimento, quando da incorporação da linguagem de dominação acaba por ser reutilizada de modo a marcar uma resistência”. CHARTIER, Roger. **Diferenças entre os sexos e dominação simbólica**. Cadernos Pagu, n° 04, Campinas, 1995, p.39.

O sistema de pensamento ocidental se caracteriza por ser um sistema bivalente, de pares dualistas, que opõe Sol e Lua, alto e baixo, direita e esquerda, público e privado, feminino e masculino, natureza e cultura. O sistema de poder contribuiu para hierarquizar estas relações dualistas, qualificando ou desqualificando um dos pares. Segundo a historiadora Gerda Lerner⁵⁸(1990), a divisão patriarcal dos sexos pode ter sido o ponto de partida da binariedade. O sistema binário aplicado aos sexos deu lugar a uma hierarquia e assimetria, já que o homem se declara sujeito do discurso, *do logos*, da história, e tem a capacidade de nomear o mundo, de ordená-lo, de configurá-lo simbolicamente, de acordo com a sua forma de ser, pensar e sentir.

O processo de elaboração de símbolos, de criação das linguagens e sistemas simbólicos constituem o fenômeno de humanização propriamente dito. O desprendimento do *Homo Sapiens* da natureza⁵⁹ e sua entrada na cultura⁶⁰ ocorre excluindo as mulheres e proclamando o homem como único sujeito do discurso, único representante de toda a humanidade.

Cada cultura reconhece e mantém implicitamente uma distinção entre a atuação da natureza e a atuação da cultura (a consciência humana e seus produtos), e mais, que a diferença da cultura se apóia precisamente no fato de poder na maioria das circunstâncias transcender as condições naturais e transformá-las para seus propósitos. Portanto, a cultura em algum nível de percepção demonstra não ser somente distinta da natureza mas superior a ela, e este sentido de diferenciação e superioridade se apóia precisamente na capacidade de transformar – “socialização” e “culturação” – a natureza.⁶¹

⁵⁸ Lerner, G. **La creación del patriarcado**. Barcelona: Crítica, 1990.

⁵⁹ “Na história do Ocidente a natureza possui um significado comum, ou seja, aquilo que faz parte da essência humana e é igual para todos; dizer que alguma coisa é natural ou por natureza significa dizer que essa coisa existe necessária e universal, que não depende da ação e intenção dos seres humanos”. CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia: natureza e cultura**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2004, p.245. Examinando a definição da autora, entendemos que, no decorrer da história houve um processo de naturalização do comportamento, das idéias, dos valores, das formas de agir e viver da mulher, subordinando-a à natureza.

⁶⁰ Criação da ordem simbólica da lei, isto é, de sistemas de interdições e obrigações, estabelecidos a partir de valores a coisas, a humanos e suas relações e aos acontecimentos. Criação da ordem simbólica da linguagem, do trabalho, do espaço, do tempo, do sagrado e do profano, do visível e do invisível. Conjunto de práticas, comportamentos, ações e instituições pelas quais os humanos se relacionam entre si e com a natureza e dela se distinguem, agindo sobre ela ou através dela, modificando-a. Em sentido antropológico, cultura é a maneira pela qual os humanos se humanizam por meio de práticas que criam a existência social, econômica, política, religiosa, intelectual e artística.” CHAUÍ, Marilena. Op. Cit., p 245.

⁶¹ ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Zimbalist Michelle e LAMPHERE, Louise (coord.) **A mulher, a cultura a sociedade**. (tradução de Cila Ankier) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.101.

Para a filosofia, assim como para a religião, o processo de humanização propriamente dito começa com a utilização da palavra, da razão, do diálogo, de tal forma que os gregos consideravam bárbaros os que não utilizavam sua língua, seu *logos*. Para confirmar isto, podemos recordar a definição de Aristóteles,⁶² segundo o qual “o homem é por natureza um animal político”, querendo significar o termo “político” que o homem é, entre os animais, o único que tem a palavra, o acesso ao mundo público.

O político se manifesta, na cidade, para usar a palavra na praça, para dialogar ou intercambiar; o *logos* deveria estar com a posse da palavra, assim estavam excluídos os bárbaros, as mulheres, os estrangeiros e os escravos. Desta forma, a filosofia - primeiro sistema de representação simbólica que pretende dar uma explicação racional do mundo - nega às mulheres uma das características específicas da humanidade, a capacidade da palavra, a possibilidade de ter um discurso próprio e de nomear o mundo a partir de si mesma, não podendo mais do que repetir, no melhor dos casos, a palavra, como havia sido interpretada pelos homens, por um sistema de pensamento que nega a diferença sexual.

Essas práticas discursivas tiveram uma influência profunda na construção da identidade feminina. A valorização dos homens em detrimento das mulheres (e a consequência dessa hierarquia de poder e de papéis) foi reproduzida na educação de meninas e meninos. A premissa de inferioridade “natural” das mulheres necessitava de um “reforço” filosófico-racional. Os pensadores que se interrogavam acerca da vida se preocupavam com essas questões: “O varão é por natureza superior e a mulher inferior, e um domina e o outro é dominado”, declara o filósofo grego Aristóteles, no século IV a.C. “Esse princípio se estende a todo o gênero humano, e essa desigualdade é permanente devido que a faculdade de discernimento das mulheres carece de autoridade”.⁶³

Ao serem consideradas imperfeitas por natureza, as mulheres, menos valiosas e, portanto, inferiores aos homens, deveriam ser/estar submetidas a eles.

⁶² *Pertence também ao desígnio da natureza que comande quem pode, por sua inteligência, tudo prover, pelo contrário, que obedeça quem não possa contribuir para a prosperidade comum a não ser pelo trabalho do corpo (...), a condição da mulher difere do escravo. Somente entre os bárbaros a mulher e o escravo estão no mesmo nível, este é o pensamento de Homero, quando diz “cada um, senhor absoluto de seus filhos e de suas mulheres, distribui lei a todos como a natureza ordena”.* In: ARISTÓTELES. **A política**. (Trad. Roberto Ferreira). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p 3-4.

⁶³ ARISTÓTELES. **Metafísica**. Livro IV. 1004 a 20-b 9, p. 137.

Essa subordinação fazia parte da ordem natural das coisas. A cultura era vista como o aprimoramento da natureza humana pela educação em sentido amplo. A pessoa culta era a pessoa moralmente virtuosa, politicamente consciente e participante da vida ativa da polis. Enquanto a natureza é o reino da repetição, a cultura era o da transformação, da produção da história, espaço exclusivo dos homens⁶⁴.

Quanto às fontes, nossa perspectiva de aproximação apresenta-se articulada à proposta foucaultiana de procurar perceber o recorte e o limite, agrupando, inter-relacionando, organizando em conjunto, estabelecendo conexões entre as diferentes fontes.⁶⁵ Por isso, as fontes teóricas ou empíricas são inseparáveis e decorrem de pressupostos teóricos. Assim o processo de construção do objeto se deu para nós através de um trabalho de grande fôlego, que se realizou pouco a pouco, sofrendo retoques sucessivos, promovidos por uma série de correções e emendas, sugeridas pela orientação.

Epistemologicamente, consideramos que nenhuma análise ou forma de olhar pode ser considerada definitiva e nenhuma explicação, por mais abrangente e genial que possa parecer, dará conta integralmente daquilo que se deseja explicitar. Com isso, queremos afirmar que apreendemos a história na perspectiva de que ela, a História, não narra o passado, ou o presente, mas constrói um discurso sobre ele trazendo tanto o olhar quanto a própria subjetividade daqueles que a recortam e narram, à sua maneira, a matéria da história.⁶⁶

As fontes manuscritas utilizadas, como as atas e relatórios de reuniões do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, foram de importante valia para nossa pesquisa, pois possibilitaram averiguar as pautas de discussões dos encontros do MMTR e dos Sindicatos, enquanto as fontes impressas, tais como panfletos, folhetos, material de formação e jornais, revelaram o imaginário que envolvia as mulheres e homens no período pesquisado.

A pesquisa em coleções de revistas, jornais, panfletos, cartilhas de formação sindical foi realizada nas seguintes instituições: Museu Antropológico Dr. Augusto

⁶⁴ COLLING, Ana. **A construção da cidadania da mulher brasileira**: a questão da igualdade e da diferença. Tese de doutoramento. Porto Alegre: PUC/RS, 2000, p. 40.

⁶⁵ FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. 7-9.

⁶⁶ RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia Brasileira. In: SILVA, Zélia Lopez (org) **Cultura e história em debate**. São Paulo: Afiada, 1995, p. 81.

Pestana de Ijuí (MADP), onde estão alocados diferentes arquivos, que comportam tantas fontes visuais quanto verbais, as quais revelam questões significativas para a construção da historiografia do RS; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catuipe, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Augusto Pestana, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chiapeta, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ajuricaba e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Panambi. Cabe ressaltar que, nos arquivos dos sindicatos de trabalhadores rurais, foi possível pesquisar farto material. Foram localizados materiais de divulgação das primeiras linhas de mobilização do Movimento de Mulheres, bem como textos de estudo que as mulheres camponesas usavam em seus encontros de formação e capacitação. As informações obtidas pelas atas de reuniões serviram como ferramenta para apreender o imaginário presente no período, bem como para analisar as relações de poder que se desenhavam naqueles encontros.

A Biblioteca da UNIJUÍ (série de documentos históricos da colonização e fundação de Ijuí) – nos auxiliou no estudo da ocupação e colonização da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Já na Associação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Regional de Ijuí (ASTRI) foram encontradas importantes fontes manuscritas, tais como atas, relatórios de reuniões de grupos de mulheres rurais, bem como lista de presenças referentes aos encontros de formação sindical que aconteciam naquele período. Na Federação dos Trabalhadores na Agricultura, em Porto Alegre (FETAG), no setor de documentação, foi possível identificar as diretrizes, as orientações e os encaminhamentos dirigidos aos seus sindicatos filiados e ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, através de jornais e materiais de capacitação distribuídos pelo interior do estado, e, por fim, a pesquisa bibliográfica na Biblioteca Central da Unisinos (São Leopoldo).

A coleta, organização e análise dos dados obtidos nas referidas instituições permitiram a criação de um banco de dados, cujos elementos básicos fazem referência à região em estudo e ao MMTR, bem como possibilitaram reconstituir, através das fontes disponíveis levantadas, a compreensão e a articulação da trajetória do Movimento de Mulheres com o contexto histórico.

Embora as fontes sejam indispensáveis para o historiador, é necessário que o pesquisador esteja preparado para enfrentar as dificuldades que se apresentam

quando da interpretação das mesmas. É necessário ter em mente a autoria das fontes, os objetivos e condições de sua produção, o que informam, ou o que explicitam e o que escondem. Em nosso caso, trabalhamos com fontes que foram produzidas *para* as mulheres e não *pelas* mulheres trabalhadoras rurais. O objetivo do levantamento dessas fontes foi verificar até que ponto o protagonismo do MMTR, e sua mobilização em prol da cidadania foi resultado de sua própria afirmação enquanto sujeito da história.

A segunda parte do levantamento de dados constitui-se pela coleta de depoimentos de mulheres camponesas e de seus familiares, pelo recurso da História Oral, na modalidade de História de Vida e História Temática. Os depoimentos que coletamos na modalidade da História de Vida, com algumas lideranças e militantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, possibilitaram entender um conjunto de fatores que teria facilitado ou estimulado o ingresso das primeiras mulheres camponesas no movimento no final dos anos 1970⁶⁷.

Optamos pela História Oral de vida, pois oferecia mais liberdade de expressão para as depoentes, não necessitando do direcionamento das questões e da manutenção da cronologia. Pretendíamos verificar quais eram as justificativas e as formas pelas quais as agricultoras interpretavam a sua saída do espaço privado do lar para o espaço público do movimento para reivindicar direitos sociais e se as relações de poder e gênero na família se modificaram.

Ao narrar suas histórias de vida, as mulheres evocavam lembranças individuais, familiares e grupais, trazendo, através da memória, suas crenças, valores, ou seja, o imaginário da realidade vivida. Nos seus depoimentos, ficava implícita a experiência no MMTR, mais precisamente naquilo que Pierre Bourdieu

⁶⁷ As entrevistas que realizei com mulheres agricultoras em diferentes comunidades rurais visava identificar os motivos, as causas que as levaram a aderir ao MMTR e a se mobilizarem pela conquista de direitos sociais. Foram entrevistadas 48 mulheres. O período das entrevistas aconteceu entre 1998 a 2001, período este de construção da dissertação de mestrado. Os depoimentos que uso na modalidade História Oral de vida fazem parte desse contexto onde, neste trabalho de tese, com maior propriedade, analiso e aprofundo esses depoimentos, cruzando-os com outras fontes documentais para corroborar a comprovação da hipótese. Os depoimentos foram coletados em 4 municípios da Região Noroeste do Rio Grande do Sul (Ijuí, Catuípe, Augusto Pestana e Ajuricaba) devido à presença do maior número de lideranças do Movimento de Mulheres e por serem os municípios de maior população de abrangência do MMTR.

(1989) denominou de “*habitus*”, “um conhecimento adquirido e também um haver”⁶⁸, permeado pelas representações que o grupo constrói de si próprio.

A coleta dos depoimentos (por ter sido efetuada na própria casa das depoentes) ocorreu sem cerimônia, propiciando um clima favorável de diálogo e de comprometimento com a entrevista. Na análise dos depoimentos das mulheres trabalhadoras rurais, tentei compreender como o ato social, isto é, sua mobilização social em prol de direitos foi vivida e praticada. Ouvir contar uma história de vida, os problemas familiares, possibilitou-nos entender aspectos que vão além da história oficial. Quando conta, quem conta se sente vivo, ativo, ator, participante. E isso os depoimentos revelam.

O método da História Oral valorizou os contatos informais, baseados na identificação e na empatia entre o pesquisador e o pesquisado. Quando alguém conta uma história, conta a vida porque lembra, relembra e, nesse processo, refaz o universo que está em torno do acontecido. No ato de contar, elementos vão sendo incorporados e reelaborados, redimensionados. Cada vez que se conta, não se aumenta um ponto, mas se pontua o elemento mais importante. Isso, no entanto, depende da posição de quem fala e também para quem fala. Por isso, talvez seja possível dizer que nem tudo, para todos, é sempre contato. As mulheres referidas falam, muitas vezes, reafirmando “é isso mesmo”, mas a relação estabelecida é de confiança – sempre foi dito a elas: “você é objeto desta pesquisa e desse processo”.

Muitas vezes, as dificuldades apareceram, e esta pesquisa, como qualquer trabalho intelectual, passou por dificuldades: as de fundo econômico e teórico foram mais leves do que as dificuldades de cunho subjetivo em relação ao pesquisador e ao sujeito da pesquisa. Quando tratarmos dos dados reveladores da pesquisa no terceiro e quarto capítulo, traremos à cena essa discussão.

A relação entre o pesquisador e o pesquisado foi uma relação aberta, e, dessa forma, obteve-se uma conversa consentida, permitida. O processo de aproximação proporcionado pelo nosso trabalho com o MMTR nas comunidades, durante vários anos, foi muito importante. Nunca ficaram escondidas as diferenças,

⁶⁸ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa. Ed. Bertrand, 1989, p.61.

nunca ficou escondido o que se pretendia com o processo, e as conversas informais se mesclaram com as entrevistas.

As entrevistas realizadas na modalidade da História Oral Temática objetivavam averiguar os fatores da pouca participação feminina nos sindicatos e no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e o modo como se manifestam as relações de gênero sobre o conjunto das relações sociais no campo, opondo trabalho produtivo e reprodutivo, espaço doméstico e espaço público e entre o trabalho da casa e da roça após o período das conquistas sociais do Movimento.

Essas entrevistas foram realizadas entre os anos de 1997 e 2001, como resultado de um projeto de pesquisa⁶⁹ com o objetivo de averiguar as diferenças dos papéis sociais do homem e da mulher na história rural da região Noroeste do Rio Grande do Sul, que permitisse verificar (ou não) a continuidade das relações de trabalho, poder e gênero no cotidiano da vida camponesa, para poder servir de ferramenta à discussão acerca de mudanças nas relações de gênero.

O projeto *“Educação para os Direitos das Mulheres Trabalhadoras Rurais”*, apoiado pela Fundação Macarthur,⁷⁰ buscou, fundamentalmente, contribuir para aumentar a participação e conscientização das mulheres nos sindicatos e no Movimento, refletindo seus papéis historicamente construídos a fim de buscar:

- a) a ampliação e a reflexão do exercício de cidadania pelas agricultoras que participam dos sindicatos de trabalhadores rurais e o MMTR; e
- b) a consolidação dos espaços de democratização interna do Movimento e dos sindicatos filiados.

⁶⁹ A metodologia da pesquisa com os grupos de mulheres rurais e suas respectivas famílias foi orientada pela Profa. Dra. Jacqueline Pitanguy, consultora da Fundação Macarthur. Socióloga e diretora da ONG CEPIA (Cidadania, Educação, Pesquisa, Informação e Ação), sua contribuição foi importante pelas sugestões para o projeto.

⁷⁰ Essa pesquisa teve o apoio da Fundação Macarthur, uma organização privada sem fins lucrativos, com sede em Chicago, fundada em 1978 e que tem como missão apoiar grupos e indivíduos para promover melhoras duradouras na condição humana, buscando soluções sustentáveis que reduzam a desigualdade social, a má distribuição de recursos e de poder e que garantam a melhoria das condições de vida das populações. Através do processo seletivo para o Fundo de Capacitação e População no Brasil, fui selecionado com uma bolsa-pesquisa para o financiamento de atividades na perspectiva da educação de gênero e direitos reprodutivos com mulheres agricultoras. Esse apoio propiciou as condições para a implantação do projeto: *“Educação para os Direitos das Mulheres Trabalhadoras Rurais”*, onde foi possível o desenvolvimento da metodologia da História Oral Temática, possibilitando a coleta de depoimentos que foram utilizados também na minha Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós Graduação em História da Unisinos.

Assim, tomando como base as importantes constatações feitas pelas mulheres rurais envolvidas nos processos de capacitação que vivenciava, elaboramos uma proposta de trabalho que visava aprofundar questões consideradas básicas para a atuação político-organizativa das mulheres agricultoras. Resumidamente, as preocupações que orientaram a reelaboração e o aprofundamento desta pesquisa para a reflexão na tese, podem ser assim expressas:

- qual a participação de mulheres e homens na definição, execução e avaliação das linhas de trabalho do Movimento e dos Sindicatos?
- que papéis desempenham mulheres e homens na proposição, gestão e implementação das atividades na unidade de produção familiar e nos sindicatos?
- qual a importância da participação de mulheres e homens agricultores nos processos decisórios no interior da família?
- as opiniões das agricultoras, sua forma específica de ver o mundo, estão sendo levadas em consideração, após a conquista da cidadania, quando se tomam as decisões na família e no sindicato?
- que justificativas mulheres e homens elaboram para explicar a ausência das mulheres nos espaços decisórios sobre a produção? Como, especificamente, as mulheres agricultoras reagem às situações de exclusão e de desigualdade social?

Especificamente em relação à agricultura familiar no Noroeste do Rio Grande do Sul, a atividade produtiva mais importante das famílias que vivem em regime da agricultura familiar é o *leite*. De acordo com o censo agropecuário de 1988, a Região Sul do País possuía, aproximadamente, 750 mil estabelecimentos agrícolas que o produziam (IBGE: 1988). Essa presença generalizada da produção leiteira está associada à história da colonização dessa região por descendentes de imigrantes europeus e à importância atribuída ao leite na produção para subsistência dos agricultores e principal responsável pela permanência da família rural no campo.

Estes são os principais argumentos que justificam a escolha da produção *leiteira* como objeto da pesquisa, dada que nela fica mais clara e contraditória a negação da sociedade em reconhecer no trabalho das mulheres o papel de produtoras. Mesmo sendo elas que realizam a maior parte das tarefas que envolvem a atividade leiteira, na maioria das vezes, não são elas as beneficiárias das orientações técnicas para a produção; como também não são elas as sócias dos sindicatos ou das cooperativas que compram o produto; nem são elas que recebem o pagamento da produção e, tampouco, participam das assembléias e decisões dos sindicatos. Isto porque não há o reconhecimento do trabalho feminino no espaço privado como trabalho produtivo e, também, gerador de renda.

A mão-de-obra envolvida na produção do leite nas pequenas propriedades rurais sempre foi “coisa de mulher”. As atividades produtivas na agricultura familiar são caracterizadas por uma especificidade, composta por uma unidade de produção e, igualmente, uma unidade de consumo. Essa característica determina o comportamento camponês: sua atividade econômica é baseada em dois princípios diferentes, sendo os padrões de produção determinados não apenas por considerações a respeito de lucro, mas também pela necessidade da família. Desta forma, as decisões no interior da família são movidas por duas lógicas diferentes e complementares, uma voltada ao mercado – espaço público – e a outra para o atendimento às necessidades da família – espaço privado. Há um entrelaçamento das dimensões da produção e da reprodução.

Além do trabalho usualmente considerado como doméstico e a “lida” com o leite, também são atividades “próprias” das mulheres cuidar das galinhas e outras pequenas criações; a horta, as ervas medicinais, as “miudezas”, como elas mesmas dizem. Além de todas essas tarefas, as agricultoras trabalham com os maridos e filhos na roça, de onde sai o produto para venda. Mesmo assim costuma-se dizer que, na roça, as mulheres apenas “ajudam”.

Em consonância com os objetivos da pesquisa, o conteúdo principal das entrevistas temáticas esteve voltado para a definição da rotina de trabalho da família na produção do leite e para a identificação do papel desempenhado pelas mulheres no processo produtivo, no gerenciamento e na comercialização da produção,

buscando com isso revelar a continuidade da desigualdade nas relações de gênero, poder e trabalho após a conquista dos direitos sociais.



Figura 01 - Grupo de entrevistadoras do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

A pesquisa⁷¹ foi concebida de forma que seus resultados pudessem subsidiar não só a elaboração de políticas de valorização do trabalho das mulheres na agricultura familiar, mas também identificar as lacunas, os limites da atuação do MMTR e sua vinculação ao sindicalismo rural tradicional na Região Noroeste.

As fontes orais descortinam o momento pelo qual despertaram para a mobilização social em prol da cidadania, mas, paradoxalmente, revelaram o real significado dessa atuação, não transpondo para a vida privada e pessoal essas conquistas.

A ação do Movimento e suas bandeiras de reivindicação manifestaram-se através da produção de espaços frágeis de resistência à exclusão, não implicando na construção de novas identidades sociais, nem de um protagonismo enquanto cidadãos. Constatamos que as ferramentas de mobilização social articuladas pelos

⁷¹ A metodologia construída procurou contar com a participação direta das lideranças de mulheres das comunidades na condução e na execução das entrevistas temáticas. O envolvimento dessas lideranças, bem como das suas famílias, constitui-se em elemento fundamental para o êxito do trabalho. Grande parte dos méritos deste estudo devem ser atribuídos à dedicação e ao empenho do Movimento de Mulheres, no sentido de garantir uma efetiva participação dos segmentos interessados.

discursos e práticas das mulheres agricultoras refletem a presença de um sistema de valores que não pertence às mulheres, mas que foi incorporado como uma prática cultural eminentemente masculina, definida por relações de poder androcêntricas, vinculando-as à lógica da cultura patriarcal rural e reduzindo-as a um espaço reprodutor e não criador.

Para reforçar finalmente nossa hipótese de trabalho, era importante, após 15 anos passados, realizarmos novas entrevistas⁷² com as mulheres rurais que participaram e/ou participam do MMTR, tendo como objetivo avaliar suas ações e identificar se houve ou não mudanças nas relações de gênero, poder e trabalho na roça pós - mobilizações.

Em relação à Historiografia e o tema proposto, é lugar comum encontrarmos, nos trabalhos que se propõem a tratar da mulher como sujeito de estudo, a constatação de que a inclusão das mulheres no campo historiográfico é recente, tanto no Brasil quanto na América Latina. Não podemos deixar de registrar que se verificou um alargamento do campo de estudos, bem como do discurso historiográfico desde que a mulher foi incluída. A historiografia começou a se afastar de um campo estritamente estruturado, que pensava um sujeito universal, atrelado a práticas coletivas marcadamente masculinas, para perceber um universo feminino expressivo e empolgante, descobrindo que falar de mulheres era também falar dos homens e, conseqüentemente, elucidar a dinâmica ligada ao cotidiano das pessoas.

A seleção bibliográfica que realizamos deteve-se em autores que tratavam da história das mulheres em geral e das relações de gênero no campo de forma específica, uma vez que priorizamos as fontes que nos remetiam à análise dos papéis sociais femininos no decorrer da história. Desejamos destacar que, na bibliografia geral do trabalho, constam todos os livros consultados pelo pesquisador, embora alguns não tenham sido utilizados efetivamente no texto, porém, foram usados como ferramentas de pesquisa.

Pouca coisa, na historiografia brasileira, foi produzida sobre história das mulheres camponesas e, em especial, refletido sobre os papéis sociais oriundos das mobilizações pela conquista da direitos civis no campo. Os estudos realizados têm

⁷² Esses depoimentos foram coletados entre os meses de abril e maio de 2006.

se centrado muito mais na perspectiva de uma análise afirmativa dessas conquistas⁷³.

Os estudos que tratam da mulher, família e sociedade, localizados por nós, também foram incorporados a esta tese, na medida em que a dinâmica dos discursos sobre o feminino e as relações de gênero é que iam dando o tom das buscas que implementamos, e são eles que nos permitem visualizar a construção do imaginário que delega funções e papéis sociais às mulheres. As pesquisadoras estudadas foram principalmente: Michelle Perrot, Carole Pateman, Margarita Pisano, Jení Vaitsman, Joan Scott, Tereza de Lauretis, Mary Louise Pratt, George Duby, Carmen Deere, Catherine Clément e Julia Kristeva, Elizabeth Badinter, Simone de Beauvoir, Gisela Bock, Cristina Bruschini, Albertina de Oliveira Costa, Raquel Soihet, Guacira Lopes Louro, Heloisa Buarque de Holanda, Mary Del Priore, dentre outras.

Ao nosso estudo, em particular, agregamos a produção tanto dos pesquisadores das regiões do Sudeste e Sul do Brasil, como de outras regiões do país, que nos foi possível localizar. Eles nos serviram de apoio à medida que apontam uma documentação utilizada, metodologia seguida e elementos específicos da região tratada e que nos proporcionam elementos preciosos para se proceder a comparações e estabelecer convergências e divergências⁷⁴.

Momento singular para a apreciação da evolução de campos, linhas e temáticas de pesquisa na área da História são os simpósios realizados pela ANPUH. Feita a apreciação de seu Caderno de Resumo de 2001, evidenciamos uma forte presença de pesquisadores dedicados a questões da temática da história das

⁷³ Dentre algumas obras que tratam desse tema, divulgadas para o grande público, estão: CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo. Estudos Sociedade e Agricultura. In: BRUMER, Anita e PAULILO, Maria Ignez (Org). As Agricultoras do Sul do Brasil. **Revista estudos feministas, do CFC/CCE/UFSC**, Vol. 12, N. 1/2004; BONI, Valdete. Poder e Igualdade: As relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Revista Estudos Feministas, do CFC/CCE/UFSC**, Vol. 12, N. 1/2004; PINTO, Céli. **A sem terra sem roupa**. Revista Estudos Feministas, Vol. 5, nº 2/97; SAFFIOTI, Heleieth & FERRANTE, Vera Lúcia Silveira. Famílias rurais no estado de São Paulo: algumas dimensões da vida feminina. In: “**Trabalhadoras do Brasil**”. São Paulo: FCC: Brasiliense, 1982; GIULIANI, Paola Cappellin. Silênciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986. In: “**Rebeldia e Submissão – Estudos sobre Condição Feminina**.” Albertina de Oliveira Costa & Cristina Bruschini. (Orgs.), São Paulo: Vértice, 1989.

⁷⁴ Dentre essas teses, destacamos; FAVARO, Eulalia Cleci. **Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências**. Região colonial italiana do Rio Grande do Sul – 1875/1950. Tese de doutoramento. PUC. Porto Alegre, 1995; COLLING, Maria Ana. **A construção da cidadania da mulher brasileira**. Tese de doutoramento – PUC, Porto Alegre, 2000.

mulheres, família e relações de gênero, em todas as regiões do Brasil. Isso evidencia que, nas mais variadas regiões de nosso país, esse campo se expande, alimentado pela produção de dissertações e teses, forma clássica de expansão de um campo de investigação. As discussões realizadas nos simpósios migraram de questões teóricas mais gerais sobre identidade, gênero, etnia e classe para a realização de estudos de peso, realizados a partir de fontes documentais, o que levará, necessariamente, a um esclarecimento maior sobre a história das mulheres na sociedade brasileira⁷⁵.

A tese é dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo – “*As mulheres camponesas e sua história*” - , vamos analisar o processo de ocupação da Região Noroeste do Rio Grande do Sul, marcada pela presença de numerosos grupos imigrantes, de várias origens étnicas, ainda no século XIX. O objetivo desta abordagem, entretanto, não é discorrer sobre o processo imigratório, mas, sim, descrever a estrutura familiar camponesa regional, para, então, chegar aos papéis e funções nela desempenhadas pelas mulheres.

O modelo familiar camponês na região em estudo é oriundo dos núcleos familiares rurais que viveram na Europa e que emigraram para o Brasil no século XIX. As representações e os imaginários sociais que esses grupos trouxeram construíram identidades e delegaram funções às mulheres, calcadas principalmente no cuidado do lar e dos filhos.

A delimitação de diferentes papéis entre os membros do grupo familiar rural e a definição do lugar ocupado pela mulher na família e no casamento foram construídas e reproduzidas por práticas culturais androcêntricas. Assim, a família, como base social produtiva, reproduz desigualdades e hierarquias entre os gêneros definindo os papéis sociais no mundo rural. A importância deste capítulo reside no fato de fornecer elementos para identificar e avaliar os diferentes mecanismos que restringem, desqualificam e invisibilizam as mulheres agricultoras nos espaços de decisão na vida camponesa.

⁷⁵ XXI Simpósio Nacional de História. História no novo milênio: entre o individual e o coletivo. **Livro de Resumos**. Niterói. Rio de Janeiro, ANPUH/UFF, 2001.

No segundo capítulo, priorizamos a descrição e a análise da formação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, também conhecido como Movimento das Margaridas, na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, com notória participação na busca de direitos sociais na década de 1980, sob influência de movimentos sociais, tais como o Movimento Feminista, a Teologia da Libertação e o Sindicalismo Rural.

A importância do Movimento Feminista no Brasil, proveniente da segunda onda do feminismo na década de 1960, vai ser um importante porta voz na luta pela inclusão das demandas femininas na agenda política brasileira, com propostas de mudanças profundas, tanto do sistema político, quanto das relações produtivas e reprodutivas de gênero, tais como a divisão sexual do trabalho, a violência sexual, a discriminação e outros.

Outra vertente importante é a emergência, expansão e difusão das idéias oriundas de um setor da Igreja Católica, surgido na América Latina a partir dos anos de 1960, conhecida como Igreja Progressista, apoiada na chamada Teologia da Libertação. O objetivo é o de mostrar como este movimento influenciou a formação dos primeiros grupos de mulheres camponesas em torno dos Clubes de Mães visando pensar a realidade sócio-econômica regional no processo produtivo da unidade familiar. A Teologia da Libertação permitiu pensar questões relacionadas com os conceitos de exclusão social e ausência de direitos civis por parte das mulheres, processo refletido no binômio pobreza-opressão.

Finalmente, o surgimento do Movimento Sindical Rural, entre 1960 e 70, foi incentivador da construção do MMTR. Para tanto, analisamos a constituição desse movimento e como as propostas e as relações de poder do sindicalismo rural afetaram a formação do MMTR, comprometendo a autonomia e a visibilidade feminina no campo.

No terceiro capítulo, analisamos o significado da criação do MMTR, enquanto espaço de cidadania para as agricultoras. Essa análise é complexa, porque o MMTR continua atrelado à estrutura sindical rural, corporativa, androcêntrica e conservadora, e as ações do Movimento de Mulheres no contexto de mobilizações por direitos sociais foram construídas sobre estruturas simbólicas, ligadas a um

sindicalismo agrário em crise de legitimidade, fortemente marcado ainda hoje pela centralização do poder em mãos masculinas. Analisamos como as mulheres trabalhadoras rurais alimentaram esse frágil protagonismo, inseridas num espaço não –feminizado culturalmente, levando-as a ficar “realizadas” com os “afazeres da casa” e com o seu “dinheirinho”, resultado das conquistas sociais.

Constatamos que apenas a busca de igualdade social, de seu reconhecimento como cidadãs e de acesso aos direitos sociais, não constrói por si só um protagonismo feminino camponês, remetendo-nos a concluir que toda a experiência política e social que as mulheres rurais viveram não se traduziu na alteração das atuais divisões de tarefas e de poder no mundo rural.

No quarto e último capítulo revelamos, enfim, o significado da criação do MMTR para as próprias pequenas agricultoras, juntando sua realidade cotidiana com os objetivos do movimento. Ouvindo os depoimentos de agricultoras que atuaram no MMTR como lideranças e/ou militantes, buscamos, nos relatos feitos mediante entrevistas na modalidade da História Oral Temática saber quem constrói, quem faz, quem delega os papéis sociais na dinâmica social do trabalho no campo.

Examinamos, a partir do cruzamento das fontes, as contradições e as desigualdades nas relações de trabalho e gênero no universo camponês pós-mobilização e os efeitos das conquistas sociais nas mudanças dessas relações. De forma conclusiva, buscamos delimitar, mensurar e avaliar qual foi o real protagonismo dessas agricultoras e o significado desse processo de mobilização social nas suas vidas. A interação é complexa porque em primeiro lugar, o movimento não modifica as relações de poder e trabalho no núcleo familiar camponês e, em segundo lugar, o discurso do movimento não é idêntico às suas ações, de modo que as mensagens não são interpretadas da mesma forma pela suas lideranças, ou por agricultoras que simplesmente participaram do movimento.

Estamos conscientes de que as observações e interrogações sobre as trajetórias das mulheres agricultoras poderão ser apenas um “olhar masculino” lendo as fontes. No entanto, esperamos que este estudo possa permitir compreendê-las melhor, contribuindo para a consciência de nós mesmos. O estudo sobre a história das mulheres se constitui em uma proposta em construção, no conjunto da pesquisa

historiográfica. Tocar na memória de um período que pode ser traduzido pela idéia de mudança, indiscutivelmente, contagia o historiador, para tentar perceber o mesmo processo no tempo presente. Portanto, pode-se afirmar que o historiador nunca estará isento de projetar, para os fatos e processos sociais que estuda, suas angústias e expectativas presentes, nem de sonhar com as mudanças e transformações que se processaram no passado para seu tempo.

1 AS MULHERES CAMPONESAS E SUA HISTÓRIA

1.1 O Povoamento da região Noroeste do Rio Grande do Sul e o Regime de Pequena Propriedade Rural

A “Colônia Ijuhy”, fundada em 19 de outubro de 1890, foi considerada uma colônia oficial do governo do Estado do Rio Grande do Sul e efetivada pela orientação da “*Comissão de Terras e Colonização*”. Localizava-se em uma área já ocupada anteriormente pelos “caboclos”, luso-brasileiros que praticavam a colheita de erva-mate, os trabalhos agrícolas em pequenas lavouras e, ocasionalmente, trabalhavam na abertura de estradas. Esses ficaram conhecidos mais tarde como nacionais ou bugres⁷⁶, não tendo sido contemplados com terras após a colonização pelo governo do estado.

A formação colonial de Ijuí sintetiza muitos dos elementos que caracterizam a integração dos imigrantes europeus e seus descendentes no processo de desenvolvimento econômico, político e cultural do Extremo Sul do país. A ocupação deste espaço, destinado à nova colônia, era uma preocupação manifestada em correspondências entre as autoridades de cidades próximas e o Presidente da Província: na documentação, observam-se referências às “fertilíssimas terras” disponíveis na região⁷⁷.

A colônia Ijuhy, fundada por iniciativa do governo estadual, na orla inferior da floresta subtropical do planalto, entre os campos de Cruz Alta, Santo Ângelo, Tupanciretã e Palmeira das Missões, significou o início da ocupação das últimas

⁷⁶ Ver trabalho de Zarth. “Os esquecidos da história: exclusão do lavrador nacional no Rio Grande do Sul. In: ZARTH, Paulo Afonso et al. **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí:UNIJUÍ, 1998. Neste artigo o autor trabalha com a situação dos caboclos nas regiões de imigração.

⁷⁷ Ver Danilo Lazzarotto. **História de Ijuí**. Ijuí: FIDENE, 1977. O autor cita um telegrama de 17 de maio de 1877, enviado ao vice-presidente da Província, assinado pelo Presidente da Câmara de Cruz Alta, cidade vizinha a Ijuí.

áreas disponíveis no Rio Grande do Sul, para onde eram enviados imigrantes recém-chegados da Europa: alemães, teuto-russos, poloneses, italianos, letos, austríacos, húngaros, suecos, franceses e, pouco depois, uma nova geração de excedentes das “colônias velhas”, isto é, das áreas ocupadas inicialmente por alemães e italianos a partir de São Leopoldo e Caxias do Sul.

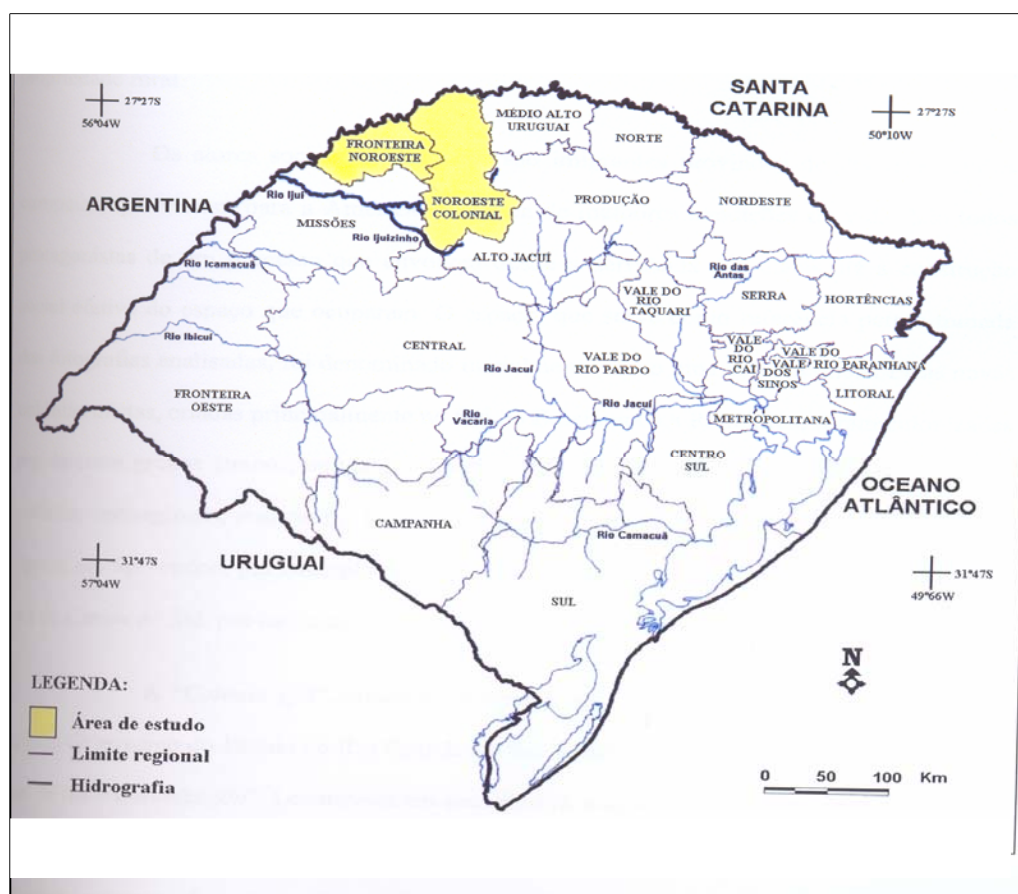


Figura 02 – Divisão Regional do Rio Grande do Sul

Fonte: UNIJUÍ – Laboratório de Geoprocessamento e Análise Territorial.

De acordo com as considerações de Jussara Mantelli⁷⁸, a Região Noroeste foi recortada levando-se em consideração o traçado político-administrativo, proposto por dois conselhos regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Ainda observa que, “em termos físicos, essa fronteira não se apresenta de forma rígida e as características analisadas fatalmente ultrapassam ou não coincidem com esta delimitação”⁷⁹. Atualmente essa região (ver figura 03), comporta 49 municípios,

⁷⁸ MANTELLI, Jussara. **Evolução e tendências do setor agrário na Região Noroeste do Rio Grande do Sul**. São Paulo: USP, 2000. (Tese de doutoramento)

⁷⁹ Idem, *Ibidem*, p. 24.

abrangendo uma área aproximada de 13.387 Km², tendo ainda na agricultura, a sua principal atividade produtiva, permanecendo a pequena propriedade rural.

Os imigrantes, expulsos da Europa pela expansão capitalista em curso, tornaram-se, em sua diversidade social, étnica e religiosa, os agentes no Rio Grande do Sul da conquista e integração das matas à economia e à sociedade brasileira. As relações que se estabelecem com o meio, determinadas pela estrutura e processo mais amplo de que fazem parte, configuram-se concretamente na posse das terras sob a forma de lotes de 25 ha em média, no desmate e na produção agrícola diversificada e de produção de instrumentos de trabalho.

Sob tal base econômica os imigrantes, de forma gradual, se diferenciavam socialmente, moldando a realidade de acordo com suas tradições e novas necessidades culturais. A especificidade, tanto de sua organização quanto de suas manifestações socioculturais, é fruto de uma complexidade de fatores e relações típicas de uma economia mercantil, baseada na pequena produção agrícola e no trabalho em regime familiar, estando associada a um esforço da preservação da identidade étnica e religiosa, alicerçada na sustentação de um imaginário social sob a forma de tradições culturais próprias: língua, religião e organização sociocultural (capelas, clubes, escolas, etc.)

Conforme Jean Roche⁸⁰, o Governo Estadual, amparado na Constituição de 1891, para pressionar o mapeamento e a efetivação jurídica dessas terras, que estavam nas mãos de particulares, sem comprovação documental de posse, concede a propriedade das terras públicas aos imigrantes, iniciando assim o processo de colonização.

Até 1885 a gestão da colonização continuou a ser assegurada pelo Governo Federal, que possuía no Rio Grande uma Delegação Especial para Terras e Colonização, dirigida por um engenheiro notável, José Montauray, que mais tarde veio a ser prefeito de Porto Alegre. Sob suas ordens, funcionavam seis comissões, uma em cada colônia geral – Guarani, Ijuí, Jaguari, Barão do Triunfo, Marquês do Herval e Alfredo Chaves.⁸¹

⁸⁰ ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Trad. de Emery Ruas. Porto Alegre: Globo, Vol 1, 1969, p.118.

⁸¹ Idem, p. 120.

A Delegacia de Terras e Colonização, através das comissões de terras no início de 1890, encarregou o engenheiro José Manoel de Siqueira Couto, chefe da Comissão de Terras em Silveira Martins, de processar a medição dos lotes e preparar para receber imigrantes do núcleo noroeste de “Ijuhy Grande”⁸², que foi, segundo Roche:

(...) de todas as suas contemporâneas a colônia que teve desenvolvimento mais rápido e mais bem equilibrado. Já contava 7.600 habitantes em 1900, quando sua direção foi confiada a um homem de grande valor, Augusto Pestana, que se empenhou na criação de uma rede ferroviária e, depois, no seu constante melhoramento. (...) O Estado nela despendeu, entre 1885 e 1912, 790 contos, com a ajuda aos colonos, e 770, com as estradas. Ora, em 1912, 130.000 hectares estavam colonizados, atingindo o valor da produção agrícola 5000 contos (222 mil-réis por habitante), o da exportação 2000⁸³.

A imigração de origem européia no estado contou com o concurso do Governo Central para financiamento e subsídio do empreendimento. A colonização da região Sul do Brasil, ao contrário do que ocorreu em outros estados, não passou pela parceria, nem teve como objetivo o fornecimento de mão-de-obra em substituição ao braço escravo, mas sim o propósito de povoar terras não aproveitadas pelo latifúndio pecuarista, estabelecendo-se a pequena e a média propriedades⁸⁴.

No Rio Grande do Sul, a imigração não era vista como solução alternativa para aqueles cuja produção se baseava no trabalho escravo, mas, por outro lado, destinava-se a sanar dificuldades inerentes à particularidade da situação econômica rio-grandense no contexto da economia nacional.

A imigração para o Rio Grande do Sul assume um caráter peculiar, que a diferencia do processo imigratório do resto do país. Não se deve esquecer que a experiência de “colonização” não se fez unicamente na Província do Rio Grande do Sul; tentou-se introduzir esse sistema também em outros estados, mas foi apenas no Rio Grande do Sul – e nisto se constitui o traço característico desta colonização – que o sistema obteve êxito⁸⁵.

⁸² Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Códice 127 da Colonização, nº 409, p. 56. In: LAZZAROTTO, Danilo. **Os capuchinhos na história do desenvolvimento de Ijuí**. Porto Alegre: EST, 1981, p. 24.

⁸³ ROCHE, Op. Cit., p. 127.

⁸⁴ SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora da UNB, 1990.

⁸⁵ LANDO, Aldair; BARROS, Eliane. Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: LANDO, Aldair (Org). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p. 42.

Na região Noroeste do Rio Grande do Sul, os núcleos coloniais de pequenos proprietários constituíram uma sociedade camponesa com peculiaridades bastante distintas das áreas de ocupação tradicional, caracterizando-se por ser uma colônia multi-étnica.

O termo “colônia” designa tanto uma região colonizada ou área colonial demarcada pelo governo em terras devolutas, como também é sinônimo de rural. Ou seja, a área rural de um município é chamada, hoje, de colônia, e seus habitantes são colonos – uma categoria que sobreviveu ao longo do tempo e que designa o camponês. O termo “colônia” também é usado para designar a propriedade agrícola do colono.⁸⁶

O Governo Central preocupava-se em evitar enquistamentos étnicos, e a Colônia de Ijuhy acabou recebendo imigrantes de várias nacionalidades. Com o tempo, muitos núcleos deram origem a pequenas e médias cidades, dependentes economicamente da agricultura⁸⁷.

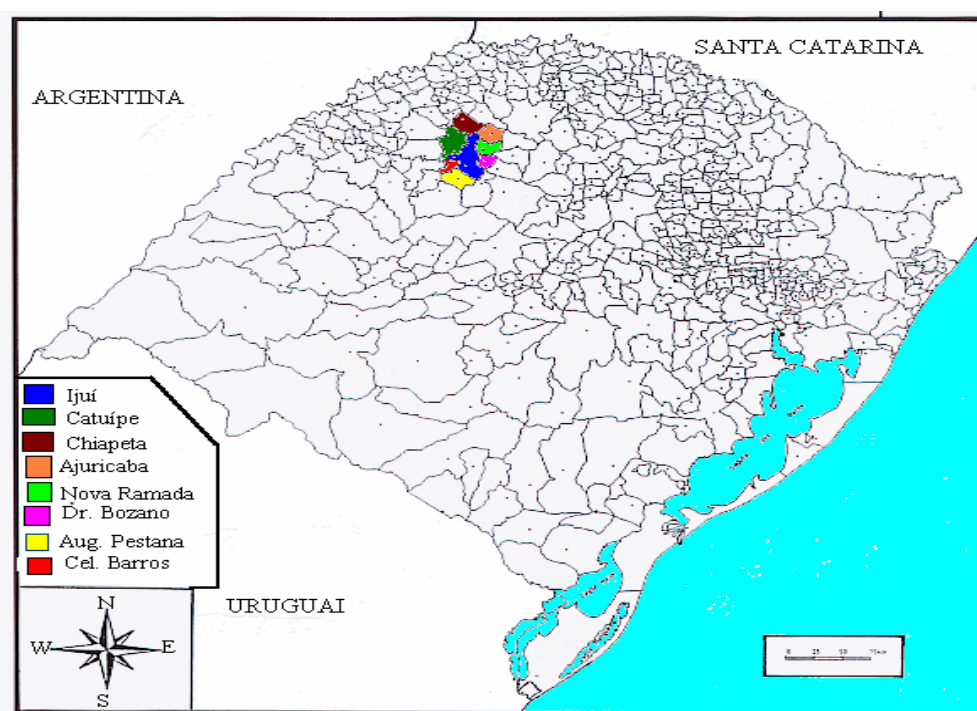


Figura 03 - Municípios da Região Noroeste do Rio Grande do Sul na atualidade, atingidos pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região de Ijuí.

Fonte: IBGE, 1990 (dados coletados na agência de Ijuí).

⁸⁶ WEBER, Regina. **Os operários e a colméia**. Trabalho e etnicidade no sul do Brasil. Ijuí: ed. Unijuí, 2002, p.12.

⁸⁷ Os municípios de Ijuí, Catuípe, Augusto Pestana, Santo Augusto, Chiapetta, Panambi, Ajuricaba e Pejuçara localizam-se no espaço geograficamente definido como região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

A propriedade rural dos núcleos da Colônia de Ijuhy estava baseada na força de trabalho manual, constituída pelo casal e seus filhos. As famílias eram numerosas, compostas, na maioria dos casos, por até 13 ou 14 filhos. A construção das unidades produtivas aconteceu simultaneamente à construção social dos espaços públicos. No início havia a preocupação, por parte da *Comissão de Terras e Colonização*, em medir os lotes que seriam destinados aos imigrantes; depois, foi organizada a estrutura da colônia com divisão do núcleo central, da área urbana e da área rural. A configuração desse espaço foi realizada com a participação dos imigrantes que trabalharam na construção de estradas, pontes e caminhos para escoamento da produção.

A unidade familiar colonial não produzia somente para o sustento de sua família. Mesmo as famílias isoladas na sua propriedade estavam ligadas ao comércio regional. Desde as primeiras décadas do século XX, precisavam transformar seu trabalho familiar em dinheiro, produzindo para o mercado interno, em sistema de policultura, com uma intensa atividade braçal de que, muitas vezes, os membros da família não davam conta de pagar a chamada “dívida colonial”. Esta, oriunda da aquisição do lote de terra ou de instrumentos de trabalho, levou por vezes os colonos a perderem as terras para a companhia colonizadora⁸⁸.

Outros fatores agravaram a situação dos colonos na região Noroeste no início do século XX. O uso do solo, em primeiro lugar, levou ao seu rápido esgotamento. Os imigrantes traziam técnicas rudimentares de cultivo, não possuíam instrumentos adequados e a derrubada da densa floresta era feita com facão e machado. A vegetação de menor porte era queimada e, nessas áreas, plantava-se milho, feijão preto, mandioca, trigo, erva-mate e cana-de-açúcar. A diversificação da produção agrícola do pequeno produtor deveu-se às necessidades de sua subsistência e à comercialização local, associadas às condições climáticas.

⁸⁸ Segundo Giron, as dívidas individuais dos colonos para com o governo eram calculadas pelo valor dos lotes, dos auxílios recebidos em alimentação, sementes e instrumentos agrícolas. Não estavam incluídas as despesas de viagem da Europa ao Brasil e dos portos brasileiros até os núcleos coloniais; esse financiamento era realizado pelo governo. Na maior parte dos casos, os bens dos colonos que não pagaram suas dívidas foram leiloados. Ver: GIRON, Loraine. *A imigração italiana no RS: fatores determinantes*. In: LANDO, Aldair (Org). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. Série Documento, 4. p. 65-66.

O milho chegou a ser o primeiro produto agrícola em área plantada e o segundo em volume e valor de produção. A exportação desse cereal acabou diminuindo quando, na década de 1940, foi introduzida a suinocultura, pois os preços da carne e derivados eram mais lucrativos.

Com a intensificação da produção agrícola, foi necessário recuperar a fertilidade natural do solo, que se esgotara em decorrência de não ter sido praticado o sistema de rotação de culturas, alternando pousio e períodos de criação de gado. Isso não ocorreu devido às dimensões reduzidas dos lotes para esse tipo de economia agropastoril, que, além do mais, entraria em concorrência direta com as estâncias, onde o gado era criado a custos mais baixos, por ser uma atividade extensiva.

A produção camponesa era caracterizada pela subsistência. Para isso, o trabalho da mulher era fundamental. Ela transformava e preparava os alimentos, costurava, confeccionava as roupas, trançava chapéus e cestos. Era ela também quem cultivava a horta, colhia as ervas e as raízes medicinais, fazia e aplicava os remédios, criava pequenos animais, além de ir para a lavoura junto com os homens da casa⁸⁹.

Nesse ambiente familiar, a religião exercia grande influência na vida dos colonos. A Missão dos Capuchinhos no Rio Grande do Sul teve uma importância relevante na transmissão da cultura e, particularmente, da religião católica entre os imigrantes italianos, que lhes forneceu a maioria dos religiosos. Pela falta de alternativa, a religiosidade popular permaneceu fiel ao catolicismo oficial⁹⁰.

O período da policultura para comercialização no mercado interno vai perdurar até por volta de 1960, quando toda a região Noroeste do Estado foi levada a optar pelo binômio trigo-soja. A mudança foi forçada de fora para dentro, comandada por políticas internacionais e nacionais, de acordo com os parâmetros do mercado capitalista da época.

Arrancaram-se os canaviais e os ervais, a criação de suínos diminuiu e o boi e o arado também desapareceram, para dar lugar aos tratores e automotrizes. O

⁸⁹ FAVARO, Eulalia Cleci. **Imagens femininas**: contradições, ambivalências, violências. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

⁹⁰ LAZZAROTTO, Op. cit., p. 40.

desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em seu conjunto, e principalmente nas regiões de minifúndios não pôde dispensar o setor da pequena agropecuária familiar. Sem ele, os alimentos se tornariam ainda mais caros e a força de trabalho urbana teria de ser paga com salários mais altos, comprometendo a acumulação capitalista industrial.⁹¹

A partir de então, a força de trabalho da “colônia”, caracterizada pela utilização da mão-de-obra familiar, acaba cedendo às determinações do capital, convertendo a terra em mercadoria. Assim, sua produção passa a ser ditada pelas regras do mercado internacional, obrigando à dependência financeira, reduzindo o colono à reprodução simples a cada ciclo da monocultura (soja-trigo) e impondo a pauperização das famílias camponesas.⁹²

É devido os impactos produzidos nas décadas de 1950-60 pelo processo de industrialização e de estruturação agrária que o panorama econômico e social no campo do Rio Grande do Sul se diversificou. Para os agricultores que tiveram acesso ao processo de modernização⁹³ produtiva, mudou a organização interna de seus estabelecimentos, através da introdução da mecanização e da especialização da mão-de-obra. Como a mulher desempenhava um papel central na produção voltada para a subsistência, a modernização da agricultura teve um forte impacto sobre o trabalho feminino rural.

Enquanto as famílias de colonos existiam como unidades de produção, as mulheres e as crianças participavam diretamente das atividades consideradas econômicas. Porém, segundo Heleieth Saffioti,⁹⁴ a mão-de-obra feminina se dá em condições adversas, porque encontrou uma situação social tradicional de subordinação e desvalorização de seu trabalho.

⁹¹ GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro (Org). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994, p. 42-43.

⁹² LANDO, Aldair Marli (Org) **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, 280p.

⁹³ O termo *modernização* é usado no sentido de caracterizar um processo mais amplo que o da industrialização. A modernização do campo foi oriunda da entrada de novas tecnologias derivadas da agricultura de livre mercado, atingindo profundamente as famílias rurais que viviam sob o regime de economia familiar, caracterizado pelo trabalho coletivo, necessário como meio de sustento. Essas mudanças introduzidas pela modernização levam a uma fragmentação do trabalho familiar. Com isso, o conjunto das regras morais e culturais que determinavam a conduta da família, baseadas na autoridade do pai (e do poder do marido) dá lugar a outras fontes de poder, como, por exemplo, o acesso às novas tecnologias, o conhecimento necessário nas relações financeiras com o Banco, levando os papéis femininos a uma invisibilidade ainda maior no campo. Ver: SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

⁹⁴ Idem, p. 45.

Como historicamente a mulher vinha sendo responsável pelos afazeres domésticos, a modernização da agricultura acabou separando o espaço doméstico do espaço da produção, ocorrendo a divisão entre o trabalho produtivo e não-produtivo. Por isso, a estrutura agrária brasileira comporta uma complexa heterogeneidade e desigualdade de relações sociais, provocada pelas formas diferenciadas de expansão capitalista na agricultura, caracterizadas pela expropriação – separação dos trabalhadores rurais da terra e dos meios de produção; e a exploração – a apropriação do trabalho dos(as) agricultores(as) do campo pelo próprio sistema político-econômico vigente.

A modernização da agricultura tornou-se seletiva e excludente, levando ao êxodo rural iniciado a partir de 1960, acentuando-se na década de 1980, quando quase 70% da população do estado era urbana, contra pouco mais de 30% rural⁹⁵. Essa migração era seletiva, já que atingia, sobretudo, os pequenos agricultores e, entre eles, mais as mulheres jovens, devido à introdução da mecanização agrícola, que absorvia, com maior intensidade, o trabalho masculino.

Nas décadas de 1970 e 1980, a agricultura começou a perder importância sócio-econômica em relação a outros setores da economia, fenômeno que se expressou na redução do número de pessoas envolvidas na atividade agrícola nos pequenos estabelecimentos rurais.

Mesmo com a crise geral na agricultura, algumas regiões apresentaram algum sucesso. De acordo com Alonso e Bandeira,⁹⁶ a Região Noroeste foi uma das regiões que conseguiu elevar sua contribuição para a agropecuária gaúcha, de 36% para 44,7%, com um desempenho destacado dos municípios de Cruz Alta, Ijuí, Santo Ângelo e Palmeira das Missões. Segundo esses autores, o aumento deveu-se à produção de quatro culturas – soja, milho, trigo e mandioca – num momento de declínio e queda da produção estadual como um todo.

Os pequenos agricultores que permaneceram no campo, de forma geral, conseguiram se aproveitar dessa produção, que chegou pelo viés da modernização,

⁹⁵ TAMBARA, Elomar. **Modernização e crise na agricultura**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

⁹⁶ ALONSO, J. A.; BANDEIRA, P. Silveira. Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul, nos anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira. In: **A economia gaúcha e os anos 80**. (1), Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1990, p.67-130.

observando-se uma pequena melhora em suas vidas: muitas unidades familiares passam a ter máquina de lavar roupa, freezer, geladeira ou eletrodomésticos menores, embora hoje não disponham suficientemente dos meios econômicos para substituí-los.

No final da década de 1980 e início de 90, o quadro produtivo das pequenas propriedades se agravou devido aos planos econômicos do Governo Federal e às tentativas de controle da inflação. Essa crise se expressa na inexistência de políticas agrícolas de incentivo à produção da pequena unidade familiar, levando ao êxodo rural e ao empobrecimento das famílias que permaneceram na atividade agrícola.

É nesse momento que o trabalho das mulheres irá contribuir para a manutenção do núcleo familiar, onde a figura da trabalhadora rural, como mãe e dona de casa, passa a ter um papel preponderante.

Esse papel “portas adentro” será caracterizado pelas atividades de “fundo de quintal”, ou seja, práticas produtivas que até então eram desconsideradas pela economia rural, como a produção do leite e derivados, a fabricação de geléias e conservas, a costura de roupas, passando a ser importantes alternativas à monocultura, imposta pela modernização agrícola.

As mulheres agricultoras que permanecem no campo, tomam a frente em muitas iniciativas de produção para a manutenção da propriedade familiar ou, ao menos, têm um papel bastante ativo nelas. Entretanto, ora por problemas econômicos, ora por influência do mundo urbano, a saída da família do campo continua. Segundo o censo populacional do IBGE de 1996, quase 79% da população no Rio Grande do Sul residia nos centros urbanos e menos de 22% na zona rural. São mais as mulheres que abandonam o campo para morar, trabalhar ou estudar na cidade⁹⁷, isto porque a saída do campo representa uma possibilidade de vida melhor, distante das relações tradicionais de trabalho e de gênero na roça.

A partir do início da década de 1990, o aumento da presença de casais agricultores envelhecidos e dependentes da Previdência Social (aposentadoria) é uma tendência cada vez mais acentuada na pequena agricultura no Rio Grande do

⁹⁷ BRUMER, A; FREIRE, N. M. Schuch. **O trabalho da mulher na pequena produção agrícola.** Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 11 (12): 305 – 322, 1983.

Sul. De acordo com Delgado⁹⁸, a Previdência Rural, com salários pagos aos casais aposentados, é a grande expressão de manutenção da estrutura familiar com implicações de caráter social e agrário.

Esses processos de mudança na agricultura familiar colonial descritos tiveram seus reflexos na organização interna da pequena propriedade agrícola, modificando as relações de produção no núcleo familiar, porém não alterando as relações de gênero e trabalho enquanto sistema de valores.

1.2 A Família na Unidade Produtiva e as Atribuições das Mulheres: maternidade e domesticidade

Segundo Anderson e Zinsser,⁹⁹ até aproximadamente o final do século XVIII, 90% das mulheres européias viviam no campo, atreladas ao lar, aos afazeres domésticos, obedientes ao marido e à Igreja. Mesmo com as mudanças que ocorriam nas relações de trabalho e na vida social, devido à Revolução Industrial, as funções e papéis sociais impostos às mulheres camponesas continuavam intocáveis.

O núcleo familiar camponês – a sua institucionalização – ocorria a partir do casamento. A mulher passava então a desempenhar suas funções de mãe e trabalhadora ao lado do marido. A sua força de trabalho não era reconhecida como geradora de renda – por mais que muitas vezes mantivesse o núcleo familiar, mas somente como trabalho complementar do marido.¹⁰⁰

É interessante notar que no contexto da Revolução Industrial européia, houve uma migração do trabalho braçal masculino para as cidades, deixando aos cuidados das mulheres a manutenção da propriedade, o trabalho da terra e quase a totalidade das obrigações domésticas, acarretando a troca de papéis na família.¹⁰¹ A história do

⁹⁸ DELGADO, G. **Previdência Rural**. Relatório de Avaliação Sócio-econômica. Brasília: IPEA. Texto para discussão, 1997, p.734.

⁹⁹ ANDERSON, Bonnie; ZINSSER, Judith. **História de las mujeres**. Una história própria. Vol 1. Barcelona: Crítica, 2000, p.112.

¹⁰⁰ As representações sociais sobre os papéis femininos perpassaram séculos e ainda estão presentes no meio rural em relação às atividades femininas. Abordaremos com maior propriedade esse tema no Capítulo 3.

¹⁰¹ DUBY, Georges; PERROT, Michele. **História das mulheres**. Do Renascimento à Idade Moderna. Porto: Afrontamento, 1991, Vol 3, p. 83.

trabalho feminino é inseparável da história da família, das relações entre os sexos e de seus papéis sociais.

A família, mais do que o trabalho que ela condiciona, é a verdadeira ancoragem da existência das mulheres e de suas lutas, o freio ou o motor de sua mudança. O trabalho por si só não pode libertá-las, ainda que possa contribuir para isto.¹⁰²

A moral cristã e o discurso da Igreja obrigaram e limitaram a mulher a “ser para” e “através dos” outros, negando-lhe a possibilidade de ser ela mesma. Deste modo, portanto, as mulheres continuam no mundo privado, sendo consideradas socialmente subalternas e ausentes do espaço público.

A “naturalização” do privado¹⁰³, do doméstico, limitou a mulher ao lar, mas outorgou a ela uma nova forma de poder, não sobre o espaço público, mas sobre o privado. O significado da maternidade, conferido pelo discurso moral católico, apesar de ser simbólico, não foi menos opressivo,¹⁰⁴ elevando a mulher à condição de “rainha do lar” e atribuindo-lhe funções, sejam elas fisiológicas ou familiares, transformando o espaço doméstico num local de controle do discurso masculino (medicina, psiquiatria, pedagogia, religião)¹⁰⁵.

¹⁰² PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: SP: EDUSC, 2005, p. 244 (Coleção História).

¹⁰³ A mulher limitada ao espaço privado, como um espaço natural, significou a privação dela das relações com os outros, da construção do mundo, da existência política. Assim, a interação com o mundo torna-se limitada, e, ao mesmo tempo, dependente de outras pessoas, como, por exemplo, o marido e os filhos. ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. São Paulo: Forense, 1981, p. 19.

¹⁰⁴ BOURDIEU. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 78.

¹⁰⁵ O discurso da Igreja cria certezas, concepções e um imaginário social sobre as mulheres, levando a própria Igreja a viver de recusas sobre a convivência com as mulheres, impondo um estatuto de celibato e castidade a seus clérigos. A identidade feminina gestada pela Igreja impôs um vasto ‘corpo’ de modelos de comportamento, exortando-as à prática da virtude, à obediência ao silêncio e à imobilidade em nome de uma ética católica muito parcial. Entender as práticas e os discursos femininos de hoje em certos grupos, como, por exemplo, entre as mulheres rurais, é nada mais do que buscar entender essas estratégias concretas que se inscreveram, pela moral católica, no imaginário feminino. O destino biológico das mulheres, fundamentado pela tradição judaico-cristã vai marcar decisivamente um pensamento e uma prática voltados à inferiorização da mulher. KRISTEVA, Julia; CLEMENT, Catherine. **O feminino e o sagrado**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

A construção do discurso da Igreja sobre o papel da “natureza”¹⁰⁶ feminina irá gerar práticas culturais que garantirão a continuidade da mulher no lar, tornando-a um “ser para os outros”. O marido torna-se, por definição, a presença mais importante no universo feminino, representando a autoridade moral, como também é em torno dele que gira o poder de enunciar as representações sobre a mulher.¹⁰⁷

Esse controle, exercido por um “olhar imperial”¹⁰⁸, irá reforçar a imagem feminina como um ser doce, sensato e maternal. Badinter¹⁰⁹ assinala que a afirmação dessa identidade tornou o espaço doméstico (concretizado através do casamento) o local criado por Deus para a felicidade, o amor e a procriação. A maternidade passa, então, a povoar o imaginário feminino e faz com que a mulher busque-a como um refúgio. Os limites do lar e da maternidade, que deveriam relativizar as preocupações da Igreja, acabaram por gerar outras preocupações. Isto

¹⁰⁶ Examinando essa definição podemos entender que, no decorrer da história, houve um processo de naturalização do comportamento, das idéias, dos valores, das formas de agir e viver da mulher, subordinando-a a uma idéia de natureza como algo universal, intemporal e existente em si e por si mesma, sem mobilidade, estagnada. O discurso filosófico, preocupando-se com a origem dos homens e da diferença sexual, construiu uma teoria sobre o corpo feminino delimitando às mulheres o espaço reprodutivo. A idéia de que o masculino era o responsável pela geração produziu uma “verdade” que estabeleceu a inferioridade da mulher como algo inato. A mulher, então, passa a ser descrita a partir de sua constituição biológica. A matriz explicativa dessa constituição provinha da crença de que as mulheres eram “frias” e “úmidas” e os homens “quentes” e “secos”, originária da teoria de Hipócrates. A teoria do *Corpus Hippocraticum* afirmava que, no “conjunto o útero era um animal, dentro de um animal, porque vagava por todo o corpo, mas podia ser atraído a um lugar adequado”. Em todo o período clássico o símbolo do órgão sexual masculino significou sorte e se colocava em lugares destacados, como em jardins e ambientes específicos; por outro lado, o símbolo dos genitais femininos servia para identificar os bordéis e os ambientes sem moral. Essas representações sobre as diferentes funções da anatomia humana, como a concepção de que se constitui o “útero como um animal dentro de um animal” contribuíram para reduzir, afirmar e denegrir o papel das mulheres no tocante à reprodução, à concepção, criando uma espécie de teoria da reprodução feminina. Esse discurso, oriundo da filosofia e da medicina, reforçará a natureza da identidade feminina. LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**. Corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2002. E também: SISSA, Giulia. Filosofias do gênero: Platão, Aristóteles e a diferença dos sexos. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. A Antiguidade. Vol 1. Porto: Afrontamento, 1993.

¹⁰⁷ CASAGRANDE, Carla. *A mulher sob custódia*. In: DUBY, Georges; PERROT, Michele (Orgs). **História das mulheres**. Vol II, p. 149.

¹⁰⁸ Segundo Pratt, “*é pelo olhar que o homem transforma a mulher em objeto, sem ação, sem repostas; O “olhar imperial”, que soberanamente tudo abarca, tudo descortina e desnuda, expressa o domínio cruel de um colonizador. O olhar, em relação com a representação, expressa uma forma de poder. Muitas das operações de poder se efetivam pelo olhar. O olhar do filósofo sobre o feminino, o olhar do sacerdote, o olhar do médico sobre a paciente que a congela, racionaliza, como objeto do conhecimento. O olhar total, da consciência, aquele olhar que tudo sabe e vê, é a expressão de um controle e poder que, devido à sua profundidade e eficácia, dispõe da força e da violência*”. PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império**. Relatos de viagem e transculturação. São Paulo: EDUSC, 1999, p.17.

¹⁰⁹ BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: O mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987, p. 175.

porque a mãe, que passa a gerar os filhos, possui em suas mãos o “poder” de educar as novas gerações.

A maternidade, na modernidade, ganha um caráter mais amplo, além do servir, cuidar e nutrir, que é a tarefa de educar os filhos. O poder do discurso sobre o “sublime” papel feminino de criar o adulto do amanhã vai dar a ela um *status* especial.

O patriarcado¹¹⁰ dá à mulher um tipo de poder que não gera visibilidade e *status* social, mantendo-a ligada ao espaço doméstico. O papel da mãe passa, então, a ser determinante para a atuação boa ou má de seus filhos. E a função materna passa a ser normatizada pelos modelos, olhares e práticas discursivas do patriarcado. Esse “modelo”, com ênfase na maternidade, acabou também por excluí-la da política,¹¹¹ levando-a a ser,

Corpos consignados à Igreja e à família: virgens não maculadas completamente dedicadas à vida da alma, mulheres fecundas que garantem a continuidade do núcleo familiar, viúvas capazes de esquecerem as exigências causais para viverem a vida do espírito.¹¹²

No período moderno, a casa passa a ser o espaço privado de fato da mulher e, desta forma, é afastada da vida pública e da comunidade. Para a mulher que se mantém nos limites da casa, sua vida passa a ser o cumprimento de tarefas e compromissos exigidos pela sociedade.

O consentimento feminino reforça a construção deste espaço interno, fechado, vigiado, em contraposição a um espaço aberto, externo, no qual o homem se coloca livremente. Estabelecem então duas atividades fundamentais: a

¹¹⁰ As relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder, contaminam toda a sociedade, pois o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna o Estado. É uma ideologia que tornou natural a dominação-exploração, através do direito patriarcal sobre as mulheres. SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 56. Sobre o conceito ver também: PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

¹¹¹ A luta pelo reconhecimento dos papéis sociais que a maternidade desempenha na sociedade foi uma das primeiras ferramentas de reivindicação à cidadania pelas feministas na história. Ver SCOTT, Joan. **Cidadã paradoxal**. As feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002, p. 70-71.

¹¹² CASAGRANDE, Carla. Da natureza feminina. As normas de controle. In: DUBY, George e PERROT, Michelle. **História das mulheres**. A Idade Média. Vol. II. Porto: Afrontamento, 1989, p. 116.

produção, tarefa do homem, e a conservação, tarefa tipicamente feminina, levando o homem e a mulher do campo a desempenharem papéis “naturais”, tendo em vista o bem comum.¹¹³

No mundo do lar, da casa, a mulher fia, tece, trata e limpa, ocupa-se dos animais domésticos, assume os deveres da hospitalidade, do acolhimento, dos amigos do marido, o zelo dos filhos.

Mas, mesmo os afazeres da casa não são para a mulher uma “atividade” que ela possa desenvolver com autonomia. Uma das matrizes desse discurso, que invisibiliza o trabalho da mulher, reside na fundamentação filosófica¹¹⁴ que legitimou, no decorrer da história, a “natureza” do trabalho feminino.

Excluída da possibilidade de estabelecer contratos e de movimentar o dinheiro do marido, as funções femininas são reduzidas apenas à criação do necessário à subsistência do núcleo familiar. A casa não será apenas o lugar onde ela desenvolve seu trabalho, mas será também o espaço moral. Conforme Vecchio, trata-se de um

Espaço altamente simbólico, (...) estar em casa para a mulher casada como para a mulher virgem, quer dizer estar ao abrigo dos perigos, mas também manifestar aquelas virtudes mais aptas para tranquilizar o marido: fidelidade, continência, vergonha. Ao mesmo tempo, para a mulher casada, a casa é também um espaço a custodiar; a esposa incapaz de gerir e necessitada de custódia e de orientação moral do marido torna-se quase contraditoriamente, a responsável pelo comportamento de toda a família.¹¹⁵

¹¹³ Nas atividades econômicas da mulher rural, a permanência dessa desvalorização da mão-de-obra feminina é nítida, manifestando-se no entendimento coletivo como uma “ajuda” ao marido.

¹¹⁴ O discurso filosófico argumentava que a “natureza” do trabalho feminino estava relacionada ao corpo físico da mulher, sua menstruação, seu útero e sua capacidade para a reprodução eram características que a excluíram da lei, do governo, da guerra e também da religião. A persistência dessas crenças denegriu aqueles processos biológicos exclusivos das mulheres, justificando sua inferioridade. A anatomia e o estudo dos corpos afirmavam a diferença sexual como necessária e imutável, hierarquizando os sexos. Foi nesses espaços da arte, da retórica, que se constituiu a hierarquização, e onde o olhar masculino sobre os corpos ditou - pelo poder das representações - suas funções. HUNT, Lynn. *Revolução Francesa e vida privada*. In: ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges. **História da vida privada**: da revolução Francesa à 1ª Guerra. São Paulo: Cia das Letras, Vol.4, 1997, p. 50. Também: ARISTÓTELES. **Metafísica**. Tradução de Giovanni Reale. São Paulo: Loyola, 2001, Volume II A 32/3 983.31 a 32, p. 15.

¹¹⁵ VECCHIO, Silvana. *A boa esposa*. In: DUBY, Georges; PERROT, Michele. **História das mulheres**. Vol 2. A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, p. 170.

Roger Chartier (1990) aponta as representações sociais como formadoras de entendimento do mundo que, adotadas pelos indivíduos e grupos, lhes conferem uma dada identidade. Através das representações coletivas é possível entender como, dentro de uma sociedade, se constituem diferentes leituras do mundo; como essas leituras representam e incorporam socialmente os diferentes grupos; e, assim, legitimam e reproduzem relações sociais.¹¹⁶

As mulheres do campo mantiveram-se fiéis à fé e a esses papéis a elas destinados desde há muito tempo. No início do século XX, as mulheres camponesas continuaram indo à Igreja e tomavam parte no ritual porque o Cristianismo parecia conceder um valor, um significado espiritual às suas condições de vida.

Bonnie Anderson e Judith Zinsser (2000) observam, em um texto de orações de 1946, que se reporta às obrigações da esposa quando, no confessionário, devia examinar as premissas delegadas pela Igreja: “1- Estimar su esposo; 2- Respetarlo como tú director; 3- Obedecerle como un superior; 4- Responderle con humildad; 5- Ayudarte con diligência”.¹¹⁷

Na sociedade camponesa, o desvio feminino desse ideal de comportamento outorgava ao marido o dever de castigá-la. No decorrer da História, a maioria das mulheres camponesas aceitou as circunstâncias, as atitudes, impostas pela força das representações, internalizando no inconsciente coletivo como papéis naturais, dispensando a reflexão e produzindo, assim, legitimidade social. O poder simbólico do patriarcalismo de dizer e fazer crer sobre o mundo feminino teve o controle da vida social e expressou sua supremacia, estabelecendo valores e normas aos papéis sociais das mulheres.

No reduto do lar, as mulheres camponesas trataram de adaptar-se e acomodar-se, numa relação de subordinação ao homem: “O casamento como mecanismo de ordenamento social, e a família, como palco para uma revolução silenciosa de comportamento, fechavam-se em torno da mulher, impondo-lhe

¹¹⁶ CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990.

¹¹⁷ ANDERSON, Bonnie; ZINSSER, Judith. Mujeres campesinas. Sosteniendo a las generaciones In: **História de las mujeres**. Una história própria. Vol I. Instituto de Investigaciones Feministas. Madrid: Crítica, 2000, p.174.

apenas e lentamente o papel de mãe devotada e recolhida”,¹¹⁸ o que podemos constatar ainda na atualidade, pelo seguinte depoimento:

Nunca tive vez de dar uma opinião no casamento, nunca via dinheiro (...). Ele dizia que não era assunto para mulher (...); acho que ele pensava que só serviço era assunto de mulher¹¹⁹

A depoente expressa toda uma prática social incorporada pelas mulheres, como resultado das representações construídas historicamente pelo discurso religioso presente no meio rural. O que fica aí explicitada é a força das representações sociais na construção de identidades e, conseqüentemente, na definição dos papéis dos indivíduos na sociedade.

O patriarcalismo constrói leituras particulares do mundo, concebendo, para si e para os outros, identidades que atendam a seus interesses. Para reforçar essa afirmação, Chartier aponta a relação entre representação, identidade social e mundo material quando

Pensa a construção das identidades sociais como resultado de uma relação de força entre representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou resistência, que cada comunidade produz de si mesma.¹²⁰

Ou como afirma Baczko:

O imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em casos de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum.¹²¹

¹¹⁸ DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**. condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 133.

¹¹⁹ Depoimento de E. B, 52 anos, comunidade de Rincão dos Dambrós, Catuípe: agosto de 1999.

¹²⁰ CHARTIER, 1990, p. 183.

¹²¹ BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. In: Enciclopédia Eunaldi, Vol 5. Antropos, 1982, p. 411.

É assim que, com os papéis de mãe e educadora, se consolida o discurso da “natureza feminina” - frágil, emotiva, dependente, instintivamente maternal e sexualmente passiva, instalando-se o “papel feminino” de esposa e mãe centrado no espaço doméstico.

O que podemos notar é que o desenvolvimento da sociedade industrial começou a redefinir não só relações sociais entre as classes, mas também as relações de gênero, em que os papéis femininos vão perdendo suas funções produtivas e, de acordo com o capitalismo industrial, produtivas passam a ser apenas as relações exercidas no mundo do trabalho assalariado.

Reforça-se, assim, um mundo feminino, privado, da casa, que se coloca como oposto ao mundo público, da rua, tornando-se na vida social um mundo exclusivamente masculino. Nesse novo contexto, em que as novas relações de trabalho se afirmavam, excluiu-se a mulher do espaço público.

Elas passaram a ser definidas socialmente segundo os requisitos de um mundo público ao qual não tinham acesso, porque seu lugar era numa esfera privada definida pelos princípios particularistas e hierárquicos das relações atribuídas com certos homens, como filhas e esposas, e não numa esfera pública definida pelos princípios universalistas e igualitários do mercado e, mais tarde, da cidadania.¹²²

É assim que o trabalho doméstico da dona-de-casa, seu valor e esforço, sua contribuição ao bem-estar social, não é reconhecido como trabalho e não se reveste, portanto, de prestígio social. A economia do sistema capitalista trata de desconhecer esta economia paralela, que surge e se constrói dentro do sistema familiar de produção.

As mulheres, portanto, donas de casa, passam a ser, além de mães e educadoras, trabalhadoras que nunca vão conhecer os benefícios que aos poucos a sociedade capitalista nascente vai outorgando a outros trabalhadores: salário, descanso, férias, limite de jornada, a não ser de forma indireta, através de quem dependem. Além disso, o trabalho doméstico isola as mulheres no âmbito da unidade familiar, onde realiza sua tarefa de forma individual, sem integração com

¹²²VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais**. Identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.30.

outras pessoas, afastando-se assim, cada vez mais, do mundo público. Elas passam a ser e viver para os outros e não para si mesmas, sua afirmação pessoal consiste precisamente em negar-se como pessoa¹²³.

É nesse sentido que podemos afirmar que os mecanismos de naturalização da desigualdade entre os gêneros na sociedade camponesa se inscrevem em um processo mais amplo de naturalização, referente à divisão do mundo público e privado. Estes espaços passam a operar a partir de racionalidades opostas, produzindo uma divisão da sociedade em duas modalidades sociais, regidas por pensamentos diferentes, a partir das quais seus espaços, produções e atores ficam enredados em uma lógica que subordina uma racionalidade à outra, um espaço ao outro.

Desta forma, o discurso da “natureza” feminina, os mitos da maternidade, da mulher educadora, o discurso heróico do amor materno vão trabalhar eficazmente na produção de um imaginário social que garantirá à mulher camponesa a permanência no espaço do lar, definindo-a como um “ser para os outros”.

1.3 O Perfil da Família Camponesa Brasileira

O Brasil, desde o início de sua colonização, das primeiras décadas do século XVI até o início do século XVII, não apresentou núcleos familiares constituídos legalmente. Os portugueses, ao conquistarem essas terras, não possuíam condição de as povoarem e nelas constituírem núcleos evolutivos. A presença feminina no Brasil se manifestou pela mulher indígena e negra, devido ao fato de que as mulheres dos colonos portugueses permaneciam em Portugal.¹²⁴

¹²³ HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil (1850 – 1940). Florianópolis: Ed. Mulheres – EDUNISC, 2003, p. 238-240.

¹²⁴ SILVA, Tavares Regina Maria. *O que se dizia sobre as mulheres*. In: **Revista Oceanos**. As mulheres do mar salgado. Nº 21. Janeiro de 1995. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, Distribuição no Brasil: Bertrand, p. 83.

A partir do momento da doação das sesmarias¹²⁵, o cultivo da terra e a família passam a ganhar importância. A tipologia da família rural brasileira, que nasce no século XVI, tem como base o modelo patriarcal europeu, composta por um núcleo central, legalizado, casal branco e por filhos legítimos; e um núcleo periférico, caracterizado por uma mistura não muito clara de agregados, escravos, negros mestiços, no qual estavam incluídas as concubinas e os filhos legítimos.¹²⁶

A célula patriarcal brasileira centrada na figura do “Pater” era encarregada de toda a funcionalidade da vida colonial, desde a produção, a justiça, a defesa, o poder sobre os escravos, a reprodução dos costumes... Tudo isso, de uma certa maneira, legitimado pelo Estado.

O patriarcalismo na vida rural brasileira foi responsável pela continuidade do estereótipo das representações sobre o feminino que, na Europa, a cultura familiar tinha na época. No Brasil colônia, o comportamento da mulher variava conforme a classe social ou o grupo étnico. As mulheres indígenas, negras e mestiças trabalhavam arduamente e, nas classes mais elitizadas, “nem todas as mulheres eram confinadas à esfera privada do lar e excluídas da esfera pública, entregue aos homens, como nos casos da viúvas que até administravam fazendas”.¹²⁷

Para Mary Del Priore,

o casamento como mecanismo de ordenamento social, e a família, como palco para uma revolução silenciosa de comportamento, fechavam-se em torno da mulher, impondo-lhe apenas e lentamente o papel de mãe devotada e recolhida¹²⁸.

¹²⁵ Sesmarias, termo que designa a terra doada para fins de cultivo a alguém que se torna seu proprietário, com a única obrigação de cultivá-la. Em Portugal, a partir do século XIII, as sesmarias eram inicialmente doadas pelos conselhos (câmaras municipais). Em 1375, como consequência das pestes e da diminuição demográfica, faltavam braços nas vilas e cidades, valorizando-se a mão-de-obra e provocando um êxodo rural. O rei D. Fernando, para enfrentar o despovoamento dos campos, promulgou a lei que visava estimular a propriedade e fixar os homens à terra. Transferido para o Brasil, o sistema foi introduzido por Martim Afonso de Sousa em São Vicente, fazendo parte dos direitos dos donatários das capitâneas hereditárias a distribuição de terras em sesmaria. Em geral as sesmarias tinham até 3 léguas quadradas, embora houvesse doações maiores, como nas áreas de pecuária. O sistema foi adotado no Brasil até 1820. Ver: JUNIOR, Prado Caio. **A formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

¹²⁶ JUNIOR, Prado Caio. **A formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 12.

¹²⁷ PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p.43.

¹²⁸ Idem. p. 133.

Dessa forma, o patriarcalismo se afirma num instrumento de controle social sobre a família em território colonial, exercido pelo Estado e pela Igreja, estes agindo mutuamente sob o imaginário social do período.

Encarada por este prisma, a família pode ser vista como uma das instâncias de controle da população, visto que

muito pouco na colônia se referia ao indivíduo como pessoa isolada – é pela e para a família que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada, se originam ou convergem. Podemos ir mais além e afirmar que a família confere ao indivíduo estabilidade ou movimento, influenciando no status e na classificação social¹²⁹.

O que se reproduz, no Brasil, pela estrutura familiar, são práticas sociais ancoradas nas representações sobre a maternidade e a domesticidade. A estrutura familiar camponesa brasileira não pode ser imaginada sem a figura da mãe protetora, acolhedora, dócil, que está sempre pronta para o refúgio dos filhos; reproduzindo, assim, a figura feminina criada pela moral católica.

Assim, a imagem da mulher veiculada pela Igreja será o fator determinante para a implantação dos modelos de representação e de identidade feminina a serem seguidos pelas mulheres. São construções sociais, onde a religião assume um papel particularmente importante, devido seu poder de dar sentido à vida. Por isso sua ação foi fundamental na perpetuação de desigualdades associadas ao gênero e “a par de um discurso histórico factual, foi-se desenvolvendo uma argumentação teológica de suporte deste processo”.¹³⁰

O mundo camponês no Brasil, em meados do século XIX, foi marcado intensamente por um novo fator: a vinda do emigrante, que se estendeu até o início do século XX. Pretendendo trazer pequenos proprietários, com vistas a povoar regiões do Sudeste e Sul do país, através das companhias colonizadoras, o Estado passa a incentivar e apoiar políticas de apoio à imigração, porém, mantendo a política fundiária caracterizada pela grande propriedade e pela monocultura de exportação.

¹²⁹ FARIA, Sheila de Castro. “História da Família e Demografia Histórica”. In: CARDOSO & VAINFAS (Orgs.). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.21.

¹³⁰ KRISTEVA, Julia; CLEMENT, Catherine. **O feminino e o sagrado**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001, p. 29.

É importante salientar que os primeiros núcleos coloniais de imigrantes que chegam ao Brasil irão reproduzir as representações sobre os papéis da mulher, presentes no imaginário europeu, caracterizadas pela atuação no interior da casa, junto aos seus filhos e dependentes.

A legitimidade dessa ligação com a casa, com o espaço doméstico, estava relacionada às leis seculares moralísticas,¹³¹ que mantinham os papéis femininos ligados ao marido, com funções de zelo pelo patrimônio doméstico, de organização da produção econômica da casa. Essas atribuições, construídas pelo imaginário social,¹³² levaram à funcionalidade do espaço doméstico como suporte de infraestrutura para o funcionamento do sistema econômico de todas as propriedades no Brasil.

A mulher camponesa, juntamente com o marido, desenvolve a tarefa de colonizar áreas inóspitas e produzir para o consumo, assumindo uma responsabilidade imensa: solteiras ou casadas, com filhos menores ou não, foram sobrecarregadas com a tarefa de prover os velhos, organizar o trabalho doméstico e manter a coesão familiar¹³³.

¹³¹ É necessário entender o modo como a mulher se percebe e é percebida nos nossos dias como o resultado de um *continuum histórico* em que as concepções tradicionais do feminino continuam a ter influência capital na sociedade contemporânea. Dentre essas concepções, destacam-se os modelos e padrões do feminino veiculados pelos documentos oficiais da Igreja Católica e pela exegese bíblica, que fornecem protótipos de comportamento destinados às mulheres e à sociedade em geral. Uma leitura dos mecanismos de recepção das representações do feminino veiculadas pela moral cristã poderia levar-nos a refletir apenas sobre o modo como se determinam as práticas sociais perpetuadoras da dominação masculina, negligenciando a importância da auto-percepção feminina e da incorporação de estruturas inconscientes como disciplinadoras do lugar social da mulher. Neste âmbito, o aprofundamento da dominação masculina tem sido destacado por Bourdieu: “Nós incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de avaliação, as estruturas históricas da ordem masculina”. Ver: BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p.11.

Esse capital simbólico da religião sobre o feminino ainda possui uma influência determinante e pode ser visualizado entre o público feminino do meio rural, no qual os papéis formulados pela religião e o patriarcado determinam, em pleno século XXI, a identidade feminina. TEDESCHI, Losandro. **Do silêncio à palavra: Construções e perspectivas em gênero no Noroeste do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo, Dissertação de Mestrado, Unisinos, 2001.

¹³² É no campo do imaginário social que a sociedade informa aos sujeitos históricos os seus papéis incorporando ou excluindo indivíduos ou grupos. Podemos, assim, considerar que dentro desse campo simbólico, são travados combates pela legitimação de representações que justificam uma dada ordem social. PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 47.

¹³³ FAVARO, Eulalia Cleci. **Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências**. Tese de doutoramento. Pontifícia Universidade Católica – PUC. Porto Alegre, 1995.

O casamento, tanto no aspecto das famílias camponesas, quanto no das relações do mundo urbano no Brasil, será a forma da conduta “decente” para os promotores da moral e da nova ordem. Porém, o clima de mudanças que ocorre no final do século XIX, com a industrialização, a formação de pequenas cidades no interior, resultante da imigração, passará a colocar em xeque as velhas regras e as normas morais de condutas dos sexos.

Diante de questões “perigosas”, geradas pela influência do ambiente urbano, o lar e a família, então, passam a ser palco dos discursos da moral cristã:

A esposa, a boa dona de casa, sabe perfeitamente quais os gostos do marido, seus pratos preferidos e a maneira pela qual os quer arranjados. Ela sabe tudo: o lugar que o marido mais gosta de estar, a cadeira escolhida, o descanso para os pés (...) Quando o marido lê não o interrompe, nem deixa perturbá-lo sem motivo. Mas se ele lhe fala do que a leitura sugere, a esposa mostra-se interessada - ou procura interessar-se pelo assunto - porque em tudo quer ser agradável ao marido, e isso lhe agrada sem dúvida. Tudo isso, são pequeninos nada. Pois esses pequeninos nada é que têm a maior importância na vida.¹³⁴

Regras passam, então, a normatizar o perfil da família brasileira em construção. A mulher deveria, nesse sistema, ser o ajuste e o espaço das concessões para preservar a pureza e a submissão, combinadas com as novas expectativas da sociedade burguesa capitalista em ascensão, e gerenciar eficientemente o lar.

¹³⁴ MALUF, Marina; MOTT, Lúcia Maria. Recônditos do mundo feminino. O menu do meu marido, 1920. In: NOVAIS, A. Fernando; SEVECENKO, Nicolau (Orgs). **História da vida privada no Brasil**. Vol 3. República da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.389.

Se, no mundo urbano, os papéis, os modelos defendidos eram esses, no meio rural brasileiro, no início do século XX, os padrões não eram muito diferentes. A força da modernidade¹³⁵ continuará perpetuando esses modelos. O referencial da “dona de casa” estava presente nos grupos domésticos, caracterizados a um espaço (roçado) e uma casa, onde cada membro da família estava ligado à sua posição em relação aos papéis sociais atribuídos a cada sexo. Segundo Ciro Flamarion Cardoso, toda a estrutura familiar dependia do trabalho dos seus membros na roça,¹³⁶ identificada do ponto de vista econômico, sobretudo por quatro características:

- 1) acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar; 3) economia fundamentalmente de subsistência, sem excluir por isto a vinculação eventual ou puramente com o mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões essenciais sobre o que plantar, e de que maneira, como dispor do excedente.¹³⁷

A consequência para a história rural, da produção da roça ser responsável pelo consumo familiar e por oposição as atividades desempenhadas no âmbito da casa, será a desvalorização de uma das atividades. É nesse contexto que, a partir

¹³⁵ Para Pateman, o casamento, na modernidade, difere das demais relações contratuais, porque participam de seu contrato um “indivíduo” e um subordinado natural, e não dois “indivíduos”. A questão da individualidade nas relações familiares e a questão dos papéis do homem e da mulher são encaradas, nesse período, por um contrato que define, através de atos, o que o indivíduo pode fazer ou não. A criação dos espaços políticos é vista como uma ação masculina, reforçando, por sua vez, nas mulheres, suas aptidões no mundo doméstico. A legitimidade do papel da mulher como reprodutora do núcleo familiar e de mantenedora da família passa a ser entendida, pelo direito patriarcal, como uma das expressões fundadas na natureza. Quando o poder paterno é tomado como paradigma da sujeição natural, questionamentos sobre a designação dos papéis e das relações conjugais e sexuais como naturais são facilmente desconsiderados. Todas as diferenças estão sintetizadas nas características “naturais” do nascimento. Desde a construção judaico-cristã e filosófica sobre o corpo da mulher, o nascimento biológico expressa um símbolo, uma representação de tudo aquilo que a torna um ser incapaz de entrar na sociedade, no espaço público, e de se transformar em um indivíduo civil, ou seja, numa cidadã. *“As mulheres estão privadas tanto de força quanto de capacidade num sentido geral; mas, elas são, por natureza, deficientes quanto à capacidade especificamente política, do espaço público, de criar e manter atos e ações políticas”*. PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 140-142.

¹³⁶ Os colonos continuam cultivando como seus antepassados, ou seja, das primeiras famílias de emigrantes. Deles receberam também o nome dessa prática, a *Roça* (de que tiraram o verbo “*rosen*”, preparar a terra dessa maneira) e os de suas diversas operações. ROCHE, Jean. **A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Tradução de Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, p.286. Na região Noroeste do Rio Grande do Sul, entende-se por roça uma parcela de terra, na qual se realiza o cultivo próprio da pequena produção e através desse espaço é que as famílias obtêm os meios necessários à subsistência.

¹³⁷ CARDOSO, Flamarion Ciro. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, Leonardo André (org). **O campesinato na história**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Faperj, 2002, p.20.

da formação de uma nova prática cultural e social com a vinda dos imigrantes, que os papéis do homem e da mulher no meio rural passam a ganhar reforços e diferenças. A responsabilidade sobre o sustento da casa, o consumo familiar, pertence ao pequeno agricultor, na qualidade de pai de família, sendo ele o responsável, encarando a produção na roça como um trabalho dele; nesta ótica, os filhos e a esposa, mesmo desempenhando as mesmas atividades, passam a prestar-lhe apenas uma “ajuda”.

Inserido na estrutura patriarcal, o papel da mulher foi visto como o de dependência e de submissão em relação ao homem. Dados censitários da década de 1950 mostram que a escolaridade feminina no meio rural no Rio Grande do Sul, mesmo sendo superior à masculina, não modificava os papéis sociais entre os gêneros, fato que se confirma em pesquisa aplicada em regiões deste estado naquele período,¹³⁸ revelando que cabia ao homem a chefia da família, sendo por ele tomadas as decisões mais importantes.

É pertinente salientar que, na coleta de depoimentos¹³⁹, constatou-se que, na vida de um casal com um período de vida conjugal maior de 40 anos, predominavam representações sobre a importância econômica do trabalho masculino e, por sua vez, o consentimento feminino dessa valorização; porém, a desigualdade entre os sexos acerca do trabalho na unidade familiar não era sentida pelas mulheres, conforme denota-se deste depoimento:

Tinha que ir para a roça igual ao marido, trabalhar no duro, e depois fazer tudo em casa, não tinha ajuda de ninguém, mas gostava de trabalhar assim, levava as crianças junto na roça, era sofrido mas era divertido no fundo, quando precisava a gente até carpir por dia nos vizinhos, e eu ia junto (...) e depois que o meu marido me deixou, eu tive que trabalhar sozinha, as crianças eram pequenas, eu tinha que fazer tudo sozinha, e não me arrependo.¹⁴⁰

O não-reconhecimento da dupla jornada do trabalho feminino na roça se manifesta por um conjunto de representações sociais que estabelecem esse discurso como legítimo, fazendo com que, em sua imensa maioria, as mulheres

¹³⁸ SZMRECSÁNYI, Tamás, e QUEDA, Oriowaldo. **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973, p.76.

¹³⁹ Abordaremos com maior propriedade esse aspecto no capítulo 3.

¹⁴⁰ Depoimento de E. P., 56 anos, Augusto Pestana/RS, setembro de 1997.

acabem interiorizando e incorporando, por meio de um processo sutil, o “consentimento”, estabelecendo assim a cumplicidade com o poder masculino.

O social produz-se através de uma rede de sentidos, de marcas de referências simbólicas por meio dos quais os homens comunicam, se dotam de uma identidade coletiva e designam as suas relações com as instituições políticas. A vida social é produtora de valores e normas e, ao mesmo tempo, de sistemas de representações que os fixam e traduzem.¹⁴¹

O significado do que é trabalho legítima e dá sentido à divisão de tarefas por sexo, aprofundando a oposição entre masculino e feminino.

Embora as atividades que se realizam no roçado sejam consideradas trabalho por oposição às atividades próprias da casa, dentro das atividades agrícolas há algumas tarefas que são especificamente femininas, tais como a sementeira ou a limpeza da horta, tarefas estas, realizadas pelas mulheres perdem o caráter de trabalho e passam a ser denominadas de ajuda.¹⁴²

Esta se constituiu em uma das formas de excluir as mulheres do espaço público, desqualificando sua força de trabalho, atribuindo-lhes um significado secundário, inibindo sua presença na esfera extradoméstica. Essa desqualificação trazia uma conotação de inferioridade e segregação social, cultural e econômica, sugerindo que, de certa forma, as mulheres agricultoras não possuíam condições de realizar trabalho produtivo, o que não é verdade, dada a intensa atividade econômica exercida pelas mulheres, muitas vezes, provedoras da renda familiar.

Contrariamente, as tarefas domésticas, das famílias agricultoras, descendentes de imigrantes, não eram divididas com os homens. Da mesma forma, os ganhos do trabalho feminino passam imediatamente para as mãos do chefe da família, ou, em caso de ausência, para o irmão mais velho ou até mesmo para a própria mãe, no exercício da função paterna¹⁴³.

¹⁴¹ BACZKO, Op. cit. p. 303.

¹⁴² HEREDIA, Beatriz. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas na América Latina. In: AGUIAR, Neuma (Org.) **Mulheres e força de trabalho na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1984, p.30.

¹⁴³ Conferir FAVARO, Eulalia Cleci. **Imagens femininas**: contradições, ambivalências, violências. Tese de doutoramento. PUC/RS, 1995.

A dinâmica das demandas por força de trabalho acaba por pulverizar os pretensos seccionamentos de espaços do masculino e do feminino na esfera da produção. Esta simbiose está na relação direta da maior pressão da demanda por mão-de-obra na órbita da família. A mulher acresce à sua lide domiciliar as tarefas na agricultura, operando-se uma combinação de trabalho doméstico e trabalho agrícola, porém não havendo visibilidade e reconhecimento enquanto sujeito.

2 O MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NO NOROESTE GAÚCHO: INFLUÊNCIAS, RUPTURAS, CONTINUIDADES E CONTRADIÇÕES

2.1 A Influência do Feminismo como Movimento Social

Um dos primeiros momentos na história brasileira em que as mulheres tiveram um papel expressivo no contexto político foi no início do século XX, através da Federação Brasileira para o Progresso Feminino,¹⁴⁴ quando deram início, em 1918, a um importante movimento, reivindicando o direito de voto.

Após a revolução de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, foi concedido o direito de voto às mulheres, entrando em vigor na Constituição de 1934. Porém, a tendência favorável à participação política da mulher não teve continuidade durante a ditadura de Vargas (1937-45).

Mesmo implantando uma tradição trabalhista no país, estabelecendo condições de trabalho, tais como a jornada de trabalho de oito horas e o salário-

¹⁴⁴ A história da Federação Brasileira para o Progresso Feminino está relacionada à volta ao Brasil de Bertha Lutz (1894-1976), em 1918. Pioneira do feminismo no Brasil, destacou-se como líder feminista, ao fundar em 1919 a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, em favor do voto feminino. Em 1920, foi nomeada para o cargo de inspetora do ensino secundário, atuando no Ginásio Masculino de Lorena, em São Paulo. Em 1922, representou o Brasil na assembléia-geral da Liga das Mulheres Eleitoras, nos Estados Unidos, quando foi eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana. Ao retornar ao Brasil fundou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que substituiu a liga de 1919. Em 1922, como delegada do Museu Nacional ao Congresso de Educação, conseguiu que as meninas tivessem acesso ao Colégio Pedro II. Em 1923, participou da Conferência Internacional da Mulher, realizada em Roma. Dois anos mais tarde, esteve na Conferência Pan-Americana da Mulher, reunida em Washington. Esta teve um papel revelador no que tange à luta pelos direitos negados pelo Estado brasileiro à mulher, mas ao mesmo tempo era representante oficial desse mesmo Estado em conferências internacionais. PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 23.

maternidade, a legislação progressista não saiu do papel e as condições mudaram muito pouco para as mulheres brasileiras nessa época¹⁴⁵.

No início da década de 1960, depois de uma longa fase sem maior expressão política feminina, as mulheres foram incentivadas à realização das marchas “Da família, com Deus para a liberdade”, antecedendo o golpe militar de 1964, para defender os valores da família contra o que era considerado a ameaça comunista do governo de João Goulart.

Os valores, os símbolos ligados às mulheres, quase sempre em torno da noção de “natureza feminina”, propagaram-se exaustivamente, reforçando aquela imagem estereotipada da mulher como boa mãe, imagem apropriada e defendida politicamente pela extrema-direita, em função da doutrina de segurança nacional.¹⁴⁶ Nessa concepção a maternidade era sagrada, pois às mulheres cabia o cuidado da moral da família como educadoras naturais¹⁴⁷.

O golpe militar de 1964 legitima-se em função da doutrina de segurança nacional, com forte ênfase na repressão da mídia e no controle aos movimentos sociais, considerando essa atitude uma precondição para levar o país ao desenvolvimento e à industrialização. A partir de 1974, quando já haviam sido

¹⁴⁵ “A Legislação Trabalhista foi um dos elementos centrais do estado populista-corporativista liderado por Getúlio Vargas. Os direitos por ela estabelecidos foram oferecidos aos trabalhadores como doações do ditador. Embora formulado no meio de um projeto autoritário e corporativista e freqüentemente não cumprida essa legislação tinha algumas provisões que podem ser consideradas progressistas. Desde a década de 1930, ela ampliou os direitos das mulheres, tais como o salário maternidade, com garantia de emprego e tempo livre para amamentação durante as horas de trabalho”. GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Orgs) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 641-642.

¹⁴⁶ TAVARES, Maria Hermínia; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando (Org). **História da Vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Vol 4, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.333-334

¹⁴⁷ É seguro que no *Emílio de Rousseau* está uma das origens da afirmação dos papéis de “educadoras naturais”. Ele fala como homem, para homens, a respeito da mulher. “Sofia deve ser mulher como Emílio é homem, isto é, deve ser tudo o que convém à constituição de sua espécie e de seu sexo para ocupar o seu lugar na ordem física e moral. Começemos, pois, por examinar as conformidades e as diferenças entre seu sexo e o nosso”, afirma, no começo do livro V. Nesse início da obra, também está dito: “Na união dos sexos cada um concorre igualmente para o objetivo comum, mas não da mesma maneira. Desta diversidade nasce a primeira diferença assinalável entre as relações morais de um e de outro. Um deve ser ativo e forte, o outro passivo e fraco; é preciso necessariamente que um queira e possa (...)”. Rousseau, deixa bem claro que as mulheres adequadas para ser esposas devem “agradar ao homem e ser subjugadas”. Se os homens são os chefes das famílias, eles têm que ter o acesso sexual aos corpos das mulheres; mas esse acesso não pode ser fruto de um acordo mútuo, porque os corpos das mulheres e dos homens não têm o mesmo significado político. As mulheres, seus corpos, suas paixões, representam “a natureza”, que tem de ser controlada e superada para que a ordem social possa ser mantida. No estado da natureza, a ordem social da família só pode ser mantida se o marido for o senhor. Os desejos femininos, insaciáveis, têm de ser controlados pelo direito patriarcal. ROUSSEAU, Jean Jacques. **O Emílio ou da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, Cap V., p. 491- 492.

eliminados os focos de contestação ao regime, o discurso do “inimigo comunista” começou a perder significado para as categorias sociais que tinham apoiado o regime militar.

Foi diante desse quadro, agravado por questões econômicas como a inflação e o custo elevado de vida, que Ernesto Geisel (1974-79) anunciou a abertura política ao regime, lenta e gradual.

Com a distensão do governo Geisel surgiram inúmeros movimentos sociais, visto que se abriu espaço para o protesto político, incentivando a mobilização popular. Nesse processo de abertura lenta e gradual, a relação das mulheres com o Estado e os partidos políticos começa a se expressar de forma significativa. Elas aparecem como protagonistas políticas e surge uma infinidade de organizações, sobretudo nos grandes centros urbanos, as quais deram uma importante contribuição à democratização.

O atual Movimento Feminista Brasileiro nasce, nos anos 70, amparado por um panorama internacional, que instituiu o Ano Internacional da Mulher (1975), favorável, portanto, à discussão da condição feminina, sobre seus papéis e as relações de poder socialmente construídas, articulando gênero e classe.

As memórias dos “anos de chumbo”, os depoimentos das mulheres militantes e vítimas da repressão militar, permitem afirmar, conforme Carvalho (1998), que o caráter radical do feminismo brasileiro foi gestado sob a experiência da ditadura militar¹⁴⁸. A presença das mulheres na luta armada no Brasil dos anos 60 e 70¹⁴⁹ implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma transgressão ao que era designado, na época, como próprio das mulheres.

As reflexões feministas discutiam o status social e a discriminação da mulher; como também os problemas psicológicos, como ansiedade, solidão, conflitos com os maridos... Com isso, as mulheres passaram a ver que tinham muitos pontos em

¹⁴⁸CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada no Brasil**. São Paulo: Globo, 1998, p. 19.

¹⁴⁹O significado dessa presença foi apontada por Carvalho, ainda que, como assinala o autor, a liberação específica da condição feminina não se colocasse explicitamente naquele momento. CARVALHO, Luis. **Mulheres que foram a luta armada no Brasil**. São Paulo: Globo, 1998.

comuns e que podiam aprender com a Teoria Feminista¹⁵⁰. O Movimento Feminista desenvolveu-se no Brasil entre a classe média e trazia propostas de mudanças profundas tanto no sistema político, quanto nas relações produtivas e reprodutivas de gênero, tais como a divisão sexual do trabalho, o aborto, a violência sexual, além de se preocupar com os exilados políticos. Nessas circunstâncias, no Ano Internacional da Mulher, 1975, oficialmente declarado pela ONU, propicia o cenário para o início do Movimento Feminista no Brasil, ainda fortemente marcado pela luta política contra o regime militar.

O reconhecimento oficial, pela ONU, da “questão da mulher” como problema social favoreceu a criação de uma porta para o movimento social que ainda atuava nos bastidores da clandestinidade, abrindo espaço para a transformação de grupos políticos de mulheres que passaram a existir abertamente, como o “Brasil Mulher”, o “Nós Mulheres”, o “Movimento Feminino pela Anistia”¹⁵¹. A ampla bibliografia sobre o assunto já apontou as especificidades do feminismo brasileiro, nascido neste contexto.¹⁵²

A ligação do Movimento Feminista Brasileiro com os movimentos populares merece destaque porque fez com que também as demandas desses movimentos fossem levadas para os partidos políticos. As feministas desempenharam o papel de líderes políticas conscientizadoras nos grupos populares, informando as mulheres sobre seus direitos sociais, enquanto ajudavam os grupos de base no seu papel de atores políticos.

Muitos movimentos populares femininos tinham surgido das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, nas quais a fé era ligada à política, de acordo com as

¹⁵⁰ OLIVEIRA, Darcy Rosiska. **Elogio da diferença**: o feminino emergente. São Paulo: Brasiliense, 1999, p.56.

¹⁵¹ O Movimento Feminino pela Anistia, com representação no Rio Grande do Sul, foi fundado em 1975, por mulheres de classe média, profissionais liberais, estudantes e intelectuais, para exigir a anistia dos exilados e dos prisioneiros políticos. A atuação do movimento contribuiu para o Decreto-lei da Anistia (lei n. 6.683) em agosto de 1979. In: CARVALHO, Luiz. **Mulheres que foram à luta armada no Brasil**. São Paulo: Globo, 1998.

¹⁵² BARROSO, Carmem; COSTA, Albertina de Oliveira. **Pesquisa sobre mulher no Brasil**: do limbo ao gueto? Cadernos de Pesquisa (54), São Paulo: Cortez/ Fundação Carlos Chagas. 1985; COSTA, Albertina de Oliveira. **É viável o feminismo nos trópicos?** São Paulo: Cadernos de Pesquisa (66) Fundação Carlos Chagas. 1988; GOLDBERG, Anette. **Feminismo em regime autoritário**: a experiência do Movimento de Mulheres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 12º Congresso Internacional da IPSA. 1982; PONTES, Heloisa. **Do palco aos bastidores**: o SOS mulher e as práticas feministas contemporâneas. Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 1986.

idéias da Teologia da Libertação. Eram grupos de discussão e de formação de uma conscientização política e, na sua maioria, consistiam de leigos e mulheres de classes mais desfavorecidas. Isto colocou os grupos feministas politizados em permanente enfrentamento com a Igreja na busca da hegemonia dentro dos grupos populares.

A atuação da Igreja, no que se refere à perspectiva feminista, sempre teve limites claros, prevalecendo a rigidez dos princípios morais, ainda que a atuação cotidiana nas comunidades de base pudessem comportar alguma flexibilidade. A análise de Moraes¹⁵³ é reveladora de que a hegemonia da Igreja sobre os grupos populares circunscreveu o conteúdo ideológico da luta das mulheres pobres, promovendo a participação das mulheres na vida comunitária, mas, em contrapartida reforçando seus papéis familiares tradicionais.

O Feminismo foi se expandindo em um quadro de mobilizações diferenciadas, convivendo com a diversidade, sem negar sua particularidade. Inicialmente ser feminista tinha uma conotação pejorativa

(...) vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês e para muitos homens e mulheres, independente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação anti-feminina.¹⁵⁴

A disputa feminismo *versus* feminino repercutiu inclusive internamente no Movimento, dividindo seus grupos como denominações excludentes. A autodenominação “feminista” implicava, nos anos 70, a convicção de que os problemas específicos da mulher (não se falava em gênero na época) não seriam resolvidos apenas pela mudança na estrutura social, mas exigiam tratamento próprio.

¹⁵³ MORAES, Maria Lygia. **Vinte anos de feminismo**. Campinas: tese de livre-docência. Departamento de Sociologia, IFCH, 1996.

¹⁵⁴ SARTI, Cynthia. **Feminismo e contexto**: lições do caso brasileiro. São Paulo: Cadernos PAGU (16) 2001, p.31-48.

A conjuntura política apenas agravou, de forma marcante, o que constitui um impasse estrutural do feminismo, dado por duas ordens de questões: de um lado, pela difícil articulação entre a luta política contra a opressão social e histórica da mulher e a dimensão da subjetividade intrínseca ao teor libertário feminista; e de outro, o já mencionado fato de que o feminismo, embora diga respeito à mulher em geral, não existe abstratamente, mas se refere a mulheres em contextos políticos, sociais e culturais específicos, o que implica recortes e clivagens que dividem estruturalmente o mundo que se identifica com o feminino.¹⁵⁵

No final dos anos 1970, no processo de “abertura” política em que o país vivia, ganham espaço as questões feministas e a abordagem das relações de gênero. Grande parte dos grupos de mulheres no Brasil declarou-se feminista, abrindo-se espaços para a reivindicação de políticas públicas e para a reflexão sobre gênero. Segundo Célia Pinto (2003), a unidade do Movimento de Mulheres no Brasil, sem a explicitação da marcante diversidade que o caracterizou, permaneceu até o início dos anos 80, quando mobilizações pela democracia ainda eram um elemento aglutinador¹⁵⁶.

Os desafios, as demandas e as motivações dos movimentos de mulheres eram distintos, sem que esta distinção tivesse sido nomeada. Alegando a prioridade de combater o autoritarismo e as desigualdades existentes na sociedade brasileira, algumas tendências relegavam a um plano secundário a problemática feminista, não dando conta daquilo que Costa¹⁵⁷ chamou de “natureza híbrida das manifestações de rebeldia das mulheres brasileiras”.

Mesmo com a pluralidade de ações e intervenções, nos anos 80 o Movimento de Mulheres no Brasil era uma força social e política consolidada, explicitando um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero. As ferramentas de análise da realidade construídas pelo feminismo passam a penetrar em outros movimentos (partidos, sindicatos, associações...), afirmando a mulher como sujeito social.

Mas, ao mesmo tempo em que a consciência sobre a opressão histórica sobre as mulheres se espalhava, os grupos feministas se atomizavam, esvaziando-

¹⁵⁵SARTI, Cynthia. **Feminismo e contexto**: lições do caso brasileiro. São Paulo: Cadernos PAGU (16) 2001, p. 42.

¹⁵⁶PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p.34.

¹⁵⁷COSTA, Albertina. Op. cit., p.38.

se os grupos formados em torno da bandeira da opressão feminina, passando a ganhar força uma atuação mais especializada, com uma perspectiva mais técnica e profissional através da criação de Organizações Não-Governamentais (ONGs), buscando influenciar as políticas públicas em áreas específicas mediante o uso de canais institucionais.

A institucionalização do movimento implicou o direcionamento para as questões que respondiam às prioridades das agências financiadoras (como aquelas relacionadas à saúde da mulher e aos direitos reprodutivos).

É interessante observar que as feministas foram, então, lentamente sendo substituídas por mulheres não engajadas no Movimento e o governo limitou sua participação no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.¹⁵⁸ Além disso, as diferenças entre os grupos de mulheres eram cada vez mais marcantes, dificultando um ponto de coesão na defesa de interesses “das mulheres”.

As correntes múltiplas que floresceram no Movimento Brasileiro de Mulheres no final da década de 1980 permitiram evidenciar amplamente uma multiplicidade de interesses práticos e estratégicos, manifestos nas sociedades estratificadas por raça e cultura. E esses interesses eram expressados e articulados politicamente por grupos de mulheres antagonistas às vezes ainda mais diversos.¹⁵⁹

A história da afirmação do Feminismo como ferramenta de análise histórico-social demonstrou que seus impasses e implicações não se resolveriam facilmente, pois transcendiam a questão política penetrando na ordem subjetiva. Aos poucos, foi-se abrindo o espaço para estudos, alicerçados naquilo que Bourdieu denomina

¹⁵⁸ O Movimento Feminista obteve espaço político com a criação de novas instituições dentro do Estado, como, por exemplo, o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres – CNDM, em 1985, e as delegacias de mulheres, para combater a violência doméstica. O CNDM, vinculado ao Ministério da Justiça, consistia em mulheres ativas no Movimento Feminista por todo o país, que aconselhavam o governo sobre as políticas públicas e mantinham um contato direto com o presidente. Com a ajuda financeira do governo, o organismo publicou material de estudos, apoio e projetos de pesquisa na área. Após 1988, o CNDM começou a perder influência em virtude da diminuição considerável da efervescência social em torno da consolidação do processo brasileiro de democratização, no qual o predomínio da direita vai fragilizar esse organismo. CORRÊA, Sônia. **Gênero: reflexões conceituais, pedagógicas e estratégicas**. Recife: SOS Corpo, 1996, p.12.

¹⁵⁹ ALVAREZ, Sonia. La transformación de los feminismos y la política de género en la democratización del Brasil. p. 234 In: LEÓN, Magdalena. **Mujeres y participación política: avances y desafíos en América Latina**. Bogotá: Cuadernos Tercer Mundo, p. 227-289.

“violência simbólica”, ou seja, a internalização do discurso do dominador pelo dominado, o que o faz agente e cúmplice de sua própria dominação.¹⁶⁰

Começou a emergir então uma análise sobre a construção da identidade e do discurso feminino e masculino e qual a legitimidade que esse discurso defende, abrindo possibilidades de novas análises das relações de gênero para os Movimentos de Mulheres pensarem e questionarem as identidades construídas, não de uma maneira natural, mas cultural.

No caso brasileiro, o Feminismo, libertário como foi, não podia aludir à prioridade da luta contra o autoritarismo da ditadura, sob pena de negar a si mesmo. Com o passar dessa luta, o movimento social abriu caminho para uma experiência coletiva que mudou a perspectiva de ser mulher, mas também permitiu a cada mulher a indagação sobre si mesma e no que diz respeito às relações de poder.

Não resta dúvida de que o feminismo tal como existiu nas décadas de 1970 e 1980 – como grupos de reflexão, associações fortes, manifestações públicas – tem atualmente muito pouca expressão, tanto no Brasil como na Europa e nos Estados Unidos. Entretanto parece bastante equivocado simplesmente decretar o fim do feminismo. Deve-se prestar atenção nesse início de milênio às novas formas que o pensamento e o próprio movimento tomaram, e, para tanto, dois cenários são particularmente importantes: o primeiro refere-se à dissociação entre o pensamento feminista e o movimento; o segundo, à profissionalização do movimento por meio do aparecimento de um grande número de ONGs voltadas para a questão das mulheres. Essas duas movimentações são complementares e, ao mesmo tempo, agem em direções diversas. Enquanto o pensamento feminista se generaliza, o movimento, por meio das ONGs, se especializa.¹⁶¹

As feministas estavam preocupadas com a posição social das mulheres como um todo. Foram elas que levantaram a bandeira dos direitos individuais e sua participação política. Num momento inicial, todos os grupos de mulheres estavam articulados, porém, posteriormente, as divergências levaram a um distanciamento e, inclusive, a frações dos diferentes tipos de organização.

Enquanto as feministas construíam no Brasil pautas de reivindicações relacionadas à discriminação, o direito à diferença, igualdade na diferença, direitos sexuais e reprodutivos, no mundo camponês esse pensamento não teve influência,

¹⁶⁰ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

¹⁶¹ PINTO, Célia Regina. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p.91.

pois foi a Igreja que desempenhou um papel central na organização das mulheres rurais. O termo feminino rural apresenta dificuldades profundas dada a carga de significados¹⁶² que o termo e/ou conceito carrega dentro da epistemologia androcêntrica e da cultura patriarcal rural, não levando ao diálogo e a ações comuns com o movimento feminista do período.

2.2 As Mulheres Trabalhadoras Rurais e a Teologia da Libertação

O novo contexto sociocultural rural no Brasil, caracterizado pela vinda do imigrante, afetou os padrões, os modelos na vida rural do início do século XX. Porém, o discurso da Igreja continuava sendo a maior autoridade na comunidade e usufruía um alto status, como o representante de Deus. A vigilância moral era uma prática comum dessas sociedades rurais, estipulada pelos estatutos da capela, onde dessa forma o padre decidia sobre muitos dos assuntos dentro da comunidade e os colonos eram meros ouvintes desse poder.

Assim, a capela foi um símbolo fundamental na identidade cultural das famílias de colonos imigrantes no Sul do Brasil.

A capela funciona como centro de recreação e reunião no pavilhão anexo, a copa, em que alguns colonos se juntam à noite para conversar e jogar cartas, em tornos de copos de vinho; a capela é ainda um órgão dominador dos instrumentos de controle social, da moralidade, da cooperação e da atribuição de status.¹⁶³

Dentro das casas, os colonos levavam uma vida religiosa prescrita pela Igreja, com o ponto alto ocorrendo no domingo, pela participação litúrgica na missa pela manhã, pelo terço...O padre rezava a missa em latim, de costas para os fiéis. A convivência social nessas comunidades rurais era disciplinada por códigos escritos sobre o noivado, casamento e reprodução, baseados na ética católica.

¹⁶² “O processo de significação é, pois, fundamentalmente social (...) O vínculo que se estabelece entre significante e significado é sempre resultado de uma construção social, isto é, esse vínculo nunca é “natural”. SILVA, Tomás Tadeu. **O currículo como fetiche**. A poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.35 – 36.

¹⁶³ AZEVEDO, T. de. **Italianos e gaúchos**: os anos pioneiros de colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975, p.182.

Essas formas de controle, de disciplinamento, principalmente do corpo feminino, têm suas raízes na tradição judaico-cristã, reforçada pelo pensamento filosófico e imposto pela história.

A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites do jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente de regras. (...) Ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente, nem todas as regiões dos discursos são igualmente abertas e penetráveis, algumas são altamente proibidas”.¹⁶⁴

Entre os anos de 1920 a 1950, a entrada de novas congregações religiosas constroem no país uma nova cultura de inserção apostólica. Com o surgimento de escolas congregacionais no interior do Brasil, surgiram muitas vocações femininas e masculinas, tendo como foco de recrutamento o Sul do país. No imaginário de muitas famílias camponesas, ter um filho ou uma filha religiosa era uma graça divina:

Muitas famílias tinham um, dois, vários ou quase todos os filhos no convento ou no seminário. Ter filhos padres ou freiras era o sonho de todos os pais. Entrar no seminário ou no convento era a ambição da maioria dos adolescentes... Estigmatizava-se o trabalho braçal como inferior, contraposto à atividade intelectual, destinada a pessoas inteligentes e superiores, no seminário, para os meninos e no convento para as meninas. A vida religiosa era apresentada como uma grande graça, a maior de todas, reservada a poucos, muito inteligentes. Era considerada a antecipação¹⁶⁵ do céu na terra e a garantia de escapar à dureza do trabalho na lavoura.

Na época da falta de terras no Rio Grande do Sul, por volta da década de 1940-50, que coincidiu com a vinda da maior parte das congregações femininas, o estudo no seminário ou no convento parecia, ainda, compensar a ausência de futuro no campo que os pais enfrentavam, devido à pouca terra para a sobrevivência dos filhos.

Podemos observar que existia no Rio Grande do Sul um valor positivo da “vocação religiosa”, em comparação com o casamento, entre as próprias mulheres. Isto porque a vocação religiosa era vista, pelas futuras freiras, como “aventura,

¹⁶⁴ FOUCAULT, Michel. Op.cit., p.36.

¹⁶⁵ GROSSI, M.P. **Conventos e celibato feminino entre camponesas do sul do Brasil**. São Paulo: Revista Horizontes Antropológicos, 1:47-60, 1998, p. 53.

independência, acesso à educação formal e o prestígio social”, quem sabe, uma forma de “libertação” da cultura patriarcal moralizadora no meio rural¹⁶⁶.

Prova disso foram os depoimentos das trabalhadoras rurais lembrando o incentivo oferecido por seus pais na infância em estudar num convento, onde percebem, na atualidade, o profundo arrependimento por não ter aproveitado a oportunidade. Por isso, ela acredita ter ficado “burra”, sem estudos e ter feito um casamento ruim, ao contrário de suas irmãs, que teriam tido uma vida muito feliz e de “conhecimento” no convento.¹⁶⁷

Neste período de vinda das congregações, havia uma preocupação da Igreja com a “ameaça” comunista. Um “acordo” entre a Igreja e o Estado Vargas garantiu privilégios substanciais na área da educação, saúde e da legislação, em troca de ordem e estabilidade como principais guardiãs da moral social. A nova posição e os privilégios da Igreja figuraram desde a Constituição de 1934, o que significou um grande avanço para o alto clero, que desejava recompor a influência religiosa na política brasileira. Uma estratégia da Igreja foi o envolvimento das elites; a outra, a educação da população, através de grupos da Ação Católica.

Na década de 1950, os grupos da Ação Católica¹⁶⁸ estavam estabelecidos em todo o país e havia se organizado com a prática do ver-julgar-agir¹⁶⁹. Também nesse contexto o educador Paulo Freire lança a obra “Pedagogia do Oprimido”, na qual objetivava a conscientização e uma atitude crítica perante o mundo, embora especificamente focado na alfabetização de adultos. A própria Ação Católica teve

¹⁶⁶ NUNES, Maria Rosado. Prática político-religiosa das congregações femininas no Brasil: uma abordagem histórico social. In: AZZI, R. (Org) **A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos**. São Paulo: Paulinas, 1998.

¹⁶⁷ Depoimento M.B, 57 anos, comunidade da linha 7 Leste. Ijuí / RS, 1999.

¹⁶⁸ Grupos compostos de padres, irmãs religiosas e leigos que desenvolviam ações de conscientização em torno da realidade social e econômica à luz dos textos bíblicos. A Ação Católica nasceu precisamente no meio operário, com a Juventude Operária Católica, a JOC. Os leigos eram reconhecidos como agentes da ação evangelizadora e apostólica, confiada a Jesus Cristo e aos apóstolos. CATÃO, Francisco. **O que é Teologia da Libertação**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 24.

¹⁶⁹ A grande contribuição da Ação Católica foi a sua metodologia do Ver-Julgar-Agir, método usado por operários na Bélgica e sistematizado pelo Cardeal Cardijn e foi utilizado como recurso na formação e nas pesquisas de ação. Consistia em três elementos que deviam incentivar o processo de conscientização das pessoas sobre a própria situação e, ao mesmo tempo, motivá-las para a ação e a mudança: Ver a realidade, considerá-la tal como ela é; Julgá-la à luz da significação evangélica; Agir enquanto ação evangelizadora, redescobrimo o significado de ser cristão. RUIZ, Castor. **A força da transformação social e simbólica das CEBs**. Petrópolis: Vozes, 1997, p.25-27.

como base a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, fundada em 1952. Formada por Dom Helder Câmara e outros bispos de orientação progressista, foi um instrumento fundamental de reorientação da Igreja, tendo sido capazes de responder a certas mudanças na dinâmica da sociedade .

A Igreja de cunho popular começa a promover um amplo processo de alfabetização e conscientização em regiões como o Nordeste e passa também a orientar o processo de sindicalização rural, assistindo pequenos agricultores(as) na sua organização sindical em vários estados. Outra ação dessa Igreja popular foi a divulgação e a promoção de um espírito crítico, reflexivo, dado através de encontros de comunidades rurais e de periferias urbanas, como forma de oferecer soluções aos problemas das áreas em que estavam inseridas.¹⁷⁰

No Concílio Vaticano II¹⁷¹, entre 1962 e 1965, a Igreja Católica revisou sua própria doutrina, fazendo um pronunciamento oficial sobre o trabalho pastoral como uma nova forma de atuação dos leigos na sociedade e, também, de contribuir com propostas às organizações de cunho popular em contextos não-eclesiásticos.

As Irmãs religiosas, incentivadas por esse novo momento “espiritual-missionário”, passam a desenvolver trabalhos de pastoral nas comunidades rurais na procura de novas formas de atuação e divulgação da doutrina cristã. O modelo de vida e de intervenção pastoral foi sendo afetado pelo impacto produzido pelas novas tecnologias e pelo desenvolvimento educacional brasileiro no campo, alterando normas e valores tradicionais, gerando possibilidades de diversificação profissional das religiosas, além da educação, saúde e assistência social.

As religiosas tornaram-se responsáveis pela formação de lideranças cristãs nas comunidades rurais do Sul do Brasil. O engajamento pastoral dos leigos e os cursos de renovação litúrgica passaram a incluir as mulheres rurais nos processos de liturgia e preparação dos cultos, até então de domínio do padre ou dos homens.

¹⁷⁰ BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Brasiliense, 4^a. ed, 1983, p.17.

¹⁷¹ O Concílio Vaticano II (1962-1965) alterou o rumo da Igreja Católica Apostólica Romana. No transcurso de suas sessões, o Concílio modernizou algumas crenças, destacou a importância do movimento ecumênico e reafirmou algumas das velhas doutrinas católicas, como a da transubstanciação. Convocado pelo papa João XXIII - que morreu pouco antes da primeira sessão e foi sucedido por Paulo VI -, o Concílio Vaticano II produziu numerosos documentos que registraram os debates. In: GUTIERREZ, Gustavo. Op. Cit., p.34.

A partir de 1964, o cenário político brasileiro passa, de forma abrupta, a sofrer modificações com a implantação da Ditadura no Brasil, e a Igreja Popular, que na sua fase inicial desenvolvia uma prática de engajamento com os movimentos sociais, muda completamente seu rumo e direção, passando a colaborar com o regime militar. A CNBB¹⁷² passou a negar o apoio aos movimentos de renovação litúrgica da Ação Católica e suas lideranças.

Mas dentro da Igreja esse ponto não foi pacífico. Muitos padres e religiosas passaram a aderir à oposição ao regime, integrando movimentos sociais e operários. Alvo da repressão, a Igreja Católica chegou a superar as crises internas devido às posições pró ou contra a ditadura e ganhou maior capacidade de resistência, tendo exercido importante papel na Conferência de Medellín em 1967.¹⁷³

Um grupo de teólogos engajados nessa perspectiva, pertencentes à Igreja Católica, entre os quais Leonardo Boff, estavam criando as bases para a Teologia da Libertação¹⁷⁴, uma teologia de contato direto com o povo, em primeira instância com as vítimas da ditadura, com um enfoque na questão dos Direitos Humanos. Foi o início de uma tomada de posição firme da Igreja perante a ditadura, que resultou no surgimento de documentos e movimentos pastorais na década de 70, marcado muito fortemente, nas zonas rurais, por espaços de reflexão bíblica, fundamentado na mobilização popular pela abertura política.

¹⁷² Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), órgão centralizador das decisões políticas da Igreja Católica brasileira, fundada em outubro de 1952, com o objetivo de coordenar as atividades pastorais, bem como de tornar-se a porta-voz da hierarquia da Igreja junto à sociedade e às autoridades governamentais. Para sua criação foi fundamental a atuação de Dom Helder Câmara, na época bispo auxiliar do Rio de Janeiro, nomeado seu primeiro secretário. Com sede no Rio de Janeiro até 1977, quando foi transferida para Brasília, a CNBB, em seus quase 50 anos de existência, tem-se pronunciado de forma incisiva, através de suas Assembléias Gerais, em momentos importantes da vida política nacional.

¹⁷³ Essa conferência, constituída após o Concílio Vaticano II, declarava e reafirmava a opção pelos pobres e oprimidos. Procurava trazer o pobre para a Igreja, invertendo uma prática de aliança com os grupos econômicos e dominantes mais poderosos. GUTIÉRREZ, Gustavo. **La fuerza histórica de los pobres**. Petrópolis: Vozes, 1981, p.41.

¹⁷⁴ “A teologia da libertação é resposta à problemática pastoral da Igreja, especialmente colocada no contexto latino-americano, em que a luta pela libertação constitui uma exigência fundamental do Evangelho e uma antecipação do Reino de Deus. Supõe a elaboração teológica de certa complexidade, (...) é um ato, uma prática, um processo, um esforço que faz o povo para sobreviver, para conquistar os seus direitos: ter o que comer, o que vestir, onde morar, um trabalho digno, uma possibilidade de se fazer valor o seu ponto de vista”. In: CATÃO, Francisco. **O que é teologia da libertação**. São Paulo: Nova Cultural, 1986, p.63.

No início dos anos 80, a reflexão religiosa começa a ser ampliada como uma prática social em defesa dos pobres e oprimidos. A Igreja passa a entrar nos conflitos sociais e tomar posições políticas pelos pobres abertamente. Essa tipologia pastoral foi confirmada pela hierarquia da Igreja, no Documento de Puebla de 1979¹⁷⁵, onde a reafirmação da “opção pelos pobres” passa a ser um fato real e identitário da Igreja, começando a efervescência da mobilização popular.

As religiosas, a partir da convivência com as camadas populares, alicerçadas em uma visão mais sociológica, começaram a mudar sua concepção de mundo, até mesmo dentro da ordem eclesial e hierárquica:

[...] a atuação política das religiosas se dá, inclusive, a partir da autoconsciência de sua identidade eclesial, de sua pertença à Igreja. Nesse sentido, mesmo não sendo parte do clero, assumem as religiosas papéis próprios dos membros da instituição, tanto em relação à sua busca de influência sobre a sociedade, como na procura de interferência nas consciências individuais. Assim, o trabalho das religiosas pode ser visto como um trabalho dos agentes religiosos, em geral, como um processo molecular, do qual nasce uma vontade coletiva, uma certa homogeneidade necessária à ação. E, nesse sentido, é também um trabalho político”.¹⁷⁶

A nova linha pastoral da Igreja, a partir de meados dos anos 70, teve grandes repercussões para as mulheres trabalhadoras rurais. Os documentos de Medellín e Puebla que passam a orientar o avanço pastoral possuíam escassa referência à problemática das mulheres.

De acordo com Aquino,¹⁷⁷ nele se encontram “eixos em germe” que fomentariam o processo de emancipação das mulheres. Segundo a autora, pela linguagem androcêntrica do documento da Igreja, as mulheres não são mencionadas explicitamente, mas estão implícitas quando o documento aborda todos os pobres e oprimidos e o compromisso com a justiça e a solidariedade.

¹⁷⁵ “O documento de Puebla expressou o compromisso entre a idéia de uma Igreja que se constitui a partir da luta contra a injustiça (posição conciliar Igreja-no-mundo) e de uma Igreja instalada, que, porém, encara favoravelmente e apóia a luta pela justiça (posição conciliar Igreja-para-o-mundo)” In: CATÃO, op. cit., p. 68.

¹⁷⁶ NUNES, M.J.F Prática política religiosa das congregações femininas no Brasil – uma abordagem histórica social. In: AZZI, R. (Org) **A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos**. São Paulo: Paulinas, 1983, p.218.

¹⁷⁷ AQUINO, M.P. **Teologia, a Igreja e a mulher na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1997, p.72.

A interpretação dos textos bíblicos passa a atribuir ao processo de evangelização uma força de libertação das opressões que a sociedade e a cultura infligem, porém, essa hermenêutica bíblica não aborda a questão do feminino, que, conforme Aquino,

(...) intenta arrancar y/o eliminar la mordiente política propia de la crítica feminista, negocia valores y comportamientos socioculturales que supuestamente validan una identidad “aceptable” para mujeres y hombres, pero no va a la causas que sostienen la dominación de las mujeres; impide exponer y nombrar a los grupos hegemónicos que se siguen beneficiando de la explotación de las mujeres en la sociedad y en las iglesias; genera un lenguaje teológico despolitizado que impide el análisis crítico de las realidades históricas de profunda desigualdad sexual que vivimos, obstaculizando la búsqueda de rutas transformadoras; con esto estoy diciendo que, en la actividad teológica, el hecho de ser mujer no es ninguna garantía para modelar una conciencia crítica ante las relaciones sistémicas de dominación.¹⁷⁸

No documento de Puebla, elaborado para a confirmação dos trabalhos de 10 anos de evangelização e opção pelos pobres, encontram-se várias referências às mulheres, por exemplo,

da marginalização da mulher, como consequência dos ativismos culturais (prepotência do homem, salários desiguais, educação deficiente..) que se manifesta em sua ausência quase total da vida política, econômica e cultural¹⁷⁹.

O documento refere-se também à dupla jornada de trabalho:

nas famílias a mulher vê-se sobrecarregada, além das tarefas domésticas, pelo trabalho profissional e, em não poucos casos, deve assumir todas as responsabilidades, devido ao abandono do lar por parte do marido¹⁸⁰

Dentre outras constatações, o documento refere a organização das mulheres tratando-o positivamente, porém não menciona as organizações feministas, o que é questionado por Aquino:

¹⁷⁸ AQUINO, Pilar Maria. **La visión liberadora de Medellín en la teología feminista**. In: Revista Mandrágora, ano 7, nº 7/8. Núcleo de Estudos Teológicos da Mulher na América Latina. São Paulo, 2002, p.21.

¹⁷⁹ Documento de Puebla nº 846. In: AQUINO, 1980, p.82.

¹⁸⁰ Documento de Puebla nº 839. In: AQUINO, op. Cit., p.10.

Para o movimento feminista, que não é homogêneo nem monolítico, essa responsabilidade se cristaliza no compromisso de liberar as mulheres de sua realidade opressiva, em benefício não só delas, mas também de seus povos e de toda a criação. Por isso, no meu entender, o termo feminino apresenta dificuldades sérias dada a carga de significados que contém na epistemologia androcêntrica e nos conceitos patriarcais. Nessa ótica, a visão e os interesses femininos são formulados freqüentemente em termos equiparáveis aos que a visão patriarcal atribuiu ao “feminino”. É necessário, portanto, superar os preconceitos que fecham o diálogo com os movimentos feministas e com outras mulheres”.¹⁸¹

Entretanto, nem o Documento de Puebla, questiona as causas, as raízes que produzem tais práticas nem tenta questionar o modelo de família que construiu esses papéis, referindo-se às mulheres como “mãe, defensora da vida e educadora do lar”¹⁸².

Essa postura ambígua passa a gerar limites na própria concepção de “libertação” da mulher. A mulher, então, precisa se emancipar, mas dentro de organizações femininas que têm como base a imagem de uma mulher como “mãe, defensora da vida e educadora do lar”, reafirmando os tradicionais discursos masculinos. Justamente essa idéia está muito presente nos trabalhos do Movimento de Mulheres no mundo rural. No imaginário feminino das lideranças estão muito presentes as idéias da Teologia da Libertação, que têm como base teórica os documentos de Medellín e Puebla¹⁸³.

2.2.1 A mulher rural e a Igreja popular

O conteúdo e a prática da “Igreja do povo”, no Rio Grande do Sul, foram passados aos leigos através dos cursos de pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs¹⁸⁴ por religiosos e religiosas de diferentes congregações. O objetivo era formar, num curto prazo, muitas lideranças para trabalhar com a base, com o

¹⁸¹ AQUINO, 1997, p. 83.

¹⁸² Documento de Puebla, nº 846. In: AQUINO, Op. cit., p.82.

¹⁸³ Podemos notar que a Teologia da Libertação na América Latina foi uma teologia pensada por homens, escamoteando as raízes da desigualdade e opressão das mulheres pelo discurso religioso, um discurso onde a palavra da teologia feminista não teve vez. Conforme Ivone Gebara, “*a instituição católica sempre insistiu no respeito absoluto à vida. Entretanto, raras vezes analisou o fato de que este princípio é condicionado por escolhas, por hábitos culturais, por posturas antropológicas e conseqüentemente marcado pelo princípio da diferença*”. In: GEBARA, Ivone. **Poder e não poder das mulheres**. São Paulo: Paulinas, 1991, p.34.

¹⁸⁴ As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, na diocese de Natal, e também em Volta Redonda no Rio de Janeiro. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEBs são comunidades porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma Igreja e moram na mesma região. Ver: BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Brasiliense, 4ª. ed, 1983, p. 17.

“povo”. Sobretudo no meio rural esses grupos de lideranças passaram a refletir sobre seus desafios cotidianos, seus problemas econômicos e sociais, sob a ótica da Teologia da Libertação, sendo que as reuniões não eram somente de formação, mas de lazer e diversão numa perspectiva especificamente cristã.

As CEBs eram grupos pequenos que tinham reuniões numa esfera íntima, de conhecidos, vizinhos e amigos; consistiam-se de pessoas da comunidade, com livre participação, interessadas em refletir sobre os problemas comunitários pautadas no texto bíblico.

Na década de 1980, as CEBs eram centros de intensa efervescência popular no meio rural do Rio Grande do Sul. A participação era descrita como um exercício de cidadania, num processo inspirado por uma visão religiosa constituindo-se simbolicamente como o “povo de Deus” e “povo organizado”. Refletia-se sobre a situação dos pequenos agricultores sob a ótica das histórias de peregrinação do povo de Deus contidas na Bíblia e suas formas de resistência aos problemas e conflitos daquela época, tais como a fome, a pobreza, a perda dos alimentos pelo clima, etc.

Nesse discurso pastoral, as metáforas utilizadas redefiniam as ocorrências da vida cotidiana; as questões que envolviam a frustração e a revolta causadas, muitas vezes, por problemas de cunho social e econômico eram conduzidas e interpretadas pelos caminhos da fé.

Essas representações sobre a luta, resistência do povo de Deus, proviam a população rural de instrumentos para interpretar o mundo ao redor, dando-lhe, assim, uma sensação de controle sobre as suas vidas e um “germe de esperança”, diante dos problemas cotidianos. Essa esperança criava novos sonhos e mudava a concepção de pobreza como uma condição inevitável, acontecendo, assim, um tipo de renascimento, a criação de uma identidade diferente.¹⁸⁵

¹⁸⁵ Essa “identidade diferente”, muitas vezes, tornava a vida no campo passiva de intervenção aos problemas, não intervindo nas desigualdades de gênero, não refletindo sobre os papéis e atribuições dados a cada sexo pela pregação religiosa. Nesse sentido, as CEBs ofereciam uma visão estruturada e coerente de mundo, dentro da lógica religiosa. A realidade social era representada com um claro caráter dicotômico, um mundo dividido entre exploradores e explorados. Na organização, os pobres ganhavam a consciência necessária para mudar esse quadro social. Nesse sentido todo o trabalho da Igreja popular no meio rural era dirigido à formação de consciências, herdeiras do pensamento social marxista. PEREIRA, Cardoso, Nancy. **Palavras... se feitas de carne**. Leitura feminista e crítica dos fundamentalismos. São Paulo: Católicas pelo direito de decidir, 2003; Coleção Cadernos nº11, p 45-46.

Além disso, nas regiões interioranas do Brasil, os religiosos possuíam habilidades, legitimidade e credibilidade para organizar a população, encontrando-se por várias vezes para os cursos de pastorais e, nesses encontros, eram ensinados a trabalhar o ver, julgar e agir.

Os primeiros cursos de pastoral na região Noroeste do Rio Grande do Sul foram fundados em 1984, pelo Bispo D^o Estanislau Kreutz, da Diocese de Santo Ângelo, da qual também participavam muitas mulheres. Nesses cursos não era abordada necessariamente a situação de opressão que as mulheres enfrentavam, nem a necessidade de se organizarem, mas falava-se de “libertação” e dizia-se: “ A libertação é fruto da organização do povo. Não é a libertação feita de fora para dentro, libertação nasce dentro do grupo da sociedade”,¹⁸⁶ paralisando o protagonismo das mulheres trabalhadoras rurais.

Essa pretensa “libertação” oferecida pelo discurso da Teologia da Libertação, expressa, segundo Pereira,¹⁸⁷

o domínio cultural que legitima e disponibiliza esta forma clássica do discurso da verdade, ao mesmo tempo que desacredita e marginaliza outras formas de discursos, de construção de sentidos e variações da verdade.

A atuação da Igreja na formação de lideranças rurais não garantiu uma “conscientização” geral da população rural e, muito menos da mulher, mesmo ela participando com maior intensidade desses grupos, sofrendo maior desigualdade na vida cotidiana e enfrentando mais diretamente a situação precária, especialmente em relação à saúde e à educação dos filhos, pois esses temas não foram pautados pela Teologia da Libertação.

Embora as mulheres fossem induzidas à luta pelo fim da opressão, a proposta desses grupos não incluía a reflexão sobre as relações de gênero, poder e trabalho na vida rural. Elas continuavam sendo consideradas subjetividades complementares aos homens e, portanto, sua participação era imprescindível na “luta” da organização e na vida diária. A participação possibilitava às mulheres aderirem ao espaço

¹⁸⁶ Subsídios para o II Encontro das Comunidades Eclesiais de Base. Folheto impresso, 1985.

¹⁸⁷ PEREIRA, Cardoso, Nancy. **Palavras... se feitas de carne**. Leitura feminista e crítica dos fundamentalismos. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2003; Coleção cadernos 11, p.26.

público, tradicionalmente masculino, porém, não colocando interrogativas à estrita divisão entre esfera pública e privada.

A Igreja-instituição reforça o discurso da mulher, mãe e “rainha do lar”. Mesmo reforçando institucionalmente este imaginário, a Igreja não pode subtrair-se à influência do discurso emancipador da mulher. O imaginário da mulher, então, vai variando paulatinamente.¹⁸⁸

As comunidades eclesiais e pastorais tiveram uma grande importância e influência na organização do Movimento das Mulheres Rurais¹⁸⁹, mas, dentro desse universo de tomada de consciência, havia limitações. Apenas as questões materiais eram pertinentes, de cunho econômico, pois os desafios, como as questões sexuais, de gênero, a violência doméstica, as questões ligadas ao corpo e aos direitos individuais¹⁹⁰ não se incluíam na proposta das pastorais da Igreja popular. A exclusão dessas pautas por parte da Igreja significou a perpetuação das “verdades” sobre temas intocáveis e imutáveis da moral cristã, além da concepção da mulher nas CEBs que a reduzem a mero membro e elo crucial da família e da comunidade, não como indivíduo ou sujeito.

No contexto da Igreja popular e nos processos de formação pastoral, as mulheres não aprenderam a enxergar a vida política como uma coisa que se estende também à sua vida cotidiana, nas relações do espaço privado, ainda que seja importante considerar que isso não significa que elas mesmas sintam suas atividades como “políticas”. Na maioria dos estudos sobre movimentos populares femininos, as mulheres não percebem o que estão fazendo como políticas.

Política envolve poder, relacionada pelas mulheres como algo sujo, alimentado pelo imaginário social androcêntrico que determinou a história feminina a partir de seus próprios significados. Hannah Arendt¹⁹¹ refere que a liberdade se situa na esfera política e a nossa capacidade de ação e discurso perde sua

¹⁸⁸ RUIZ, Bartolomé Castor. **A força transformadora social e simbólica das CEBs**. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 46.

¹⁸⁹ É na zona rural que as CEBs mais proliferaram. A mulher do campo encontra na Igreja seu principal referencial ideológico. Ao contrário da mulher urbana, sua cultura está impregnada de religiosidade. A palavra do padre ou do Bispo é a palavra de Deus. Na consciência das comunidades rurais a luta é a vivência do Evangelho, que denuncia a opressão em que vivem.

¹⁹⁰ Conferir pauta do **I encontro de Comunidades Eclesiais de Base** (07/08/1979). Arquivo da Associação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Regional de Ijuí. Mimeografado.

¹⁹¹ ARENDT, Hannah. Op. Cit., p.59.

qualidade quando a esfera política subtrai do seu universo o íntimo e o privado e o público passa, então, a ser tudo aquilo que pode ser visto e ouvido por todos.

É importante também observar que as ferramentas de interpretação e leitura do cotidiano rural construídas pela Teologia da Libertação tinham um significado próprio, de acordo com o imaginário cristão ocidental, assim como os significados que a moral e os valores cristãos defendem ao longo da história.

O significado é sempre um espaço colonizado, no qual a necessidade já foi inscrita por códigos culturais e pelo campo mais amplo de relações políticas, econômicas e sociais. A verdade, assim como os fatos, não antecede os nossos esquemas interpretativos. Ela depende de quais vocabulários de interpretação são dominantes no momento e de uma autoridade assegurada nas contingências.¹⁹²

A atuação da Igreja, ancorada em categorias patriarcais, sempre teve limites claros em relação aos papéis sociais femininos, prevalecendo a rigidez de princípios morais, ainda que sua atuação nas comunidades de base pudesse comportar alguma flexibilidade. No que se refere aos significados que o Movimento Feminista construiu sobre a dominação de gênero, a teologia popular não os incorporou em suas práticas, e até em certos casos os combateu.

A hegemonia da Igreja sobre os grupos de mulheres camponesas reafirmou as representações sociais historicamente delegadas às mulheres, ainda que promovendo a participação das mesmas na vida comunitária, no Movimento de Mulheres e no próprio sindicalismo, apenas reforçou seus papéis familiares tradicionais. As agricultoras foram se definindo a partir dessa influência, e incorporando os significados do imaginário religioso.

2.3 O Movimento Sindical e a Questão das Mulheres Rurais

O Movimento Feminista e a Teologia da Libertação foram expressões distintas de manifestação em prol da dignidade feminina. Construíram ferramentas diferentes do que seja “igualdade” de gênero, expressão que, dada sua grande visibilidade no contexto da década de 80, encobria conflitos e divergências no Movimento de Mulheres Agricultoras.

¹⁹² MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo revolucionário – pedagogia do dissenso para o novo milênio**. Porto Alegre: Artmed, 2000, p.31.

Foi através do sindicalismo agrário, na década de 1980, que as mulheres agricultoras sofreram grande influência na formatação das bases políticas para reivindicar direitos sociais. É pertinente observarmos que, no caso brasileiro, a construção de movimentos sociais femininos no campo tem uma especificidade em relação à influência que receberam; não conseguindo desvincular-se dessas alianças, pagaram um preço alto.

Em se tratando do MMTR na região em estudo, as trabalhadoras rurais não têm conseguido valorizar seu trabalho e modificar as relações de poder e gênero, reproduzindo uma noção passiva de cidadania, a manutenção de divisão entre público e privado, levando-nos a perguntar sobre o modelo de cidadania feminina conquistada no campo, oriunda de uma cultura patriarcal e androcêntrica.

Tratar da história do sindicalismo na década de 60, das ferramentas de organização do movimento operário, das reivindicações trabalhistas, das greves por melhores condições de trabalho e salário, é discorrer também acerca dos movimentos de mulheres que surgiram naquele período. As mulheres se fazem presentes nesses movimentos sociais, no início como meras observadoras mas, logo após, iniciam um processo de inserção nestes movimentos.

Uma das bandeiras mais importantes do movimento sindical brasileiro, nos anos 60, foi a questão do empobrecimento e do arrocho salarial. O sindicalismo brasileiro, como um todo, herdou da tradição marxista¹⁹³ eixos reivindicatórios presos ao econômico, comprometendo, nesse sentido, a visibilidade das mulheres.

As questões que poderiam envolver as condições de vida, a reprodução dos papéis sociais, permaneceram em segundo plano ou subentendidas dentro das negociações salariais. Nesse contexto, o Estado continuava mantendo a mesma política assistencialista, herança do sindicalismo criado por Vargas, nos anos 30.

¹⁹³ O pensamento marxista colocou as mulheres numa posição falsa. Segundo Andréa Nye: “*elas são identificadas como o estofado natural material de que os homens devem se apropriar numa sociedade verdadeiramente socializada (...). As mulheres não são ativas ou produtivas; elas são os meios pelos quais os homens concretizam a sua humanidade. É como elas – seja como esposa, prostituta ou companheira de trabalho – são tratadas e pensadas pelos homens que é o parâmetro do progresso humano. Mais uma vez, as relações masculino-feminino são de interesse do socialismo, mas do interesse do ponto de vista masculino, que continua a ver as mulheres como os outros, como um problema na experiência masculina, como dependentes cujos interesses serão atendidos por relações sociais não-alienadas entre homens.*” In: NYE, Andréa. **A teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995, p. 72.

Na década de 1980, o Movimento pela Redemocratização do país cresce, inaugurando uma nova fase de mobilizações. Pode-se afirmar que, nesse momento, as práticas de mobilização, principalmente sindicais, começam a ser redimensionadas: a estrutura sindical passa por um processo de reciclagem, criando correntes sindicais inovadoras e críticas¹⁹⁴.

Essas reivindicações começam a sair das paredes das fábricas e dos limites das relações de trabalho para atingir algumas dimensões relativas às condições de vida. As populações, nas cidades maiores, começam a se organizar em associações de moradores e movimentos populares, percebidos pelo Estado como indesejáveis. Essas atividades produzem ferramentas novas de interlocução com o Estado e, aos poucos, vão somando forças com os sindicatos, desencadeando movimentos de forte mobilização social, externalizadas por passeatas, greves, abaixo-assinados e greves de fome.

Esse novo modelo de mobilização articula as bandeiras históricas do sindicalismo com a dos movimentos empenhados pela melhoria das condições de vida, atuando como uma alavanca de mobilização de diferentes atores da sociedade. Ao mesmo tempo em que o movimento sindical se renova em sua cultura e prática, também começa a ocorrer uma união entre grupos comuns, como os das mulheres, das instituições de direitos humanos e dos sindicatos. A partir dessa confluência, inicia-se, no Brasil, a discussão sobre a contribuição das mulheres no processo sindical¹⁹⁵.

As mulheres do segmento urbano, no final dos anos sessenta, estavam à frente de várias práticas reivindicatórias. Participaram, em 1968, do Movimento Nacional contra a Carestia; em 1970, do movimento de luta por creches; em 1974, do Movimento Brasileiro pela Anistia; e, em 1975, criaram os grupos feministas e alguns centros de mulheres. Nas atividades desenvolvidas nesses grupos, foram constantemente avaliados e revisados os papéis sociais atribuídos às mulheres – mãe, esposa, dona de casa. Mesmo que a reflexão sobre a divisão do trabalho e sobre a discriminação no mercado de trabalho não estivesse sempre presente, deve

¹⁹⁴ TEDESCHI, Antonio Losandro. **Do silêncio à palavra**: construções e perspectivas em gênero no meio rural do Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado. São Leopoldo: UNISINOS, 2001. p.54.

¹⁹⁵ Idem, p.57.

ser reconhecida a importante contribuição feminista no processo de redemocratização do país.

Suas reivindicações para que fossem mudados os códigos jurídicos superados e aprovadas leis mais coerentes com o novo contexto político e social brasileiro ganharam força. As produções teóricas de várias autoras, como Jacqueline Pitanguy, Marta Suplicy, Branca Moreira Alves, Sônia Correa, Rose Marie Muraro¹⁹⁶ dentre outras, sobre a questão feminista no Brasil, destacam-se dentre os estudos que marcaram esse período.

Ao longo dos anos oitenta, nos movimentos sociais feministas no Brasil, ocorreu uma revisão da imagem social do “ser mulher”¹⁹⁷. Difundem-se novas possibilidades e teorias que reafirmam o princípio da equidade de gênero, e tem início um debate que transcende as reivindicações sindicais, abrindo para os de ordem cultural e jurídica.

A organização das mulheres trabalhadoras na Central Única dos Trabalhadores (CUT), por exemplo, teve sua origem no período compreendido entre o final dos anos 70 e os inícios dos 80, criando condições históricas para que muitos sindicatos tomassem iniciativas dirigidas às trabalhadoras de sua base. Simultaneamente, as mulheres abriram espaços para as manifestações de seus interesses no interior da estrutura sindical, favorecendo a aproximação entre sindicalismo e feminismo. Segundo Souza-Lobo, “o movimento operário que se organizou nos anos 70 é seguramente o ator mais importante neste cenário, mas o Movimento de Mulheres constitui novidade”¹⁹⁸.

As questões postas no tecido social pelo movimento feminista, tais como a discriminação de gênero nos locais de trabalho, a dupla jornada de trabalho, a caracterização das lides domésticas como trabalho, contribuíram para fomentar o

¹⁹⁶ As primeiras idéias sobre *feminismo e gênero* no Brasil estão contidas nos trabalhos de: PITANGUY, Jacqueline. **O que é o feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos). ALVES, Branca Moreira. **Espelho de Vênus**. Identidade social e sexual da Mulher. Grupo CERES. São Paulo: Brasiliense, 1981. CORREA, Sônia. **Gênero: reflexões conceituais, pedagógicas e estratégicas**. Recife: SOS Corpo, 1990. MURARO, Rose Marie. **Sexualidade da mulher brasileira**. 5ª edição, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1966 entre outras.

¹⁹⁷ GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 27.

¹⁹⁸ SOUZA-LOBO, Elizabeth. **Mulheres, feminismo e novas práticas sociais**. Revista de Ciência Sociais: as mulheres e os novos espaços democráticos na América Latina, 1(2): 24-32. Porto Alegre: UFRGS, 1987, p. 27.

desejo e a vontade política de enfrentar questões no âmbito da prática sindical marcadamente masculina.

Em 1986, no II Congresso da CUT, foi criada a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora. Daí em diante, a comissão desenvolveu diversos trabalhos no âmbito sindical, interferindo na agenda política da CUT e, sobretudo, introduzindo temas considerados problemáticos e polêmicos, como a questão da saúde integral da mulher, que passou a merecer destaque incorporando as reivindicações feministas como as campanhas contra a esterilização das mulheres, a luta pela legalização do aborto; a reivindicação do afastamento no primeiro trimestre de gravidez das mulheres que trabalham com a radioatividade de produtos químicos e em contato direto com o público. Dentre outras questões, destacam-se ainda as lutas pelos 120 dias de licença-maternidade e pela licença-paternidade¹⁹⁹.

Esse vínculo do Movimento de Mulheres com o movimento sindical, estabelecendo relações entre sindicatos e mulheres trabalhadoras, tem, no entanto, gerado dissensões. Embora as mulheres tenham tido presença significativa no mercado de trabalho desde o início do processo de industrialização, com atuação destacada na época da luta operária, os sindicatos não as integraram à prática política, nem dividiram com elas o poder das entidades representativas de trabalhadores.

Essa realidade segundo Giuliani (1998), confirma-se pelo aumento da presença da mulher no mercado de trabalho nos últimos anos, o que também se reflete, embora não de forma automática, na sua sindicalização. A mulher, no sindicato apenas, não garante a luta contra as desigualdades entre homens e mulheres no que concerne à relação de trabalho. Mesmo assim, constitui um espaço fundamental de novas construções sociais. O trabalho de Paola Cappellini Giuliani traz elementos esclarecedores para essa discussão. Analisando as demandas feitas pelas mulheres no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em 1989, conclui:

¹⁹⁹ GIULIANI, Paola. O movimento de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (org) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 650.

Nossa reflexão sobre a presença das mulheres no sindicato corresponde ao intuito de evidenciar a contestada e conflitiva relação mulher-sindicato. Estamos convencidas de que esta mudança no enfoque possibilitará uma profícua reflexão – em vez de insistir nos aspectos de exclusão – da inserção das trabalhadoras neste espaço político.²⁰⁰

No caso das trabalhadoras rurais, os laços familiares são referência importante para a inserção e socialização na vida sindical. O homem, associado, transmite para a família, aos filhos e às filhas, o significado da militância, de ser sócio, e os incentiva à participação, mesmo que, muitas vezes, apenas para usufruir do assistencialismo médico e jurídico.

As lutas das mulheres, no entanto, restringiram-se a esses itens. Para muitas trabalhadoras rurais, a sindicalização é movida pelos serviços e benefícios fornecidos pelo sindicato.

O fato dos homens serem relativamente jovens na força sindical e fazerem parte de uma geração que atua, politicamente, no cenário nacional, a partir de meados da década de oitenta, refletem da mesma forma o imaginário social do sindicalismo patriarcal.²⁰¹

Evidências como essa têm promovido, no interior da esfera sindical, debates sobre gênero e desenvolvimento, o que Caroline Moser denomina como sendo a “lógica da eficiência”²⁰². A autora afirma que, entre 1970 e 1990, as mulheres foram deslocadas da condição de “recursos subutilizados do desenvolvimento” para a posição de “melhores gestoras de recursos naturais, econômicos e sociais”. E não é difícil compreender como e por que as habilidades femininas, no jargão popular, “de tirar leite de pedra”²⁰³ tornaram-se atrativas em termos de programas de erradicação da pobreza nas atuais condições de crise global, de ajustes macroeconômicos e de retração do papel do Estado.

²⁰⁰ GIULANI, 1998, p. 257.

²⁰¹ BRUSCHINI, Cristina. **Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta**: algumas comparações regionais. São Paulo: FCC/DPE, 1998, p.42.

²⁰² MOSER, Caroline. La planificación de género en el tercer mundo: enfrentando las necesidades prácticas y estratégicas del género. In: PITANGUY, Jacqueline. **Mulheres latino-americanas em dados**. Rio de Janeiro: FLACSO-CEPIA, 1993, 145 p.

²⁰³ Expressão que deriva da capacidade da mulher atuar no gerenciamento da estrutura da economia familiar.

A respeito da incidência do trabalho feminino na economia mundial, basta acessar ao relatório do Banco Mundial, correspondente à década de 1990²⁰⁴. O documento propõe “o aumento dos investimentos em educação, em especial para as meninas, e a promoção dos direitos das mulheres, habilitando-as política e economicamente”. O documento justifica da seguinte maneira essa nova ênfase:

(...) a educação das meninas e mulheres é particularmente proveitosa para a saúde das unidades familiares, já que são sobretudo as mulheres que compram e preparam os alimentos, mantêm a limpeza do lar, cuidam das crianças e dos velhos e iniciam os contatos com o sistema de saúde. Ou ainda expresso de forma mais circunstanciada, (...) quando se elimina a discriminação – no mercado de trabalho, no acesso ao crédito, no direito à propriedade, etc. – poder-se-á aumentar a remuneração e a segurança financeira da mulher, o que (...) pode promover a saúde da família (...). Para desempenhar suas funções como mães e administradoras da família, é indispensável que as próprias mulheres gozem de boa saúde, (..) mas em muitos países em desenvolvimento os serviços de saúde são, com freqüência, limitados a ocupar-se da mulher como mãe.²⁰⁵

Não bastasse a opressão sobre o trabalho feminino, da mesma forma, a educação das meninas não era preconizada como um princípio ético, como um dos caminhos para a superação da desigualdade, e sim considerada apenas sob uma perspectiva instrumental (para propiciar a melhoria das condições familiares e sociais de saúde). Ou seja, caso o nível educacional das meninas - que constitui um investimento econômico das famílias, da sociedade e do Estado - não tenha repercussões sobre sua renda futura, isso parece não ter maior importância. Aliás, é o que vem ocorrendo no caso brasileiro, em que as taxas de escolaridade das mulheres jovens cresceram, sistematicamente, desde a década de 70, sem que se observasse um reflexo mais direto no plano dos níveis salariais femininos.

Segundo Giulliani (1998), podemos observar que, entre a invisibilidade das mulheres (característica dos anos 70) e a lógica da eficiência feminina, com participação no sindicalismo nos anos 90, deixou-se escapar o mais importante: a formulação de estratégias de curto, médio e longo prazo voltadas para a transformação das relações de gênero, de poder e trabalho, principalmente

²⁰⁴ Para ter acesso aos dados referentes ao trabalho feminino no mundo, basta acessar www.repem.chasque.ur ou www.unifem.org.br

²⁰⁵ MOSER, apud PITANGUY, 1993, p. 90.

referentes aos movimentos de mulheres do campo, perpetuando as relações desiguais de poder e trabalho na roça²⁰⁶.

2.3.1 Novos tempos e antigas práticas: o sindicalismo rural e sua influência na formação do Movimento de Mulheres Rurais

O tardio ingresso dos(as) trabalhadores(as) rurais na organização sindical foi caracterizado pelas suas condições de vida, dentre as quais as grandes distâncias que os separam de grandes centros industriais, o baixo poder aquisitivo, a falta ou os escassos meios de comunicação, o baixo nível instrucional, a falta de poder econômico para adquirir novas terras.

Uma das primeiras expressões de organização camponesa no Rio Grande do Sul deu-se a partir do Decreto 979, de 1903, que garantia o direito de associação dos profissionais e industriais rurais²⁰⁷. O desencadeamento do movimento sindical dos trabalhadores rurais esteve aliado à experiência urbana, que serviu de guia às crescentes necessidades dos trabalhadores rurais, como a falta de terra ou terra insuficiente, o baixo poder aquisitivo, os problemas da política agrícola, dentre outras.

Dentre outros fatos que contribuíram à motivação dos grupos, destacamos o espírito coletivo e associativista das áreas de colonização italiana, alemã, polonesa, inclusive na região Noroeste do Rio Grande do Sul, que contribuiu para minorar as dificuldades do campo²⁰⁸.

Nas regiões do Sul e Nordeste do Brasil, as necessidades sociais e econômicas dos camponeses lançaram as primeiras raízes do sindicalismo agrário e serviram de exemplo para outras áreas do país. Vários grupos se aproximaram dos trabalhadores rurais, dentre eles a Igreja Católica, influenciando-os na maneira de como organizarem-se.

A formação das primeiras entidades sindicais rurais no RS nos leva a 1910, na cidade de Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul, aos “profissionais da

²⁰⁶ GIULANI; 1998, p.259.

²⁰⁷ NAVARRO, Zander. **A história do cooperativismo e sindicalismo gaúcho**. Porto Alegre: UFRGS, 1989, p. 34.

²⁰⁸ Idem, 1989, p. 34.

agricultura e indústrias rurais”, que fundaram um sindicato agrícola, com a denominação de “Bauernverein Nova Petrópolis - para a defesa dos interesses de ordem econômica, social ou moral, comuns aos associados”. De acordo com o Estatuto daquele sindicato²⁰⁹, “seu fim era a produção de cereais”. Em uma ata ainda existente, de 21 de agosto de mil novecentos e dez, está registrada a eleição da diretoria e do conselho administrativo, contando com a assinatura de 20 participantes²¹⁰.

A origem do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Nova Petrópolis está diretamente ligada ao padre Teodoro Amstad, suíço que veio ao Rio Grande do Sul em 1885, para “atender” os imigrantes alemães e seus descendentes nas questões relacionadas à organização religiosa e econômica da colônia. Foi ele quem, com a colaboração de 19 associados, instituiu, em 1912, “a Caixa de Crédito Rural”, em Nova Petrópolis, apontada por estudiosos como a primeira instituição do gênero, no Brasil. Pelas informações colhidas,

o sindicato funcionou com essa caixa de crédito rural e, embora não tenha sobrevivido por muitos anos, é uma experiência pioneira importante. Os resultados deste embrião apresentam-se hoje nas cooperativas de crédito e de produção²¹¹.

A partir da década de 30, com a política nacionalista de Vargas e, posteriormente, a implantação do Estado Novo, em 1937, o sindicalismo gaúcho como um todo passa a caminhar dentro de um mesmo eixo, atrelado ao Ministério do Trabalho, desenvolvendo políticas assistencialistas às massas de trabalhadores.

A Igreja Católica em especial, que de longa data vinha se preocupando com a questão social no Brasil, procurou readaptar-se e aproximar-se dos habitantes rurais. É importante destacar que o papel da Igreja nem sempre foi de apoio aos movimentos sociais e à inserção das mulheres no sindicalismo agrário, pois a família, núcleo social e econômico por excelência, devia manter a coesão interna e a

²⁰⁹ VERONESE, Osmar. **FETAG - RS, 30 anos de luta: 1963- 1993**. Porto Alegre: FETAG, 1993, p.35.

²¹⁰ idem, p.35.

²¹¹ Relato do Sr. C. K., ex- Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul e atualmente vice-presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ijuí. Março de 2005, Ijuí.

imagem externa a qualquer preço, assegurando a reprodução dos estereótipos tradicionais.

Em 1959, em um encontro em Campina Grande, na Paraíba, a Igreja aprovou a implantação de “serviços de orientação rural”, objetivando dinamizar a fundação de sindicatos de trabalhadores rurais. No período posterior, que compreende os primeiros anos da década de 60, surge a “Frente Agrária”, no Sul, a “Juventude Agrária Católica”, a “Ação Católica Rural” e o “Movimento de Educação de Base”, organismos ligados à Igreja e colocados à disposição do movimento sindical.

O primeiro grupo da Igreja a entrar em ação foi um moderado, que alguns estudiosos denominam “conservador”, que estimulou, por exemplo, no Rio Grande do Sul, a criação da Frente Agrária Gaúcha (FAG), além de incentivar a criação de sindicatos de trabalhadores rurais cristãos, com forte propaganda contra o comunismo²¹².

De 1960 a 1964, o sindicalismo viveu um momento de forte efervescência e disputa política devido ao grande entusiasmo com a proposta de reformas de base²¹³, que compreendiam desde a reforma universitária até a agrária. Assim, aos poucos, começaram a se formar os sindicatos de trabalhadores rurais, surgindo, inicialmente, os de produtores autônomos de pequenos proprietários. Os dos trabalhadores rurais se organizaram mais tarde.

Em 1962 realizou-se o I Congresso Brasileiro de Sindicatos Rurais, de 15 a 25 de julho, em Natal, reunindo 320 pessoas de todo o Brasil. No final de 1963, após o impulso dado pela publicação do Estatuto do Trabalhador, pela lei nº 4.214, o movimento sindical camponês contava com 475 sindicatos fundados, 220 sindicatos reconhecidos e 29 federações instaladas em 18 estados. Em 31 de janeiro de 1964, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, era reconhecida pelo decreto nº 53.517, mas, em abril de 1964, sofreu intervenção

²¹² VERONESE, Osmar. **FETAG: 30 anos de luta (1963-1993)**. Porto Alegre: Editora FETAG, 1993. p.24

²¹³ As reformas de base possibilitariam no Brasil a abertura do caminho para os sindicatos; enquanto organizações que representavam a classe trabalhadora, construíam a possibilidade de uma ação transformadora na realidade social brasileira. Ver: GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando (Org). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 544.

militar, assumindo seu destino uma junta governativa que a conduziu durante um ano. Com o golpe militar, o movimento sindical dos trabalhadores rurais enfraqueceu, sindicatos foram fechados e vários sofreram intervenções²¹⁴.

Na década de 60, no Rio Grande do Sul, duas tendências nacionais do sindicalismo se colocam: de um lado, atuava o *MASTER*²¹⁵, baseado em associações civis, como ligas camponesas, que promoviam acampamentos e manifestações em prol da Reforma Agrária Radical; de outro, a *Frente Agrária Gaúcha*, que investiu mais na formação de sindicatos, com apoio legal, seguindo o exemplo dos demais grupos ligados à Igreja mais conservadora. O *MASTER* surgiu na cidade de Encruzilhada do Sul-RS, quando 300 famílias foram ameaçadas de expulsão das terras pelo proprietário. As famílias se organizaram e resistiram vitoriosamente, o que serviu de exemplo para a proliferação de outras associações de mesma linha.²¹⁶

O salto numérico dos sindicatos verificado em 1965 ocorre, basicamente, em função de um programa de sindicalização rural posto em prática pela FAG. Os arquivos da FETAG indicam que foi entre 1965 e 1970 que ocorreu o maior reconhecimento de sindicatos de trabalhadores rurais no estado²¹⁷.

É extremamente complexo reconstruir a trajetória inicial dos sindicatos de trabalhadores rurais no estado. Isso porque existiam, na época, muitos sindicatos só no papel; outros, existentes de fato, desapareceram sem deixar memória escrita. Mas, mesmo assim, deixariam vestígios importantes e possíveis de serem identificados. A FAG, acima de tudo, era uma reação ao desenvolvimento do *MASTER*, cujas atividades e estratégias de acampamentos eram vistas por aquela como uma ameaça comunista a ser combatido.

A expansão do sindicalismo agrário no Rio Grande do Sul através da FAG está estreitamente ligada ao grau de organização das comunidades em torno das igrejas Católica e Protestante. Entre as comunidades de origem alemã e italiana,

²¹⁴ Congressos Nacionais de Trabalhadores Rurais, Anais III, IV e V, 1979, 1985, 1990. Brasília – DF. Arquivo de documentação da FETAG – Porto Alegre.

²¹⁵ Primeira denominação do atual Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

²¹⁶ LECHAT, Noëlle. **A questão de gênero no MST**. Dissertação de mestrado UNICAMP, 1997.

²¹⁷ FETAG–RS. **História, trabalho e preocupações**. Folheto impresso, 1969. Centro de documentação, Porto Alegre–RS.

onde o padre ou o pastor exerciam forte influência sobre a população, a entidade conhecia rápida expansão. Os professores rurais tiveram papel importante, atuando como elo entre a comunidade e a estrutura da FAG em âmbito mais amplo. Sua proposta atraía os pequenos proprietários das regiões coloniais, pois defendia a produção familiar²¹⁸.

A intenção da FAG não era a organização política dos colonos, mas a melhoria do seu nível de vida, através de seu enfoque economicista e legal. Nesse sentido, ela desempenhou um importante papel na criação de sindicatos corporativistas. A influência da Igreja na sindicalização rural em todo o país foi impressionante.²¹⁹

A proposta tradicional e assistencialista da FAG, refletida na defesa da família e da agricultura familiar, contribui para a reprodução das representações sociais sobre os papéis tradicionais da mulher na vida rural. Referindo-se ao irmão Miguel Dario, sem dúvida a principal referência da FAG desde 1962 até 1976, escreveu um artigo na Revista Rural Tatu²²⁰e, ao se referir à Educação no meio rural, afirmava:

Para a perfeita tranqüilidade e bem-estar do lar, a dona de casa deve ser pessoa capaz de desenvolver, com conhecimento de causa, algumas atividades que dizem respeito ao arranjo do lar, corte e costura, preparação da alimentação, higiene e saúde, puericultura e educação dos filhos²²¹.

E mais adiante:

Para a mãe de família, que desde o seio materno até a idade adulta, dá à vida e modela a personalidade do futuro cidadão, pouco lhe é dado de formação. E, em centros urbanos maiores, as jovens têm a oportunidade de formação para o lar, e mais conhecimentos fundamentais para uma sadia estruturação social, já no meio rural, estas oportunidades são raras, quase inexistentes²²².

²¹⁸ Frente Agrária Gaúcha. **Diretrizes e programas de escolas de educação familiar**. Porto Alegre, RS, 1978. Material impresso.

²¹⁹ A organização do MMTR no período inicial, tinha na religião a inspiração de suas lutas, e podemos ver que o próprio sindicalismo rural estava ligado ao imaginário social da Igreja, de caráter conservador e impositor de papéis culturais e sociais.

²²⁰ Revista Rural Tatu. Frente Agrária Gaúcha. Porto Alegre; Sul Revista, 1972, nº 13. p.7

²²¹ Idem, p.8.

²²² Idem, p.8.

Concluindo, o autor expõe:

Conscientes desta realidade e, convictos de que a mulher deve participar ativamente da comunidade em que vive, é que nos propomos proporcionar às senhoras do meio rural, cursos específicos de formação para a dona de casa, e o bom desempenho de sua missão de esposa, mãe e educadora²²³.

Conforme já descrito, desde o final dos anos 70 o sindicalismo agrário gaúcho já produzia uma imagem estereotipada da mulher rural, reproduzindo modelos de conduta e identidades²²⁴. Vários cursos de formação sindical apoiados pela FAG e pelo Ministério da Agricultura ocorreram em 18 localidades do estado de 1968 a 1977, atingindo 23.648 jovens, que foram os formadores de grande parte das representações presentes na cultura política do sindicalismo gaúcho na atualidade²²⁵.

Em 1976, a FAG, através dos delegados regionais e municipais, em uma assembléia estadual, aprovou por unanimidade a criação da FETAG²²⁶. O apoio da Igreja, cedendo local para reuniões na Cúria Metropolitana, na rua Espírito Santo, 55, em Porto Alegre, foi fundamental para a nova imagem do sindicalismo agrário que estava surgindo no Rio Grande do Sul. A FETAG surgiu com a reformulação da FAG, posteriormente extinta. A nova Federação procurou dar uma nova imagem ao sindicalismo, mais combativo e mais representativo dos interesses dos agricultores, porém, mantendo e de certa forma reforçando os velhos estereótipos sobre os papéis no universo familiar rural.

Em meados de 1970, o sindicalismo agrário gaúcho foi marcado por mudanças significativas, prestando serviços no campo da previdência social, o que propiciou um crescimento do número de associados e permitiu a estruturação patrimonial dos sindicatos e da FETAG. Esse período é caracterizado, também, pelo

²²³ Revista Rural Tatu. Frente Agrária Gaúcha. Porto Alegre; Sul Revista, 1972, nº 13, p.9.

²²⁴ Podemos notar que o imaginário social do período, principalmente o religioso, tinha forte influência sobre as mulheres rurais. No meio rural da região sul, o principal valor da mulher era definido em função de sua capacidade de reprodução, tanto no sentido biológico como em relação à comida e aos valores culturais no âmbito doméstico: a casa, a horta, os pequenos animais, nesse espaço de intimidade, a casa, a mulher exercia uma função central e era esse o principal local de trabalho.

²²⁵ Relatório do II Encontro de Líderes Sindicais em 20/10/1977. Mimeografada. Setor de Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Regional de Ijuí.

²²⁶ Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.

mais absoluto controle da vida sindical, exercido pelo Ministério do Trabalho, através da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), que controlava o emprego dos recursos arrecadados através do imposto sindical.

Esses deveriam ser aplicados para fins pré-determinados pelo governo. Além disso, a DRT controlava pela própria lei, impondo um estatuto padrão. Há depoimentos de lideranças sindicais que acusam intervenções políticas em sindicatos, com destituição de diretoria sob o falso pretexto de corrupção e desvio de verbas. Os sindicatos mais perseguidos foram aqueles ligados a grupos de oposição ao militarismo implantado no país, em 1964²²⁷.

Os sindicatos de trabalhadores rurais, a partir da década de 70, passaram a receber incentivo do governo para desempenharem tarefas ligadas à assistência social em geral. Este aspecto é acentuado, especificamente, no que se refere ao atendimento médico e odontológico e no encaminhamento de aposentadoria.

Essa assistência social, contudo, não cobria as necessidades reais, além de os benefícios sociais garantidos aos trabalhadores rurais serem menores dos que concedidos aos operários urbanos. Quando começaram a ser sentidas as conseqüências reais do processo de industrialização, na segunda metade da década de 1970, a assistência transformou-se no germen de protesto dos pequenos agricultores, para quem o Estado tinha se tornado o órgão responsável pela assistência. Além disso, os sindicatos da FETAG, meros órgãos de distribuição de benefícios sociais, mostraram-se incapazes de acompanhar e de organizar os afiliados nesse processo, que mudou o antigo sistema de relações laborais, sociais e econômicas.

Na época, as tarefas nos sindicatos eram complexas. Enquanto, de um lado, o governo garantia serviços assistenciais, prestados pelos sindicatos através da legislação, de outro, os sindicatos tinham interesse na questão, pois politicamente era importante a prestação de benefícios à categoria, o que, de certa forma, agradava aos dois lados. Com o atendimento médico e odontológico no sindicato, os agricultores viam-se obrigados a se associarem para usufruírem dos benefícios oferecidos.

²²⁷ Relatório Geral. Departamento de Educação, FETAG - RS, 1973/74. Porto Alegre - RS.

Nos documentos arquivados²²⁸, referentes à década de 70, encontram-se inúmeras manifestações de apoio e agradecimento ao governo, emitidas pela diretoria da FETAG. Um lema muito divulgado na época e que orientava a conduta da entidade era; “reivindicar com dignidade e cooperar com lealdade”: assim, o reivindicar radicalizado, ficava no discurso, não acontecendo na prática em função do período ditatorial. Questionar o governo seria motivo suficiente para que ocorresse a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos.

Esse discurso reivindicatório seria uma espécie de afirmação do próprio sindicalismo, ou seja, embora reconhecendo que o crescimento dos sindicatos se dava basicamente devido à prestação de serviços, admitir isso publicamente, seria equiparar o sindicalismo às repartições públicas e colocá-lo como mero prestador de serviços. Por isso, a “reivindicação” que, se de um lado representava a tentativa de desvincular o sindicato do governo, de outro, o acesso aos benefícios da previdência social significava uma conquista, o resultado de uma reivindicação.

Com a assistência via sindicatos, o governo buscava mais do que prestar serviço visava, efetivamente, controlá-los, amarrá-los às ações do poder público, criando dependência ao Estado, o que os obrigava a serem fiéis, sob pena de perderem as verbas e sofrerem intervenção.

Objetivava, também, eliminar a possibilidade de fortalecimento de sindicatos com uma postura mais crítica, que pudesse contestar a legitimidade do poder controlado pelos militares. E o objetivo de aniquilar os sindicatos mais contestadores, por esse ou por outro meio, foi atingido pelos governantes da época.

Se, por um lado, o Estado controlava o sindicalismo no campo e o impedia de ser autêntico, por outro, a estrutura sindical agrária da FETAG acabou por reproduzir um movimento pouco combativo, produzindo relações de cordialidade e de reciprocidade com os aparelhos estatais.

Era preciso criar uma importante estratégia de sobrevivência para o movimento sindical rural, e então surge a organização das mulheres²²⁹. A concessão

²²⁸ Relatórios da diretoria da FETAG: 1970,1971,1974. Centro de Documentação da FETAG. Porto Alegre.

²²⁹ Essa organização gerada dentro da esfera sindical rural, será denominada inicialmente como Comissão das Mulheres Trabalhadoras Rurais e, mais tarde, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

da aposentadoria masculina, no valor de meio salário mínimo, na primeira metade da década de 1970, funcionou como grande incentivo para a organização das mulheres, que somente tinham acesso à previdência social como viúvas, recebendo pensão por falecimento do cônjuge²³⁰. Em 1973, os benefícios sociais para as mulheres agricultoras apareceram pela primeira vez na agenda da Contag²³¹, no segundo Congresso da Confederação dos Trabalhadores, em Brasília. Já em nível estadual, o assunto foi discutido no final da década de 70, introduzindo na pauta de reivindicações o

direito à aposentadoria baseada em idade para as esposas ou companheiras dos agricultores; redução da idade de aposentadoria a 55 anos para homens e a 50 para mulheres; extensão de aposentadoria por invalidez às mulheres; equivalência dos benefícios dos trabalhadores rurais e urbanos, tais como auxílio-doença, salário maternidade, salário-família, auxílio acidente; outras reivindicações eram referentes à melhoria de serviços de saúde.²³²

A partir do congresso, a preocupação da Fetag passou a ser, além da educação das mulheres, sua organização e participação no sindicato, porém como “esposas dos associados”. Ainda não era discutida a sindicalização das mulheres, embora o reconhecimento da profissão e a extensão dos benefícios já fossem assuntos da agenda da Fetag²³³.

As eleições das diretorias sindicais, realizadas a cada três anos, no decorrer dos anos entre 1980 e 1990, foram influenciadas pelas diversas conjunturas do período. Na metade dos anos 80, os sindicatos mobilizaram-se ao lado dos partidos políticos, da Igreja Católica, dos movimentos populares e das organizações não-governamentais, procurando contribuir na elaboração da Carta Constitucional²³⁴.

²³⁰ Nota-se, nos livros de presença das reuniões nas comunidades do interior, que a maior participação feminina nos encontros era dada pelo perfil da pauta do encontro, destacando como tema principal a previdência social. Ver: livro de presenças da ata de 19/05/1989. (Anexo 01)

²³¹ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

²³² BRUMER, Anita. **A mulher na pequena agricultura modernizada**. Porto Alegre: UFRGS, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas 16(1): 2000, p.156.

²³³ Relatório de encontro sindical de dirigentes sindicais dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Estado do Rio Grande do Sul. Documento Final. Viamão, 27 a 29 de novembro de 1982.

²³⁴ Boletim especial dos sindicatos de Trabalhadores Rurais da Regional de Ijuí. Fonte Impressa: Título: Previdência Rural e a nova luta dos Agricultores, 1980, p.5-6.

Por outro lado, ao longo de toda a década de 80, o trabalho sofre profundas crises de reestruturação em grandes partes do mundo, e as entidades sindicais, como um todo, mergulham no debate de uma série de novas temáticas, tais como a modernização tecnológica, a reestruturação dos processos produtivos, a política salarial, a revisão da legislação trabalhista, a transformação da agricultura em face de expansão do complexo agroindustrial e a reforma agrária.

Uma série de entidades do estado participaram das eleições das diretorias sindicais, apoiando os candidatos ou opondo-se às suas idéias, desenvolvendo um clima rico de relações com diversos segmentos sociais. A difusão da pluralidade ideológica nas centrais sindicais brasileiras, recentemente formadas, contribuiu para neutralizar a hegemonia da geração de dirigentes formados anteriormente.

O desenvolvimento da política sindical, nos idos dos anos 70/80 no Rio Grande do Sul, mostra que a presença da mulher trabalhadora rural foi de exclusão na participação das instâncias de decisão sindical. O novo momento político brasileiro da redemocratização na década de oitenta, com garantias constitucionais a todos os cidadãos, abriu possibilidades para as mulheres se integrarem no cenário sindical.

Para as trabalhadoras rurais, a filiação sindical tornou-se nesse momento sua maior bandeira de reivindicação importante que o da própria identidade profissional e, às vezes, até mais que as responsabilidades domésticas²³⁵. Mas sua inserção ficará reduzida a “ajudar na direção do sindicato”, não tendo consciência da luta pela modificação dos papéis sociais, das relações de gênero, poder e trabalho.

2.4 O Movimento de Mulheres Rurais e sua Origem: os clubes de mães

O movimento das mulheres rurais não se formou apenas na prática sindical, mas a partir de debates sobre as suas condições de vida, realizados em pequenos grupos, a maioria desses grupos com base religiosa ligada às pastorais, aos quais nos domingos, depois da missa, as mulheres reuniam-se para reflexões.

²³⁵ Boletim Informativo da Regional Sindical de Ijuí e do Movimento Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Título: Nossas lutas e conquistas. Produção: FETAG-RS. Porto Alegre. 1993. p. 5. Ver também: GIULANI, 1998, p. 654.

Esse setor da Igreja constitui-se em importante força propulsora da conscientização feminina no campo. Ao relacionar fé e política, ligando a reflexão bíblica à transformação da realidade, a “Igreja da libertação” impulsionou a emergência de uma extensa rede de ações políticas que vai atingir grupos sociais tradicionalmente excluídos de sua condição de sujeitos de direitos e de cidadania, como o das mulheres camponesas²³⁶.

Nesse contexto político e econômico, os grupos de mulheres trabalhadoras, no início da década de 1980, introduziram, em suas reivindicações, apelos para que os sindicatos abraçassem suas questões. Estimulando o coletivo de mulheres trabalhadoras rurais a entrarem com ações propositivas nos sindicatos, lideranças femininas do meio rural passam a concorrer a cargos, tornando-se sindicalistas²³⁷.

Nos depoimentos obtidos com líderes sindicais, a lembrança das primeiras participações no sindicato continua viva. Referindo-se a essa participação, afirmam que: “poucos trabalharam tanto como as mulheres, naquelas eleições de 1981, para o sindicato dos trabalhadores rurais”, lembra Maira Bottega (liderança sindical da comunidade de Três Vendas – Catuípe), uma das pioneiras. “A chapa de oposição aos “pelegos”²³⁸ tinha como bandeira a sindicalização das mulheres, e um pequeno grupo de agricultoras se desdobrava para percorrer todas as comunidades. “Nas reuniões, falavam sobre a terra, a política agrícola, o reconhecimento dos direitos da mulher. Pela primeira vez, a mulher começava a participar, de forma organizada e com objetivos: buscavam a sindicalização e o reconhecimento da profissão”²³⁹.

As depoentes que aceitaram falar sobre os primeiros passos na militância sindical lembram que, nas rodas de chimarrão, nos momentos lúdicos, foram adquirindo uma nova visão de si mesmas, passando a reconhecer-se como sujeito político.

²³⁶ Convém ressaltar, como foi expresso no item 2.2, que a Teologia, de modo eficiente e sistemático, tem sido um dos discursos que, ao longo dos séculos, vem contribuindo no reforço do amor, da doação, da abnegação como vocação das mulheres, esses discursos e estas tradições teológicas tiveram – e continuam tendo – grande influência no imaginário das mulheres agricultoras, sendo vital na delimitação dos papéis sociais dos gêneros e, também, na formatação da identidade feminina no campo.

²³⁷ Mulher ocupando seus espaços. Ijuí: Cotrijornal, 1986, p.14 –15.

²³⁸ O peleguismo no Brasil surgiu na estrutura sindical da década de 1930 para ilustrar o atrelamento dos sindicatos ao Ministério do Trabalho do governo Vargas. Os líderes sindicais terminaram incorporando posturas não-combativas e de submissão aos interesses das estruturas do Estado.

²³⁹ Depoimento de Maira Bottega, líder sindical, 58 anos, Catuípe, 2002.

A participação da mulher rural na estrutura sindical, seja como líder ou como sócia do sindicato, não modificou as relações entre homens e mulheres no interior do sindicalismo rural. Prova disso são os cargos que exercem, como secretárias ou suplentes, geralmente só para cumprir a tarefa. Convém destacar que, no início do movimento, não percebem que a questão de fundo a ser desvendada é a “luta contra todas as formas de discriminação e dominação, inclusive a do homem sobre a mulher, e é aí que elas se reconhecem como gente”.²⁴⁰

É no início dos anos 80 que os clubes de mães e os grupos de mulheres trabalhadoras nascem como espaços de discussão e reflexão sob o prisma da Teologia da Libertação, e sob a influência do Sindicalismo Rural.

Os núcleos passam a denunciar a precariedade das condições de vida no campo em relação à saúde, à falta de fichas para consulta médica, a precariedade da educação e, por esse caminho, começam a elaborar abaixo-assinados, manifestações públicas e a realizar reuniões, estruturando organizações municipais, estaduais e nacionais, mediante a gestação de um movimento com caráter próprio, porém localizado na esfera sindical rural.

Ao longo dos anos 80, sob a influência das ferramentas de análise do feminismo, ocorre uma revisão da imagem e dos papéis sociais femininos. Difundem-se novas teses, que reafirmam o princípio da equidade entre os sexos, e são debatidas modificações na ordem jurídica e legal. Nesse percurso, começam a ficar claros os limites do que seria próprio das mulheres, do que lhes seria reconhecido, permitido ou atribuído como característico de sua “natureza social”²⁴¹.

Tanto as trabalhadoras urbanas quanto as rurais introduzem, em suas pautas de reivindicação, a participação política, temas de reflexão nos quais o cotidiano

²⁴⁰ Traduzindo o pensamento de Maira Bottega - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Catuípe(RS), relatando o início do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais na esfera sindical. Março de 2002.

²⁴¹ A análise do Relatório do 3º Seminário Nacional de Trabalhadoras Rurais em Brasília, de 23 a 25 de novembro de 1990, no qual participaram mulheres de todo o Brasil representando os vários movimentos de trabalhadoras rurais, revela o eixo central do encontro: reivindicações na perspectiva da classe trabalhadora sindical, excluindo a temática gênero. Conclusões do 3º Seminário Nacional de Trabalhadoras Rurais: **Semeando uma nova sociedade**. Documento impresso, 1990, p. 01-08.

doméstico não constitui ponto de partida para rever a divisão sexual do trabalho e a relação de poder na família e na representação sindical²⁴².

Os movimentos de trabalhadoras rurais que brotam dessas pautas e experiências têm um sentido político que se faz necessário resgatar. Apontam para desafios presentes na estrutura agrária brasileira, quais sejam, lutar contra a exclusão e/ou subordinação ao capital e lutar tanto por terra²⁴³ como por novas formas de integração na divisão social do trabalho e na economia como um todo.

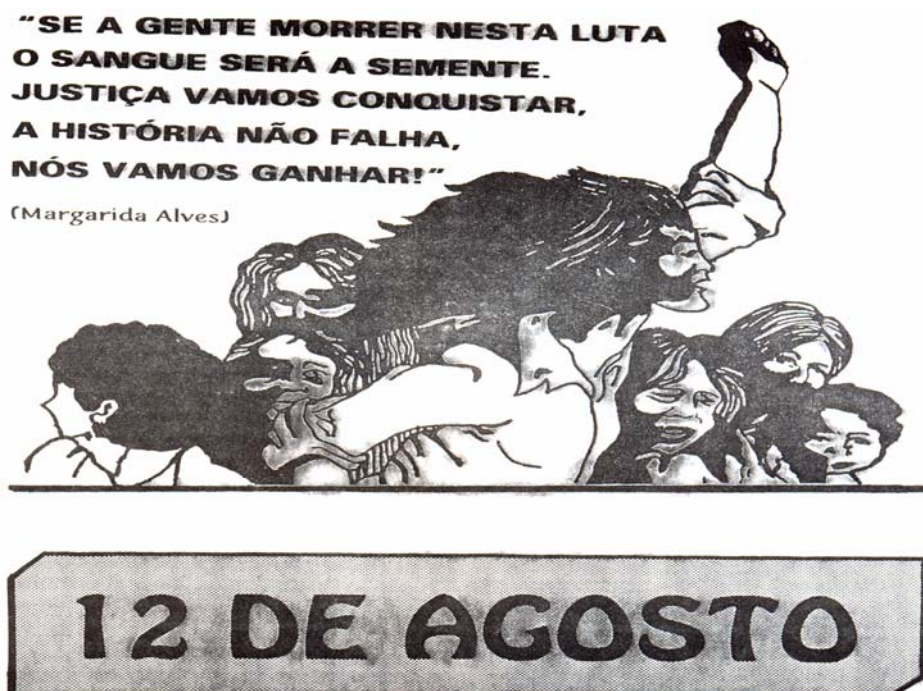
O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais gaúcho busca amparo e legitimidade de atuação nesse novo cenário, a partir de mobilizações já produzidas na história agrária brasileira, destacando mulheres líderes que se tornaram modelos para a militância do movimento. Citam-se os nomes de Elizabeth Teixeira, das Ligas Camponesas do Nordeste, e o de Margarida Alves, Presidente do Sindicato de Alagoa Grande, na Paraíba, assassinada em 1983.

O movimento das mulheres trabalhadoras rurais, como instituição, surgiu no final dos anos 80, com reivindicações centradas no reconhecimento social e legal de sua atuação como mulheres e trabalhadoras, contendo em suas bandeiras o direito à sindicalização, à terra, à previdência social, dentre outros.

Em todas as mobilizações que as mulheres se fazem presentes, relembram a dedicação e o exemplo das mulheres que perderam a vida por melhores condições de vida no campo.

²⁴²Para Guattari, a identidade sociocultural constitui um nível de subjetividade, e a reivindicação dos grupos minoritários tem sido somente pautada no reconhecimento de sua identidade. As mulheres rurais, além de reivindicarem seus direitos, colocam sua mobilização como um desejo de reconhecimento, de cidadania, de terem vez e voz e serem ouvidas. Mas o patriarcalismo cultural consolidado (regras internalizadas) é a barreira que detém os avanços femininos nesse processo. GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica** – cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 73.

²⁴³A luta por terra não significa a adesão as linhas do Movimento Sem-terra, mas de permanência no campo, devido ao aprofundamento do êxodo rural na década de 80.



DEPOIS DE 14 ANOS DO ASSASSINATO.

SUA BANDEIRA DE LUTA É CARREGADA

PELAS AGRICULTORAS GAÚCHAS.

Figura 04 – Panfleto 12 de agosto.

Fonte: Panfleto distribuído pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais sobre o dia 12 de agosto, dia recordado como o assassinato da líder sindicalista Margarida Alves. Arquivo MMTR, Ijuí-RS.

O marco inicial da participação das mulheres na vida do sindicalismo agrário no Rio Grande do Sul começou com a presença de 13 trabalhadoras rurais no II Encontro Anual de Dirigentes Sindicais, realizado em março de 1982, em Porto Alegre. Nesse Encontro, apontou-se a necessidade de as mulheres se organizarem e atuarem do movimento sindical, recomendando-se a sua participação nas comissões dos sindicatos, enquanto esposas dos associados. O reconhecimento da profissão de trabalhadora rural já era uma bandeira defendida, mas ainda não se cogitava sua sindicalização.

Esse “despertar” da mulher da roça na busca de participação em encontros e debates ocorreu no momento do início da abertura política brasileira, na

efervescência dos movimentos populares que eclodiram após as greves do ABC paulista de 1978/1979.

Já em fins de 1982 e início de 1983, 40 mulheres de todo o estado passaram a participar da Assembléia de Planejamento do Trabalho da FETAG. Esse dado aponta um sensível crescimento do número de trabalhadoras que se integravam aos sindicatos. A realização de seis encontros regionais e os encontros municipais, preparatórios ao “Encontro de Viamão”,²⁴⁴ em março de 1982, foram as molas-mestras para a participação das trabalhadoras na assembléia supracitada.

Nesses encontros foram levantadas as propostas que seriam apresentadas na Assembléia e que serviriam de orientação para a continuidade dos trabalhos. Em seguida, como proposta aprovada na Assembléia Geral de Viamão, por unanimidade, nasce a idéia da sindicalização da mulher que encontra resistências localizadas, mas que avança rapidamente²⁴⁵.

Aos poucos, as mulheres de localidades mais longínquas como a região Sul do estado e de sindicatos com caráter mais conservador começam também a se unir e a discutir sua participação no sindicato. Foi o caso, por exemplo, de Ijuí, onde, em julho de 1983, se realizou um Encontro de Formação em Saúde. Juntamente com lideranças rurais, padres e políticos ligados à Igreja, que, na ocasião, traçavam planos de novas chapas de oposição em sindicatos, algumas mulheres participavam do Encontro, mal sabendo que ali estavam gestando o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região de Ijuí.

Conheço o movimento, há uns 15 anos. De início meio de longe sem participar, depois comecei participar nas reuniões na Comunidade, mais tarde da Direção Municipal. Depois disto muita coisa mudou. Consegui me libertar daquela rotina cansativa que é ser dona de casa, de só viver em função dos filhos e do marido. Conheci muita gente nova, idéias novas. Consegui desabafar meus problemas com outras mulheres e isso fez muito bem. Voltar à vida de antes, agora, jamais”.²⁴⁶

²⁴⁴ Foi o 1ª Encontro Estadual das Mulheres Agricultoras. Resultado dos encontros preparatórios nas comunidades do interior em diversos municípios do Rio Grande do Sul, serviram como momentos de estudo e reflexão das propostas que as mulheres levariam a debate no encontro estadual.

²⁴⁵ Encontro Estadual do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais: “Foi a nossa vez e nossa voz”, 1985, p. 01-08; fonte impressa.

²⁴⁶ Depoimento de C. M. MMTR, Ijuí, setembro de 2000.

Após o discurso dos homens, uma das representantes femininas levantou a questão da sindicalização das trabalhadoras rurais. Considerando que participavam da produção, defendiam o direito à participação no sindicato. Os integrantes do encontro decidiram, então, que o direito de participar seria uma das bandeiras de luta da chapa de oposição, presente naquela assembléia. Foi o que bastou para que as camponesas se sentissem desafiadas. Logo começaram, nas reuniões das comunidades, a discutir a sindicalização.²⁴⁷

O que podemos observar, na leitura da ata que registra os primeiros passos da sindicalização feminina, é a manifestação daquilo que Bourdieu (2000) chamou de poder simbólico, ou seja, a estrutura sindical passa a legitimar a dominação sobre as mulheres rurais, reforçando seu apoio à sindicalização feminina, contribuindo, assim, para a “domesticação dos dominados”,

o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subverter é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é das competências das palavras²⁴⁸.

Um ano após, em novembro de 1984²⁴⁹, a FETAG promoveu um encontro estadual de lideranças das trabalhadoras rurais, que contou com a participação de 98 pessoas. Durante os anos de 1983/84, o trabalho se enraizava no RS, com vários municípios promovendo encontros com trabalhadoras rurais com os mesmos propósitos. As propostas levantadas eram amplas, indo do conhecimento do estatuto do sindicato, o reconhecimento da profissão, o direito à aposentadoria, até a reforma agrária²⁵⁰.

²⁴⁷Essa narrativa do surgimento do Movimento de Mulheres na regional de Ijuí, está registrada no Livro de Atas nº 07 de 1984 da Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Regional de Ijuí.

²⁴⁸BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3 ed. trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p.59.

²⁴⁹Podemos observar que, nesses encontros de lideranças de mulheres trabalhadoras rurais, a presença masculina era significativa, pois eram líderes sindicais rurais. Quem sabe reside aí um dos motivos desses encontros não abordarem pautas específicas sobre a questão feminina, como a questão das relações de gênero, do corpo, da violência doméstica, etc.

²⁵⁰Ver: I Encontro Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Relatório. Porto Alegre, novembro de 1984, p.5.

O Movimento de Mulheres Rurais nesse contexto tomou como referência para sua militância a trajetória e a luta da líder sindical Margarida Alves, que se tornou símbolo da resistência e de luta pelo reconhecimento dos direitos da mulher trabalhadora rural. Ela foi rendeira e filha de trabalhadores rurais e, desde 1967, vinha atuando combativamente na defesa do interesse de sua classe, tendo sido tesoureira e, após, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Paraíba. Nos anos de 1974 e 1981, participou da chapa de oposição à Federação dos Trabalhadores na agricultura de seu estado. Margarida Alves foi brutalmente assassinada em 12 de agosto de 1983, em sua própria casa, na presença do marido e de um de seus filhos. Poucos dias antes fora avisada de que sua vida corria perigo. Segundo narrativas, respondera: “da luta não fujo”.²⁵¹

²⁵¹ BOLETIM informativo do Movimento Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Porto Alegre: 1991. Produção gráfica: GEA – grupo de estudos e assessoria agrária, 1991.

12 DE AGOSTO DIA DAS MARGARIDAS



Margarida: Assassinada pelo Latifúndio

QUEM FOI MARGARIDA ALVES?

Trabalhadora rural, rendeira, filha de trabalhadores rurais; desde 1967 vinha atuando combativamente na defesa dos interesses de sua classe. Foi tesoureira e, depois, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Paraíba. Nos anos de 1974 e 1981 participou da chapa de oposição à Federação dos Trabalhadores da Agricultura de seu estado. Fundadora e diretora do Centru — Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, desde 1981.

Foi brutalmente assassinada em 12 de agosto de 1983, em sua própria casa, na frente do marido e de um de seus filhos. Levou um tiro de espingarda “12” no rosto. Os assassinos continuam impunes até hoje.

Poucos dias antes, avisada de que sua vida corria perigo, Margarida disse:
“Da luta, eu não fujo”.

POR QUE MARGARIDA FOI ASSASSINADA?

Alagoa Grande fica na região do Brejo Paraibano. Por ser uma região de terras muito boas, é bastante cobiçada pelos latifundiários plantadores de cana de açúcar. Tem mais de 50 usinas e engenhos, quase todos de propriedade de figuras importantes na política local. A região é dominada por um grupo econômico chamado “Grupo da Várzea”, já implicado em assassinatos e violências contra outros trabalhadores. O município de Alagoa Grande tem uma única usina de açúcar, a Usina Tanques, de propriedade do Sr. Agnaldo Veloso Borges. Este senhor é proprietário de mais de 11 fazendas (segundo o cadastro do Incra) somente

neste município. Dizem que em todo o estado da Paraíba ele possui mais de 60 fazendas além de grande proprietário (ou por isso mesmo) ele é também chefe político do “Grupo da Várzea”. Por ser um grupo econômico poderoso, exerce grande influência na política do estado.

Era contra o abuso de poder e a exploração dos trabalhadores por estes senhores que Margarida lutava. Por sua atuação destacada na defesa dos trabalhadores rurais ela já havia sido ameaçada várias vezes por estes senhores. Seu assassinato ocorreu durante uma campanha de luta pelo cumprimento das leis trabalhista, feita por 32 sindicatos de trabalhadores rurais, onde o sindicato de Alagoa Grande vinha se destacando.

O objetivo dos latifundiários ao mandarem matar Margarida não era o de apenas calar sua voz, mas também espalhar o medo e sufocar a disposição de luta dos trabalhadores.

“Se a gente morrer nesta luta o sangue será a semente Justiça vamos conquistar a história não falha nós vamos ganhar.”

Foi por ter assumido a luta de sua classe, como mulher e como sindicalista, que Margarida foi assassinada. Para nós, ela continua viva porque continuamos firmes na luta pelos ideais que ela acreditava e defendia. E da terra regada pelo seu sangue, muitas outras Margaridas nascem e nascerão pra continuar a luta.

Dia 12 de agosto é uma homenagem à Margarida Alves e a todas nós — mulheres, Margaridas — que estamos na luta!

Figura 05 – Panfleto de orientação sindical para o MMTR.

Fonte: Arquivo Movimento de Mulheres Rurais, Ijuí-RS. Panfleto usado como ferramenta educativa com os grupos de mulheres agricultoras. O material ilustra a mobilização das mulheres na perspectiva messiânica: “se a gente morrer nesta luta o sangue será a semente. Justiça vamos conquistar, a história não falha, nós vamos ganhar”, mostrando claramente a influência do discurso da Teologia da Libertação. O Movimento de Mulheres trabalhadoras rurais na atualidade, ligadas ao sindicalismo agrário da FETAG, também se autodenominam como Movimento das Margaridas.

Após a fundação do primeiro núcleo de mulheres trabalhadoras rurais em Ijuí²⁵², em maio de 1983, as discussões se espalharam pelo campo. Em quase todas as cidades do Noroeste do Rio Grande do Sul e demais regiões do estado vão-se formando núcleos, e o Movimento de Mulheres Rurais começa a crescer como entidade representativa. No dia 08 de março de 1984 (Dia Internacional da Mulher), ocorre a primeira manifestação pública, que reúne oito mil mulheres em Porto Alegre, no Gigantinho, anexo ao Estádio Beira Rio. Nesse evento, foram discutidas questões como aposentadoria, saúde, política agrícola, educação, reforma agrária, falta de terra e discriminação social.

As bandeiras, que, no início do Movimento, eram de liberdade de participação e de expressão, agora se tornam mais consistentes e se propõem a lutar contra a discriminação que sofrem as mulheres na sociedade, pelo reconhecimento da profissão de agricultora, por uma educação de qualidade no meio rural, voltada para a realidade agrícola, pela reforma agrária urgente e uma política agrícola para os agricultores familiares.

Desde o começo do Movimento de Mulheres, as bandeiras tinham uma conotação econômica e política²⁵³. A dimensão de gênero nas discussões era menos intensa no seu interior. As mulheres queriam somar-se à luta dos homens. Em 1985, com o movimento completando dois anos, as reuniões fervilham de mulheres que querem falar sobre seus problemas e construir soluções. Os depoimentos selecionados ilustram o raciocínio que venho desenvolvendo:

Não há contradição. Se as mulheres negam a política dos dominantes e a sociedade machista se nega à exploração e à submissão, então não podem sair por aí lutando por liberdade política e econômica se ainda não têm liberdade em casa. Enquanto continuarem a ser tratada como escravas de forno, cama e fogão, será hipócrita falar em libertação da classe oprimida.²⁵⁴

²⁵² Não há registro em ata da fundação do movimento. O 1ª registro em ata das atividades do movimento é de 01/03/1989. Anterior a esta não há registro; por isso, procuramos nas atas dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, e encontramos apenas reuniões de discussão sobre mobilizações em prol da previdência social.

²⁵³ A prova disso é o Boletim nº 04, de maio de 1986, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, intitulada: “Por que fomos a Brasília”. O documento não cita em nenhum momento a palavra gênero. Fonte impressa, p. 01 a 08. Arquivo da ASTRI.

²⁵⁴ Discurso de uma líder rural na *Assembléia do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais*, em agosto de 1997, na sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ijuí. Fonte: Jornal Cotrijornal Data: julho de 1985, p./Fl.: 14. Título do Documento: “Iniciando em casa – As Mulheres Querem Romper Barreiras e Participar”.

Dentro de casa não tem essa de divisão do trabalho. Enquanto eu chego cansada da roça e vou fazer o almoço, ele cruza as pernas e vai tomar chimarrão.²⁵⁵

Meu marido vai pro banho e mesmo vendo que eu tô atarefada com as coisas da casa, berra: “Véchia, traz a roupa. Se tiver um saco no meio do caminho, ele se enreda e não é capaz de levantar”.²⁵⁶

Nos dois últimos depoimentos, as mulheres deixam claro que estão repensando as divisões sexuais do trabalho e suas tarefas específicas, porém o MMTR não conseguiu traduzir as relações de poder e trabalho no espaço doméstico para o conjunto das bandeiras de atuação do movimento. O que comprova tal afirmação são os materiais impressos usados como ferramentas pedagógicas pelo Movimento de Mulheres que ilustram pautas direcionadas aos benefícios sociais, distante de reivindicações de cunho individuais e de gênero.

Nos anos de 1987, 1988 e 1989 prosseguem os encontros estaduais e municipais acerca da sindicalização e da conquista de direitos para as mulheres, com caravanas que se dirigem a Brasília e Porto Alegre. As pressões passam pelos governos estadual e federal. 1989 é um ano de reflexões no Movimento de Mulheres. Uma parte do caminho já fora feita, e as discussões revelam uma dúvida: que rumos o movimento tomaria²⁵⁷?

As questões de gênero não faziam parte das discussões. As mulheres trabalhadoras rurais, desde o início, rejeitavam o rótulo de movimento feminista, entendendo que a luta era da classe²⁵⁸ e devia ser encarada sob essa ótica²⁵⁹.

²⁵⁵ Depoimento de D. B, Colônia Santo Antônio – Ijuí, maio de 1999.

²⁵⁶ Depoimento de E. H, Coronel Barros – setembro de 2000.

²⁵⁷ Os questionamentos sobre o futuro das mobilizações do MMTR estão registrados no Livro de atas nº 01 de 1990, fls 08-09.

²⁵⁸ Segundo Pereira, “*ao não ser capaz de criticar o patriarcalismo e o antropocentrismo intrínseco a sua estrutura de análise, a reflexão marxista contamina as práticas e as interpretações de uma visão mecanicista e depredadora. Pela contramão da história, elementos do materialismo histórico e sua determinante economicista compartilham com a voracidade e o poder destruidor do capitalismo em todas as suas caras. Filhos do mesmo tempo e da mesma racionalidade, mesmo reconhecendo as motivações programáticas distintas, os instrumentais de análise disponibilizados pelas ciências analíticas e interpretativas do modernismo evidenciam uma matriz cultural sexualmente definida*” (PEREIRA, Nancy. Op. Cit. p. 48).

²⁵⁹ A análise das fontes documentais mostra que o movimento não havia digerido as bandeiras do Movimento Feminista brasileiro, com as questões relacionados ao gênero, optando por invisibilizar bandeiras específicas relacionadas ao seu corpo ou identidade de gênero. Prova disso são as inúmeras cartilhas e boletins de formação e divulgação do movimento que não priorizam o tema relações de gênero. (Anexo 02)

Essa discussão de classe estava muito presente no discurso dos sindicalistas, e as mulheres rurais começam a reproduzi-las devido à representação de classe e gênero que elas próprias faziam de si mesmas naquele contexto. Para Joan Scott, assim como para outras teóricas feministas, classe e gênero são construções culturais, representações construídas pelo imaginário social.²⁶⁰

Nesse período de mobilizações para a obtenção de direitos sociais, o discurso da classe trabalhadora dominava as pautas de reivindicações e o gênero estava identificado com as lutas feministas, excluído portanto das bandeiras do movimento. Para as mulheres líderes, que no período disputavam cargos e funções dentro da estrutura sindical, o conceito de gênero estava subordinado ao de classe, perdendo sua força como ferramenta de reflexão sobre os papéis femininos.

No entanto, havia angústias pessoais que o Movimento não resolvia e que as trabalhadoras rurais sentiam necessidade de discutir, temas específicos do universo feminino, junto com a questão da classe. Na opinião de uma ativista: “Entendemos que a luta não é só da trabalhadora pelos seus direitos, mas uma luta de toda a família pela mudança nas relações e da sociedade. É uma luta que todos vamos ter de encampar juntos”.²⁶¹ O discurso de classe, encampado pelo MMTR, deixou de lado as questões da família, do poder e do trabalho, por se tratarem de assuntos privados e sem relação com a produção e o mundo público, espaço do sindicalismo agrário androcêntrico²⁶².

A divisão social entre os sexos é resultado da dominação tradicional dos homens sobre as mulheres. Ora, essa dominação não se explica pelas respectivas características dos homens e das mulheres, mas por um padrão cultural que atribui um papel central aos homens. Não é a produção que triunfa sobre a reprodução, o que está aqui, ao nosso ver, é uma visão de um grupo social dominado, sob diversas formas, por um discurso masculino que foi construído e se tornou legítimo, e aparece

²⁶⁰ SCOTT, 1995.

²⁶¹ M. G, Comunidade de São Valentim, Ijuí, Agosto de 2000.

²⁶² A teoria marxista explica as relações sociais com referência em arranjos econômicos no qual o trabalho é vendido por salário e um produto manufaturado é vendido por lucro. Segundo Andréa Nye: “*Não só muitas mulheres vivem e trabalham no lar, fora desses arranjos ‘econômicos’, como também mulheres trabalhadoras são definidas, em seu detrimento no mercado de trabalho, pelas suas funções domésticas de mãe e esposa. Portanto, a opressão das mulheres permanece fora da mecânica da explicação marxista e da prática revolucionária marxista*”. Ver: NYE, Andréa. Op. Cit., p.74.

para justificar no mundo camponês essa diferença socialmente construída entre os sexos. Pierre Bourdieu²⁶³ justifica essa separação de funções e identidades no mundo social devido ao fato de a dominação masculina ser a marca presente nas práticas sociais dos dominantes, e principalmente, dos dominados, aquilo que o autor chamou de *habitus*, e, com ele, se refere ao conjunto de relações históricas “depositadas” nos corpos individuais em forma de esquemas mentais e corporais de percepção, apreciação e ação. A cultura, a linguagem, a vida afetiva inculcam nas pessoas certas normas e valores profundamente tácitos, dados por “naturais”. O *habitus* reproduz estas disposições estruturadas de maneira não consciente, regularizando e harmonizando as ações.

Assim o *habitus* se converte em um mecanismo de retransmissão pelo qual as estruturas mentais das pessoas tomam forma (“se encarnam”) na atividade do Movimento:

A razão de ser de uma instituição e dos seus efeitos sociais não está na “vontade” de um indivíduo ou de um grupo, mas sim no campo das forças antagonizantes ou complementares no qual, em função dos interesses associados às diferentes posições e dos *habitus* dos seus ocupantes, se geram “vontades” e no qual se define e redefine continuamente, na luta – e através da luta – a realidade das instituições e dos seus efeitos sociais, previstos e imprevistos.²⁶⁴

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, no Rio Grande do Sul, não era homogêneo. Havia divergências entre os diferentes grupos existindo em todos os níveis, uma separação rígida entre “conservadores” e “progressistas”.

Devido às divergências sobre as formas de conduta das mobilizações sociais, à filiação ou não a partidos de esquerda, surgiram outros movimentos como os da Mulheres da Roça e o MMTR (ONG) como resultado de uma ruptura com os interesses dos sindicatos. Mesmo com o aparecimento de outros movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, as reivindicações no ano de 1985, segundo Brumer, eram comuns, fundadas principalmente:

²⁶³ BOURDIEU, 1995.

²⁶⁴ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 81.

- a) no direito à sindicalização das mulheres camponesas;
- b) no reconhecimento oficial de seu “status” de trabalhadoras; e
- c) na equiparação de seus benefícios sociais com os recebidos pelas trabalhadoras urbanas. Além das reivindicações, as mulheres também procuravam uma política agrícola clara, preço justo para os produtos²⁶⁵.

A ligação dos sindicatos com partidos políticos levou a uma fragmentação na unidade do Movimento de Mulheres. Essa tendência aumentou pela formação de lideranças nas diferentes escolas sindicais que formavam militantes dentro da perspectiva marxista.

No caso do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da região Noroeste, por permanecer atrelado à estrutura sindical, a mulher falava pouco sobre assuntos políticos ou sociais e, no início da construção do Movimento, não saiam de casa a não ser para tomar um chimarrão nos parentes próximos ou nos vizinhos, ou ir à capela. Se elas iam às reuniões para fazer alguma peça de artesanato e discutir a Bíblia, pelo menos não perdiam tempo, como expressou uma liderança na comunidade de colônia Santo Antônio, interior da cidade de Ijuí:

Indo ao clube de mães, era mais fácil conseguir reunir as mulheres. Sem isso, a mulher chegava em casa e o marido pergunta o que ela tinha feito. Se ela chegava sem nada e dizia que falaram sobre as mulheres e seus direitos, então ele diz: “tu não vai mais”. Se ela chegava com alguma peça de artesanato ou prato de bolo, ela não dizia do que falaram, apenas mostrava o que tinha feito e ele deixava ir de novo.²⁶⁶

Nos depoimentos sobre as primeiras participações das mulheres nas mobilizações sociais, através do clube de mães, podemos entender que, a partir do gênero, pode-se perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações entre os sexos; o estudo das formas como as mulheres rurais “driblavam” seus maridos para poderem participar dos encontros locais é um meio de “decodificar e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana”²⁶⁷. Para Joan Scott, muitas relações de dominação na história estão ancoradas e se constituem na categoria gênero, que

²⁶⁵ BRUMER, 1993, p. 415.

²⁶⁶ Depoimento – O. N. B., 56 anos, grupo de mulheres da comunidade de Colônia Santo Antônio de Ijuí: setembro 1997.

²⁶⁷ SCOTT, Joan W. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, vol 16, nº 2, Porto Alegre, jul/dez, 1990, p.16.

expõe o dilema da diferença, a construção de desigualdades binárias, de diferenças pretensamente naturais e imutáveis.

A partir desses encontros as mulheres começaram a reivindicar sua sindicalização. Num primeiro momento, participavam junto com o homem, como sócias e dirigentes do sindicato; num segundo, inseriam reivindicações específicas na plataforma de luta do sindicato.

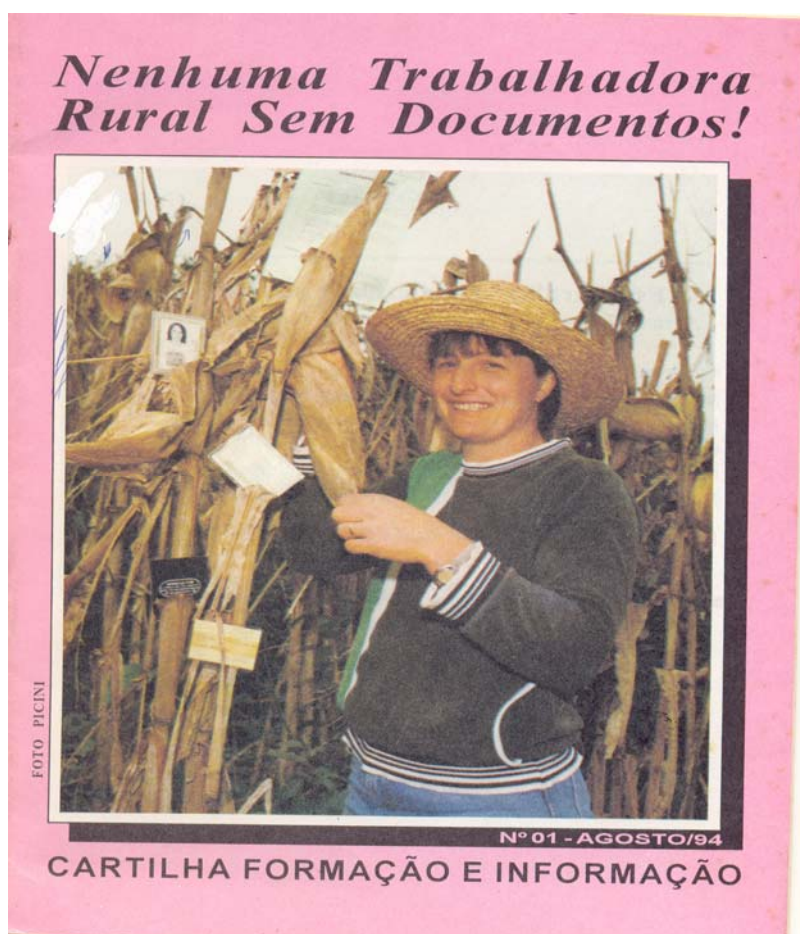


Figura 06 – Nenhuma Trabalhadora Rural sem documentos.

Fonte: Cartilha de formação e informação sobre a documentação da Trabalhadora Rural. Arquivo do MMTR, Ijuí, 1994.

Uma dessas reivindicações foi o acesso à documentação básica. Em 1986 foram confeccionadas cartilhas educativas, como ferramentas de formação para a mulher da roça. Nelas eram dadas orientações para que realmente participassem das reuniões; o MMTR recomendava que fossem feitos encontros com os seguintes

temas: “Como vive a mulher da roça”; “Nós também temos direitos”; “Dia 08 de março é nosso dia”.²⁶⁸

Mesmo com o engajamento que as mulheres tiveram no contexto dos anos 1980 no sindicalismo agrário gaúcho, sua participação na esfera das decisões da dinâmica sindical não se deu da mesma forma. A resistência presente na cultura e no imaginário masculino quanto a divisão do poder com o feminino levou a posturas e ações de “enfrentamento” discursivo e prático, uma vez que os homens entendiam que eles já representavam a família na estrutura sindical.

Assim é que, de acordo com a concepção foucaultiana de poder, no interior desses processos e estruturas abrem-se perspectivas para a constituição de um agente humano como resultante da tentativa de construção de uma identidade, uma vida, um conjunto de relações que estabelece fronteiras e apresenta a alternativa da negação, de resistência, o que nos parece, portanto, não ter acontecido com as mulheres rurais.

Considerando ainda a “tecnologia de poder” de Foucault, algumas teóricas feministas, como, por exemplo, Tereza de Lauretis (1994), reconhecem que o poder produz significados, valores, conhecimentos e práticas, e que, em certos momentos, as pessoas adotam e professam determinadas verdades e não outras. Nessa concepção, o poder modifica os “investimentos” feitos pelas pessoas ao adotar determinadas posições discursivas em detrimento de outras²⁶⁹.

A introdução da voz e do voto na estrutura sindical foi uma conquista histórica das mulheres rurais:

Nem se dormia e comia direito, era só trabalhar e trabalhar; na hora que o homem dormia no meio-dia, eu fazia o serviço, e quando ele via que tava na hora de voltar para a roça me chamava, o meu marido sempre achava que mulher era para trabalhar igual ao homem, e que o serviço da casa não era nada, que isso qualquer um fazia, só que não o homem, era muito machista e eu sofri... nem podia ir à cidade ou ao sindicato, ele sempre fazia as coisas por mim.²⁷⁰

²⁶⁸ Cartilha: Educando para os Direitos das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Cartilha impressa, p.01-19, 1993. Porto Alegre – FETAG. 19 páginas.

²⁶⁹ LAURETIS, Tereza de. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org) **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rocco, p.206-242.

²⁷⁰ Depoimento de O. K, ex-liderança do Movimento das Margaridas - Ijuí, agosto de 2000.

Na luta por seu ingresso no espaço sindical, as mulheres tinham barreiras legais a serem rompidas, inclusive nas cláusulas dos Estatutos que, na prática, excluíam sua participação ativa. Ao passo que as mulheres iam sendo inseridas no sindicato, essas cláusulas foram sendo suprimidas; porém, o sindicalismo rural não passou de imediato a contemplar questões relativas às relações de gênero, poder e trabalho.

O consentimento do Movimento de Mulheres da Região Noroeste do Rio Grande do Sul se origina exatamente pela não utilização e apreensão do gênero como ferramenta de análise, que, se fosse utilizada, desafiaria e desestabilizaria as premissas teóricas e culturais impostas, oferecendo uma nova visão sobre a complexa relação social entre os sexos. *“É algo adicionado, acima e além do que já está inteiramente presente; e também uma substituição para o que está ausente, incompleto, carente, por isso requerendo complementação ou integralidade”*, acrescenta Scott²⁷¹.

A dificuldade das mulheres para construir seu protagonismo no espaço público autonomamente levou o Movimento a “dividir” suas mobilizações com a estrutura sindical institucionalizada, incorporando o assentimento do dominante e a naturalização desta dominação, comprometendo sua autonomia e tornando-se coadjuvante nesse processo. Tudo isso porque as mulheres rurais participantes do MMTR não queriam alterar a ordem das coisas dentro de casa, pois isso poderia ocasionar a perda de poder e controle sobre a família, o que não era pouco.

²⁷¹ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, p.76.

3 AS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS E A BUSCA DE DIREITOS SOCIAIS

Neste capítulo vamos analisar o significado da criação do MMTR, enquanto espaço de cidadania para as agricultoras. Essa análise é necessária para entendermos por que o Movimento continua atrelado ao sindicalismo rural androcêntrico e conservador, e por que as ações das agricultoras no contexto de mobilizações por direitos sociais foram construídas sobre estruturas simbólicas, ligadas a um sindicalismo agrário fortemente marcado ainda hoje pela centralização do poder em mãos masculinas, pois, na análise dos depoimentos orais e das fontes documentais escritas, constatamos que as relações de gênero, trabalho e poder no mundo camponês continuam a ser caracterizadas pela subordinação e até pela submissão do feminino ao masculino.

No que se refere aos papéis de gênero, as atribuições conferidas à esposa tradicional, supostamente abnegada, que tudo faz em prol da família, continua prevalecendo no âmbito da família e mesmo da sociedade regional. O homem (pai, marido, filho) tem o controle, tanto dos meios de produção como do produto, resultante do trabalho desenvolvido na unidade familiar. Essa concentração de poder unilateral impede a mulher de se reconhecer como sujeito de direitos, dado que a representação de uma hierarquia de poder masculino ainda persiste nas relações familiares como parte da ordem simbólico-cultural tradicional²⁷².

²⁷² As relações familiares estão presentificadas na maternidade, no cuidado dos filhos, nas relações maritais, decisões do espaço doméstico, nas tarefas domésticas e na tomada de decisões, bem como na permanência de uma total invisibilidade feminina no trabalho da roça, embora de fundamental importância. Cf. TEDESCHI, Losandro. **Do silêncio à palavra: construções e perspectivas em gênero no meio rural do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado: São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

A busca pelo reconhecimento legal da profissão, não levou à desconstrução²⁷³ da cultura machista presente no universo camponês, não havendo, portanto, uma ruptura com os tradicionais papéis de poder e com a divisão social do trabalho no campo, isto porque as mulheres da roça ao lado dos homens de família, estavam organizadas em um Movimento direcionado para a conquista de direitos sociais, a partir do reconhecimento da categoria profissional. Este era o real objetivo da organização e, dessa maneira, joga por terra o protagonismo e a discussão sobre as relações de gênero.

O reconhecimento da profissão e o acesso aos benefícios sociais obtidos pelas trabalhadoras rurais na Constituição de 1988²⁷⁴ significou o passo mais importante para a consolidação do MMTR, através da consagração do termo jurídico Trabalhadoras Rurais, que então passava a designar uma categoria profissional. Na medida em que as mulheres se organizam, passam a incorporar os discursos e práticas do Movimento Sindical Rural, não se outorgando um poder próprio, livre e autônomo, mas atuando dentro de um imaginário masculino de crenças, ideologias, conceitos, valores, identidades e verdades.

Em novembro de 1985 era publicado, no Boletim Informativo nº 2 da FETAG um pequeno texto intitulado “*Foi a nossa vez, a nossa voz*” -, tratando das reivindicações do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, onde é possível observar o registro das relações de dependência feminina aos pais e maridos, não havendo qualquer menção às origens de tal situação.

²⁷³ “Operação que consiste em denunciar num determinado texto (o da filosofia ocidental) aquilo que é valorizado e em nome de quê e, ao mesmo tempo, em desrecalcar o que foi estruturalmente dissimulado nesse texto.(...) A desconstrução se apresenta como a discussão dos pressupostos, dos conceitos dessa filosofia e portanto a denúncia de seu alicerce logo-fono-etnocêntrico.(...) É a abolição de um significado que se constituía como centro do texto” (...) SANTIAGO, Silvano. **Glossário de Derrida**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1976, p.17.

²⁷⁴ A Constituição de 1988, no artigo 202, Inciso I determina: “É assegurada aposentadoria, nos termos da lei, calculando-se o benefício sobre a média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês, e comprovada a regularidade dos ajustes de salário da contribuição de modo a preservar os seus valores reais e obedecidas as seguintes condições: aos sessenta e cinco anos de idade, para o homem, e aos sessenta para a mulher, reduzido em cinco anos o limite de idade para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal”. Essa lei de aposentadoria foi regulamentada sob o número 8.213 de 24/07/1991 e pelo decreto lei número 611 de 21/07/92.



O manifesto das Mulheres Trabalhadoras Rurais foi feito no final do nosso Encontro. Ele relata os problemas que vivemos, traz também nossas principais reivindicações e as propostas para a continuidade da luta

Nós mulheres rurais, que trabalhamos de sol a sol, todos os dias, toda a vida, não somos reconhecidas como trabalhadoras. Nós mulheres, que criamos nossos filhos que serão os futuros trabalhadores da sociedade, que produzimos os alimentos para a mesa do povo da cidade, não temos direito a nada.

Quando a gente se machuca trabalhando na roça, não temos direito à assistência médica e nem ao auxílio por acidente de trabalho. Quando ficamos grávidas trabalhamos até o último momento e não temos direito ao auxílio natalidade e nem a um salário maternidade. E na velhice não temos direito à aposentadoria, nem por idade, nem por invalidez, nem por tempo de serviço. Nós somos consideradas dependentes dos pais e dos maridos, mas nem isto nos assegura o direito previsto na lei de total assistência médica e hospitalar. Estas são conquistas que as companheiras trabalhadoras da cidade já conseguiram há muito tempo, mas que até hoje são ne-

gadas para nós. E isto apesar de estamos contribuindo com a Previdência, pagando 2,5 % sobre tudo aquilo que produzimos.

Representamos 50 % da força de trabalho na agricultura e na pecuária. Mas trabalhamos sem segurança, sem garantias, sem direitos. E dia a dia constatamos que nossa situação fica mais difícil, pois não temos preços justos para os nossos produtos e nem uma política agrícola definida de acordo com os interesses dos trabalhadores.

Além disso, nem todas as nossas famílias têm terra suficiente para trabalhar, enquanto alguns poucos concentram terra para negócios. Assistimos diariamente a fuga dos nossos filhos para as cidades. Eles vão em busca de empregos e melhores condições de vida, mas muitas vezes acabam se marginalizando. Assistimos com pesar o ensino nas escolas se tornar cada dia mais deficiente, nunca sendo voltado para a realidade e as necessidades do povo da roça.

Figura 07 – Boletim “Foi a nossa vez, a nossa voz.”

Fonte: Boletim nº 02 de novembro de 1985. Comissão Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais p. 05. FETAG, Porto Alegre.

O próprio texto, extraído de uma cartilha utilizada como ferramenta de formação, exemplifica a intencionalidade do Movimento, quais sejam, as reivindicações de cunho econômico e social e o reconhecimento profissional enquanto trabalhadora rural.

**Movimento
Estadual das
Mulheres
Trabalhadoras
Rurais**

Nós, mulheres trabalhadoras, somos a metade da população do meio rural. Trabalhamos de sol a sol todos os dias, durante a vida inteira. Somos 50% da força de trabalho da agricultura, produzimos alimentos e riquezas. Mas não temos nossa profissão reconhecida. Além disso, somos responsáveis pelo trabalho doméstico, pelo cuidado com a família e a criação dos filhos – os futuros trabalhadores da sociedade. Mas não somos consideradas trabalhadoras.

Quando estamos grávidas, trabalhamos até o último momento e não temos direito a auxílio natalidade e salário maternidade. Na velhice, depois de uma vida de trabalho pesado, não temos direito à aposentadoria nem por idade, nem por tempo de serviço. Somos consideradas dependentes dos pais e dos maridos, mas nem isso nos assegura o direito previsto na lei de total assistência médica e hospitalar. E isto apesar de contribuirmos com a Previdência pagando 2,5% sobre tudo o que produzimos.

Apesar de assumirmos na sociedade quase as mesmas funções que os homens trabalhadores assumem, apesar de executarmos na roça as mesmas tarefas que nossos companheiros fazem, apesar de todo o avanço no meio rural dos últimos anos, nós continuamos a ser discriminadas. Porque somos mulheres, somos consideradas inferiores, com menos capacidade, não somos valorizadas e não temos direitos assegurados.


Mas já faz algum tempo que nós, mulheres trabalhadoras rurais, começamos a nos dar conta da discriminação que sofremos. Por isso, a partir da nossa organização nas bases e de nossa experiência nas lutas, sentimos a necessidade de uma maior organização para a conquista dos nossos direitos. Realizamos nosso 1º Encontro Estadual – 17 de outubro de 85 – e passamos a organizar o Movimento Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais, que cresce e se torna cada vez mais forte.

VAMOS 'A LUTA!

Figura 08 - Boletim "Vamos à luta!".

Fonte: Cartilha de Formação do Movimento Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais das Margaridas. Ano: 1985. Distribuição: FETAG: Porto Alegre – RS.

A conquista dos direitos sociais previdenciários atrela os objetivos do Movimento às reivindicações da estrutura sindical, representadas pelo reconhecimento profissional, pelos benefícios sociais e pela participação no sindicato, como podemos observar neste documento,²⁷⁵



MUDANÇAS COM A SINDICALIZAÇÃO

- * A mulher sócia do seu Sindicato recebe uma cartei-
rinha que a identifica como tra-
balhadora rural. É um documento
a mais que a mulher possui.
- * A mulher passa a ter direi-
to de votar, de escolher a
diretoria que dirige o Sin-
dicato.
- * Ela passa a ter direito
de dar opiniões, de falar nas
reuniões e assembléias do seu
Sindicato, de ajudar a apro-
var ou a rejeitar qualquer
proposta apresentada, a fixar
as mensalidades. Tem direito
de reclamar quando verifica
que as coisas não andam bem
no Sindicato. Tem direito de
elogiar quando acha preciso.
- * Sendo sócias há mais de
seis meses da data da elei-
ção, e tendo mais de 18 anos (e
não sendo aposentada), tem o
direito de ser votada e, por-
tanto, de fazer parte da dire-
toria do Sindicato.
- * Participando de reuni-
ões e assembléias, falando,
discutindo seus problemas, as
mulheres vão tendo uma escola
onde muito irão aprender. O
Sindicato é um lugar para dis-
cutir os problemas próprios
das trabalhadoras, e também os
demais problemas da categoria,
como preços dos produtos, terra,
agrotóxicos, ensino deficiente
e outros.
- * A mulher começará, en-
tão a não aceitar mais a sua
discriminação, deixará de se
submeter e de se rebaixar di-
ante daqueles que apenas querem
a mulher como objeto de lucro.
- * Reunida em grupo no Sin-
dicato, a mulher poderá man-

Figura 09 - Boletim: Mudanças com a sindicalização.

Fonte: Cartilha de Formação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Produção FETAG, Porto Alegre, 1990.

²⁷⁵ Cartilha de formação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Produção FETAG – RS, 1990 – Porto Alegre.

O documento coloca as reivindicações num plano ideal, na perspectiva do desejo, da busca, as reivindicações no plano ideal; porém, isso não quer dizer que se efetue no concreto.

ter-se informada sobre o mundo, sobre as coisas, e poderá começar a viver uma vida melhor. Perceberá que ela é fraca agindo sozinha, mas se torna forte, muito forte, quando age em grupo.

* Começa a lutar para exigir aquilo que como pessoa humana tem direito: condições para garantir com dignidade a subsistência para si e para os seus.

REFORÇAR A CATEGORIA

Participando do Sindicato, a mulher tornará mais forte a sua categoria. O Sindicato terá sua força dobrada e precisará melhorar toda sua organização. Renovará, com mais força, suas comissões de núcleos, distritos e município, porque se obrigará a incluir as mulheres nas comissões que vai organizando. O Sindicato aper-

feiçoará seus fichários, pois a mulher do associado não estará mais inscrita como "doméstica", e sim como trabalhadora rural e sócia número ... deste Sindicato.

Hoje muitas trabalhadoras rurais não estão no Sindicato porque seus maridos são trabalhadores de outras categorias. Com a mudança, elas poderão ocupar o lugar a que têm direito.

Só temos todos a ganhar quando o Sindicato abrir suas portas para toda a categoria.

Perguntas:

- 1 - Que vantagens terá a trabalhadora se for sócia do seu Sindicato?
- 2 - Há dificuldades no seu município para a sindicalização das mulheres? Que dificuldades são essas?
- 3 - O que devemos fazer para vencer essas dificuldades?



Figura 10 - Boletim: Mudanças com a sindicalização.

Fonte: Cartilha de formação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Produção FETAG: Porto Alegre, 1990, p.6.

Nota-se que o discurso justificador da participação das mulheres no sindicato será o “reforço da categoria”, assim como a imagem ilustrativa do panfleto coloca num plano secundário “homens trabalhando na colheita” e a mulher agricultora dividindo o trabalho, tendo como pano de fundo a casa e a roça. Assim, palavras e imagens são formas de representação do mundo que constituem o imaginário²⁷⁶.

De acordo com a cartilha de formação, a vida das mulheres “mudaria com a sindicalização”; isso reflete um desejo ou o sonho de quem a escreveu: o movimento sindical. Na realidade, o que podemos ver é que, no processo de mobilização das agricultoras, foi se construindo uma identidade a partir de representações e práticas do sindicalismo patriarcal, numa dimensão política e numa ordem simbólica através de referências masculinas. Se é pelo imaginário social que as sociedades se percebem, elaboram uma imagem de si próprias e atribuem identidades sociais a seus membros, as mulheres agricultoras construirão, por sua vez, práticas sociais vinculadas a esse poder simbólico.

Nas memórias de muitas depoentes que participaram do MMTR são comuns as referências à dependência econômica do marido, à vontade do marido, demonstrando um sentimento de indignação e revolta. São histórias de mulheres que “sentiram na pele”, como elas mesmas dizem, o peso do arado de bois e da enxada. Quando questionadas sobre a conquista do direito à aposentadoria, não havia hesitação nas respostas:

Nunca tive escolha, trabalhava na roça até quando estava doente e porque tinha de trabalhar, senão, não tinha o que comer. Era magra e tão judiada, eu não sei como conseguia... trabalhava no arado quando estava grávida e tudo em casa eu fazia de noite...por tudo o que fiz tinha muitos problemas de saúde. Cortava pasto para as vacas e carregava nas costas, tirava leite já de noite e ele tomando chimarrão na cozinha. No domingo eu fazia lavagem para os porcos e ele ia para a sociedade jogar. Não gosto nem de lembrar, mas hoje eu tenho o meu dinheiro da aposentadoria.²⁷⁷

²⁷⁶ Pesavento entende que a “imagem possui uma função epistêmica, de dar a conhecer algo, uma função simbólica, de dar acesso a um significado, e uma estética, de produzir sensações e emoções no espectador (...), quais os valores e os sentimentos que se busca transmitir, quais os sonhos e fantasias de um tempo dado, ou quais os valores e as expectativas do social em relação aos autores”. PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 87 - 88. (Coleção História e Reflexões)

²⁷⁷ D.B. agricultora, 60 anos. Comunidade de Colônia Santo Antônio, Ijuí / RS, março de 2000.

Foi uma coisa muito boa, se não fosse essa aposentadoria ia ter mulheres até sem roupa, porque, se depender de certos maridos ... sem comida também; e isso não é nada mais que uma recompensa pelo nosso serviço sofrido. Eu me sinto feliz por poder comprar comida, comprar os remédios ... Fiquei muito feliz, muito alegre mesmo, me sinto realizada”.²⁷⁸

As palavras confirmam a importância atribuída à conquista de tal benefício, mas, mesmo com os direitos sociais, elas não pararam de construir os tradicionais papéis e as relações de trabalho e poder não sofreram modificações substanciais. O direito das trabalhadoras rurais à aposentadoria entrou somente em vigor em 1991, três anos após sua regulamentação. No entanto, quando, em 1992, ainda não havia sido concedido nenhum benefício, as lideranças do Movimento decidiram mobilizar as mulheres, concentrando-as diante do Instituto de Seguridade Social (INSS) nos respectivos municípios. O início da concessão do benefício ocorreu a partir de maio de 1992, no valor de um salário mínimo.

Para Maira Bottega,

(...) esse ato deu credibilidade (ao Movimento) porque muitos sindicatos diziam que ia dar em nada. Depois, muitos sindicatos “foram de carona” e os homens conseguiram a aposentadoria de um salário mínimo também. Mas quem conseguiu a aposentadoria primeiro fomos nós.²⁷⁹

Vejamos que a liderança do MMTR reforça a mobilização em torno da aposentadoria, e, além disso, a revitalização do sindicalismo rural se dá nesse momento da efetivação do direito à aposentadoria das mulheres camponesas, que passa a entender que a luta do MMTR poderia suprir não só a carência de associados, mas também a própria crise econômica das instituições sindicais, ao contar com as contribuições sindicais das novas associadas, o que pode ser verificado pela leitura de um dos documentos da época:

Aos vinte e oito dias do mês de março de mil novecentos e noventa reuniu-se mais uma vez a Comissão Regional das Mulheres Trabalhadoras rurais da Regional de Ijuí para realizar um seminário de estudos e formação sobre estrutura, conjuntura e metodologia (sob a) coordenação de Margarida, Dilce, Eliane e Maira e Carlos Karlinski além da equipe de trabalho que ficou distribuída da seguinte forma: Animação, Adiles, Marina, Eliane, Secretária = Isabel e Eliane (Ijuí), Cronometrista Hilda, Chimarão =

²⁷⁸ Depoimento de V.T. 62 anos, Comunidade da Picada Conceição, Augusto Pestana, maio de 2000.

²⁷⁹ Líder do MMTR e atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Catuípe/RS, 2002.

Erta (...) Foram levantados alguns dos problemas que estamos enfrentando – 1º Preços baixos dos produtos, abaixo dos custos de produção. Saúde, política agrícola, reforma agrária, saúde e previdência e educação, transporte, falta de organização, comodismo, falta de consciência de classe (...) 2º Que resultados conseguimos através de nossas lutas? – Despertar mais a consciência de classe, maior entendimento de nossos problemas, votar e ser votada, nomear a mulher no bloco de produtor, maior participação da mulher nas escolas, Igrejas, STRs política, participação das mulheres em diretorias de igrejas, 3º - Sindicalização da mulher para manter a entidade sindical; equiparação com os urbanos, passou na constituição aposentadoria aos 55 p/ mulheres e 60 anos p/ o homem. Auxílio acidente de trabalho para mulher e filhos menores de 75% do salário mínimo; auxílio doença para os homens, pensão p/ as viúvas antes de 71.²⁸⁰

Podemos observar que as “mudanças significativas” que o Movimento almejava, ficaram em torno dos benefícios sociais, que uma vez conquistados, passa a gerar a desmobilização da categoria. Foucault adverte sobre a provável objeção de que, ao serem ativados, libertos da sujeição, os saberes dominados possam vir a sere *domesticados pela discursividade* reproduzindo efeitos de saber e poder. A teoria do discurso explica a questão da constituição do sujeito social. Se o social é significado, os indivíduos envolvidos no processo de significação também o são e isto resulta em uma consideração fundamental: os sujeitos sociais não são causas, não são origem do discurso, mas são efeitos discursivos.²⁸¹

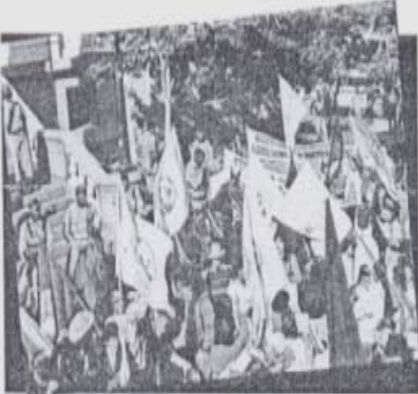
Ao analisar um discurso, mesmo que o documento considerado seja a reprodução de um simples ato de fala individual, “nomear a mulher no bloco de produtor”, não estamos diante da manifestação de um sujeito, mas sim nos defrontamos com um lugar de sua dispersão e de sua descontinuidade, já que “ o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem”²⁸².

A conquista de benefícios sociais, como a aposentadoria, leva lideranças do MMTR a moverem intensas campanhas no sentido de mobilizar as mulheres para a obtenção de documentos legais, estes, por sua vez, necessários para a comprovação de sua atividade agrícola. O Editorial do jornal do MMTR é testemunha do processo:

²⁸⁰ Livro de Atas nº 08, de 28/03/1990, folha 09, MMTR da regional de Ijuí.

²⁸¹ PINTO, Regina Célia. **Com a palavra o senhor Presidente Sarney**: ou como entender os meandros da linguagem do poder. São Paulo: Hucitec, 1989, p.25.

²⁸² FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986, p.84.



12/08/97 - POA Secret. da Fazenda MMTR/RS

EDITORIAL:

FALTA DE DOCUMENTAÇÃO - VIOLÊNCIA SILENCIOSA

12 de agosto é uma data que está na cabeça de todas nós, não como momento de festa, mas de luta, de ação das mulheres na luta por um mundo justo e igualitário.

Neste sentido é que a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais - Brasil, à qual o MMTR-RS está inserido, promoveu novamente neste ano, o DIA NACIONAL DE LUTA DAS MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA NO CAMPO E POR JUSTIÇA.

O MMTR-RS definiu para este ano o eixo "Luta Contra a Violência e por Justiça".

Violência esta que pode acontecer de diversas maneiras. A física é talvez a mais revoltante, a que aparece aos olhos de todos. Mas, existe a violência moral, psicológica. E esta, sem dúvida, é a mais cruel. É o tipo de violência que não se camufla. Destrói os indivíduos aos poucos, anula sua existência.

Neste ano, o enfoque de violência que combatemos, é o da exclusão das mulheres da cidadania. Se somos parte de uma sociedade, produzimos riquezas, geramos a vida, não podemos simplesmente ficar de fora dos direitos de cidadania.

Mas, como observamos esta violência?

Pode ser percebida de várias maneiras. E uma das formas mais revoltantes é a exclusão dos direitos devido à falta de documentação pessoal e trabalhista.

Sabe-se que a maioria das mulheres só possui título eleitoral e certidão de casamento. Quando se trata de documento trabalhistas é ainda pior. Poucas mulheres possuem Bloco de Produtora em seu nome ou em conjunto com o marido. O INCRA da terra geralmente está no nome do homem. As mulheres detêm apenas 1% das propriedades rurais. 70% das pessoas que trabalham de empregados rurais não tem carteira de trabalho. As mulheres são 60% do setor informal brasileiro, não são reconhecidas como trabalhadoras e contribuintes. Uma das conseqüências disto é que entre 94 e 95, 40% das mulheres que se aposentaram já tinham mais de 60 anos, e a lei é aos 55 anos.

Poderia se dizer que é culpa das próprias mulheres, que não fazem seus documentos. Em parte, sim. Temos que fazer a nossa "mea culpa" por não nos valorizarmos por ficarmos escrevendo que alguma coisa nos falta para gente. Mas, outros fatores influenciam para que isto ocorra.

A mulher sempre foi educada para ficar à sombra do marido, usar os documentos dele. Muitos maridos não "permitem" que a mulher vá fazer seus documentos, dizem que é só perda de tempo e dinheiro.

A situação econômica dificulta o acesso das trabalhadoras rurais, pois têm que fazer quilômetros, pagar ônibus - se tiver - para encaminhar os documentos.

Os órgãos que fazem documentos geralmente não orientam para que as mulheres declarem sua profissão de trabalhadora rural, e muitas vezes dificultam o acesso da mulher.

Apesar desta realidade de exclusão, as mulheres estão percebendo que a documentação é algo importante para garantirmos nossos direitos, além de nos identificar como gente e como trabalhadora.

A Campanha de Documentação "NENHUMA TRABALHADORA RURAL SEM DOCUMENTOS", que acontece pela segunda vez, quer e vai servir para conscientizar a maioria das mulheres de seu direito à cidadania.

Embora, o RS é o estado do Brasil que mais recebeu o salário maternidade (41%), e isto demonstra o resultado de nossos esforços, se faz necessário que a luta continue para que todas as mulheres sejam incluídas nos direitos.

E a documentação é essencial para isto.

MMTR - RS
Fone: 3325
CEP: 91010-000

Pág. 2,3
- 12 de agosto mais de 1.200 mulheres Em POA
Pág. 3
Campanha de Documentação nos Municípios
Pág. 2
07/set. - Dia dos Excluídos

Figura 11 - Jornal Informativo do MMTR.

Fonte: Jornal Informativo do MMTR. Produção: Comissão Estadual do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Porto Alegre - março de 1998.

O que podemos observar no editorial do jornal do Movimento é que as mulheres atribuem à falta de documentação uma “violência silenciosa”, pois, sem os documentos, as mulheres agricultoras não teriam condições de usufruir da aposentadoria, e assim estariam excluídas da cidadania.

A teoria foucaultiana nos ajuda a refletir sobre os discursos, afirmando que é preciso trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar. E a primeira tarefa para chegar a isso é tentar desprender-se de um longo e eficaz aprendizado que ainda nos faz olhar os discursos apenas como um conjunto de signos, como significantes que se referem a determinados conteúdos, carregando tal ou qual significado, quase sempre oculto, dissimulado, distorcido, intencionalmente deturpado, cheio de reais intenções, conteúdos e representações, escondidos nos e pelos textos. É como se, no interior de cada discurso, ou num tempo anterior a ele, se pudesse encontrar, intocada, a verdade, desperta então pelo estudioso²⁸³.

A pergunta “quem fala no editorial”? desdobra-se em muitas outras: qual o status do enunciador? Qual a sua competência? Em que campo de saber se insere? Qual seu lugar institucional? Como seu papel se constitui juridicamente? Como se relaciona hierarquicamente com outros poderes além do seu? Como é realizada sua relação com outros indivíduos no espaço ocupado por ele?

Também cabe indagar sobre o lugar de onde as mulheres rurais falam, o lugar específico no interior da instituição, a fonte do discurso daquele falante, e sobre a sua efetiva posição de sujeito, suas ações concretas, basicamente como sujeito incitador e produtor de saberes. É assim que, segundo Foucault, destrói a idéia de discurso como expressão de algo, tradução de alguma coisa que estaria em outro lugar, talvez em um sujeito, algo que preexiste à própria palavra.

Analisar os textos de formação do MMTR, nessa perspectiva, significará antes de tudo, tentar escapar da fácil interpretação daquilo que estaria “por trás” dos documentos, procurando explorar ao máximo os materiais, na medida em que eles são uma produção histórica, política; na medida em que as palavras são também construções; na medida em que a linguagem também é constitutiva de práticas.

²⁸³ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

A suposta visibilidade no espaço público, obtida através dos documentos e das conquistas dos direitos sociais, não vai abrir as portas para a reflexão das origens dessa invisibilidade nas relações de gênero no campo. Uma vez assegurada a conquista dos direitos sociais, as relações de poder e trabalho no espaço privado foram pouco afetadas; prova disso, são os relatos orais das mulheres camponesas²⁸⁴.

Apesar do acesso ao direito ao salário-maternidade ter sido incluído na Constituição de 1988, o benefício foi vetado pelo então Presidente Fernando Collor (1990-1992) e até na regulamentação da Lei da Previdência em 1990. As lideranças das mulheres rurais tentaram reverter esse quadro fazendo uma ampla mobilização e mediante organização de caravanas a Brasília, obtendo a aprovação da lei sobre o salário-maternidade em agosto de 1993, direito esse regulamentado em 1994.

A conquista do salário-maternidade pertence à memória coletiva do Movimento: “nós mulheres fizemos visível nossa presença e conseguimos aprovar, apesar da fome e cansaço”²⁸⁵. Com esse tipo de pressão, as mulheres agricultoras começaram a entrar no campo do poder político. A presença física nos atos públicos possui um valor simbólico, representando, para o coletivo do Movimento, a conquista da cidadania.

Afirmam também que houve uma “certa mudança” no relacionamento com o marido, como consequência desse processo de mobilização em prol de direitos e da conquista da cidadania. Questionamos como essa cidadania conquistada se expressava e como ficou a autonomia financeira em relação ao marido, sobre o que elas assim se expressaram:

[...] Sim, agora eu falo, eu compro, eu mesma pago, não dependo mais de pedir para ninguém. Dá para comprar um pouco mais, algumas coisas, desde o mercado...consegui comprar coisas para a minha cozinha, para a sala. Agora eu até pago a luz, pago faxineira, tenho dinheiro para cortar o cabelo, comprei até um jogo de quarto novo.²⁸⁶

²⁸⁴ Para facilitar a análise os depoimentos foram divididos por categorias de análise. Ver organização dos depoimentos (parcial) no Anexo 03.

²⁸⁵ Depoimento de M. B. Catuípe, março de 2000.

²⁸⁶ Depoimento de I. G., 62 anos, Augusto Pestana, setembro de 1999.

Aí é que nós podemos comprar, temos o dinheirinho da gente, agora eu posso aproveitar a vida, posso sair, fazer compras..Compro esmalte, sapatos, perfumes, roupas, tudo o que eu gostava e nunca pude comprar, também coisas para a casa eu comprei.²⁸⁷

Mudou pouco, mas mudou, porque eu sempre comprava coisas que eu queria, não tudo, mas o principal.²⁸⁸

Nesses depoimentos, observamos que elas alimentavam pequenas ilusões de consumo na compra de determinados objetos: roupas, perfumes, bijuterias... possíveis agora com a aposentadoria. A dependência do marido para o consumo dessas pequenas coisas, segundo as depoentes, havia terminado. Conforme elas afirmaram, esse benefício foi de suma importância para as suas vidas, usando seu próprio dinheiro para complementar as despesas da unidade familiar.

É tudo o que eu sonhei na vida: ganhar o meu dinheirinho, eu me sinto bem, feliz, até me reconhecem agora.²⁸⁹

Se não fosse essa aposentadoria, eu não sei o que íamos fazer, (...) é bom, eu sou outra mulher como aposentada.²⁹⁰

É um dinheirinho que vem limpo. Eu fico contente em poder ir para a cidade receber o que eu mereço, eu me sinto uma pessoa mais tranqüila.²⁹¹

Esse “estar feliz” é a garantia delas de que têm o salário para sustentar a família, de sentir-se segura, refletindo os papéis tradicionais do cuidar, servir e nutrir.

Analisando os discursos, podemos ver como as representações sociais continuam manifestando-se sobre o imaginário feminino. O sentido da linguagem, e e o significado que os depoimentos carregam, explicitam as intenções e as práticas das mulheres agricultoras em torno das relações de gênero e poder na esfera familiar, refletindo as condições socioculturais da produção e reprodução dos discursos.

Nos depoimentos, constatamos que existe apenas uma forma de poder manifestando-se no imaginário social das mulheres no meio rural: o poder de

²⁸⁷ Depoimento de É. B. Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Regional de Ijuí, 2000.

²⁸⁸ Idem.

²⁸⁹ Depoimento de C. B., Comunidade de Engenho Velho, Catuípe, 1999.

²⁹⁰ Depoimento de E. A., Comunidade de Engenho Velho, Catuípe, 1999.

²⁹¹ Depoimento de M. Q., Comunidade de Lagoa dos Patos, Catuípe, 2000.

compra. A própria construção do conceito de poder,²⁹² está vinculada diretamente a uma representação masculina.

As mulheres não são representadas como portadoras de “poderes” no campo da vida privada, cujos significados estão associados aos atributos naturais e biológicos. A possibilidade concreta do poder de compra, obtida pela luta do Movimento, reafirma, legítima esse imaginário historicamente construído e atribuído pelo masculino ao espaço doméstico, justificando um “poder portas adentro”, que não pertence às mulheres:

La masculinidad como macro sistema sigue siendo el que genera, produce y define lo que es conocimiento válido y lo que no, aunque permita la participación de las mujeres en ello. Sigue siendo la estructura patriarcal la que legitima o deslegitima a las mujeres que le colaboran, tanto en la ciencia, la literatura, la filosofía, la economía, como en los demás campos. Las mujeres que ocupan estos espacios y/o pequeñas élites no alcanzan a leer su propia funcionalidad, a pesar de que la incomodidad de estar en estos espacios masculinos persista, pero es tanto el costo de salirse de este útero masculino que prefieren no hacerlo, ni pensarlo, manteniendo espacios intocables, sagrados, libres de cualquier interrogación, y ejecutan la operación de sumarse a las ideas de los varones.²⁹³

As mulheres construíram um significado sobre suas conquistas dentro de um espaço masculino de poder. O que queremos dizer com isso é que a relação de poder que o MMTR construiu com o sindicalismo rural, contaminou, distorceu, falsificou o significado de poder, deturpando, degradando e turvando o processo de significação de suas lutas. Os significados que as mulheres alimentam acerca de sua “cidadania” são resultados de posições específicas de poder, são “efeitos de verdade”. As lutas pelo significado do que representam as mobilizações sociais e o

²⁹² Para Foucault, as instituições sociais acabam por exemplificar tipos específicos de poder que o filósofo denominou de poder disciplinar. Isto significa a elaboração de uma tecnologia do poder possuindo métodos próprios que permitem o controle minucioso das operações sobre o corpo, assegurando a sujeição constante de suas forças e impondo-lhes uma relação de docilidade-utilidade. Essas técnicas de controle e codificação também produzem “efeitos de verdade”, portanto, gerariam tipos específicos de conhecimento acerca do sujeito e de sua inscrição social. São tecnologias de exercício de poder que atuam no imaginário e no corpo das mulheres agricultoras, manipulando suas vidas, produzindo comportamentos, enfim, fabricam o tipo de mulher necessária ao funcionamento e a manutenção da sociedade patriarcal. MOTTA, Barros Manoel. **Foucault: estratégias, poder – saber**. Coleção Ditos e Escritos (IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

²⁹³ PISANO, Margarita. In: www.mpisano.cl. **Fem-e-libros/creatividadfeminista**, 2004. Acesso em janeiro de 2006. Texto em PDF. p.9

que significa poder para as mulheres foram dadas pelos discursos patriarcais de poder.

O patriarcalismo está sempre enredado numa trama social e histórica que se entrecruza com muitas outras variáveis relevantes, como os conceitos de cidadania, classe e poder. Esses conceitos são ideológicos, porque as/os trabalhadoras(as) são proprietárias e não assalariados.

É o uso ideológico que invisibiliza o protagonismo feminino no espaço público. Primeiro, porque a maior parte das mulheres que participaram do Movimento são descendentes de imigrantes da raça branca, pois, quando se usa o discurso “classe” não inclui o negro, o índio. Segundo, a classe trabalhadora não é a classe especificamente feminina, porque ela não possui dois gêneros, ela é proprietária. O MMTR não poderia realmente se sustentar sozinho. Por isso foi buscar na estrutura sindical masculina aquilo que lhe dava certa segurança nos direitos sociais, não havendo preocupação maior com a ruptura dos tradicionais papéis naquele momento.

Ao chegar no espaço público do sindicalismo agrário, as mulheres estão participando de algo estranho à sua experiência cotidiana. Circulam em um mundo considerado do “outro”. A obtenção de benefícios sociais foi a maior mudança que as atingiu, porém não levou a uma modificação nas relações de poder no meio rural.

O uso do dinheiro da Previdência Social é um exemplo ilustrativo das diferenças de poder: as mulheres usam-no, para comprar comida, por exemplo, a contribuição do marido se destina aos gastos fixos, como luz, combustível e outras despesas.

Agora é pegar e pagar, não tem que pedir para ninguém. Comprei muitas coisas, como o fogão a gás, que eu sempre quis, balcão com a pia, geladeira, o que eu queria; eu já consegui até viajar para visitar os filhos que moram longe, eu consegui pagar com meu dinheiro.²⁹⁴

Com a conquista do Movimento, agora eu falo, eu compro, eu mesma pago, não depende mais de pedir para ninguém. Dá para comprar um pouco mais algumas coisas desde o mercado ... Consegui comprar coisas para minha cozinha, para a sala.²⁹⁵

²⁹⁴ Depoimento de L. F., 57 anos, Comunidade de Colônia das Almas: Catuípe, setembro de 1999.

²⁹⁵ Depoimento de A. V., 57 anos. Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Catuípe, 2001.

É no espaço doméstico que as mulheres rurais usam sua aposentadoria para a manutenção das práticas discursivas do patriarcado, sendo os limites da casa um espaço de poder construído sobre as mulheres, refletindo a permanência do “olhar imperial”²⁹⁶ na produção desse espaço privado.



Figura 12 - Foto de Luiz Carlos Felizardo. Projeto de educação para os direitos das mulheres trabalhadoras rurais. Apoio Fundação Macarthur. Reprodução a partir da original.

Fonte: Arquivo do MMTR. Ijuí – RS.

A fotografia acima é um produto social e sua construção revela as demandas do feminino no espaço privado da casa. Podemos notar que a imagem serve para divulgar e legitimar o seu poder em determinado momento e como forma de divulgação e de imposição de representações sociais, sendo estas matrizes para as práticas sociais, que podem interferir na construção de modelos ideais de comportamento a serem seguidos pelos demais grupos da sociedade. Esta forma impositiva de legitimação das representações por intermédio da fotografia serve também como um meio importante para a construção da identidade, tanto individual como coletiva.

²⁹⁶ PRATT, Louise Mary. **Os olhos do império**: relatos de viagens e transculturação. São Paulo: EDUSC, 1999.

Los estereótipos tradicionales marcados por la condición patriarcal de la mujer, definen las mujeres como ser para los otros, estructurados por la sexualidad, el trabajo y la subjetividad, direccionados para la vida, sentido y cuidado a otros²⁹⁷.

A mobilização pela aposentadoria, tão presente na memória das mulheres agricultoras, enquanto conquista social em suas vidas, não deixa de ser uma estratégia subjetiva do patriarcalismo, incorporada como afirmação de sua cidadania, e contribui para alimentar aquilo que Margarita Pizano²⁹⁸ denomina de “triunfo da masculinidade”.

A utilização dos recursos financeiros oriundos dos direitos sociais conquistados pelas mulheres não é suficiente para melhorar sua posição e valorizar seu trabalho. Contudo, no imaginário das agricultoras, a concessão desses benefícios (aposentadoria, salário-maternidade, auxílio-doença...) funciona como uma afirmação importante de serem consideradas cidadãs legítimas, com direito de participar do espaço público, cujo valor psicológico e econômico é muito grande, alimentando assim uma ilusão de que possuem poder de decisão e independência econômica.

Bourdieu documenta com insistência como a dominação masculina está ancorada em nossos inconscientes, nas estruturas simbólicas e nas instituições da sociedade. Na sua perspectiva, a eficácia masculina se radica no fato de que legítima uma relação de dominação ao inscrevê-la no biológico, o que, em si mesmo, é uma “construção social biologizada”. Ao estarem incluídos homens e mulheres no objeto que nos esforçamos em compreender, incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina; nos arriscamos, então, a recorrer, para pensar a dominação masculina, as formas de pensamento que são, elas mesmas, produto da dominação²⁹⁹.

As conseqüências disto são brutais. Bourdieu destaca a violência simbólica como um mecanismo opressor sumamente eficaz precisamente pela introjeção que

²⁹⁷ LOS RIOS, Marcela Lagarde. **Claves feministas**. Cuadernos inacabados, nº 38, Madrid, 2000, p.21.

²⁹⁸ PISANO, Margarita. In: www.mpisano.cl/Fem-e-libros/creatividadfeminista, 2004. Acesso em janeiro de 2006. Texto em PDF.

²⁹⁹ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999, p.17-18.

as pessoas fazem do gênero. Na sua definição a dominação com consentimento se manifesta através do *habitus*, que tende a produzir nas pessoas aspirações e ações compatíveis com a prescrição cultural e com os requisitos objetivos de suas circunstâncias sociais.

Ora, esses modelos de representação construídos para o feminino alimentaram o “falso” conceito de cidadania expresso nos direitos previdenciários, não democratizando a vida cotidiana, e fazendo permanecer inalteradas as relações de gênero.

Mudou pouco. Na roça não fui mais, para mim já chegava de roça, mas o resto continuou a mesma coisa de antes: tinha daí as filhas e as netas para ajudarem, mas tem coisas que só eu faço até hoje, como cuidar de hortas e das flores ...³⁰⁰

(...) Eu fui ainda algum tempo na roça, agora não preciso mais, para mim viver é o suficiente o que tenho (...), agora está bem melhor, eu só faço o serviço da casa e cuido da horta, não tenho obrigação nenhuma”.³⁰¹

As relações de gênero no mundo rural foram um processo deixado de lado pelo Movimento, após as conquistas dos direitos previdenciários. A participação das mulheres no espaço público não era prioridade e nem as mudanças no mundo privado. Os assuntos tradicionais, como, por exemplo, quem tem o poder de determinar, de administrar, o poder da palavra, estavam longe da pauta do MMTR, não provocaram um processo de ligação do pessoal ao político. As agricultoras parecem se envolver mais com assuntos ligados ao seu papel de mãe ou quando a família se beneficia de sua participação em movimentos ou protestos por melhores condições de vida, ou seja, elas não se viam como oprimidas, pois são proprietárias que têm um “poder” sobre a família, refletindo uma espécie de protagonismo privado, como podemos ver no jornal abaixo:

³⁰⁰ Depoimento de L. B. K., 60 anos, Comunidade da Linha 15, Ajuricaba, agosto de 1997.

³⁰¹ Depoimento de E. C., 70 anos, Linha 6 Leste, Ijuí, agosto de 1999.

Contag



Jornal da FETAG/RS

ÓRGÃO DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL - ANO 1 - Nº 5 - OUTUBRO/97

Leite: meteram a mão no bolso dos produtores



Teutônia: Produtores fizeram passeata silenciosa pelas ruas da cidade



Carazinho: Mais de 2 mil produtores protestam em frente à indústria

R \$ 2.700.000,00 (Dois milhões e 700 mil reais) é o valor que está sumindo do bolso dos produtores de leite a cada mês por conta da redução no preço aplicado pelas indústrias de laticínios do Estado. Hoje, a grande maioria dos produtores recebe, em média, não mais do que R\$ 0,17, enquanto o consumidor paga R\$ 0,60. Essa diferença é o lucro desproporcional e "selvagem" que as indústrias vem obtendo ao custo do sacrifício de 85 mil produtores de leite do Rio Grande do Sul. Não contentes com esse lucro, ainda querem aplicar o extra-cota, que baixaria mais o preço pago ao produtor. Mas esses produtores não fogem da luta. Deram o primeiro aviso aos empresários do setor leiteiro ao se reunirem em duas grandes assembléias nos dias 23 e 24, em Teutônia e Carazinho respectivamente. Foram mais de 3,5 mil agricultores familiares que retomaram a luta por melhores preços e pela definição de uma política para o setor.

Pagina Central

**FETAG/RS
forma
negociadores**

Página 3

**Agência do
BNAF completa
um ano**

Página 3

**Os duros
anos da
Ditadura**

Página 6

MEMORIAL FETAG/RS

Resgatando sua história

Pagina 7

Figura 13 – Jornal da FETAG.

Fonte: Jornal Informativo da FETAG. Ano 1, nº 05, outubro de 1997. Arquivo do STR de Ijuí - RS

Veja-se que o título da matéria é expresso no masculino (produtor) e a imagem apresenta mulheres agricultoras levando a bandeira com reivindicação de

melhor preço do leite ao lado dos homens. O que podemos entender disso? Que no imaginário rural só o homem é produtor e o discurso que o jornal apresenta é uma clara constatação do poder simbólico masculino, comprovando que, mesmo as mulheres participando dessa atividade econômica e do espaço público ao lado do homem para reivindicar melhores condições de preço, o discurso do sindicalismo não torna visível o protagonismo feminino.

As entrevistadas expressaram que a sua participação no Movimento significou emancipação econômica através do direito à aposentadoria. No Movimento, elas discutiram questões envolvendo o seu cotidiano; o que lhes permitiu fazer amizade e criar uma esfera de intimidade com outras mulheres fora de seu âmbito familiar. Elas aproveitaram para desenvolver atitudes e formas de convivência, rompendo aos poucos com a fragmentação do privado e passando a gestar ações voltadas à conquista de direitos sociais:

Participar dos Movimentos sociais significa uma abertura para o marido e a possibilidade de crescer, estudar, mudar de vida, sair da rotina doméstica.³⁰²

Eu acho que foi muito bom. Embora não seja muito dinheiro, foi ótimo ... eu vejo as mulheres comprando, vão para a cidade todas arrumadinhas, acho que passei a me valorizar mais como mulher depois da luta do Movimento".³⁰³

Não mudou muita coisa; tenho que trabalhar igual, mas não tanto quanto eu trabalhava, vou para a roça só de vez em quando, especialmente no tempo da colheita. Continuo trabalhando com o maior prazer, eu ainda tenho força".³⁰⁴

Ou seja, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais não foi construído como um espaço de diálogo e reflexão sobre os papéis historicamente construídos e delegados à mulher, mas como um Movimento que incorporou uma pauta econômica e social atrelada aos interesses do sindicalismo agrário masculino.

A desigualdade de gênero passa, então, a ser colocada como pauta secundária e a linguagem dos direitos sociais ganha um caráter essencial e

³⁰² Depoimento de J. M., líder do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Augusto Pestana, maio de 2000.

³⁰³ Depoimento de S. C., 49 anos, Comunidade de São Luis, Catuípe, agosto de 2000.

³⁰⁴ Depoimento de I. S., 41 anos, Comunidade de Vila Chorão, Ijuí, agosto de 1999.

principal. No relato das depoentes, a função do Movimento e o papel das mobilizações estavam claramente definidos:

O Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais ajuda orientar as leis de como a mulher agricultora deve se organizar para adquirir o sua aposentadoria por idade e por auxílio-doença, salário-maternidade e outras coisas mais, e de ter toda a sua documentação ..., é isto que o MMTR, está 'esperando' aprendendo e transmitindo para as companheiras".³⁰⁵

Hoje já estamos substituindo o "doméstico" por agricultora. É uma conquista que já existe na prática, mas o reconhecimento legal vai depender da nossa força"³⁰⁶.

Esta constatação torna-se mais forte na medida em que a análise das fontes impressas, como os boletins de orientação sindical, produzidos pelos sindicatos de trabalhadores rurais, passam a orientar a mobilização:


³⁰⁵ Depoimento de C.M. Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Augusto Pestana, 2000.

³⁰⁶ Depoimento de M.B. Coordenadora do MMTR, Catuípe, 2000.

PREVIDÊNCIA RURAL
A NOVA LUTA DOS AGRICULTORES

BOLETIM ESPECIAL DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS DA REGIONAL DE IJUÍ

Será que a nova lei vai nos igualar aos trabalhadores da cidade?



Para estas mudanças na lei, o Ministério da Previdência elaborou um Projeto. Este Projeto está deixando muita gente preocupada. É que ele traz muitas coisas que não servem para nós.

Então, é bom que cada um de nós saiba direitinho do que trata este Projeto. Isto ainda não é lei e por isto é mais fácil de ser mudado agora. Depende muito da nossa luta.

O início da luta

Nós, os agricultores, sempre pedimos que a lei do Funrural fosse mais justa. Queremos os mesmos direitos que tem o pessoal que trabalha na cidade.

Até passeatas e grandes concentrações de agricultores nós já fizemos, pedindo mudanças na lei.

O Governo decidiu então mudar a lei da Previdência. Só não perguntou para nós, agricultores, o que a gente achava das mudanças que ele pretende fazer.

A própria lei diz que todos os homens são iguais e têm os mesmos direitos. Será que é assim mesmo?

Aqui está a nova lei que vocês pediram: Aposentadoria aos 55 anos, igualdade nos benefícios aos empregados da cidade...

Doutor, será que tá tudo que nós pedimos? Eu vou discutir esta nova lei com meus companheiros.




Figura 14 - Panfleto de orientação sindical aos trabalhadores rurais sobre a Previdência Social. Fonte: Arquivo do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ijuí. Ano: 1982, p. 01, Ijuí – RS.

O texto acima é revelador, porque, se nem os homens estavam satisfeitos com a nova lei a ser regulamentada, também as mulheres eram igualmente afetadas por serem co-proprietárias.

Deere e León³⁰⁷ argumentam que os Movimentos de Mulheres na América Latina não possuem uma postura clara e enfática com relação à posição econômica e social desigual da mulher. O direito de tomar decisões sobre a própria vida depende de uma certa reserva financeira, o que no campo não ocorre de maneira equilibrada. Porém, o que podemos constatar em relação à realidade das mulheres camponesas na região Noroeste difere das constatações e leituras de certas

³⁰⁷ DEERE, Carmen; LÉON, Magdalena. **O empoderamento da mulher**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

análises. No nosso caso, homens e mulheres adquirindo o direito ao benefício de aposentadoria rural, igualam-se na esfera formal e acabam por construir certas negociações culturais entre ambos.

Scott³⁰⁸ refere também que, enquanto as mulheres não tiverem uma postura clara e objetiva acerca de seus papéis, que extrapole os espaços do privado e da simples conquista de direitos sociais, continuarão reforçando representações e concepções de um mundo masculino, criador do significado do conceito de trabalho, de direitos trabalhistas e até mesmo dos direitos humanos.

Nas falas de muitas depoentes está presente a ênfase ao discurso da luta de classe³⁰⁹, incorporado pelo Movimento como “o discurso libertador”. A igualdade de gênero que as mulheres expressam é, então, produzida sob o ponto de vista de uma cultura androcêntrica, não discutindo quão desigual é essa igualdade de classe, na medida em que a cultura rural cobra das mulheres um comportamento masculinizado e elas acabam por incorporá-lo, sentindo-se culpadas quando não conseguem segui-lo à risca.

Exemplo disso são os materiais “educativos” que o Movimento usava nas reflexões, principalmente nas comemorações do 08 de março - Dia Internacional da Mulher:

O Movimento sindical dos trabalhadores rurais passa por grandes desafios e a necessidade de fortalecer a sua estrutura aumenta casa vez mais (..) temos que reativar nossas comissões ou departamentos dentro dos sindicatos, regionais e FETAG para repensar e fortalecer nossa organização (...) somente com a consciência de classe, dos homens e mulheres, dos jovens e aposentados é que poderemos atingir mais conquistas, o que levará ao fortalecimento da organização dos

³⁰⁸ SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Educação e realidade, Porto Alegre, v 16, n.2, 1990, p.5-22.

³⁰⁹ O interessante, nesse discurso, é que a da luta de classe (no sentido marxista) deixa de lado as questões da família e do sexo por se tratar de assuntos ligados ao mundo privado sem relação com a produção. O marxismo explica as relações sociais com referência aos arranjos econômicos nos quais o trabalho é vendido por salário e um produto manufaturado é vendido por lucro. Não só as mulheres vivem fora desses arranjos, como também as mulheres trabalhadoras são definidas fora desse espaço público pelas funções domésticas de mãe e esposa. Segundo Andréa Nye: “*O marxismo não oferece uma explicação histórica da opressão das mulheres ou um modo de situar a opressão em realidades materiais específicas; nem oferece um programa de ação. As representações sobre feminilidade ou masculinidade não estão colocadas na teoria marxista. (...) O papel secundário das mulheres na família, a exploração delas nos meios de comunicação de massa, sua vitimização no ataque e constrangimento sexual não podem ser ajustados na teoria marxista. Um aspecto da vida das mulheres, tal como o trabalho doméstico, pode em parte prestar-se à análise econômica, mas a dinâmica mais abrangente da opressão das mulheres fica intocável*”. NYE, Andréa. **A teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995, p.82.

trabalhadores rurais de todo o país. Consciência de classe, significa saber de que lado estamos: do lado opressor, ou do lado oprimido. Quem não tem ideologia de classe trabalhadora, acaba fazendo a ideologia da classe opressora, mesmo sendo oprimido.³¹⁰

Pelos depoimentos, podemos perceber que elas consideram sem importância a pergunta sobre quantos homens e quantas mulheres participam nos cargos de direção dos sindicatos ou nas comunidades rurais e, muitas vezes, preferem não respondê-la. Quando participam como palestrantes ou coordenadoras de reuniões femininas, ressaltam sempre a ligação da luta do Movimento como uma luta de toda a classe trabalhadora rural. Ainda assim a grande campanha de sindicalização desencadeada pelo Movimento de Mulheres e pelo Movimento Sindical Rural resultou na eleição de mulheres presidentes de sindicatos. Entretanto, mesmo as mulheres ocupando cargos de chefia em instituições sindicais, isto não significou a mudança das práticas discriminatórias. É aquilo que Pateman³¹¹ chama de “ausência de personalidade civil feminina”.

Outro aspecto a considerar é a dificuldade que as mulheres participantes do Movimento têm em aceitar uma divisão mais igualitária do trabalho doméstico. Um das lideranças revelou que foi criticada pelas outras mulheres porque o marido havia cozinhado para elas durante uma reunião do Movimento, tendo sido considerada “preguiçosa”, pelas outras companheiras, pois fizera o “coitado” trabalhar³¹².

O que as mulheres almejavam não era ocupar o espaço público, daí não apoiarem as condutas de mulheres que “quebravam” um padrão de comportamento estabelecido pelo “habitus”, que tende a produzir nas pessoas aspirações e ações compatíveis com a prescrição cultural e com os requisitos objetivos de suas circunstâncias sociais.

³¹⁰ Trecho do Boletim Informativo do MMTR do dia 08 de março: Dia Internacional da Mulher. Impresso na FETAG/RS, fevereiro de 1995. Porto Alegre – RS, distribuído às mulheres por meio dos sindicatos de trabalhadores rurais, p. 01.

³¹¹ O discurso Kantiano do contrato social moderno afirma que as mulheres em geral “não têm personalidade civil, e que a existência delas é, por assim dizer, puramente instintiva. Elas devem, portanto, ser mantidas bem longe do Estado, e também devem ser submetidas a seus maridos no casamento”, e continua, “mesmo que as mulheres fossem seres civis iguais aos homens, elas teriam a sua condição confiscada ao ingressar no contrato de casamento. Mas todas as mulheres são destituídas de personalidade civil e, portanto, o contrato de casamento apenas confirma a desigualdade sexual natural do nascimento”. Ver: PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 251-252.

³¹² Está é a visão de mundo daquela sociedade de base social agrária, dada a “natureza” das tarefas de que já falamos anteriormente.

Debemos tener mucho cuidado de los análisis triunfalistas de avance, de los lugares conquistados, del espejismo de retirada de la vieja estructura patriarcal. El concepto de patriarca puede estar sujeto a discusión, a remodelación, sin embargo, lo que no se ha cuestionado es la cultura de la masculinidad, que se sigue leyendo como la única macrocultura posible, la única creada por la humanidad, he allí su triunfo³¹³.

As mulheres agricultoras têm necessidade de legitimidade moral para exercer o papel de liderança e atuar no Movimento, mas, no imaginário rural, só terão lugar se não negligenciarem o trabalho doméstico. Para manter a situação em que o “benefício” supera o “custo” da participação, tentam contrabalançar atividades que envolvem o desenvolvimento pessoal, referentes às suas obrigações familiares, buscando um tempo livre no trabalho doméstico para poderem participar das reuniões do movimento.

O trabalho da mulher rural é muito forçado e ela nem tem tempo para perceber certas coisas. Esses encontros têm seu valor por ajudar a mulher enxergar certas coisas, que o trabalho não deixa. Mulher que só fica da casa para a lavoura, da lavoura para a casa, está perdendo tempo. Ela tem que sair, ter participação, colocar em prática suas idéias, dar a sua opinião, o serviço de casa se faz depois.³¹⁴

Esse processo acaba reforçando os papéis de dona de casa e do trabalho doméstico inerente à situação de “dona”, em troca de “momentos de participação” no Movimento ou no sindicato, levando-as a crer que esses encontros afirmarão sua cidadania, justificando-a perante as demais mulheres, perante a família e perante o entrevistador, sua participação no movimento.

Foucault (2003) explica a manutenção dos papéis sociais através dos “efeitos de verdade”³¹⁵ que a sociedade produz quando se vale de determinados recursos para construir um padrão de comportamento, com uma função prática e estratégica, induzindo uma série de “efeitos no real cristalizando-se nas instituições que informam o comportamento dos indivíduos”³¹⁶. Nesse caso a mulher que, em casa, consente com a desigualdade de gênero e a violência simbólica, anula qualquer

³¹³ PIZANO, Margarita. El triunfo de la masculinidad. In: www.mpisano.cl/Fem-elibros/creatividad_feminista, 2004. Acesso em janeiro 2006.

³¹⁴ Depoimento de S. C., 58 anos comunidade de São José, Jóia - RS, maio de 2000.

³¹⁵ MOTTA, Manoel Barros (Org). **Michel Foucault** - Estratégia, poder-saber. Coleção Ditos e Escritos IV, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, apresentação XVIII.

³¹⁶ MOTTA, Manoel Barros (Org). **Michel Foucault** - Estratégia, poder-saber. Coleção Ditos e Escritos IV, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, apresentação XVIII.

possibilidade de “protagonismo” no espaço público, fazendo-a responsável pela transmissão de uma cultura de que não foi geradora. Bourdieu reforça nossa constatação:

Quando os dominados nas relações de forças simbólicas entraram na luta em estado isolado, como é o caso das interações na vida cotidiana, não tem outra escolha a não ser o da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante de sua identidade ou da busca da assimilação a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia, etc) e que tenha em vista propor, por meio de estratégias de dissimulação ou de embuste, a imagem de si o menos afastado possível da identidade legítima³¹⁷.

As agricultoras tendem a criar oportunidade de participação “driblando” o tempo; assim, elas fazem muitas atividades em casa (mais do que já o faziam), ou em outros horários para não “sacrificar” o momento dedicado à família com atividades no Movimento, conotando assim, uma clara expressão de poder.

Mas se tenho que participar de alguma reunião do movimento ou do sindicato, não penso duas vezes em ter que adiantar o serviço da casa por mais algumas horas. Sempre prefiro deixar a roupa lavada ou passada, do que não comparecer em alguma reunião. Basta boa vontade que a mulher sempre encontra jeito para fazer todo o serviço da casa, da lavoura e participar de reuniões, que só fazem a mulher crescer.³¹⁸

Todo o discurso de celebração de igualdade e a anunciada mudança na condição feminina, presente nas bandeiras do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que levou às mobilizações pelos direitos sociais no campo, não atingiu um nível que se traduza em um cenário de oportunidades e divisão de poderes equivalentes entre mulheres e homens, pois elas, dividindo seus afazeres domésticos, estariam diminuindo a esfera de poder e intervenção na família.

A falsa equidade de gênero presente no discurso do Movimento, gerada no contexto das lutas por direitos sociais, não criou um questionamento, uma ruptura do significado entre o papel da mulher militante do movimento com os papéis de mãe e esposa, já que não foi objetivo modificar a identidade das agricultoras, baseada nos seus tradicionais papéis.

³¹⁷ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p.124.

³¹⁸ Depoimento de Jurema Junges, Augusto Pestana. In: Cotrijornal, setembro de 1985, p./Fl.: 12-13-14. Título do Documento: Abrindo Espaços.

A totalidade dos relatos não vai além da participação nos encontros do Movimento que acontecem fora do âmbito privado, porque a mulher agricultora está convencida de que já “tem tudo o que queria na sua vida na roça”³¹⁹.

Entre a vida das depoentes e a proposta do Movimento, há uma enorme distância. A ênfase nos aspectos de atuação do Movimento no âmbito público desconsidera as questões de gênero em casa, ou seja, o Movimento não consegue traduzir os anseios e desafios específicos das mulheres agricultoras fora da estrutura sindical; ao contrário, incorpora bandeiras e ações de reivindicação de cunho masculino ofuscado com a idéia de classe³²⁰, é por isso que as mulheres agricultoras esvaziaram o movimento pós-conquista dos benefícios sociais.

3.1 Meu nome é “Ajuda”: a intervenção da mulher no processo produtivo

Desde criança ajudava na roça, e o que tinha para fazer em casa era comigo também, era sofrido (...) a gente trabalhava igual a bicho, só que nós sempre trabalhávamos junto (...) não tinha final de semana ou feriado, era só trabalhar, com as crianças pequenas que iam brincar enquanto a gente trabalhava ...³²¹

O depoimento acima é proveniente das representações sociais sobre o papel feminino, onde a agricultora usa a força de expressão para descrever os afazeres da casa: “semelhante a bicho”.

A carência de poder e a exclusão das mulheres do espaço público se construíram, dentre outros fatores, em virtude da divisão social do trabalho. A cultura patriarcal construiu formas de controle e de violência como práticas sociais, instituídas como poderes nas relações do espaço privado e no espaço público.

A subvalorização da sua participação nas atividades produtivas não implica que elas sintam esse não-reconhecimento, pois elas têm o mesmo benefício da

³¹⁹ Depoimento de E.P, 56 anos, Augusto Pestana, setembro de 1997.

³²⁰ No estudo das fontes impressas do Movimento, tais como os jornais e cartilhas de formação, o discurso da “luta de classe” está presente enfatizando que a mobilização é de todos os(as) trabalhadores(as) no sentido de uma única classe, com um único objetivo: a conquista dos direitos sociais da classe trabalhadora. E por se tratar de um discurso vazio para as mulheres proprietárias rurais que o MMTR não avançou (nem os sindicatos) além da obtenção de direitos básicos. As mulheres rurais não formaram uma classe contra a classe dos homens rurais. Ver: Boletim 08 de março de 1995. Dia Internacional da Mulher, FETAG: Porto Alegre, fevereiro de 1995, p. 05.

³²¹ Depoimento de H. R., Comunidade da linha 7 Leste, Ijuí, agosto de 1998.

aposentadoria que os homens, elas têm o direito ao salário-maternidade (que os homens não têm), elas têm os mesmos direitos à documentação que os homens, têm 50% do valor da propriedade rural na divisão da herança familiar, independente do número de filhos. Assim, a percepção do trabalho produtivo da mulher como complementar e subalterno é mais uma das barreiras de gênero que as agricultoras vivenciam no seu cotidiano:

la na roça desde solteira, casei e continuou a mesma coisa; ... quando tinha os filhos pequenos ia também trabalhar na roça igual ao marido, e em casa fazia tudo, na hora do meio-dia e de noite, não tinha folga nenhuma, só comecei a ficar em casa pra fazer o serviço, quando os filhos começaram a trabalhar – eles faziam por mim ... tinha serviço que chega em casa”.³²²

O tom com que descrevem essas atividades demonstra aquilo que é considerado característica fundamental do universo feminino e que se percebe nas entrelinhas do discurso – a mulher sempre tem o que fazer e nunca pára de trabalhar.

Trabalho é, na sua maneira de expressar-se, tudo o que é realizado em benefício da família, dentro e fora de casa, com as mãos, com os braços, com o corpo inteiro, sem distinção e, principalmente, sem aquela desvalorização que sofreu a atividade doméstica das mulheres nas sociedades industrializadas. O uso do termo não diferencia as tarefas desenvolvidas na “roça” daquelas no interior da casa: tratar os animais, lavar os pratos, cozinhar, fiar e tecer, cuidar da horta ou acompanhar os demais membros da família nos trabalhos da “colônia” tem peso equivalente³²³.

Nesse particular são muito adequadas as considerações de Roger Chartier, que destaca na dominação masculina o peso do aspecto simbólico, o qual supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação. Ao valer-se do conceito de violência simbólica, ajuda a compreensão de “como a relação de dominação - que é uma relação histórica, cultural e lingüisticamente construída - é

³²² Depoimento de L. B., K., 60 anos. Augusto Pestana, agosto de 2000.

³²³ FAVARO, Cleci. **Imagens femininas: contradições ambivalências, violências**. Tese de doutoramento. PUC, Porto Alegre, 1995, p.320.

sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irreduzível, universal”³²⁴.

A família e a propriedade privada³²⁵ reforçam a ideologia hegemônica de gênero sob normas discriminatórias socialmente aceitas pelas mulheres como naturais e universais. No Movimento, a socialização da vida privada não quebra com o silêncio de muitas “companheiras”, não havendo assim a criação de espaços para que a sua voz seja expressa e/ou escutada. As responsabilidades familiares e a divisão público/masculino - privado/feminino no Movimento não visavam à participação das mulheres como agentes políticos e, muito menos, de transformação das relações sociais no meio rural.

Através dos depoimentos, pudemos constatar que, uma vez conquistados os direitos previdenciários, os objetivos pessoais e a projeção do futuro familiar não mudaram. Isto repercute diretamente no declínio da participação das mulheres na militância política e na organização e mobilização do Movimento. As depoentes passam a definir seu “lugar” após aquelas conquistas:

Não mudou muita coisa: tenho que trabalhar igual, mas não tanto quanto eu trabalhava, vou para a roça só de vez em quando, especialmente no tempo da colheita. Continuo trabalhando com o maior prazer, eu ainda tenho força”.³²⁶

Claro que mudou, eu já antes não podia fazer muita coisa na roça, ia obrigada, agora só cuido da casa”.³²⁷

Não fui mais para a roça, cuido só da casa e das hortas pertinho de casa, e faço ainda o meu servicinho de casa”.³²⁸

Do cotidiano relatado, as mulheres, especialmente as casadas com responsabilidades familiares, têm maiores dificuldades de participar devido ao peso

³²⁴ CHARTIER, Roger (1993). **Diferenças entre os sexos e dominação simbólica** (nota crítica) In: Cadernos Pagu - Fazendo história das mulheres.(4). Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995, p. 40-42.

³²⁵ As mulheres agricultoras são proprietárias legais. Mesmo garantindo, após as conquistas dos direitos sociais, o estatuto de “produtoras rurais”, elas não discutem o que significa “serem proprietárias”. Juntamente com o marido, elas não sentem a necessidade de potencializar suas mobilizações com outros movimentos sociais, como, por exemplo, o Movimento dos Sem-Terra. Do mesmo modo, o MMTR possui diferenças teóricas e políticas profundas com outros movimentos sociais femininos, pois expressam discursos diferentes do que seja “igualdade de gênero”, expressão que, dada sua grande aceitação, está encobrindo conflitos, alegando que não são feministas e muito menos sem-terra.

³²⁶ Depoimento de I. S., 41 anos. Comunidade de Vila Chorão: Ijuí, agosto de 1999.

³²⁷ Depoimento de R. F., 48 anos, Comunidade de vila Santana: Ijuí, setembro de 1999.

da sua rotina de trabalho doméstico e extradoméstico, que se acentua na casa/roça onde se faz patente a dupla jornada de trabalho. Além do mais, na percepção das agricultoras, fica claro que a participação feminina é limitada pelos papéis de gênero, identificados nos depoimentos.

Para o protagonismo das mulheres trabalhadoras rurais no espaço público existem, além dos obstáculos econômicos, sólidas barreiras culturais e sociais, como vimos constatando. As limitações que as agricultoras enfrentam no seu cotidiano expressam-se na atividade produtiva, como também no acesso ao financiamento agrícola, aos serviços de assistência técnica e capacitação da produção, bem como às decisões sobre as políticas agrícolas implementadas no campo.

Nas comunidades rurais da Região Noroeste do Rio Grande do Sul, base geográfica deste estudo, podemos verificar que a manifestação dessa limitação opera em várias dimensões. Em primeiro lugar, o trabalho produtivo feminino não é reconhecido pela sociedade como mão-de-obra produtiva, e sim como *ajuda* ao trabalhador principal, o homem. A segunda questão é que o trabalho reprodutivo não é considerado trabalho e os serviços prestados pelas mulheres aos membros das suas famílias, no espaço privado do lar, não passam de papéis “naturais” do feminino, delegados pela história.

Partindo dessa desvalorização do universo feminino, as próprias mulheres alimentaram o equívoco, aceitando como definição de um mundo igualitário aquele em que teriam “apenas” que continuar a ser as mesmas de sempre, acrescentando em suas vidas vivências até então próprias do masculino. A sociedade como um todo e as próprias mulheres não atribuem nenhuma importância social ao que fazem na vida privada, não lhes passou pela cabeça, durante os processos de mobilização por direitos sociais, colocar esse seu lado da existência no outro prato da balança.

De fato o tempo e a energia que as agricultoras empregam para o cuidado e atenção com as tarefas domésticas são desvalorizados. Uma das origens dessa desvalorização histórica do trabalho feminino está naquilo que Carole Pateman chama de contrato sexual:

³²⁸ Depoimento de M. A. R., 65 anos. Comunidade da Linha 7 leste: Ijuí, novembro de 1998.

As mulheres se tornam trabalhadoras, mas o contrato de casamento estabelece a dona-de-casa como uma trabalhadora no lar conjugal (...). Uma dona-de-casa não é como um trabalhador, e as mulheres não podem se tornar “trabalhadores” no mesmo sentido que os homens. O contrato de casamento não é como o contrato de trabalho, pelo contrário, o contrato de trabalho pressupõe o do casamento. A construção do “trabalhador” pressupõe que ele seja um homem que tem uma mulher, uma dona-de-casa para cuidar das necessidades cotidianas. A esfera civil e pública da sociedade é inseparável, reflete a ordem natural da diferença sexual.³²⁹

Mediante as relações conjugais-familiares, podemos observar que o trabalho doméstico ficou representado como o confinamento da mulher e o depositário de toda a desvalorização da condição feminina rural discutida até aqui. A desvalorização do trabalho doméstico elege-a como “bode expiatório” de uma construção social que desvalorizou elementos do universo cultural, do qual todos nós participamos e a mulher teve uma atuação especial, deixando intactas as formações ideológicas que ocultam essa atuação em nossa realidade social, ao desvalorizar tudo aquilo que diz respeito ao mundo privado, o que significou que as tarefas são “naturalmente” realizadas pelas mulheres, como o trabalho na roça, não havendo o reconhecimento enquanto valor produtivo, como testemunham as falas das trabalhadoras entrevistadas:

Pegar a enxada? Lógico. Se você vai ficar esperando por ele nunca vai para frente, só ele que vai ficar pensando que você fica lá esperando sem fazer nada, acaba seu serviço da casa, e vai lá pegar a sua enxadinha, um pouquinho já ajuda³³⁰.

Eu sempre trabalhei aqui na região junto com meu marido. Eu organizava a vida em casa e cuidava dos filhos, mas sempre tirava um tempo para ajudar na roça. Tinha que ser assim³³¹.

O que podemos notar é que essa desvalorização não é sentida por elas, pois, além de cumprir todas as atribuições e papéis tradicionais no espaço doméstico, elas ainda têm de contribuir com o trabalho do marido na roça. Essa “ajuda” que se coloca é uma afirmação de poder. Isso não quer dizer que a divisão do trabalho não exista, e também não quer dizer que sua força e trabalho seja inferior.

³²⁹ PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 195.

³³⁰ Depoimento de J. M., 65 anos. Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Augusto Pestana, março de 2001.

³³¹ Depoimento de I. F., 63 anos, Linha 10 Leste: Ijuí, agosto de 2002.

A atribuição de valor para as atividades produtivas é diferenciada em função do sexo de quem as desempenha. Nas comunidades rurais da Região Noroeste do RS, a invisibilidade do trabalho na extração do leite,³³² por exemplo, é fruto do baixo valor conferido à atividade, e não por ser a mulher a agente principal dessa atividade.

A quase totalidade das agricultoras entrevistadas declarou serem os seus companheiros os principais responsáveis pelo dinheiro da família. Salvo as mulheres solteiras e viúvas, são os homens que possuem todo o controle sobre o dinheiro e o custeio da unidade produtiva; porém, isso não quer dizer que elas estejam inertes não sabendo o que ocorre na produção, ou nas relações econômicas do espaço público.

O discurso das depoentes expressa um conformismo de que “sempre foi assim” e de que “não mudará” esse “cansaço” oriundo do trabalho da lavoura. Isso revela que essas agricultoras não foram capazes ou não quiseram interrogar-se e pensar uma outra lógica e linguagem de desconstrução desse imaginário, refletindo-se nas práticas sociais e levando a uma adesão incondicional ao sistema de poderes estabelecidos.

Ademais, apesar de responder por uma parcela significativa da produção para o autoconsumo – criação, hortaliças e frutas –, esta é pouco valorizada devido à escassa participação na geração da renda familiar. O confinamento na esfera doméstica que afeta as mulheres agricultoras, junto ao fato de só os homens terem acesso ao mundo público, faz com que, na prática, o discurso de igualdade e cidadania não passe de retórica, justificando as discriminações como naturais, até em relação à mulher sair da casa:

Eu acho que mulheres iguais a mim não tem muitas na comunidade, que saiam da casa, vão à luta...os maridos não deixam, a maioria não deixa. Para reunir as mulheres mesmo, você tem que chegar e implorar. Tem maridos que brigam mesmo, e não tem conversa.³³³

³³² Ver abordagem no capítulo 4.

³³³ Depoimento de E. P., 56 anos, Grupo de Mulheres de Augusto Pestana/RS: setembro 1997.

Os depoimentos das entrevistadas revela que o “sair” de casa não é necessário, pois os direitos já estão garantidos. O discurso da equidade entre homens e mulheres é pautado no Movimento; porém, o que vemos são mulheres agricultoras acreditando que certas tarefas cabem “naturalmente” às mulheres porque elas levam “mais jeito”, da mesma forma que determinadas atitudes correspondem a um determinado gênero, como no depoimento a seguir:

Alguns acham que é o homem que tem que ir atrás dos negócios. Está certo que a esposa também pode ir atrás, mas às vezes não tem tempo por causa dos afazeres do lar, pela criança, então ela não vai. Se eu tenho que ir à cidade vou mais despreocupado, porque sei que ela está cuidando da criança e de algum plantio próximo. Eu não deixo ela entrar numa roça, isso é muito pesado, é serviço de homem. Outras coisas mais leves, um pão, cuidar uma horta, ela pode fazer³³⁴.

Nas entrevistas, se traduz o modo como as mulheres assumem estas responsabilidades, tornando-as naturais, sem sentirem-se oprimidas. E as representações estereotipadas sobre os gêneros contribuem para afirmações de que os homens são incapazes de ocupar-se das crianças, diante de outras tarefas de maior importância.

A desigualdade no acesso ao poder e a tomada de decisões nas comunidades rurais entre agricultores e agricultoras tornam o “empoderamento e o protagonismo feminino” algo distante e estéril.

En definitiva, desde una perspectiva macro tanto para el empoderamiento masculino como para el femenino, se necesita de procesos que generen capacidades económicas, sociales y políticas. Ahora bien para las mujeres desde una perspectiva micro además se necesita que estas capacidades sean permeables y activas dentro de las familias y los hogares y, en consecuencia, dentro de la estructura cultural. En esta línea, diríamos que el empoderamiento es todo aquel proceso que permita a hombres y mujeres acceder al poder económico de modo que se les garantice un poder social y político, y que, además, en las mujeres, les otorgue la autonomía necesaria como para que puedan ejercer dichos poderes y/o capacidades. Luego la dotación de poder y la autonomía para ejercerlos son factores indispensables para el empoderamiento femenino³³⁵.

³³⁴ Depoimento de A. A. S. Comunidade do Salto, Ijuí, maio de 2000.

³³⁵ SANCHEZ, Carlos. **El empoderamiento femenino como estrategia en desarrollo local**. Cuadernos Fodepal, Chile, 2003, p.23.

Pelos depoimentos, foi possível constatar que o trabalho feminino, tanto no espaço doméstico familiar quanto na roça, é segregado. Relaciona-se à idéia do *não trabalho* das mulheres, ou de que seu trabalho é *leve*³³⁶, que apenas representa uma *ajuda*; em oposição, há o trabalho *pesado*³³⁷ dos homens; por isso, toca às mulheres a *não herança* e a *não (ou menor) remuneração*. Paulilo³³⁸ analisa vários processos de trabalhos agrícolas e as atribuições que os caracterizam como *pesado* ou *leve*. Constata que essas atribuições variam de região para região, ou seja, o que é denominado trabalho leve em um determinado lugar, é considerado pesado em outro.

Embasados em nossa pesquisa, podemos afirmar que as mulheres, mesmo tendo a carga de trabalho maior do que a dos homens, sabem que, sem o seu trabalho privado, a força de trabalho do marido na roça não se manteria, por isso, ela, como co-proprietária, tem o direito ao exercício legal da posse da propriedade.

Portanto, o que está em evidência não é a força física necessária para executá-lo, e sim quem o realiza: trabalhos realizados por mulheres e crianças são considerados *leves*; trabalhos realizados por homens são considerados *pesados*. A essa classificação estão associadas diferentes remunerações, sendo maiores para o trabalho *pesado*. Uma consequência imediata dessa designação é a sobrecarga de atividades sobre as mulheres, implicando a realização de dupla jornada de trabalho.

Ao verbalizarem sobre a importância do seu trabalho e os bens adquiridos com ele, demonstram a importância que dão aos recursos de alimentação, manutenção do patrimônio familiar e do gado, que são providos, majoritariamente e culturalmente, no domínio do trabalho masculino. No entanto, ponderam que a despesa da casa é diversa, o trabalho com o leite e seus subprodutos, de responsabilidade feminina – valorizando, assim, o seu trabalho e geração de renda:

Já mais tarimbada, ela resolveu assumir meio sozinha toda a lida da lavoura. Desde esse dia, levanta ao clarear do dia, toma seu chimarrão,

³³⁶ Entende-se por trabalho leve o cuidado com a casa, o tratamento dos animais, o capinar a horta...

³³⁷ Por sua vez o trabalho pesado seria a lida com as máquinas na lavoura, o carregar o pasto, o colher o milho...etc

³³⁸ PAULILO, Maria Inez. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p 15-38.

prepara o filho mais velho para ir à escola, ajeita a casa e se toca para a lavoura. Perto do meio-dia, arruma o almoço, limpa a cozinha e quando precisa, pega o carro e vai até a cidade, resolver problemas no banco, na cooperativa ou fazer as compras necessárias para a casa. O seu dia só termina pelas 11 horas da noite, depois que a roupa está lavada e passada”.³³⁹

É uma coisa muito boa, a gente passou a viver melhor, com mais tranqüilidade, deitado na cama e durmo feliz porque sei que tenho esse dinheirinho garantido”.³⁴⁰

As mulheres relatam histórias de vida marcadas pelas emoções, com lembranças de um tempo anterior à aposentadoria, quando, por exemplo, não possuíam dinheiro nem para comprar uma roupa nova, ou algum objeto para enfeitar a cozinha. Em seus depoimentos, é comum que não saibam ou não explicitem, por exemplo, os motivos dos vários períodos difíceis por que passaram, seja pela subordinação à família ou pela submissão à autoridade masculina. Algumas mulheres saíram de seus locais de origem ainda solteiras, por isso, expressam sua coragem e também solidão quando afirmam que foram “criadas pelo mundo”, refletindo uma espécie de auto-elogio e reconhecimento de sua própria capacidade. Nas atividades agrícolas, realizavam qualquer tipo de serviço e comparam sua capacidade de trabalho à masculina:

Trabalhava sempre na roça, e na casa, sem descanso, e sofrido era no verão que na hora do meio-dia ele descansava, e eu corria para fazer tudo, quando achava que poderia descansar ele levantava e tinha que ir para a roça de novo ... Pela noite eu é que fazia quase todo o serviço com as vacas ...”.³⁴¹

Nunca tive nada, nem opinião, ele só comprava o mais necessário, do resto ele dava conta de gastar, (...) e quando eu falava em comprar algo, daí ele dizia que compraria: mas só quando eu morresse, porque mulher não tinha que falar em dinheiro, e em comprar, era o homem que tinha esse direito, e esse dever ...”.³⁴²

A atenção nas falas das mulheres permite compreender que elas valorizam as mudanças que ocorreram em suas vidas, a partir das mobilizações e conquistas do Movimento, ao afirmarem que “já sofreram muito”, em contraposição ao “não sofrimento” depois das conquistas sociais. O “sofrimento” diz respeito às incertezas

³³⁹ Jurema Junges. Jornal: Cotrijornal, setembro de 1985, p../Fl.: 12-13-14. Título do Documento: abrindo espaços. Museu Antropológico Diretor Pestana, Ijuí.

³⁴⁰ Depoimento de M. A. R., 69 anos. Comunidade da Linha 07 Leste: Ijuí, 2000.

³⁴¹ Depoimento de C. D. C. S., Comunidade de Rincão dos Dambrós: Catuípe: julho de 1999.

quanto ao trabalho, à moradia e à falta de perspectiva para o futuro, devido à crise financeira que a agricultura vive. A “tranquilidade” na família traz alguns indicadores da melhoria de qualidade de vida: casa, local para plantio, acesso à escola, assistência à saúde. Ao ressaltarem que “não sofrem mais”, referem-se à situação de extrema necessidade por que passaram, estando agora em melhores condições, devido à conquista de benefícios sociais. Isso é a justificativa dos motivos do esvaziamento do MMMTR, pois, não querendo outra coisa, o que foi conquistado lhes bastou.

A imagem que constroem sobre si mesmas (como cidadãs, sujeito de direitos, poder de decisão na compra de objetos para a casa...) não modifica o fosso das relações de gênero e trabalho na vida familiar rural. O patriarcalismo na agricultura familiar continua (con)centrado na figura do pai de família, aquele que reúne todas as condições para participar de todo o processo de trabalho, sendo a força definidora das relações de poder.

Comida em cima do fogão à lenha, e eu ia para a roça, tinha que ir; lavar louça e roupa, fazer pão, e ia na roça de novo, quando voltava além da lida com os animais, ainda tinha que recolher a roupa porque o homem não podia ajudar a mulher, era uma vergonha, mas a mulher podia e tinha que ajudar o homem na roça, (...) depois que fiquei viúva é que piorou, eu tinha ainda crianças pequenas, daí sim, tudo ficou para mim: casa, roupa, comida, roça e filhos, foi difícil, mas passou ...”³⁴³

O depoimento alimenta um auto-reconhecimento pela capacidade de gerir a família e a propriedade, valores esses que reforçam a identidade da mulher de “ser para os outros”. Esta racionalidade androcêntrica é que outorga e define os espaços femininos, territorializam os seus mundos, para não pensarem em si mesmas.

A argumentação “natural” utilizada para justificar a divisão sexual do trabalho traz embutida uma diferenciação que está na formação de homens e mulheres e nas representações, nas imagens, que se fazem do que é masculino e feminino, ou seja, a imagem do feminino está ligada ao trabalho delicado, sem formação, enquanto que aos homens são destinadas funções mais qualificadas e salário condizente, mesmo que este não tenha formação adequada. Mas, será no âmbito salarial, com a junção da divisão social e sexual do trabalho que a mulher sofrerá descaso

³⁴² Depoimento de M. Q., Comunidade de Lagoa dos Patos: Catuípe: agosto de 2001.

³⁴³ Depoimento de H. R., comunidade da linha 7: Ijuí, agosto de 1998.

ainda maior, pois se assalariando ela irá enfrentar uma dupla jornada de trabalho, o trabalho assalariado-reconhecido e o doméstico-invisível³⁴⁴

O trabalho que as mulheres realizam nos 365 dias do ano, no lar, na roça, ou até mesmo na comunidade ou no MMTR, não cria rede sociais, que oferecem apoio e segurança pessoal e permitem a socialização e o desenvolvimento das pessoas. A grandeza e responsabilidade das atividades que as mulheres desempenham mostra que existe uma “mão invisível” muito mais poderosa que regula a vida cotidiana e permite que o mundo siga funcionando.

As razões que vimos apresentando sobre a “ajuda” feminina na roça como fator de intervenção na produção podem ser expressas em dois aspectos: uma de ordem patriarcal e outra de ordem econômica.

A primeira, tem a ver com o patriarcado. Sabemos que, em qualquer sociedade, o grupo dominante (definido por raça, sexo, etnia, etc.) define e impõe seus valores e sua concepção de mundo: constroi estruturas sociais, estabelece as relações sociais e de poder, elabora o conhecimento e desenha os símbolos e a utilização da linguagem. Além disso, esses valores tendem a se tornar universais, com o que se invisibiliza os demais sujeitos na sociedade.

Assim, vivemos num mundo onde a ciência e a cultura têm sido construídas pelo poder masculino e, portanto, somente se tem valorizado aquilo que se relaciona aos homens. Nesse caso concreto de que estamos nos ocupando – o trabalho das mulheres rurais –, todas as atividades relacionadas à sustentação da vida humana, que tradicionalmente têm sido realizadas pelas mulheres e, em grande medida, se caracterizam porque seu resultado desaparece no próprio desenvolvimento das mesmas, não têm sido valorizadas; ao contrário, aquelas que se realizam no mundo público, cujos resultados transcendem o espaço doméstico, e que tradicionalmente têm sido realizadas pelos homens, gozam de valor social.

Esta diferenciação tem relação com a diferenciação que Hanna Arendt (1988) estabelece entre *labor* e *trabalho*. Para a autora, o labor guardaria a relação com a

³⁴⁴ HIRATA, Helena. “Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero” In: **Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho**. São Paulo: Associação Latino-Americana de Estudos do Trabalho, ano 4, nº 7, 1998, p. 5-27.

satisfação das necessidades básicas da vida e corresponderia àquelas atividades que não deixam vestígios, que seu produto se esgota ao realizá-las e, por isso, geralmente têm sido depreciadas. Por outro lado, o resultado do trabalho teria um caráter mais duradouro e objetivo, no sentido da relativa independência dos bens de quem os produzem, posto que não estaria ligado aos ciclos repetitivos e às urgentes necessidades humanas e, conseqüentemente, seria produto de atividades mais valorizadas e reconhecidas. É notória a semelhança - tanto em conteúdo como na valorização social - destes dois conceitos: trabalho doméstico e trabalho público, respectivamente³⁴⁵.

A segunda razão tem a ver com o funcionamento das representações sociais nos sistemas econômicos. Historicamente, os sistemas econômicos têm dependido da esfera doméstica: têm legitimado uma determinada estrutura familiar que tem permitido assegurar a necessária oferta da força de trabalho através das mulheres. No caso das mulheres agricultoras, a atividade de cuidar da vida humana se constituiu no nexo entre o âmbito doméstico e a produção do mundo público. Por isso é importante que esse nexo permaneça oculto, porque facilita o deslocamento dos custos desde a produção capitalista até a esfera doméstica.

Podemos notar que, nesse sentido, a quantidade de trabalho familiar doméstico na roça vem determinado, em grande medida, por políticas de benefícios sociais às mulheres, como o cuidado com a vida e sua vertente mais subjetiva de afetos e relações, o cuidado da saúde da família... todas elas destinados a criar e manter pessoas saudáveis, com estabilidade emocional, segurança afetiva, capacidade de relação e comunicação, características humanas sem as quais será impossível o funcionamento da esfera pública.

Sem dúvida, a divisão do trabalho no campo existe, mas isso não quer dizer que as mulheres rurais devam assumir tarefas inferiores ou ser submissas. Ao contrário, esses espaços dos poderes domésticos sofrem a ingerência do espaço externo. Esse conceito de “ajuda” é revelador de uma posição superior, como uma concepção de poder, porém depreciada pelo imaginário masculino, que produz um

³⁴⁵ ARENDT, Hanna. **A condição humana**. São Paulo: Forense, 1981, p. 64.

discurso de que a mulher não faz parte do processo de trabalho da agricultura familiar, ficando alienado na mentalidade não apenas dos homens, mas das próprias mulheres.

Como consequência, as mulheres agricultoras enfrentam o desafio de “conciliar” tempo e trabalho (família e lavoura); neste sentido, a experiência cotidiana das mulheres é uma negociação contínua nos distintos âmbitos sociais como responsáveis pelos demais, com todas as restrições e obrigações que isto acarreta, traduzido pela impossibilidade de sentir-se cômoda em um mundo construído segundo o modelo masculino.

4 NOSSA HISTÓRIA: QUEM SOMOS, O QUE FAZEMOS, O QUE QUEREMOS? MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

Desenvolvemos neste último capítulo, uma análise da vida cotidiana e das relações de poder e gênero em que as mulheres trabalhadoras rurais do Noroeste gaúcho estão envolvidas. Tomaremos como fontes centrais para esta análise os depoimentos das mulheres agricultoras, colhidos mediante entrevistas na perspectiva da História Oral Temática.

4.1 A Vida Cotidiana e as Relações de Poder e Gênero na Roça

A mão-de-obra familiar era empregada conforme a composição da família, a quantidade dos membros, as necessidades econômicas, tendo o gênero como referência determinante no que diz respeito ao tipo de atividade exercida. Dessa forma, a divisão social do trabalho constituía um elemento básico na organização do lar, opondo masculino e feminino em relações de poder justificadas por um sistema moral, através de um conjunto de normas e valores de conduta sobre a família camponesa.

Para buscar identificar as razões pelas quais essa situação ocorre, foi construído um processo de pesquisa sobre relações de gênero, poder e trabalho no meio rural, usando a metodologia da História Oral como ferramenta. Isto se fez necessário para entender o porquê da autoridade masculina ser justificada para viabilizar a unidade familiar, invisibilizando, assim, as tensões nas relações de poder e gênero na roça. Essas práticas culturais faziam com que as desigualdades de

gênero fossem vistas de forma natural, e não como parte de um sistema histórico social e cultural.

Construímos um projeto de pesquisa³⁴⁶ para averiguar as diferenças de papéis sociais do homem e da mulher no campesinato da Região Noroeste. A importância da pesquisa reside no fato de fornecer elementos para identificar e avaliar os diferentes mecanismos que restringem e desqualificam a participação das mulheres agricultoras no processo de gestão e de decisão na estrutura produtiva e política, contribuindo para a compreensão do exercício ou não do poder no campo.

O espaço privado da casa continua sendo o principal local de trabalho das mulheres agricultoras:

A vida continua a mesma coisa, não dá para parar, porque o mundo não pára (...), agora nós temos até mais animais para cuidar, sempre tem serviço e alguém tem que fazer tudo isso em casa.³⁴⁷

Levava as crianças junto na roça até à noite. Na hora do meio-dia lavava roupa, pão eu fazia de noite. Tirava leite de noite com uma 'lanterninha', era judiado (...). Carregava pasto de balaio e mandioca também, isso às vezes machucava as costas, mas não podia reclamar: só podia e tinha que trabalhar ...³⁴⁸

Vejamos que o depoimento expressa a auto-representação da mulher competente, capaz, eficiente, forte e corajosa e que não necessita do masculino. É a antítese da mulher submissa e dependente. Além disso, as representações que expressam a mulher rural desvalorizada pela sua “força física” e pela “saúde frágil”

³⁴⁶A metodologia da pesquisa com os grupos de mulheres rurais e suas respectivas famílias foi orientada pela Prof. Dra. Jacqueline Pitanguy, consultora da Fundação Macarthur e diretora da ONG CEPIA (Cidadania, Educação, Pesquisa, Informação e Ação). Essa pesquisa contou com o apoio da Fundação Macarthur, que teve como proposta apoiar grupos e indivíduos para promover melhorias duradouras na condição humana, mediante a busca de soluções sustentáveis capazes de reduzir a desigualdade social, a má distribuição de recursos e de poder e que garantissem a melhoria das condições de vida das populações. Através do processo seletivo para o Fundo de Capacitação e População no Brasil, no ano de 1997, fomos selecionado com uma bolsa-pesquisa para o financiamento de atividades na perspectiva da educação, gênero e direitos reprodutivos com mulheres agricultoras. Esse apoio propiciou as condições para o desenvolvimento do projeto: “*Educação para os Direitos das Mulheres Trabalhadoras Rurais*”, onde foi desenvolvida a metodologia da História Oral Temática, possibilitando a coleta de depoimentos utilizados na dissertação de Mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos e, neste momento, aprofundado pela tese. TEDESCHI, Losandro Antonio. **Do silêncio à palavra: construções e perspectivas em gênero no meio rural do Noroeste do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

³⁴⁷ Depoimento de L. B. K., 60 anos, Comunidade da Linha 15, Ajuricaba, agosto de 1997.

³⁴⁸ Depoimento de D. F., 54 anos, Comunidade de Colônia das Almas, Catuípe: outubro de 2000.

em relação às atividades produtivas na lavoura, não convencem, pois ela passa muitas vezes um maior tempo na atividade da lavoura do que o próprio marido.

Sendo consideradas mais fracas do que os homens - pelas representações sociais -, não eram consideradas capazes de ter uma opinião e de expressá-la. Em vista de sua futura função como mãe e esposa, os estudos, para as mulheres do meio rural, não eram úteis como investimento; assim, geralmente, as meninas não freqüentavam a escola, ou somente o faziam até saberem ler e escrever, enquanto os homens permaneciam por mais tempo³⁴⁹. Porém, isso não quer dizer que fossem incapazes de atuar na perspectiva do conhecimento.

Dessa forma, no sistema cultural tradicional das famílias camponesas, pode-se indicar três elementos que ilustram o entrelaçamento existente entre as regras de conduta da unidade familiar e as relações de poder: em primeiro lugar, com o pretexto de proteger, ao chefe da família era permitido exercer controle unilateral sobre todos os demais membros. Em segundo, os padrões, as representações delegadas pela história, tendiam a reforçar as desigualdades de gênero entre as mulheres e o valor da masculinidade; e, por último, a unidade familiar era reproduzida através de um sistema assimétrico de herança, justificado pela idéia da manutenção da unidade da pequena propriedade rural nas mãos masculinas³⁵⁰.

Esse modelo androcêntrico, baseado no patriarcalismo, foi atingido com o processo de modernização, a partir da década de 1970, e fez com que as gerações novas entrassem em conflito com os critérios tradicionais de atribuição do poder, quando a manutenção e reprodução de valores na pequena propriedade passam a perder significado, dando espaço aos interesses individuais. Essas relações entre as gerações no interior da família mudaram de tal forma que mesmo os vínculos familiares e os sistemas hierárquicos perderam sua função, força e legitimidade, já

³⁴⁹ As identidades de gênero e as identidades sexuais são construídas, e a educação escolar “informa” o lugar dos papéis das meninas e meninos. A educação constrói uma “naturalidade” acerca dos papéis de gênero que nos impede de notar como a “ordem das coisas”(conforme Foucault) passa a produzir os sujeitos.

³⁵⁰ São as representações que cada sociedade ou grupo social cria para identificar a si e ao mundo material, que dão unidade à coletividade, formando, assim, as ligações simbólicas dos grupos identitários. Sendo o espaço simbólico onde se constroem as identidades sociais dos diferentes grupos da sociedade, o imaginário social, no momento em que *informa* a visão que cada indivíduo tem de si e de seu grupo, é um poderoso dinamizador das práticas sociais. MATOS, Maria Izilda (Org). **O imaginário em debate**. São Paulo: Editora Olho d' água, 1998, p.56.

que a posição dos indivíduos no sistema familiar não era mais a única fonte de poder e novos valores foram sendo introduzidos na unidade familiar.

As formas tradicionais de coabitação, com uma posição extremamente subordinada para as mulheres, foram substituídas por formas de residência num lugar diferente dos pais. Houve uma substituição da família extensa pela família nuclear, somente pais com filhos, o que significou uma melhora para as mulheres.

Esse processo foi bastante marcante na Região Sul do Brasil, onde as circunstâncias que favoreciam uma fecundidade elevada deixaram de existir no campo pela modernização e, também, porque a taxa de fecundidade rural já era mais baixa que nas outras regiões. Essa taxa passou de quase 7,0 em 1970 para, respectivamente, 4,5 em 1980 e 2,7 em 1998 no meio rural da Região Sul do Brasil.³⁵¹

A individualização forneceu à mulher elementos para reivindicar e lhe dar motivos para pensar em si mesma. A televisão e o rádio foram importantes nesse sentido, já que trouxeram as imagens concretas de um outro mundo, no qual as mulheres desempenham outras funções e, especialmente, opinam, falam, o que, na época de sua juventude, não fazia parte de seu universo.

No entanto, em certo sentido, esses canais reproduzem os estereótipos e reafirmam os tradicionais papéis as mulheres rurais, camuflando uma liberdade e autonomia no lar. Os discursos de melhora no nível de vida da mulher rural com a chegada da eletricidade na década de 70, junto com os eletrodomésticos, especialmente a geladeira, a máquina de lavar roupa e o freezer, contribuíram para o reforço de suas atividades no lar e o trabalho doméstico passa então a ser importante expressão de afirmação das tarefas femininas na casa.

4.1.1 A divisão social do trabalho e as representações do feminino

Com a modernização da agricultura, houve uma reafirmação da divisão do trabalho por sexo, mas as atividades e as representações sobre a mão-de-obra feminina continuaram. É ela quem costura, faz queijo, geléia e, quando matam um porco, faz salame e a limpeza dos utensílios e do local. As compras de casa são

³⁵¹ Dados do IBGE, elaborados por OLIVEIRA, Pinto. Fecundidade rural no Brasil. O significado das mudanças recentes. In: LAVINAS, L. **Mulher rural**: identidades na pesquisa e na luta política. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, p. 71-85. s/a.

determinadas pela mulher, mas geralmente feitas pelo homem, que as efetua na cidade, aproveitando a viagem para ir ao banco, à cooperativa, ao sindicato ou para “fazer negócio”. Nas entrevistas coletadas, além de analisar esses dados, atingimos um foco específico na produção da unidade familiar que envolvia atividades do homem e da mulher: a produção de leite.

Na agricultura familiar do Noroeste do Rio Grande do Sul, a atividade produtiva mais importante das famílias ³⁵² é a *produção leiteira*. De acordo com o Censo Agropecuário de 1985, a Região Sul do país possuía, aproximadamente, 700 mil estabelecimentos agrícolas que produziam leite (IBGE: 1989). Essa presença generalizada da produção leiteira está associada à história da colonização da região por descendentes de imigrantes europeus e à importância atribuída ao leite na produção para sua subsistência e manutenção econômica familiar:

(...) uma coisa importante de a gente pensar na produção do leite é a questão alimentar, que envolve todo o trabalho da mulher... é o docinho de leite...coalhada, schmier. Esse tipo de alimentação, o queijo, aquilo que representa dentro da família, mesmo que você não venda... Minha mãe nunca vendia o leite, mas toda a vida tinha, por exemplo, duas, três famílias que pegavam leite lá em casa...que não pagavam, nunca pagaram nada.³⁵³

A produção leiteira nas pequenas propriedades rurais sempre foi “coisa de mulher”, presente no imaginário das agricultoras:

(...) Eu nunca que iria deixar de lidar com vaca, porque é uma fatura... Nós engordamos o boizinho, aí carneamos, põe no freezer, aí não precisa estar carneando tanta galinha... tenho o leite, então faço sempre queijo pro gasto, e quando as pessoas pedem... eu não tiro a nata. E a gente faz doce de leite, e eu vendo na cidade... e a gente faz o pé-de- moleque, eu coloco leite quando amasso o pão... a manteiga... tem tudo, né? Então é uma fatura dentro de casa... Meu filho mora na cidade, daí ele leva leite., se tem

³⁵² O reordenamento político dos pequenos agricultores na sociedade na última década, levou o movimento sindical brasileiro e os centros de estudos sobre a realidade no campo a elaborarem uma nova nomenclatura, o “*agricultor familiar*”. Essa categoria rapidamente substituiu, no debate político e na linguagem sindical, o termo dominante até os anos 80 (pequeno produtor). Sob essa perspectiva, temas antes considerados de menor importância, tais como a discussão de alternativas de comercialização, a experimentação de formas de produção associadas, o estímulo à constituição de agroindústrias e as dimensões da produção agrícola, passaram a ser valorizados e a ganhar novos significados para a manutenção das famílias no campo. MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos*. In: CHEVITARESE, André Leonardo (Org). **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002, p.168.

³⁵³ Depoimento de G.H, 35 anos, agricultora no município de Ijuí. Entrevista realizada em fevereiro de 1998, por ocasião da coleta de dados da pesquisa sobre gênero e produção no meio rural.

criança pobre assim... a gente dá... o pessoal da vila vem comprar (...) o meu pai, cada uma das meninas que se casava ganhava uma novilha, era uma tradição de ganhar.³⁵⁴

No depoimentos, fica clara a importância da atividade leiteira para a sobrevivência da família. A agricultura familiar é caracterizada por uma especificidade, composta por uma unidade de produção e, igualmente, uma unidade de consumo. Essa característica determina o comportamento camponês: sua atividade econômica é baseada em dois princípios diferentes, sendo os padrões de produção determinados não apenas por considerações a respeito de lucro, mas também pela necessidade da família.

Desta forma, as decisões no interior da família são movidas por duas lógicas diferentes e complementares: uma voltada para o mercado exterior; e outra, para dentro, visando atender às necessidades familiares. Há um entrelaçamento das dimensões da produção e da reprodução³⁵⁵.

De modo geral, entendemos tal ordem das coisas a partir do imaginário socialmente construído sobre os papéis que homens e mulheres desempenham na sociedade rural. Próprias do homem são as atividades e decisões referentes ao espaço público, relacionadas com o exterior da propriedade: mercado e relações com dinheiro, assistência técnica e capacitação profissional, formas de associação e representação, responsabilidade jurídica pela propriedade da terra, o mundo da produção, entendido como as atividades voltadas para o mercado geradoras de renda, aquelas normalmente tidas como sendo “as que de fato importam”. De forma inversa, são consideradas como “próprias” das mulheres as atividades referentes ao espaço privado, que envolvem toda a gama de responsabilidades relacionadas à reprodução, seja do trabalho, seja da força de trabalho.

Constatamos, como consequência das entrevistas, a presença desses estereótipos, a dupla desvalorização do trabalho da mulher, dada pelas representações sociais do grupo familiar: a) seu trabalho é considerado como de menor importância, como “ajuda”, mesmo quando o tempo dispendido é igual ou

³⁵⁴ Depoimento de O. M. da Comunidade de Chorão, Ijuí – RS, março de 1998.

³⁵⁵ BRUMER, Anita. **Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-88)**. Ensaios FEE, ano 11, n.1, 1990, pp.124-42.

superior ao do homem na mesma tarefa; b) as atividades relacionadas à reprodução do trabalho ou da força do trabalho não são valorizadas, dado que o que conta é o que se transforma em dinheiro.

Segundo Brumer, o termo “ajuda”, assim, refere-se a uma atribuição de caráter secundário, subalterno, de menor importância³⁵⁶ em relação à atividade principal. Caracteriza-se também pelo caráter de subordinação, pois o ajudante é o subordinado naquela atividade, aquele que não é responsável pelo processo de tomada de decisões decorrentes da mesma.

A desvalorização e a invisibilidade do trabalho feminino tornam-se patente na atividade produtiva do *leite*. Nela fica mais clara e contraditória a negação da sociedade em reconhecer, no trabalho dessas mulheres, o papel de produtoras. Mesmo sendo elas que realizam a maior parte das tarefas, na maioria das vezes, não são as beneficiárias da assistência técnica; como também não são elas as sócias dos sindicatos ou das cooperativas que compram o produto; nem recebem o pagamento da produção e, tampouco, participam das assembléias e decisões das cooperativas e dos sindicatos:

Nos fins-de-semana que o marido bebe além da conta ele diz que o único que trabalha na família é ele e despreza o trabalho dos outros, principalmente o trabalho da mulher e das moças.³⁵⁷

Nunca tive nada, nem opinião, ele só comprava o mais necessário, do resto ele dava conta de gastar, (...) e quando eu falava em comprar algo, daí ele dizia que compraria: mas só quando eu morresse, porque mulher não tinha que falar em dinheiro, e em comprar, era o homem que tinha esse direito, e esse dever ...”³⁵⁸

Nesta análise, queríamos entender seu modo de conceber e vivenciar a estrutura sindical e o MMTR, se algo havia mudado em suas vidas e que futuro projetavam para si e para suas famílias:

³⁵⁶ BRUMER, Anita. **A participação das mulheres na produção familiar agrícola**. Paper apresentado no encontro de PIPSA. Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social na Agricultura, 1995.

³⁵⁷ Depoimento de E. P., 56 anos, Augusto Pestana/RS, setembro de 1997.

³⁵⁸ Depoimento de M. Q., Comunidade de Lagoa dos Patos: Catuípe, agosto de 1999.

Meu pai era desse jeito... Chega da roça e diz que tá cansado. A mulher tem de continuar trabalhando e o homem vai descansar. Tem homem que faz da mulher escrava. Não valoriza o trabalho da mulher.³⁵⁹

A mulher levanta de manhã e, como normalmente, toma um chimarrão com o marido. Depois, vai fazer a ordenha e volta pra dentro, que tem as crianças: arruma logo pra ir para a escola, (..) toma café, arruma o café e vai para lavoura com o homem. Aí, por onze, onze e pouco, volta para casa e faz almoço. Almoça. Depois, lava a louça, limpa a casa, lava a roupa e, na parte da tarde, acompanha o marido de novo na lavoura. Antes do sol entrar no ocaso, volta pra casa. Ajuda a fazer o pasto, ordenha de novo, entra pra dentro, faz a janta. Janta, lava a louça e algumas assistem televisão, outras vão dormir, outras escolhem feijão. Este é o dia da semana. No fim de semana tem as exceções, vai pra Igreja, pro clube de mães.³⁶⁰

Às vezes, quando a mulher vem mais cedo pra casa, o marido chega e tem muitos que não ajudam a fazer nada, porque, como eles dizem: ‘ a mulher foi mais cedo para fazer o serviço, eu fiquei trabalhando lá na roça’. Aí, em vez de ele chegar em casa e ajudar ela a terminar o serviço, vai tomar banho. Ele acha que a mulher não trabalha em casa; ela trabalha só lá na roça; em casa não.³⁶¹

Eu não acho que o serviço da casa é menos pesado que na roça. Eu acho que na roça tu chega lá e faz só aquele serviço lá. Em casa, não, tu faz e desmancha, tu começa, lava louça, arruma tudo no armário. Questão de uma hora ou duas você tem que recolher tudo de volta, pôr no fogão, tu limpa e, de novo, aquela folia. O dia inteiro você tá lidando ali. Aquela rotina. Não aparece o que tu ta fazendo. Chega meio-dia, eles vêm da roça. Mas tu não fez nada. Não aparece o que tu fez durante o dia. A roça aparece mais, a roça limpa aparece mais.³⁶²

Analisando os depoimentos, podemos notar que as representações sociais não estão desvinculadas das relações sócio-econômicas em vigor no mundo rural. As representações sociais compõem uma das dimensões do social que interferem no posicionamento político dos indivíduos. Ações de consentimento ou de contestação – como revelam os depoimentos - são pautadas pelas representações que os indivíduos internalizam como legítimas à sua identidade social.

A vida da mulher da roça é referida a outros, prisioneira do seu gênero, sempre vivendo sob ameaça de degradação, trivialização e descrença por ser mulher. Mas também o espaço privado lhe concede certa proteção e, até, certos privilégios, a começar pela valorização de sua função materna e “civilizadora”. Na história de vida das mulheres rurais, encontramos momentos de descoberta que

³⁵⁹ Depoimento de M.B., Comunidade de Três Vendas, Catuípe, março de 1999.

³⁶⁰ Depoimento de D. B., Linha 7 Leste, Ijuí, maio 1999.

³⁶¹ Depoimento de I. G, Comunidade de Rincão da Lage, Augusto Pestana, fevereiro de 2000.

³⁶² Depoimento de M.C; da Comunidade de Três Vendas – Catuípe, março de 2000.

colocam em xeque a identidade atribuída; outros depoimentos, por sua vez, expõem a presença de um imaginário patriarcal definidor dos papéis³⁶³.

A participação da mulher no processo produtivo familiar é fundamental para a manutenção da renda na pequena propriedade. Desconhecer ou subestimar a capacidade produtiva da mulher agricultora foi o que nos levou à realização de entrevistas, que permitissem caracterizar o estrutura familiar camponesa, identificando a composição das famílias, sexo e idade, grau de escolaridade, local de nascimento, tempo de moradia no local, origem étnica e ocupação principal de cada um dos integrantes.³⁶⁴

De um total das 69,83% são famílias nucleares simples. Em 17% dos casos, foram identificadas famílias extensas, ou seja, integradas também pelos avós, tias e tios, sogras e sogros e outros parentes. A ampla maioria dos casais está casada legalmente, mas foram verificados três casais que mantêm uma relação estável, além de uma viúva.

Como se pode ver no quadro, que mostra a distribuição por faixa etária, as mulheres eram, na época das entrevistas, um pouco mais jovens que os homens: 45% delas possuem idade acima de 40 anos, enquanto que 67% dos homens situam-se nessa faixa etária.

Os dados referentes à composição familiar revelam uma tendência demográfica em curso: a queda do número de filhos na agricultura familiar. Apenas 5% das famílias entrevistadas têm mais que quatro filhos.

Tabela 01 - Distribuição por faixa etária (%):

Faixa etária	De 20 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 59 anos
Mulheres	7	32	45	16
Homens	0	21	67	12

Fonte: TEDESCHI, Losandro. **Do silêncio à palavra: construções e perspectivas em gênero no meio rural do Noroeste do Rio Grande do Sul.** 2000.

³⁶³ Ver depoimentos no Anexo 03.

³⁶⁴ Ver formulários da coleta dos depoimentos no Anexo 04.

Apesar da maior parcela dos membros das famílias ainda se encontrar em idade reprodutiva, chama atenção o fato de que quase 80% das famílias na atualidade possuem, no máximo, três filhos. A média entre as famílias entrevistadas é de 2,4 filhos por família, o que representa uma mudança significativa, em um curto espaço de tempo, uma vez que, na geração imediatamente anterior, o comum era encontrar famílias com oito, dez ou mais filhos.

O conjunto das 69 famílias entrevistadas possui um total de 168 filhos que residem nas propriedades, sendo 71 pertencentes ao sexo masculino e 97 ao feminino. Concentram-se nas faixas de idade entre 13 e 19 anos (44% mulheres e 35% homens) e entre 0 e 12 anos (41% mulheres e 47% homens).

A maioria dos entrevistados é descendente de imigrantes de origem européia, majoritariamente italianos e alemães, registrando-se também alguns casos de descendentes de poloneses e austríacos, além de “caboclos” (em torno de 10%), miscigenados. O predomínio dos descendentes de imigrantes europeus justifica-se em função da colonização de Ijuí, como visto na primeira parte do trabalho.

Verificamos também que 88% das mulheres e 90% dos homens adultos não concluíram o ensino fundamental, cursado somente até a 4ª série. Atualmente, devido às maiores facilidades de acesso à escola e à maior valorização atribuída à educação formal, há uma preocupação dos pais no sentido de garantir maior escolaridade aos filhos.

Outro dado coletado intencionava averiguar quais as duas principais ocupações que cada um dos membros da família desempenhava³⁶⁵. As atividades foram as seguintes: lavoura, criação, casa, estudante, professor e assalariado rural.

De acordo com as respostas dadas pelas mulheres, há um equilíbrio entre a dedicação às atividades voltadas à reprodução da família (arrumar e limpar a casa, lavar e passar roupa, cozinhar, lavar a louça, cuidar das crianças etc.) e as atividades relacionadas à produção: enquanto a “casa” foi apontada como principal ocupação por pouco mais de 50% das entrevistadas, 47% delas apontaram a “lavoura” (30%) ou criação (17%) como principal ocupação. Com a segunda ocupação principal mantém-se a mesma lógica, embora se evidencie aí a

³⁶⁵ Ver Anexo 04.

importância do trabalho das mulheres na criação de animais, atividade apontada como a segunda mais importante por 50% das entrevistadas (26% apontaram a casa e 24% destacaram a lavoura).

Entre os homens, há uma forte recorrência nas respostas: 79% disseram que a lavoura se constitui na principal atividade. A mesma porcentagem afirmou que a criação³⁶⁶ é a segunda ocupação masculina na unidade produtiva.

Observando as respostas de filhas e filhos, no que diz respeito às ocupações principais, destacamos dois elementos relevantes para a análise das relações de gênero: 1) é possível notar dois padrões de comportamento, um característico de mulheres e filhas, outro característico de homens e filhos; 2) a atividade “estudo” ocupa posição diferenciada. É o que se pode analisar pelos dados apresentados no quadro a seguir:

Tabela 02 - Ocupação (%):

Membros da família	lavoura	criação	casa	estudo	total
Mulheres (69)	30	17	53	0	69
Filhas (55)	22	09	36	33	55
Filhos (79)	44	08	04	44	79
Homens (68)	79	19	2	0	68

Fonte: TEDESCHI, Losandro. **Do silêncio à palavra: construções e perspectivas em gênero no meio rural do Noroeste do Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado, São Leopoldo, 2000.

Para 36% das filhas, a principal ocupação relaciona-se às atividades da casa; para 33%, é o estudo e, para 22%, é a lavoura. Como a segunda ocupação não consta no quadro, aparece a casa em 41% das respostas, ficando a criação com 28% e o estudo com 19%. Dentre os filhos, 44% apontaram a lavoura como atividade principal, enquanto que outros 44% apontaram o estudo como a segunda ocupação principal.

³⁶⁶ Entende-se por “criação”, no meio rural, o cuidado no tratamento com o gado, os porcos, as galinhas, os pequenos animais domésticos.

A diferença entre moças e rapazes, no que diz respeito à importância do estudo entre suas atividades diárias, pode ser explicada pelo fato de que, muitas vezes, a atividade escolar só pode ser realizada à noite, ao mesmo tempo que exige deslocamento da propriedade para outras regiões do município, muitas vezes a pé. É comum, então, nesses casos, só ser permitido à moça estudar quando tem a possibilidade de ir acompanhada por um irmão, de forma a não se deslocar sozinha à noite. Ainda a mulher, por responder pelo trabalho doméstico, acaba tendo até maiores responsabilidades com relação a essas tarefas que a mãe não realiza (pois, nesses casos, se dedica prioritariamente às atividades relacionadas à produção), tendo, conseqüentemente, menos tempo disponível para o estudo que seus irmãos homens.

Quando eu ía na 5ª série eu tava mal na matemática, aí pensei, para ficar na roça, o conhecimento que tenho basta, então parei de estudar. Eu sempre gostei do trabalho na roça, porém, às vezes trabalha-se o ano inteiro e ocorre um problema ou o preço da produção cai e é aquela frustração. Mas no ano seguinte começa tudo de novo com a esperança renovada”.³⁶⁷

Esses fatores, porém, não se explicam por si, sendo conseqüência da valorização diferenciada que a sociedade e os pais atribuem à educação dos(as) filhos(as). No imaginário rural, a mulher não teria tanta necessidade de aprofundar os estudos, já que seu “destino” está reservado às tarefas consideradas domésticas e ao casamento, enquanto que aos homens caberia uma melhor preparação, de forma a se capacitarem para conduzir os “negócios” da propriedade ou para tentar nova vida na cidade.

O último aspecto a ser identificado, no que diz respeito à caracterização das famílias entrevistadas, relaciona-se ao grau de participação dos membros da família em entidades de representação política e de organização da produção. Metade das mulheres entrevistadas está filiada ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de seu município. As conquistas registradas na Constituição de 1988, em termos de direitos previdenciários das mulheres rurais, aliadas ao trabalho de sensibilização e conscientização realizado pelo Movimento de Mulheres, causaram um rápido crescimento da filiação sindical, cuja participação feminina foi até poucos anos atrás

³⁶⁷ Depoimento de L. D., 48 anos, Grupo de Mulheres de Catuípe, agosto de 1997.

praticamente nula. Além disso, vale destacar que 30 mulheres (47%) informaram que participam na atualidade da diretoria de alguma entidade (no sindicato, no movimento, na Igreja, etc).

O quadro que segue indica algumas desigualdades entre homens e mulheres, mas mostra também que é significativo o número de entrevistadas que declararam possuir documentação básica, resultado do processo de mobilização da década de 1980.

Tabela 03 - Documentação pessoal e conta bancária das 69 mulheres entrevistadas (%):

Documentos	%
Certidão de Casamento	64
Carteira de Identidade	43
CPF	45
Título de Eleitor	62
Bloco de Produtor	48
Carteira de Motorista	5
Conta Corrente Individual	1
Conta Conjunta bancária com o marido	14
Não têm, mas os maridos têm	30

Fonte: TEDESCHI, Losandro. **Do silêncio à palavra: construções e perspectivas em gênero no meio rural do Noroeste do Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado. São Leopoldo – UNISINOS, 200, p 126.

De pessoas que nunca haviam tido documentação e acesso a benefícios sociais, elas passaram a ter documentos para receber seus benefícios regular e diretamente. O fato de receber o dinheiro da aposentadoria, da pensão e da licença-maternidade diretamente em seus nomes permite que elas próprias decidam como gastá-lo, o que aumenta seu poder pessoal. Por isso, de pessoas que, na terceira idade, passavam à condição de dependentes dos companheiros, filhos ou de outros parentes ainda em idade ativa, elas se tornam provedoras e administradoras de um dos poucos recursos existentes na unidade familiar de produção com entrada regular, mês a mês.

É preciso salientar o valor simbólico do recebimento do benefício pelas mulheres, e o acesso à documentação. Como beneficiárias diretas, a percepção de que foram partícipes das conquistas o que aumenta a consciência sobre seus direitos. No entanto, é preciso dizer que nem as mobilizações das quais têm participado, nem a conquista de direitos sociais, nem o aumento da percepção de 'direitos' de um modo geral, leva essas mulheres a questionar as relações de gênero no cotidiano de suas relações pessoais, pois estão satisfeitas com os resultados das conquistas sociais, empreendidas anteriormente.

Tinha que ir para a roça igual ao marido, trabalhar no duro, e depois fazer tudo em casa, não tinha ajuda de ninguém, mas gostava de trabalhar assim, levava as crianças junto na roça, era sofrido mas era divertido no fundo, quando precisava a gente até carpir por dia nos vizinhos, e eu ia junto (...) e depois que o meu marido me deixou, eu tive que trabalhar sozinha, as crianças eram pequenas, eu tinha que fazer tudo sozinha, e não me arrependo".³⁶⁸

A participação de cada membro da família nas atividades diretamente relacionadas à produção leiteira foi, na seqüência, investigada. Adotando-se o mesmo procedimento do item anterior, foram sistematizadas as principais opiniões de mulheres e homens a respeito de "quem faz", "quem ajuda" e "quem decide" a respeito das tarefas (cotidianas ou não) selecionadas no formulário. É importante destacar que, nesse item, diferentemente do anterior, cada membro da família não emitiu opinião apenas sobre seu trabalho, mas também sobre os demais envolvidos na produção leiteira:

(...) Se eu chego de viagem, se eu chego às sete, no caso, se eu escuto o barulho do motor, fico bem quietinha, tomando chimarrão, mas se eles vêem que eu cheguei em casa, ah, não vão a tirar leite, é assim, a hora que eu cheguei, eu tenho que ir pra estrebaria tirar o leite. Mas eu chego bem quietinha, aí eles chegam e dizem 'ah, tu já chegou'... Mas ele arruma o trato... é, rara as vezes, só se ele não está..isso é trabalho dele... E também pra entregar pro leiteiro, um dia vai eu, um dia ele, daí ele me cutuca na cama... deixa que eu levanto, aí no outro dia 'agora vai você'... daí ele vai.. .um dia eu, um dia ele (...).³⁶⁹

³⁶⁸ Depoimento de A. M. C., 61 anos, Comunidade de Águas Minerais de Santa Tereza, Catuípe, setembro de 1998.

³⁶⁹ Depoimento de N. P., Comunidade de São Valentim, Ijuí, março de 1998.

(..) Lá em casa o compromisso é dos dois...se eu vou pra roça com ele, ele tem que vir me ajudar com as vacas... mas no domingo, fica jogando bola, é claro que ele não vai se preocupar com as vacas ³⁷⁰(...).

Para identificar os papéis sociais assumidos pelos diferentes componentes da família de agricultores, foi solicitado a cada um deles (casal) que relatasse as suas atividades e/ou tarefas diárias cotidianas/normais. Com o objetivo de facilitar a sistematização das respostas, o dia foi dividido em sete períodos (antes do café da manhã, depois do café, antes do almoço, depois do almoço, meio da tarde, fim da tarde e depois do jantar).³⁷¹

De um modo geral, as mulheres (mães e filhas) desempenham um papel fundamental na dinâmica da unidade de produção familiar, interferindo diretamente nas diferentes esferas de atuação – produtiva e reprodutiva. Os homens - pais e filhos - por outro lado, cumprem um papel decisivo, particularmente na área da produção.

Antes do café matinal, as mulheres têm como principal atribuição a tarefa da ordenha do leite, que implica um conjunto de atividades complementares (levar as vacas até a estrebaria, tratá-las, lavar as vasilhas, etc), enquanto preparam o café para a família e, em alguns casos, alimentam porcos e aves.

No caso dos homens, as atividades realizadas nesse período (mais lembradas nas entrevistas) foram justamente o trato das criações, gado inclusive, sendo que 36% dos maridos e 25% dos filhos afirmou dedicar-se também à ordenha.

A intensidade de trabalho masculino na ordenha pode ser relacionada à importância comercial da atividade para a unidade familiar. Se o volume de leite produzido é pequeno, verifica-se a tendência de uma menor participação masculina nesta atividade; no entanto, se a produção leiteira assume relevância como fonte de renda, é possível perceber a tendência no sentido de uma participação mais ativa dos homens, caracterizando então uma espécie de divisão das tarefas produtivas na família.

³⁷⁰ Depoimento de C.G; Comunidade de São Miguel – Ijuí, abril de 1998.

³⁷¹ Ver formulário em Anexo 04.

Ainda referente ao período que antecede o café da manhã, nas entrevistas realizadas com os maridos, a mais freqüente foi tomar chimarrão (57%). Os demais componentes da família também lembraram desse hábito, porém com menor intensidade. Em algumas famílias, as atividades externas à casa são realizadas após o café da manhã, mas se mantém a mesma divisão sexual de trabalho.

Posteriormente, os homens dirigem-se à roça, enquanto as mulheres dedicam-se, inicialmente, às atividades domésticas (limpar a casa, lavar a louça do café e a roupa). Terminada esta tarefa, deslocam-se até as áreas de lavoura para trabalhar na roça. Nos períodos de maior exigência de mão-de-obra quando da colheita, por exemplo, elas costumam deixar as atividades domésticas em segundo plano e priorizar as tarefas agrícolas.

É possível relacionar a intensidade do trabalho das mulheres na lavoura com o número de filhos disponíveis para a execução de tais atividades. Se a família ainda não possui filhos em idade para fazê-lo, ou se alguns deles já deixaram o grupo doméstico, seja para a constituição de outro, seja para migrar em busca de novas áreas de cultivo ou emprego, a unidade de produção exige da mulher um esforço redobrado, de modo a superar as limitações da força de trabalho familiar. Porém, se o número de filhas mulheres solteiras é suficiente para que elas se responsabilizem pelo trabalho doméstico, as mães tendem a aumentar o tempo de trabalho dedicado às atividades agrícolas.

Tabela 04 - Principais atividades realizadas pelos membros da família antes do café da manhã (%):

Atividades e nº de entrevistados	Mulher (67)	Homem (68)	Filha (21)	Filho (12)
Tirar leite	71	36	62	25
Preparar café, fazer fogo, cortar lenha, lavar a louça	56	*	*	*
Tomar chimarrão	40	57	*	42
Cuidar de outras criações	15	49	*	50
Tratar das vacas	*	27	*	*
Lavar vasilhas, coar leite, arrumar a mesa	*	*	24	*

Fonte: TEDESCHI, Losandro. **Do silêncio à palavra: construções e perspectivas em gênero no meio rural do Noroeste do Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

No final da manhã, as mulheres (mães e/ou filhas) costumam retornar para casa um pouco mais cedo que os homens, para a transformação do leite em seus derivados (queijo, manteiga, requeijão). Os homens (pais e/ou filhos), ao voltarem da lavoura, tratam das criações antes do almoço.

Logo após o almoço, às mulheres cabe a limpeza da cozinha, bem como a realização de outras atividades domésticas que eventualmente não tenham sido executadas durante a manhã (limpar a casa, lavar a roupa), enquanto os homens descansam. As respostas dos entrevistados que afirmaram descansar depois do almoço servem como indicador para revelar a sobrecarga de trabalho das mulheres: cerca de um terço mencionaram que descansam depois do almoço, enquanto que, no caso dos homens, este percentual sobe para 58%, e chega a 75% com os jovens.

Depois de recuperar parte das energias despendidas no período matinal, os homens retornam às atividades agrícolas, sendo acompanhados, sempre que possível, por outros membros da família (mulher e filhos). Conforme as declarações das mulheres, parece ser nesta parte do dia que preferem trabalhar na horta.

Os jovens – mulheres e homens - que freqüentam a escola no período noturno tendem a preferir o início da tarde para estudar e fazer suas tarefas escolares. Por sua vez, os jovens que freqüentam a escola em outro período do dia deixam para estudar à noite. Terminadas as tarefas, trabalham junto aos pais nos serviços domésticos ou agrícolas.

Terminadas as tarefas externas à casa, os jovens que estudam à noite preparam-se para ir à escola. Para os homens, o dia de trabalho, em geral, se encerra nesse momento, tendo em vista que nenhum deles citou para além desse período a realização de qualquer atividade ligada à produção ou à reprodução da família.

E é justamente nesse ponto que reside a principal característica que define, também, para as mulheres do campo, a dupla jornada de trabalho: enquanto os homens assistem à TV, escutam rádio ou simplesmente descansam, as mulheres estão cozinhando, limpando a cozinha, passando roupa, costurando ou tricotando.

Por mais que muitas dessas tarefas possam ser realizadas simultaneamente ao acompanhamento do noticiário, da novela ou de outro programa de interesse, ainda assim ela continua realizando alguma atividade produtiva, ou seja, o dia de trabalho das mulheres agricultoras não termina simultaneamente com a jornada do demais familiares. O quadro abaixo é esclarecedor:

Tabela 05 - Principais atividades realizadas pelos membros da família depois do jantar (%):

Atividades	Mulher (67)	Homem (68)	Filha (21)	Filho (12)
Lavar louça, arrumar cozinha	62	*	*	*
Assistir à TV, escutar rádio	51	76	50	58
Passar roupa	24	*	*	*
Costurar, remendar	15	*	*	*
Descansar	12	18	*	*
Ir à aula, estudar	*	*	43	42

Fonte: TEDESCHI, Losandro. **Do silêncio à palavra: construções e perspectivas em gênero no meio rural do Noroeste do Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

O que se observou na coleta dos depoimentos com as mulheres e homens nas suas casas é que todas as tarefas não cotidianas³⁷² apontadas são decididas, predominantemente, pelos homens.

Além de identificar “quem faz” e “quem decide”, procuramos saber também “quem ajuda” na realização de cada uma das tarefas. Ao contrário dos itens anteriores, em que identificamos uma figura que predominava sobre as demais, quando se tenta identificar as pessoas que “ajudam”, percebe-se que são vários os membros da família envolvidos. As tarefas cotidianas são de domínio feminino, tanto no que se refere à execução quanto à decisão:

Quando voltamos da roça o marido e os rapazes sentavam e descansavam, enquanto a mulher e as moças faziam o almoço. Na hora de lavar a louça, rapazes e moças ajudam.³⁷³

(...) O homem funciona assim... se você se dedica, eles puxam para trás, agora se você não faz, ele vê num instante, né..., daí ele começa a xingar, 'ih, eu tenho que fazer tudo sozinho'..., aí eu faço junto... mas ele sempre

³⁷² Os serviços não cotidianos indicados, foram: consertar a cerca, limpar o pasto, consertar a estrebaria, comprar medicamentos, comprar equipamentos, vender animais...

³⁷³ Depoimento de E. P., 56 anos, grupo de mulheres de Augusto Pestana, fevereiro de 2000.

tem que ajudar a gente... o pasto é muito pesado..mandioca eu não consigo mais arrancar... e cana, às vezes ela fala duas, três vezes 'tem que tirar pasto' pois é, eu digo: vai me ajudá! Falo duas ou três vezes..., eu faço de conta que não vou. De repente ele pega a carreta e vai buscar o pasto... Não podemos fazer tudo sozinha, porque a gente está sempre lidando na cozinha, lavando a roupa, isso ele não faz, né?³⁷⁴

Analisando os depoimentos e a maneira como cada entrevistado(a) reage ao responder às questões referentes à divisão do trabalho na roça, é possível apontar algumas considerações, como a forte tendência de as mulheres identificarem em si próprias as principais ajudantes nas tarefas executadas predominantemente pelos homens³⁷⁵. Por outro lado, os homens tendem a reconhecer que, na maioria dessas atividades, são os rapazes os principais ajudantes.

Os dados apontam que é pequena a participação dos homens no trabalho doméstico, mas expõem também uma realidade em mudança, pois o seu envolvimento é significativamente maior do que foi o de seus pais.

A redução no tamanho da família, mais especificamente no número de filhas, costumeiramente responsáveis por auxiliar as mães nos trabalhos da casa, é um dos fatores que têm provocado um maior envolvimento dos homens nessas tarefas.

Quando os resultados da coleta dos depoimentos foram discutidos nos encontros nas comunidades, ficou claro, entre brincadeiras, que há mais homens dispostos a realizar tarefas relacionadas ao trabalho doméstico do que a assumir publicamente que as realizam. Em diferentes grupos, foram relatados – por mulheres e homens – casos de maridos que fazem a limpeza da casa, mas que realizam esse trabalho depois de fechar todas as janelas: “assim o vizinho não vê³⁷⁶”. Talvez seja por isso que “lavar roupa” seja a atividade doméstica mais evitada pelos homens, dado que o tanque fica fora da casa.

³⁷⁴ Depoimento de I.G., - Comunidade de Rincão da Lage – Augusto Pestana, novembro de 1999.

³⁷⁵ (...) “geralmente a mulher reproduz o modelo e, pior, às vezes é mais despótica que o homem. Ora, ela é assim, o é por ser fiel ao que aprendeu durante séculos: ser uma mulher “feminina” no conceito patriarcal! E ao ser uma mulher patriarcal, assumirá, como bem ensina Paulo Freire, com maestria o opressor dentro dela”. EGGERT, Edla. A pesquisa como pronúncia do mundo através da produção do conhecimento feminista. In: STRECK, Danilo; EGGERT, Edla; SOBOTTKA, Emil. (orgs). **Dizer a sua palavra**: educação cidadã, pesquisa participante, orçamento público. Pelotas: Seiva, 2005, p.35.

³⁷⁶ O medo do deboche no fim de semana na comunidade é o motivo alegado por alguns companheiros do porquê não lavam roupa em casa.

Os dados apresentados dão visibilidade ao fato de que, na vida rural, as mulheres são as principais responsáveis pelas atividades de manutenção do núcleo familiar, embora desempenhem papel fundamental no trabalho relacionado com a produção.

A cultura patriarcal rural impõe sentido ao trabalho feminino, transformando-o no “outro” apropriado com usos ilimitados. O discurso que desvaloriza as atividades femininas só se manifesta quando as mulheres rurais a internalizam e constroem um significado ao redor desta internalização. Essa identidade imposta organiza o significado, suas funções, seus papéis sexuais, implicando um comportamento adequado às funções do imaginário rural.

A mulher rural, portanto, é detentora de espaços de poder decisório, evidenciando-se através dos papéis tradicionais, ainda que nesse contexto ela seja imprescindível para a constituição do poder patriarcal, insinuando-se o poder da figura masculina através da organização do trabalho. O exercício do poder feminino independentemente da forma, aberta ou simbólica, se constitui em uma estratégia do poder masculino.

Las mujeres parecen fuera de lugar, cuando se encuentran en la producción o en el mundo público, porque los valores que han caracterizado y siguen haciendo-lo en gran medida, el mundo de la mujer, valores que condicionan y orientan su comportamiento, gira en torno da familia y todo lo que se relaciona con ella. De esta forma la mujer considera que por encima de cualquier tipo de actividad que pueda realizar-se fuera de la casa, está lo que corresponde al marco doméstico, como una imposición del poder patriarcal.³⁷⁷

Os ajustes e acomodações de tarefas e funções revelam que, objetivamente, na lavoura, as atividades masculinas ou femininas se entrecruzam. Isso significa que, apesar da posição central da mulher na unidade produtiva como (re)produtora e reguladora, seu trabalho, pelas estatísticas oficiais, continua invisível, o que não significa em absoluto, que elas se sintam invisíveis ou que não tenham consciência de seu valor como produtoras, pois, nos depoimentos, fica claro que sua força de trabalho é definidora para a manutenção da vida rural, executando muitas tarefas

³⁷⁷ INFANTES, Anastácia Téllez. **Trabajo y representaciones ideológicas de género**. Propuesta para un posicionamiento analítico desde la antropología cultural. *Gazeta Antropológica*, nº 17, texto 17, Universidad Miguel Hernández – Alicante, Espanha, 2001, p.08.

que não “têm tempo” e, por realizar um conjunto de atividades voltadas ao bem-estar da família e ainda “ajudar” na esfera produtivo-comercial, não têm quantificação pela sociedade.

Segundo Brumer,³⁷⁸ a quase exclusiva responsabilidade do homem pelas atividades produtivas na lavoura pela venda dos produtos e compra de insumos excluiu as mulheres da esfera pública, na qual são tomadas todas as decisões – mesmo as que concernem ao lar. Além disso, os representantes dos organismos que trabalham com os agricultores sempre procuraram o homem agricultor; é assim que os homens estabelecem contatos, por exemplo, com a EMATER, o sindicato, a cooperativa, em seu papel de agricultores, do qual as mulheres são consideradas apenas como “donas de casa”, ficam excluídas.³⁷⁹

No mundo rural, não é possível separar a identidade profissional feminina de uma outra identidade feminina no âmbito doméstico. Para as pequenas agricultoras, tudo está entrelaçado; não há uma divisão do trabalho sexual e não encontramos quem contestasse, por exemplo, o trabalho feminino com as máquinas.

Elas consideram a divisão do trabalho entre os sexos necessária para formar uma coletividade nas relações familiares, uma necessidade de reivindicação de poder de decisão que não está em equilíbrio. O que elas têm em comum é que querem ser visíveis, consideradas, respeitadas e valorizadas como mulheres rurais:

O machismo ainda impera e isto tem que mudar, tem agricultor que diz esta roça aqui eu plantei e esquece da mão da mulher e dos filhos na lavoura para o resultado na roça aparecer”.³⁸⁰

Por serem proprietárias rurais, pelo poder de acesso aos benefícios sociais, elas sabem que a repartição tradicional de tarefas e papéis reservou prioritariamente

³⁷⁸BRUMER, Anita. **Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-1988)**. Ensaios Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre, 11(1): 124:142, 1990.

³⁷⁹Os organismos de extensão agrícola, como a EMATER, trabalham com homens e mulheres em separado no meio rural. Com os primeiros, desenvolve as atividades produtivas e, com as mulheres, as atividades dentro da casa, como cozinhar, fazer tricô... A identidade feminina de dona de casa é reafirmada no trabalho dessas entidades, onde muitas vezes até os projetos de extensão das universidades colaboram com essa formatação da desigualdade de gênero.

³⁸⁰ Depoimento de L. M., 54 anos, Augusto Pestana, setembro de 2000.

a elas os espaços privados e, a partir deles, elas usam-nos como espaços de negociação cultural com os homens.

4.2 Entre a Inércia e a Ruptura: um olhar em retrospectiva

Através dos depoimentos, conversas e do convívio com as mulheres trabalhadoras rurais durante 10 anos, pudemos constatar a grande limitação conceitual e analítica que o emprego de categorias como trabalho, poder, relações de gênero e cidadania é expresso pelas Mulheres Trabalhadoras Rurais através de seu Movimento.

Seus depoimentos descortinam o momento pelo qual despertaram para a luta dos direitos sociais, traduzindo os significados que estas atitudes causaram para a vida privada e pessoal pós-conquistas. O modelo de feminilidade reproduzido pelo imaginário social reforçou seus papéis tradicionais, mesmo elas sendo as provedoras materiais do espaço doméstico.

A atuação do Movimento e suas bandeiras de reivindicação não almejavam a construção de canais fortes de resistência à exclusão e, portanto, não implicavam a construção de novas identidades sociais. Constatamos que as ferramentas de mobilização social articuladas pelos discursos e práticas das mulheres agricultoras refletem a presença de um sistema de valores que não pertencem às mulheres, mas que foi incorporado como uma prática cultural eminentemente masculina, definido por relações de poder, vinculados à lógica da cultura patriarcal rural e destinadas ao espaço reprodutor e não criador.

Para reforçar nossa hipótese, era importante realizar entrevistas³⁸¹ com as mulheres que participaram do MMTR, tendo como objetivo avaliar sua participação no processo de mobilização social, como estavam refletindo na atualidade as relações de gênero no meio rural e, ainda, se as relações sociais criadas pelo movimento haviam modificado ou não as relações de poder e trabalho na roça.

³⁸¹ Esses depoimentos foram coletados entre os meses de abril e maio de 2006.

Foram elaborados três grupos de depoimentos: 1º: lideranças que ainda continuam a atuar no Movimento³⁸²; 2º: ex-lideranças³⁸³; 3º: não foram lideranças do Movimento, porém participaram do processo³⁸⁴.

As mulheres trabalhadoras rurais poderiam construir seu ambiente pós-mobilização diante de uma infinidade de maneiras para poder resistir ou não à pressão da sociedade. As mulheres rurais passaram por negociações culturais, instalando-se em lugares até então nunca ocupados e, de certa forma, afirmando certas práticas de poderes tradicionais.

Ocorre que as estruturas de poder local combatidas pelas agricultoras, que estavam situadas no espaço público, acabaram em grande medida sendo reproduzidas por elas, neutralizando justamente aquilo que o Movimento chama de “transformação”. A experiência pessoal e coletiva das agricultoras determinou a reprodução dos valores, de idéias e tradições presentes no imaginário rural. Logo, as experiências que as mulheres viveram, suas ações e percepções não modificaram as regras internalizadas acerca de seus papéis. E, com isso, acabaram determinando não só suas ações futuras, mas também sua identidade,

assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”.³⁸⁵

A análise das entrevistas revelou dois tipos de discurso: um de base individualista, principalmente de mulheres que participaram do Movimento sem assumir papéis de liderança, e outro de base coletiva, que destaca a importância da conquista de direitos, porém não expressa a presença consciente da discriminação de gênero, tanto no âmbito do privado como do público.

³⁸² Foram efetuadas as seguintes questões: Quais os motivos que levam a continuar? Vale a pena continuar?

³⁸³ Valeu a pena o desempenho de mobilização no período? Os objetivos levantados naquele contexto modificaram a sua realidade no campo? Passados 15 anos, o que mudou? Por que não são mais líderes?

³⁸⁴ O que levou a participar? Porque não se tornaram líderes na época? E hoje, como vê a luta do Movimento? Valeu a pena?

³⁸⁵ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.38.

Me recordo que em 1980 foi lançado o movimento das trabalhadoras (...) Num trabalho contínuo de sol a sol fomos progredindo. Temos hoje comissões municipais, movimentos regional e estadual. A organização da trabalhadora rural foi um importante marco e junto com os sindicatos conseguimos a conquista da Previdência Social, com orgulho nós nos aposentamos com salário integral, nos sindicalizamos e podemos participar do sindicato...Essas conquistas foram todas frutos da luta, muitas viagens, mobilizações, desgaste físico feito com orgulho por nós, com a colaboração do Sindicato dos trabalhadores Rurais e da FETAG (...) Olhando para o passado, podemos afirmar que o trabalho dedicado das pioneiras e de todas as outras trabalhadoras rurais que colaboraram com um pouco de suor e fibra neste movimento, valeu a pena. Que esse passado sirva de orgulho para nós todas e devemos continuar lutando pelos direitos de todos³⁸⁶.

No imaginário da depoente, o papel do Movimento e seus próprios papéis sociais são complementares e seguem um mesmo fim. Nota-se que ela não menciona os novos desafios ou a necessidade de ir além dos benefícios sociais ou até mesmo de ir em busca do “empoderamento”, não alimentando, portanto, as mudanças nas relações de gênero. Ao incorporar as representações sociais sob a “orientação” do sindicalismo rural, passam a negar sua autenticidade enquanto movimento e, por isso, a pauta feminista que se refere a direitos individuais, sexuais e reprodutivos não atingiu o MMTR.

Na análise dos depoimentos das mulheres agricultoras que *não foram lideranças*, mas participaram do Movimento, os discursos apontam também para a continuidade das representações sociais sobre as relações de gênero, revelando que elas não se sentem discriminadas, o que demonstra a continuidade dos tradicionais papéis atribuídos ao feminino.

Eu nunca me senti discriminada (...) embora... eu acho que para não ser discriminada devo ser mais atenciosa e trabalhadora do que os homens (...) eu acho que está tudo igual... principalmente a parte da família, todos trabalhamos juntos na roça, o dinheiro do leite hoje mantém a propriedade, eu faço os meus afazeres dentro de casa, e se sobra tempo vou na lavoura também (...), pois aqui na roça não adianta pensar em outra coisa, só em trabalhar.

Eles sabem que comigo eu não ajudo na roça mais, já fiz minha parte nesses anos todos... eu me lembro de todas aquelas viagens a Porto Alegre para manifestações (...) toda a semana o sindicato vinha com notícias para mobilização para aqui, para lá, e nós junto, porque o movimento estava junto (...) Hoje parou tudo isso, estou mais tranqüila.³⁸⁷

³⁸⁶ Depoimento de L.S. que participou do Movimento mas não exerceu atividade de liderança. Comunidade de Três Vendas, Catuípe, abril de 2006.

³⁸⁷ Depoimento de L. S., comunidade de Três vendas, Catuípe, abril de 2006.

Podemos observar que as agricultoras que não exerceram atividades de liderança no movimento, não percebem as mudanças resultante das mobilizações sociais, e seu discurso não identifica a discriminação de gênero, nem a subordinação ao masculino e muito menos ao movimento. Seus relatos apontam para uma postura de “acomodação” e consentimento da realidade vivida no campo.

Perrot afirma que, mesmo com limitações e práticas de consentimento que as mulheres adotaram no decorrer da história, “as mulheres souberam tirar partido dos espaços que lhes eram confiados ou deixados, para dar, a si mesmas, prazeres próprios e contrapoderes eficazes, usando armas para fazer o seu lugar”.³⁸⁸

Essas agricultoras não se sentem discriminadas e não almejam uma visibilidade, no sentido de reivindicarem posições sociais no espaço público, que, segundo Scott,³⁸⁹ só é possível enquanto sujeito político, quando “as mulheres se mobilizam como categoria social”.

As mulheres rurais não almejavam estar num movimento com bandeiras, ações e políticas próprias, pois, para elas, o objetivo central era conseguir direitos civis e assistenciais. Os depoimentos justificam tal afirmação:

Tive de trabalhar e trabalho muito mais do que o meu marido hoje, (...) não, eu não me sinto nada mal por não participar mais, até acho que nós já conquistamos muitas coisas (...) hoje eu deixo para as mais novas ir nas reuniões (...) já fiz a minha parte, conseguimos a aposentadoria, licença-maternidade, auxílio-doença... acho que o desafio maior foi vencido.³⁹⁰

Eu nunca quis ser líder porque tinha que sair muito de casa e largar as coisas e depois quem iria fazer para mim? Todas nós temos tarefas e obrigações a cumprir, e eu já não tenho mais idade para isso.³⁹¹

Na perspectiva dessas depoentes, o que está posto do ponto de vista discursivo é a permanência de seus papéis tradicionais.

³⁸⁸ PERROT, Michele. **As mulheres e os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005, p. 485.

³⁸⁹ SCOTT, Joan. La querelle de las mujeres a finales del siglo XX. In: COBO, Rosa. **Democracia paritaria y radicalización de la igualdad**. Revista Balance y perspectivas de los estudios de las mujeres y género. N° 40. Instituto de la Mujer, Madrid, 2003, p. 70.

³⁹⁰ Depoimento de O. C. E., Comunidade de Vista Alegre, 62 anos, Catuípe, abril de 2006.

³⁹¹ Depoimento de M. T., Comunidade de Três Vendas, Catuípe, 60 anos, maio de 2006.

Assumindo a perspectiva de Foucault,³⁹² de que a consciência de ação implica resistência, pode-se interpretar que a negação da existência de discriminação por parte das mulheres rurais na atualidade é uma forma de afirmação e controle sobre seus papéis. Como a ordem social não é questionada, e não se sentem discriminadas, vemos um assumir de uma natureza feminina e masculina fixa e de uma prática individualista pós-conquistas de direitos. Além disso, uma mulher disciplinada e sujeitada é valiosa economicamente e diminui o desgaste do poder patriarcal.

Não obstante, quando nos referimos às mulheres com um passado nas mobilizações do MMTR, muitas agricultoras insistem em que o resto das mulheres não participa porque não quer. Não reconhecem as limitações das relações de gênero no espaço privado e apresentam tudo como uma escolha pessoal. Como vemos nesses depoimentos de ex-lideranças do Movimento:

Não sobra tempo para participar, se a gente participa de tudo o que é Movimento, vai abandonar a propriedade e isso a gente não quer. A minha mãe não podia nem votar, por isso acho que a mulher agricultora já conquistou muita coisa através de suas lutas. O agricultor que não faz nota de produtor em conjunto com a mulher não consegue se aposentar”.³⁹³

Eu sou uma pessoa muito mais direta hoje, tenho maior abertura, consigo até falar nas reuniões na comunidade (...) consegui isso pelo Movimento naquela época. E hoje é o marido que vai pra cidade fazer os negócios, resolver os problemas com o banco, a cooperativa e o sindicato. Eu acho um negócio normal. Eu acho que fiz minha parte (...) construímos a mobilização e conquistamos muitas coisas. Só que.. sei lá...A mulher ficando em casa cuidando dos filhos e o marido vai para a roça... eu não sei bem se tem diferença... só que... é o homem, por ser mais forte, agüentar mais...E o homem está habituado a outros serviços mais pesados do que a mulher, né? Fiz minha parte, temos que pensar em nossas coisas.³⁹⁴

Esses depoimentos de ex-lideranças parecem construir uma subjetividade sem resistência às normas sociais vigentes, com uma adesão indiscutível ao papel tradicional de responsabilidade sobre a esfera familiar.

³⁹²Ao fixar o olhar no cotidiano, Foucault chama a atenção, ao mesmo tempo, para as formas de poder – que de tão freqüentes tornam-se imperceptíveis. Para o autor, o poder constitui, atravessa, produz os sujeitos, categorizando o sujeito e impondo um regime de verdade – que o une à sua própria identidade – e que ele deve reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele levando a práticas discursivas inviabilizando a condição de sujeito. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado, 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

³⁹³Depoimento de L. D., 52 anos, Grupo de Mulheres de Catuípe, abril de 2006.

³⁹⁴Depoimento de M. B., Comunidade de Três Vendas, Catuípe, maio de 2006.

As representações sociais sobre os papéis de gênero funcionam, nesse caso, como um sistema de interpretação da realidade que regula as relações dos indivíduos com seu meio ambiente físico e social; orientando seus comportamentos e suas práticas. Isto porque as representações sociais possuem funções específicas no ambiente em que são produzidas e reproduzidas constantemente:

Elas podem ter a função de **(a) saber** – em que as representações sociais permitem compreender e explicar a realidade; a função **(b) identitária** - em que as representações têm também por função situar os indivíduos e os grupos no campo social; a função **(c) de orientação** – em que orientam os comportamentos e as práticas por meio da definição da finalidade da situação, de um sistema de antecipação das expectativas e de uma prescrição do comportamento; e a função **(d) justificadora** - que permitem justificar a posteriori as tomadas de posição e os comportamentos³⁹⁵.

Considerando as funções das representações sociais, é possível compreender o funcionamento das ações das mulheres agricultoras e das formas que usam para explicar e justificar suas condutas numa situação ou em relação ao movimento ou em relação à família, pós-mobilização.

Todos os discursos sociais produzem representações sociais e, algumas delas, terminam por adquirir a autoridade do óbvio e do senso comum, como é o caso das ex-lideranças do MMTR. Contudo, as representações sociais não determinam inteiramente as decisões tomadas pelo indivíduo, mas elas limitam e orientam o universo de possibilidades colocadas à sua disposição.

Pelo depoimento das ex-líderes do MMTR, está implícito que apenas os homens são capazes de adquirir a cidadania e ser sujeitos. Porém, existem aspectos da vida daquelas mulheres que escapam da teoria vigente, pois não necessariamente todas as mulheres querem ter poder, querem ser sindicalizadas, nem todas querem ter uma atuação política, e nem todas querem ter acesso ao poder no espaço público.

³⁹⁵ MINAYO, M.C. de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P.A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 75.

A maneira como se construiu o MMTR e as conquistas sociais não apenas mascara essa pretensa universalidade do conceito de cidadania, como também é excludente e, no melhor dos casos, invisibilizadora em relação àqueles sujeitos que não compartilham as características requeridas.

As mulheres, como se sabe, foram longamente excluídas da cidadania, por causa não só dos interesses da comunidade familiar, como também da sua diferença em relação aos “iguais” – os homens. (...) A diferença foi política e simbolicamente construída com a noção de cidadania, de tal modo que sua exclusão aparece na própria origem dessa noção³⁹⁶.

Os relatos das ex-lideranças referem-se a muitas obrigações internas, expressões gerais de emoções, atributos essencialmente femininos, um discurso centrado na ação individual; defendem pelo discurso a igualdade da mulher e do homem na esfera pública, mas diferenciam-se no plano privado. Utilizam o discurso na primeira pessoa e negam a hipótese de serem discriminadas, isto porque elas sentem-se detentoras do poder no espaço privado e porque sabem que, além do reconhecimento jurídico da atividade agrícola (trabalhadoras rurais), elas são proprietárias da terra junto com o marido.

Essa compreensão de que “*já fiz minha parte*” é uma das expressões claras que demarcam e reproduzem a identidade feminina com o privado, com a natureza e com a desigualdade em relação ao espaço público. O espaço público, por sua vez, como assinala Célia Amorós, é o espaço dos que *são iguais*, dos que se reconhecem como tais – como cidadãos - e onde o poder é distribuído de forma eqüitativa, já o espaço privado é o espaço onde habitam as “idênticas”, posto que se nega o reconhecimento de sua individualidade.³⁹⁷

Podemos constatar também que algumas depoentes, quando abordamos temas em relação à família, ou sua percepção sobre a liderança no Movimento naquele período, colocam as assimetrias de poder com o marido, e adotam um discurso individualista referindo-se muito mais ao sofrimento, ao complexo de culpa

³⁹⁶ SARACENO, Chiara. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de gênero da cidadania. In: BONACCHI, Gabriela; GROPPI, Ángela (Org). **O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: UNESP, 1995, p. 207.

³⁹⁷ AMORÓS, Célia. **Espacio de los iguales, espacio de las idénticas**. Notas sobre poder y principio de individuación. Revista Balance y perspectivas de los estudios de las mujeres y género. N° 40. Madrid: Instituto de la Mujer, 2003, p. 74.

por deixar a casa e à dificuldade de conciliar tarefas, enquanto outras (que não foram líderes, mas participaram), não deixando obviamente de ter os mesmos problemas, não questionam o porquê de seus papéis sociais:

Nesses anos todos que se passaram desde o reconhecimento da profissão trabalhadora rural não foram sem lutas e muita força de vontade, a mulher não sabia o que era sindicalismo, era só trabalhar e trabalhar; na hora que o homem dormia no meio-dia, eu fazia o serviço, e quando ele via que tava na hora de voltar para a roça me chamava, o meu marido sempre achava que mulher era para trabalhar igual à homem. Não foi nada fácil para nós mulheres, o marido não deixava ir no movimento, mas a nossa profissão não era reconhecida, e conseguimos provar que nós éramos agricultoras.³⁹⁸

Continuou a mesma coisa, (...) claro que a gente não trabalha igual trabalhava antigamente, mas se continua a fazer todos os mesmos serviços de antes ,participar de reuniões hoje já não é fácil, muito serviço na casa. Existe um trabalho que está sendo realizado nos municípios, onde as mulheres estão participando, nas associações, nas igrejas, nos sindicatos. Também há uma maior valorização das atividades do lar, sabemos que existem muitas injustiças a serem derrubadas e não podemos ser ingênuas e nos calar (...) Hoje aqui em casa estamos nos virando, trabalhamos lado a lado, todo mundo, e a roça não deixa tempo para participar mais das atividades do Movimento”.³⁹⁹

Esses depoimentos apontam para uma espécie de redimensionamento dos espaços de poder, onde as mulheres, através de seus benefícios sociais, afirmam sua identidade constituída no mundo privado e optam por ele. Os relatos mostram uma dimensão de identificação com o movimento, porém, não desligando-se dos afazeres tradicionais, pois essa não era a proposta do MMTR.

Quando a depoente afirma que “continuou a mesma coisa”, está implícita uma afirmação de seu trabalho na esfera doméstica. Entendemos que a primeira consequência da permanência dessa representação sobre seu trabalho é o seu distanciamento do movimento, e pelo fato de que, sendo proprietária, desconstruir esses papéis ocasionaria a perda de poder na unidade familiar.

Se “continuou a mesma coisa”, uma dada realidade, não sendo discutida ou mesmo comentada, acaba por legitimar-se como “efeito de verdade”. Assim, desprovido de reflexão e de mudança, se remete novamente, no imaginário dessas mulheres agricultoras, ao mundo do espaço doméstico. Se o que as mulheres

³⁹⁸ Depoimento de H. R., 58 anos, comunidade da linha 7 leste, Ijuí, abril de 2006.

³⁹⁹ Depoimento de I. G., 60 anos, Comunidade de Linha 07 leste, Ijuí, maio de 2006.

desejavam obter estava restrito à obtenção de direitos sociais, por que haveria de mudar a outra dimensão de suas vidas – a doméstica? As depoentes colaboram também para representar as tarefas domésticas como naturais, na medida em que atribuem a elas próprias a necessidade de “ficar em casa”, em favor dos seus desejos e necessidades e também daqueles com quem se relacionam através do trabalho doméstico.

Ao submeterem-se à lógica da mobilização social articulada ao sindicalismo rural masculino, as mulheres tentaram fazer reconhecer-se pelos homens, com a linguagem do mundo dos homens. Apoiados em Muraro,⁴⁰⁰ podemos afirmar que essa condição de retorno aos papéis tradicionais é devido à não-existência de condições de rupturas e de reflexão profunda pelo Movimento sobre o sujeito mulher.

A vinculação a uma estrutura sindical conservadora, herança de um marxismo mal digerido, levaram o MMTR a reducionismos. Procurou-se, na mulher, a trabalhadora e não a pequena proprietária rural, gastou-se muito tempo e energia em discussões mal formuladas sobre relações entre classe e gênero, permanecendo o discurso da “classe” como o eixo consensual de mobilização, até porque elas eram parte de uma classe social – a dos proprietários, fazendo com que permanecessem, mesmo vinculadas ao MMTR e ao sindicalismo, as desigualdades entre homens e mulheres no que concerne às relações de poder e gênero.

Não houve a intenção de aprofundar a problemática das mulheres rurais ou focar a vida feminina em sua dimensão do trabalho, das relações de gênero ou de poder, resultado da “integração” entre o Movimento de Mulheres e o Sindicalismo, as mulheres ocupam um lugar subordinado e secundário que as converte em um grupo vulnerável, perpetuando situações de dependência em relação ao masculino:

(...) Comecei minha luta em 1984, dentro do sindicato, ouvindo as queixa dos agricultores...pensei que a minha participação pudesse levar adiante as reivindicações das mulheres. (...) O trabalho das mulheres vai continuar como vinha sendo, desde o antigo presidente (o fundador Sr. Barassuol). Eu só cheguei à presidência do sindicato porque me associei, e enquanto a mulher trabalhadora rural não entender que deverá se associar, ela nunca vai poder participar ativamente... Eu estou empenhada ainda hoje em levar

⁴⁰⁰MURARO, Rose Maria. **Os seis meses em que fui homem**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996, p.74.

essa luta do pequeno agricultor, porque considero a mulher como parte dessa luta. Além de dona de casa, mãe e esposa, ela também trabalha na roça ao lado do marido e dos filhos⁴⁰¹ (...).

Vejamos que no depoimento a “mulher é parte da luta do agricultor”. No imaginário coletivo, o papel social das mulheres, forjado pelo sistema patriarcal, segue sendo o modelo familiar tradicional, em que o cabeça da família (homem) é o representante no espaço público da família rural, mas não o provedor, pois as depoentes sabem muito bem disso.

Como assinala Bourdieu,⁴⁰² o mundo social constrói a identidade como realidade sexuada e o faz através de princípios de visão e divisão sexuentes. Este marco vai além de uma mera representação sexual para constituir-se basicamente em um instrumento político, ou seja, através dos espaços que as mulheres rurais foram construindo se impuseram códigos dominantes de dependência social ao masculino.

A ordem social, segundo Bourdieu, funciona como uma máquina simbólica, que tende a perpetuar as representações que homens e mulheres fazem de si mesmos e explicam suas práticas de acordo com tais representações, construindo identidades sociais.

(...) Não, eu não me sinto nada mal por ter sido a segunda mulher do estado a ser presidente do sindicato ... O trabalho da mulher rural é muito forçado e ela nem tem tempo para perceber certas coisas. O Movimento tem seu valor por ajudar a mulher enxergar certas coisas, que o trabalho não deixa. Mulher que só fica da casa para a lavoura, da lavoura para a casa, está perdendo tempo. Ela tem que sair, ter participação, colocar em prática suas idéias, dar a sua opinião. Ela deve ajudar o homem também (...) Acho que valeu a pena toda essa mobilização⁴⁰³.

Por meio da socialização que o MMTR construiu juntamente com o sindicalismo, as mulheres passam a adquirir práticas sociais, não negligenciando o papel de liderança e os papéis de mãe e esposa, já que a identidade da mulher

⁴⁰¹ Depoimento de M. B., 58 anos, presidente do Sindicato de trabalhadores Rurais de Catuípe e atual coordenadora do Movimento das Mulheres, abril 2006.

⁴⁰² BOURDIEU, Op.cit., p. 62 .

⁴⁰³ Depoimento de D. B., líder atual do Movimento de Mulheres trabalhadoras rurais da região de Ijuí, 49 anos, maio 2006.

agricultora continua baseada na família e no trabalho da roça. Entretanto, é necessário relativizar a participação das mulheres, pois grande parte da mobilização social empreendida pelas mulheres acabou sendo resolvida no Congresso Nacional.

Assim, quando a depoente expressa que “o movimento tem seu valor” e “ela deve ajudar o homem também”, convém assinalar que há um caráter normativo nesse discurso, onde o imaginário feminino se afirma como detentor de poder no espaço privado, indicando que existe uma certa equidade nas relações de gênero.

A desigualdade nas relações de trabalho e poder que vimos no início deste capítulo deve ser relativizada, pois existem certos espaços de negociação cultural acerca da divisão dos papéis na esfera política, econômica e produtiva, fortalecendo muitas vezes os pilares da divisão das relações de gênero.

(...) A mulher avançou bastante na sua luta. E muitas mulheres têm se destacado, desde o dia em que despertaram (...); também sei que muitas companheiras foram e continuam sendo discriminadas e usadas na política partidária, o que é muito ruim para o Movimento. Mas a mulher que tem fibra vai em frente e, se os homens estão dando espaços, é simplesmente porque elas conquistaram esse direito e estão se organizando. É claro que existe pressão para dismantelar esse trabalho, mas a mulher não quer tomar o poder e nem o controle da situação. Ela só quer trabalhar ao lado do homem.⁴⁰⁴

Apesar da depoente afirmar que a mulher está conquistando espaços, mas “não quer tomar o poder e nem o controle da situação”, é possível entender que historicamente as mulheres foram “formadas” para o desempenho das tarefas simbólicas (proteção, carinho, educação dos filhos, basicamente) e, dentro dessa definição social dos papéis femininos, não cabe a elas se defrontarem com a realidade do poder exterior (público).

(...) Vou continuar dando prioridade a minha família, procurando levar o meu trabalho no Movimento e no sindicato como venho fazendo desde 1984. Vou continuar sendo esposa, mãe e líder sindical, cumprindo com as minhas obrigações de dona de casa, agricultora que sempre acompanha o marido e os filhos na lidas da roça. A minha família está consciente da minha luta e tem me dado apoio⁴⁰⁵.

⁴⁰⁴ Depoimento de D. B., líder atual do Movimento de Mulheres trabalhadoras rurais da região de Ijuí, 49 anos, maio 2006.

⁴⁰⁵ Depoimento de D. B., líder atual do Movimento de Mulheres trabalhadoras rurais da região de Ijuí, 49 anos, maio 2006.

As mulheres líderes, vinculadas pelo Movimento ao mundo social, não discutem e refletem situações que envolvem o mundo doméstico, pois sabem que podem muito bem conciliar tarefas e atribuições – os homens não sabem fazer isso - É importante salientar que a postura deliberada no depoimento “*cumprindo com as minhas obrigações de dona de casa*” denuncia que, sob a aparência da privacidade, essas mulheres não querem abrir mão dos poderes do espaço doméstico.

(...) A diferença da época do início do Movimento e de hoje é que no início nós era discriminada... A FETAG não queria nossa participação, vinha com explicações jurídicas que não podíamos participar, o que havia no fundo era a idéia que nos não devíamos ocupar espaços (...) Os sindicatos diziam que nós éramos dependentes do marido, e porque deveríamos então sindicalizar se o marido era sindicalizado? (...) Hoje estou na presidência do sindicato, foi suado conseguir entrar... sempre fui discriminada. Continuo como dona de casa fazendo o meu trabalho em casa. O que mudou mesmo foi que as mulheres conseguiram muitos benefícios e hoje é preciso dar mais vida ao Movimento... me parece que as companheiras não querem mais se mobilizar, mas eu continuo firme na luta..⁴⁰⁶

Mas se tenho que participar de alguma reunião da Cooperativa ou do Sindicato, não penso duas vezes em ter que adiar o serviço da casa por mais algumas horas. Sempre prefiro deixar a roupa por lavar ou passar, do que não comparecer em alguma reunião. Basta boa vontade que a mulher sempre encontra jeito para fazer todo o serviço da casa, da lavoura e participar de reuniões, que só fazem a mulher crescer”.⁴⁰⁷

Essas mulheres líderes, ao se referirem sobre a sua trajetória, suas opiniões e experiências, falam a partir de um discurso coletivo, plural, têm noção sobre seus papéis sociais e de seu poder em casa e no movimento, ou de existência de uma prática de exclusão das mulheres. Porém, o MMTR não teve uma ferramenta de transformação social, como a tiveram as feministas no mundo urbano. As mulheres rurais tinham objetivos muito claros e específicos. Isso não se pode encarar como submissão ou inferioridade, mas sim como uma racionalidade na busca do que quiseram para fundamentar seus papéis, apontando soluções, resultantes de uma situação sócio-histórica ligada à cultura patriarcal rural, presente no sindicalismo agrário ao qual se filiaram.

A constatação que fazemos é que a participação das mulheres em lugares de poder no espaço público está destituído de reflexão, pois elas não estão

⁴⁰⁶ Depoimento de M. B., presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ajuricaba, Líder do Movimento de Mulheres trabalhadoras Rurais, 60 anos, maio de 2006.

⁴⁰⁷ Depoimento de J. J., 56 anos, Líder do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Ijuí, maio de 2006.

preocupadas em deter o poder masculino ou combatê-lo, mas sim estão preocupadas em manter o bem-estar da família e dos tradicionais papéis que o patriarcalismo na história delegou a elas: servir, cuidar e nutrir, e elas sabem que essas funções são ferramentas de negociação cultural em suas vidas.

Os depoimentos são colocados na perspectiva de afirmação de seus papéis sociais, abraçando substancialmente sua jornada de trabalho e de suas responsabilidades para com o bem-estar da família.

A fala das mulheres reproduz a importância da sua força de trabalho: “o leite só paga a comida do animal” - mas “paga” muito mais. Elas sabem do valor e da expressão de sua renda para a manutenção da casa e da família. Como as atividades que garantem o sustento – alimentos – resultam dos serviços de homens e filhos, estes são considerados principais, pela sociedade. A mesma ótica considera os produtos adquiridos pelo trabalho feminino secundários, apesar de as mulheres arcarem com boa parte das despesas da família e saberem que suas tarefas não são inferiores nem secundárias.

Diante desse cenário, é preciso observar que a situação das mulheres ultrapassa os aspectos puramente econômicos ou políticos. O destaque para o reconhecimento profissional da agricultora não amplia o conceito de cidadania e, em geral, a subordinação à dependência econômica, que é construída em jogos relacionais de espaço, trabalho ou mercado, ou, de outro lado, a dependência, construída pela privação da participação das mulheres nos espaços da cidadania.

Embora os papéis sociais tenham-se flexibilizado, na maioria da vezes as mulheres continuam as principais responsáveis pela administração da organização doméstico-familiar. O que se torna evidente é que, na década de 80, aquilo que o MMTR pauta como transformação social – conquista da cidadania no espaço público – não produziu indagações acerca dos papéis tradicionais, uma vez que a conquista dos direitos civis, no imaginário das agricultoras, era suficiente para dar conta do problema da diferença sexual e individual, além de resolver certas insatisfações vividas no mundo privado. Os discursos das mulheres rurais confirmam a tendência de seguirem o imaginário masculino.

O MMTR se construiu dentro de um contexto cultural ditado pelas regras do sindicalismo masculino, seja de direita ou de esquerda. Com algumas mulheres líderes, o sindicalismo masculino ganhou força no campo, legitimando-se. A conquista de “pseudos-espços de igualdade” na esfera pública acabou-se instalando pequena elites de mulheres a serviço do sistema patriarcal, que assumem cada vez mais o discurso masculino, e por outro lado, as mulheres que não exercem mais a liderança ou que participaram do MMTR estão imbuídas de representações sociais que asseguram a persistência das tradicionais relações de gênero, poder e trabalho no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos esta tese julgando que os objetivos que motivaram a sua elaboração, na medida do possível, foram alcançados. Chegar ao final deste trabalho, contudo, não significa abandonar os estudos das relações de gênero, poder e trabalho, em que se imagina haver muito a realizar, especialmente, no caso das Mulheres Agricultoras. Esta tese teve como um dos seus objetivos fundamentais analisar as identidades, representações sociais e as relações de gênero na Região Noroeste do Rio Grande do Sul e a trajetória das mulheres trabalhadoras rurais para superar o seu lugar social tradicional, herança da sociedade ocidental marcadamente masculina. Em segundo lugar, a partir do binômio poder e trabalho, analisar os papéis socialmente definidos às mulheres agricultoras inseridas no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

O feminino, categoria historicamente construída, encarna o obscurecimento dos efeitos repetitivos de uma leitura a-histórica, que não viu mais do que discursos de inferioridade natural das mulheres ou da distinção público/privado; e de outro lado, dos efeitos de um determinismo historicista que filtrava tudo aquilo que, na sua leitura, viria a desafiar as idéias preconceituosas definidoras de uma época, e do que é o sujeito da história.

Enquanto os homens foram classificados como seres culturais, as mulheres têm sido situadas, em alguma medida, no campo da natureza, que é o campo do "dado ao homem", do subordinável, do essencialmente imutável e, portanto, impermeável ao arbítrio da história. Examinando a naturalização da qual as mulheres têm sido objeto, podemos mostrar que ela pode ser vista tanto como parte do campo da natureza, quanto como intermediária do campo da cultura.

Partindo do pressuposto discutível de que a dicotomia natureza/cultura existe na tradição intelectual de todas as sociedades, as mulheres são identificadas ou simbolicamente associadas à natureza, em oposição aos homens, que são identificados com a cultura. Uma vez que o plano da cultura sempre é submeter e transcender a natureza, se as mulheres são consideradas parte dela, então a cultura achará 'natural' subordiná-las, para não dizer oprimi-las.

Quando nos propusemos a pesquisar o MMTR e sua base social, ou seja, as mulheres agricultoras, tínhamos em mente que os camponeses assumem uma identidade fundamentada nas diferenças de usos e costumes estabelecendo parâmetros de sua condição social segundo o imaginário, que possibilita definir os limites das relações de poder, de trabalho e do público e do privado

As identidades e papéis sociais no mundo camponês, e também em outros espaços, ocorrem em um contexto de relações de poder, de negociações culturais entre os vários atores sociais com expectativas e identidades diferentes, reproduzindo práticas culturais baseadas em princípios de desigualdade de gênero.

No primeiro capítulo, quando efetuamos o estudo sobre a formação territorial e populacional da região Noroeste do Rio Grande do sul, vimos que as famílias de imigrantes foram a célula de formação sócio-cultural da região e responsáveis pela reprodução e/ou continuidade das representações sociais acerca dos papéis socialmente construídos e delegados às mulheres agricultoras ainda na atualidade.

O lugar socialmente destinado às mulheres agricultoras continua sendo a família: é na privacidade do lar que, prioritariamente, elas encontram a realização pessoal. E a maternidade, hoje aparentemente opcional, constitui ainda o componente central, definidor da identidade feminina. Condicionada, desde a infância, para os seus tradicionais papéis, todo o seu desenvolvimento é norteado por esse condicionamento, mesmo que ela nunca chegue a ser mãe ou que opte por sair do campo e morar na cidade, como é o caso do grande número das filhas das agricultoras.

As dimensões sociais e culturais que envolvem as mulheres agricultoras na atualidade são árvores que brotam de raízes seculares. Ao longo dos séculos, essas raízes têm sido regadas com diferentes arranjos visando manter uma certa

organização em prol do poder vigente. A literatura, as fontes documentais que vimos apresentando, dão testemunho disso.

As representações socioculturais a respeito da maternidade e dos papéis de dona-de-casa são a forma como o imaginário social configura determinados aspectos da realidade das mulheres, a ponto de que muitas dessas crenças que cercam os tradicionais papéis femininos – servir, cuidar e nutrir - tem se transformado numa verdade imutável. Muitas vezes as mulheres agricultoras omitem seu próprio cotidiano e suas histórias pessoais e até deslocam para um segundo plano seus interesses individuais, pela necessidade de reproduzir ou ajustar-se às identidades construídas pelas representações sociais.

Ao traçar um paralelo da mulher no contexto familiar do século XIX e dos nossos dias, torna-se evidente que o padrão da família permanece praticamente inalterado. No entanto, ao analisarmos a fala das mulheres sobre os seus papéis sociais tradicionais, descobrimos que ela não somente é *geradora* de um filho/filha, senão, também, que é *geradora* de conhecimento e de poder no núcleo familiar rural.

No segundo capítulo, a análise que efetuamos sobre as identidades e representações sociais das mulheres agricultoras, através de seu Movimento, revela que houve um contexto político e social no Brasil durante o período de abertura para a democracia (1978-1985), o qual permitiu o surgimento de inúmeros movimentos sociais. A participação das mulheres no MMTR e no sindicalismo foi construída devido ao valor estratégico que elas representavam para a recuperação econômica das entidades sindicais com a sua filiação, como é o caso do sindicalismo rural.

As concepções de outros movimentos e organizações sociais como a Teologia da Libertação e o sindicalismo, forneceram as bases para a construção do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais. O que é significativo é que as mulheres somente foram estimuladas a entrar no âmbito público no momento em que isso se tornou interessante estrategicamente a certos grupos sociais, como o do sindicalismo tradicional. Este começou a trabalhar com a questão da Previdência

Social e dos benefícios sociais, canalizando os esforços das mulheres rurais a bandeiras já pré-definidas.

A fundação do Movimento de Mulheres Rurais no Rio Grande do Sul se dá subordinada aos interesses de um sindicalismo agrário em crise e de uma influência forte da Teologia da Libertação. As instâncias de poder no Movimento, que deveriam servir como uma estrutura formal de coletividade de poder, passa a ser definida a partir do interesses das estruturas masculinas do sindicalismo rural.

A inserção das mulheres agricultoras no movimento sindical e, conseqüentemente, a formação do Movimento de Mulheres Trabalhadora Rurais, no contexto do novo sindicalismo, levou-as a enfrentar forte oposição para sua participação formal no sindicato, tanto na condição de membros da direção, quanto associadas independentes do marido. A ligação com o sindicalismo não permitiu “traduzir” a valorização do trabalho na esfera familiar e social, mas apenas no reconhecimento profissional e no acesso aos benefícios sociais. O sindicalismo agrário atomizou o discurso feminino, fazendo desaparecer a autonomia do mesmo em troca de um outro discurso, de cunho socialista – o da luta de classe.

Nos discursos e práticas do sindicalismo, a sociedade socialista traria igualdade para todos e a idéia de classe abrangia todas as desigualdades, idéia que representava um grande contraste com as perspectivas das mulheres, que eram “alimentadas”, tanto com o discurso de igualdade da Teologia da Libertação, quanto com o discurso de igualdade de classe do sindicalismo.

O que constatamos é que o discurso (expresso nas fontes documentais, bem como na bibliografia consultada) da luta de classe não ofereceu uma explanação histórica da opressão das mulheres ou um modo de situar a opressão em realidades materiais específicas, nem ofereceu uma linha de ação que pudesse construir inclusão e visibilidade às mulheres camponesas no espaço público, pois elas se sentiam integrantes da classe trabalhadora rural, “lado a lado com o marido”.

É preciso ressaltar que a teoria marxista teve grande impacto na divulgação de textos sobre a subordinação e opressão da classe trabalhadora e inspirou inúmeros trabalhos na interface da Economia com a Sociologia e a Antropologia. Estas pesquisas, partindo da idéia de que a subordinação das mulheres é explicada

pela sua exclusão do mundo mercantil, analisavam os impactos da industrialização sobre a vida das mulheres, focalizando a ótica da produção, mas, seguindo a tradição, deixavam de lado o seu papel reprodutivo, ou seja, as relações do mundo privado.

Por outro lado, a influência da Igreja Católica através da corrente da Teologia da Libertação não foi menos importante na formação do MMTR. As CEBs foram importantes ferramentas para a formação das primeiras mobilizações sociais femininas no campo. A partir da religião, foram oferecidos conforto, consolo e esperança para as agricultoras e, ao mesmo tempo, nos espaços de discussão das comunidades – clube de mães - as mulheres aprenderam a discutir, a julgar e a socializarem sua alegrias e tristezas. Porém, o paradoxo se alarga quando o imaginário sobre as perspectivas do futuro – nova sociedade, melhoria das condições de vida – é projetado para um horizonte messiânico, não refletindo em mudanças nas relações de gênero.

O discurso da Teologia da Libertação será inócuo, pois os encontros nos clubes de mães acabam sendo espaços de sociabilidade e a “visibilidade” no espaço público que algumas lideranças do MMTR defendiam, como espaços de transformação, não foi objetivo para maioria das mulheres agricultoras.

A crítica das teólogas feministas a esse imaginário tem a ver com o isolamento do diálogo sobre a interlocução bíblica e a hermenêutica em relação à religião e às questões da sexualidade. Não há uma leitura crítica e reflexiva sobre a moral cristã e os valores que a tradição delegou à história das mulheres. As culturas modernas formataram o feminino com uma predisposição ao “natural” confinada aos papéis do mundo privado. A própria Teologia da Libertação foi construída a partir de um discurso masculino para o “outro”.

A influência da Igreja não se dará na perspectiva do empoderamento feminino na esfera privada ou pública, mas na autoconfiança em relação à luta pela mobilização. A Igreja Popular potencializa as pequenas agricultoras para a ação social, reforçando o papel da maternidade, sem resolver o antagonismo com o mundo privado nas relações de gênero. A ênfase nos aspectos econômicos e nos valores femininos tradicionais negligenciou as dificuldades individuais das mulheres

no árduo processo de alcançarem maior igualdade nas relações de gênero em sua vida cotidiana.

A Igreja Popular dificultou o aprofundamento e a reflexão sobre as questões relacionadas ao corpo, à sexualidade, aos direitos reprodutivos. A Igreja não potencializa os direitos individuais a essas mulheres, pois seria um tema feminista e que provavelmente dividiria o movimento e acabaria afetando a relação com o marido. O que queremos ressaltar é que a não-reflexão desses temas levou o movimento a uma “disciplinarização dos corpos”, exercida por intermédio de diversas políticas de coerção, instrumento utilizado pela e para a sociedade patriarcal através da religião para introjetar valores, comportamentos e princípios de conduta para naturalizarem as relações de gênero que vivenciam.

Concomitante a isso, os eixos de reivindicação do movimento feminista, a partir do início da década de 1980, contribuíram em muito com uma nova agenda política no cenário brasileiro, onde a questão de gênero foi colocada em pauta. As feministas estavam preocupadas com a posição social das mulheres como um todo. Foram elas que levantaram a bandeira dos direitos individuais e da participação política das mulheres, porém, posteriormente, as divergências entre grupos feministas levaram a um distanciamento e, inclusive, a frações de diferentes tipos de organização.

O Movimento Feminista no Brasil surgiu de uma relação dialética entre a mudança política no final dos anos 70 durante a época da abertura política, quando o regime militar tinha enfraquecido, o que permitiu mobilizações populares no contexto político. A impressão é de que a participação das mulheres agricultoras nos movimentos sindicais e sociais foi possibilitada pelo valor estratégico que podia ter para os partidos políticos e entidades sindicais, em vista da formação e/ou recuperação de seus quadros.

No caso do MMTR e sua relação com o feminismo, entendiam que abraçar as bandeiras do Movimento Feminista era perder o horizonte maior da mobilização enquanto classe e incorporar pautas reivindicatórias das mulheres urbanas, o que tornou o Movimento das Mulheres Agricultoras despossuído de ferramentas de

análise da sua realidade histórico-social, tais como as questões de gênero, de poder e de trabalho.

O problema é que o desconhecimento ou a pouca importância dada às ferramentas de análise do feminismo levou o MMTR a contribuir para que as agricultoras continuassem nos seus tradicionais papéis, não almejando ir além da conquista dos benefícios sociais.

Para elas, as relações de gênero tradicionais, ainda que supondo deveres diferenciados, não implicava poderes desiguais entre homens e mulheres. Desprovidas de capital interpretativo mais conseqüente, não conseguiram refletir sobre as relações que o contrato conjugal tradicional construiu na trajetória de suas vidas. Suas narrativas contam que, no espaço público, o controle do ir e do vir, o acesso aos bens, sob a tutela do marido, de forma alguma tornavam-nas inferiores.

A divisão dos papéis sociais parece assim se afastar da concepção do sujeito submetido, pois, para elas, apesar de serem semi-analfabetas, foram extremamente inteligentes, porque participaram do MMTR até o momento da concessão de direitos previdenciários iguais aos do homem, da mesma categoria profissional, abandonando ou relativizando a importância do movimento logo após essa conquista.

A família, no meio rural, é resultado desse contexto simbólico cultural. Há fatores (inclusive laços afetivos) que fazem com que as pessoas colaborem dentro da família, mas há também forças que levam a que as pessoas exercitem competições entre si – e tudo isto é permeado por relações de poder construídas material e historicamente através das leis, das instituições. Os laços de dependência que unem as pessoas têm mais a ver com seu poder de negociação cultural do que, necessariamente, com a sua própria “vontade” ou “determinação”.

No capítulo três, quando analisamos as situações de representação das mulheres rurais, vimos que existe uma visão “otimista” de sua realidade no momento posterior às mobilizações. Isso mostra que a intencionalidade que gerou as conquistas dos direitos sociais estava desprovida de qualquer caráter transformador ou modificador de papéis, encarando a situação de subordinação dentro da família como um “fato natural”, um arranjo “harmônico” .

O fato é que as mulheres rurais não estavam preocupadas com mudanças nas relações de gênero e trabalho em suas vidas. Sendo proprietárias, com direitos sociais conquistados, não iriam aderir às práticas políticas e culturais do feminismo urbano, até porque não eram inferiores aos maridos. Isso faz com que se continue a desempenhar as mesmas funções e papéis sociais de 20, 30 anos atrás, justificando muitas vezes como sendo demandas próprias das mulheres ou como adequadas, dentro dos padrões culturais tradicionais. Ora, se não lhes é permitido participar verdadeiramente de uma discussão, e expressarem seus desejos – porque se pressupõe que, nas discussões, estarão “representadas” pelos maridos, irmãos ou filhos – as próprias mulheres, quando perguntadas, tenderão a demandar somente o que entendem ser “socialmente aceito” como sendo “coisa de mulher” (atividades coerentes com aqueles preconceitos).

Por amor ao esposo e aos filhos, ao cuidado da família, como se fosse a razão suprema de sua existência, a mulher compensa o trabalho doméstico com algumas gratificações que brinda o patriarcado contemporâneo: certa segurança pessoal, o poder sobre o espaço da casa, o “controle” dos filhos, cumprindo as funções do servir, cuidar e nutrir, a mulher se sente indispensável e insubstituível.

Se considera errôneo não enxergar na cultura patriarcal uma atuação sobre os papéis sociais do homem e da mulher. Tampouco se considera incorreta a interpretação de que, sob a ordem patriarcal de gênero, as mulheres não detêm nenhum poder. Os depoimentos são a prova disso, pois, com efeito, a cumplicidade exige consentimento e este só pode ocorrer numa relação par, nunca díspar, como é o caso das relações de gênero no meio rural. O consentimento exige que ambas as partes desfrutem do mesmo poder, mostrando como o discurso dominante reproduz literalmente a lógica androcêntrica presente no meio rural. Mesmo essa lógica discriminando a mulher rural, elas se atribuem poderes e vêem esse espaço como um espaço próprio de seu domínio.

Os modelos de representação que caracterizam o trabalho feminino expressam as distintas funções determinadas a homens e a mulheres e suas posições desiguais na história. Esta diferenciação de papéis e sua hierarquização se integra na lógica de funcionamento do imaginário social. Assim, as obrigações domésticas são o principal argumento pelo qual as mulheres são objeto de

discriminação no âmbito familiar, de maneira que, quando participam e ascendem a outros trabalhos e funções, são pior remuneradas e menos valorizadas do que os homens.

A análise dos elementos que vimos apresentando permite entender os pressupostos que sustentam as representações sobre as relações de gênero e trabalho em sociedades como a nossa. São estas representações que atuam sobre a realidade e mantêm as relações de trabalho e poder do feminino frente ao masculino.

Se, dentro da família, no mundo rural, há relações de desigualdade, subordinação e não-reconhecimento do trabalho da mulher, temos que não correr o risco de não considerar a existência de regras e definições de acesso a recursos que se dão por dentro de outras instituições e que acabam reforçando essa desigualdade no interior da família. Muitas vezes tendemos a ver a família, por excelência, como o lugar do conflito e da negociação, esquecendo-se de que ela é influenciada por outras regras que estão além dela própria.

As relações entre mulheres e homens na família e na organização da produção não são só objetivas, mas encontram-se impregnadas por valores morais, éticos, que perpassam por representações simbólicas, pela religiosidade, pela subjetividade. Não é possível, contudo, pensar as relações de gênero com base apenas nas diferenças de papéis; elas são desiguais e se combinam com outras categorias sociais, como poder, trabalho, dominação masculina, que legitimam uma hierarquia e, conseqüentemente, sua inferioridade social.

Não são as mulheres que se inferiorizam, são as relações de poder que lhes atribuem um lugar menor, pois elas falam do trabalho pesado, da divisão dos papéis na família, numa perspectiva de afirmação e não de submissão. Mesmo quando é negado às mulheres o direito de decidir, de participar dos processos de decisão na produção e no próprio espaço doméstico, as mulheres estão em todos os lugares; basta olhar a dinâmica cotidiana rural para que se constate que elas, em maior ou em menor medida, realizam todas as atividades produtivas e reprodutivas na família. E por serem proprietárias do lote rural, o discurso de dominação e da subserviência ao homem não tem sentido para elas.

Os fatores socioculturais, implantados pelo patriarcalismo, têm imposto certos papéis aos sexos, convertendo as tarefas supostamente femininas em “naturais” e impondo uma organização hierárquica na vida do campo em favor das atividades do gênero masculino, o que comprovamos, através dos depoimentos, principalmente nas análises das tarefas cotidianas e não-cotidianas na roça. A divisão do trabalho no mundo camponês existe, mas não quer dizer que a mulher assuma tarefas inferiores. A submissão aos tradicionais papéis não é alvo de questionamento, isso porque os poderes do espaço doméstico continuam em suas mãos.

No quarto e último capítulo, pudemos constatar que a divisão sexual do trabalho no campo não alimenta a invisibilidade do trabalho da mulher, o que não quer dizer que a tomada de decisões de ordem pública e privada seja dada de maneira eqüitativa. A relativa idéia de “eqüidade”, observada nos depoimentos, perde significado quando a participação feminina se torna surpreendentemente restrita às ações do Movimento. O fato da baixa participação das mulheres atualmente no MMTR não representa um comportamento “naturalmente” feminino. Nada existe na natureza das mulheres que as torne menos participativas; se isso ocorre, deve-se às barreiras à participação erguidas a partir das representações das relações sociais e de gênero e do código de valores que as sustenta.

A análise e o confronto das fontes utilizadas permite afirmar que as mulheres rurais, no período pós-mobilização, voltaram para o espaço doméstico e dedicam-se intensamente a várias atividades, como a lida com o quintal, animais, casa, filhos e, também, atividades produtivas na roça.

É pela força das representações sociais que se neutraliza o reconhecimento do trabalho da mulher na agricultura familiar de subsistência, sustentada nas mentes não apenas dos homens, como das próprias mulheres. De modo geral, as famílias rurais da região em estudo reconhecem que as mulheres que trabalham na roça desempenham o papel de “ajudante” porque, de forma contrária à dos homens, trabalham eventualmente e dedicam poucas horas às tarefas ligadas ao setor, pois têm também a incumbência de realizarem os afazeres domésticos.

No entanto, nossa pesquisa revela que a maioria destas mulheres labuta na agricultura familiar durante todo o ano e participa de todas as atividades direta e

indiretamente associadas à agricultura (trabalho agrícola, cuidado com os animais e a comercialização da produção), realizando, inclusive, as tarefas relativas ao trabalho agrícola da colheita e do plantio, que o imaginário social elegeu como atividades masculinas.

A idéia de que a mulher não trabalha efetivamente na agricultura familiar é uma interpretação distorcida da realidade e que, lamentavelmente, as estatísticas oficiais não desmistificam esta situação quando deixam de revelar o desempenho de homens e mulheres na produção agrícola, as horas trabalhadas, do mesmo modo que os tipos de atividades exercidas por ambos os sexos.

Desconhecer o trabalho da mulher na agricultura familiar é torná-lo invisível, é ignorar a sua contribuição econômica. O encobrimento resulta em prejuízos diretos para esta trabalhadora quando, por exemplo, programas de desenvolvimento rural omitem a questão de gênero. Tal omissão torna inexpressiva ou inexistente sua participação, na condição de agente do processo e beneficiária das linhas de ação dos programas (acesso ao crédito rural, capacitação profissionalizante, etc).

Essas atividades são entendidas como parte das obrigações femininas, estando subordinadas ao homem e à família. As mulheres trabalhadoras rurais se refugiaram no feminino patriarcal, onde se supõe que somente ao fato de “ser mulher” atribui-se uma carga de condutas, ações, imaginários que devem ser seguidos, mesmo sendo também as provedoras da unidade familiar.

Mesmo tendo vivido um período de aparente ruptura da posição subordinada por meio de certa autonomia na conquista dos direitos civis, isso não foi suficiente para modificar as relações de gênero no meio rural. A própria atuação do MMTR, bem como da estrutura sindical agrária, baseada na família patriarcal, onde o homem é o chefe, o titular da terra e o responsável por tudo o que diz respeito a isso, reforça e recondiciona as mulheres para que cumpram o histórico e cultural papel secundário.

As mulheres trabalhadoras rurais que realizam, com grande esforço, atividades que lhes proporcionam renda, a fim de garantir mínima autonomia e individualização, estão sujeitas a discriminações, provavelmente por tomarem à

frente responsabilidades “masculinas”, como a coordenação das atividades agrícolas e o destino de recursos.

Para as agricultoras, o problema não reside no papel feminino e na divisão tradicional do trabalho. A base de sua identidade continua a ser os tradicionais papéis como a maternidade e o cuidado do lar. Sua participação no movimento não existe mais, ou foi reduzida a pequenos encontros no dia Internacional da Mulher – 08 de março, porque ela não consegue conjugar os papéis dentro de casa e na militância do movimento, gerando a opção de ficar em casa, até porque as mulheres que participaram do Movimento não queriam alterar a ordem das coisas dentro de casa, porque poderia representar a perda de poder e controle sobre toda a família, o que não era pouco.

Essa “acomodação” pós-mobilização deu-se pela convicção que já tinham feito tudo o que era possível, tanto na esfera familiar como comunitária, quanto no próprio sindicato. Mesmo que a sobrecarga de trabalho continue a existir no campo, a consciência dela é outro fator que não está colocado nas fontes que analisamos. As mulheres rurais, por serem proprietárias, têm no inconsciente coletivo a certeza do poder sobre a propriedade e a família, mesmo com o marido exercendo o poder sobre as relações sociais no âmbito público e privado.

No que diz respeito às mudanças na sua vida cotidiana, pode-se, primeiramente, considerar que a obtenção do direito à aposentadoria, bem como o salário-maternidade, acabaram por “melhorar” a vida das agricultoras, em relação à possibilidade de gerir a casa, caso o homem viesse a “faltar”. Mas o efeito dessa conquista está na manutenção dos papéis tradicionais dos gêneros. Através do MMTR não foi possível construir uma porta de acesso segura ao âmbito público e à formação política. Muitas mulheres, mesmo tendo participado ativamente, sentem-se longe da arena política e seus discursos são legitimadores da cultura patriarcal.

Por não ter autonomia para “pensar” e gestar suas próprias bandeiras de mobilização, o MMTR “não ajudou a clarear as coisas das mulheres” e as agricultoras “entraram com uma cabeça e saíram com a mesma”; ou seja, o Movimento não foi capaz de gerar mudanças fundamentais na subjetividade e na transformação pessoal das participantes, legitimando, através da convivência

feminina rural, a tradicional divisão de esferas, na qual a mulher continua sendo dona-de-casa e o homem continua a atuar na esfera pública e política.

Talvez isso possa ser considerado a maior limitação do MMTR, dado que não ocorreram mudanças concretas nas relações de poder, trabalho e gênero. Muitas das mulheres entrevistadas não têm conseguido encontrar uma solução para se ausentarem do trabalho e ir às reuniões, porque, no momento de sua chegada em casa, têm de assumir todas as tarefas domiciliares em atraso. Isso é a consciência de seus papéis na manutenção da propriedade, que, sem ela, poderiam entrar em crise.

Obter reconhecimento como boa mãe e esposa é crucial para as agricultoras; contudo, a mudança de uma mulher submissa para uma mulher que articula, discute e amplia espaços de decisão dentro de casa, não tem-nos parecido acessível a todas as mulheres. O MMTR, que deveria ser um importante espaço de reflexão política e de redefinição de seus papéis tradicionais, não o fez. Nesse processo, a participação das mulheres foi percebida como uma necessidade de conquista dos benefícios sociais, somente.

A consciência de participação deveria ser um elemento crucial para a construção da cidadania, ligando aquilo que as feministas chamavam de “o pessoal ao político”. As mulheres, portanto, tendo partindo da esfera privada, mesmo atingindo a pública, não agiram na estrutura política.

O contexto de mobilização pela conquista dos direitos sociais tem conseqüências sobre a forma como as agricultoras definem os seus direitos e as medidas que tomam para tentar alcançar sua cidadania. A noção clássica de cidadania, oriunda de uma racionalidade iluminista, ancorada numa noção passiva do termo, no individualismo, na idéia de liberdade e autonomia individual, na divisão entre público e privado e na igualdade natural do homem, tornou-se um conceito individualista – “uma não-cidadania”, sem distinção de gênero, ocultando a desigualdade histórica por detrás do termo, incorporada nos discursos e práticas do MMTR.

A cidadania, mais do que um conjunto de direitos, é uma identidade construída a partir de representações e práticas que os sujeitos históricos articulam

em suas relações, sejam locais, em pequenas comunidades, sejam em grandes movimentos. O que vemos também é que a cidadania que as mulheres rurais alimentam traz em si forte carga de poder do imaginário masculino, definindo a sua identidade e estabelecendo quais as representações e práticas sociais que serão legítimas para o exercício da mesma.

Desse ponto de vista, o que a teoria feminista contemporânea tem posto de manifesto é um dilema importante na hora de abordar a questão, tanto desde a teoria como da prática da cidadania, pois, como ascender a um status – a cidadania – que se supõe igualador e neutro quando esse conceito incorpora em sua matriz a desigualdade genérica? Como insistir na importância das capacidades e atividades diferenciais das mulheres para forjar a cidadania e a política, sabendo ser esses aspectos os que precisamente a cidadania patriarcal exclui?

Assim, podemos dizer que o reivindicado pelas trabalhadoras rurais não se expressou naquilo que muito bem nos fala Scott, quanto ao “direito a ter direitos” e a “ter voz e vez”. Esse processo de formação de uma identidade “nova” era fundamental para a construção da cidadania, na medida em que influenciaria as agricultoras a introduzir mudanças na sua vida. O que constatamos, porém, foi um efeito contrário, ou seja, a não-utilização da ferramenta *gênero*, no MMTR, fator que contribuiu para a continuidade das normas antigas, pois atribuiu às mulheres os espaços dos silêncios na história, da conformidade e do sacrifício a serviço do “bem-estar” de todos.

Usar a categoria gênero nas discussões do MMTR e do sindicalismo rural significaria, para as agricultoras, um debate contra o poder dos homens, que iria dividir a luta dos agricultores, pois era uma luta de classes, de toda a família. Não pautando as discussões sobre as relações de gênero, elas assumem um papel de coadjuvantes no espaço público; pois continuam a preencher seus tradicionais papéis de mães e esposas. Importantes para elas, como vimos nas diversas fontes de pesquisa, é o “dinheirinho no final do mês”, quer seja da aposentadoria, quer seja da comercialização do leite. O trabalho da mulher, portanto, está interligado com a sua vida afetiva, reforçando seus poderes no espaço doméstico.

Nos depoimentos elas apontam que, assim como no passado, no presente o preconceito existe, em decorrência do “imaginário inteligível”, no qual as pessoas encontram sentido para essas relações. A dominação exercida é causada por interesses práticos e configura relações sociais substantivas. Entretanto, essas relações de dominação somente podem acontecer quando existe um imaginário persuasivo o suficiente para que as pessoas possam encontrar nele sentidos para as relações sociais das quais participam, seja enquanto dominadoras, dominadas ou, como é mais freqüente, dos dois modos.

Sendo assim, a discriminação que as mulheres sofrem, não decorre, apenas, do processo mais abrangente de expropriação de sua autonomia e da subordinação política, social e econômica que marcaram e marcam suas relações com a sociedade. Ela apóia-se também em características físicas, constituindo-se uma categoria inerente ao imaginário social, um instrumento cultural usado pelos discursos na história para legitimar as relações sociais hierarquizadas.

Toda a trajetória das mulheres agricultoras mostra uma linha única de estratégias e princípios práticos de organização. Esta pesquisa mostrou que tanto a forma organizativa quanto os interesses das mulheres foram dados a partir de referenciais simbólicos do patriarcado.

Nosso estudo mostra que as mulheres rurais tinham objetivos muito claros e específicos, não denotando a submissão e inferioridade, mas, sim, uma racionalidade na busca do que quiseram para fundamentar seus papéis. O próprio Movimento não foi capaz de alcançar transformações nas relações de gênero, poder e trabalho, de modo que as pequenas agricultoras pudessem desfrutar de sua cidadania.

A primeira limitação diz respeito à estrutura do MMTR, pois ele, vinculado à estrutura tradicional sindical, revela ambigüidades e reproduz as relações de poder patriarcais. O movimento, ao privilegiar os aspectos econômicos, ou seja – direitos sociais, previdência –, reflete o seu desligamento, desde o seu surgimento, das questões relacionadas ao âmbito privado.

A segunda limitação se dá no reconhecimento profissional enquanto agricultora, ignorando o seu trabalho doméstico como trabalho, e não tornando

visível a sua força de trabalho na roça com o marido, fato que sustenta sua invisibilidade enquanto trabalhadora. A conquista do reconhecimento enquanto trabalhadora rural está mais ligada à sobrevivência do núcleo familiar do que à ampliação da cidadania, pois o que ficou, na história das mulheres rurais, é que os direitos sociais foram suficientes para a conquista da cidadania.

A terceira limitação está na impossibilidade de se colocar na discussão a identidade masculina rural. Como essa identidade foi construída e porque se encontra hoje fortemente acentuada. A questão de gênero levanta a discussão sobre a categoria do masculino, que era dada como universal pelos discursos filosófico, religioso, científico, etc, e hoje passa por um processo profundo de questionamento, de desconstrução, aquilo que Derrida chamou de *leitura desconstrutura*. Pensar e refletir sobre novas relações de gênero, poder e trabalho no meio rural é antes de tudo, desarmar as velhas identidades construídas sobre o que é o masculino e o que é o feminino.

O que podemos concluir, enfim, é que nada autoriza a afirmar que a mulher agricultora é uma categoria definida por uma série de atributos; e o mesmo vale para os homens. As mobilizações sociais em que as mulheres desempenham um papel central não visam substituir a dominação masculina por uma dominação feminina, mas tampouco fazer triunfar o espírito de consumo no qual todas as relações de dominação se dissolveriam.

As mulheres rurais, embora enfraquecidas por uma situação de dependência, são as principais agentes da manutenção da vida na comunidade rural. Existe uma realidade evidente que ninguém contesta: sim, os homens têm o poder e o dinheiro, mas as mulheres já têm o sentido das situações vividas e a capacidade de formulá-las. Já é muito mais fácil fazer as mulheres falarem das mulheres do que os homens falarem dos homens. As mulheres rurais, constituídas e definidas por sua inferioridade, procuram não inverter as relações de poder no mundo rural, mas “ultrapassá-las”, de maneira a fazer desaparecer a lógica que determinava sua inferiorização.

Esta idéia é confirmada pelos documentos – entrevistas e reuniões de grupos que realizamos nas comunidades do interior nesses anos todos de trabalho com o

MMTR. As mulheres rurais de hoje pensam cada vez menos em termos históricos, sobretudo após o processo de mobilização que levou-as aos direitos sociais. A superação da polarização as leva não a rejeitar, mas a interpretar seu confinamento no âmbito “privado”. Sem dúvida, elas trabalham e, salvo casos particulares, com o recurso do salário maternidade, conservam e querem conservar a superioridade que lhes é conferida pelo poder de dar à luz. A família, para a mulher rural, é uma fonte de poder, e é muito raro que o pai tenha uma relação tão profícua com ela.

São as mulheres rurais que conduzem e sustentam as transformações culturais atuais no mundo rural. Já as mulheres, quando se tornam dominantes, afirmam a própria superioridade por sua complexidade, por sua capacidade de resolver diversas tarefas ao mesmo tempo. As evidências caminham no sentido do estabelecimento da construção de um poder compartilhado de papéis sociais diferentes no meio rural, e, espero, que esse estudo possa trazer alguma contribuição para todos aqueles que realmente desejam a transformação das relações de gênero e poder em vista de uma valorização da diferença.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Bonnie; ZINSSER, Judith. **História de las mujeres**. Una história própria. Vol 1. Barcelona: Crítica, 2000.

_____. Mujeres campesinas. Sosteniendo a las generaciones In: **História de las mujeres**. Una história própria. Vol I. Instituto de Investigaciones Feministas. Madrid: Crítica, 2000.

AGUIAR, Neuma (Org.) **Mulheres na força de trabalho na América Latina** – análises qualitativas. Petrópolis: Vozes, 1984.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ALONSO, J. A; BANDEIRA, P. Silveira. Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul, nos anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira. In: **A economia gaúcha e os anos 80**. (1), Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1990.

ALVAREZ, Sonia. La transformación de los feminismos y la política de género en la democratización del Brasil. p. 234 In: LEÓN, Magdalena. **Mujeres y participación política: avances y desafíos en América Latina**. Bogotá: cuadernos tercer mundo. 1985

AMORÓS, Célia. **Espacio de los iguales, espacio de las idénticas**. Notas sobre poder y principio de individuación. Revista Balance y Perspectivas de los Estudios de las Mujeres y Género. N° 40. Instituto de la Mujer, Madrid, 2003.

ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. São Paulo: Forense, 1981.

ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges. **História da vida privada: da revolução Francesa à 1ª guerra**. São Paulo: Cia das Letras, Vol.4, 1997.

ARISTÓTELES. **A política**. (Trad. Roberto Ferreira). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Metafísica**. (Trad. de Giovanni Reale). São Paulo: Loyola, 2001, Volume II.

AQUINO, Pilar Maria. La visión liberadora de Medellín en la teología feminista. In: **Revista Mandrágora**, ano 7, nº 7/8. Núcleo de Estudos Teológicos da Mulher na América Latina, São Paulo: UMESP, 2002.

_____. **Teologia, a Igreja e a mulher na América Latina.** São Paulo: Paulinas, 1997.

AZEVEDO, T. de. **Italianos e gaúchos:** os anos pioneiros de colonização Italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social.** In: Enciclopédia Einaudi, Vol 5. Antropos, Buenos Aires, 1982.

_____. **Los imaginários sociales.** Memórias y esperanzas coletivas. Buenos Aires: Nueva Visión, 1991.

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado:** mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

BARRACLOUGH, Geoffrey, apud CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) **Domínios da história.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BOCK, Gisela. **La história de las mujeres y la história de género:** aspectos de un debate internacional. Barcelona: *História Social*, (9): 55 – 77, 1991.

BONACCHI, Gabriella; GROPPI, Ângela. **O dilema da cidadania.** Direitos e deveres das mulheres. São Paulo: UNESP, 1994.

BARROSO, Carmem; COSTA, Albertina de Oliveira. **Pesquisa sobre mulher no Brasil:** do limbo ao gueto? Cadernos de Pesquisa (54). São Paulo: Cortez/Fundação Carlos Chagas, 1985.

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base.** São Paulo: Brasiliense, 4. Ed, 1983. (Coleção Primeiros Passos)

BOLETIM informativo do Movimento Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Porto Alegre:1991. Produção gráfica: GEA – Grupo de Estudos e Assessoria Agrária. 1991. 05p.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **O poder simbólico.** 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRUMER, A; FREIRE, N. M. Schuch. O trabalho da mulher na pequena produção agrícola. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, UFRGS, 11 (12): 305 – 322, 1983.

BRUMER, Anita. A mulher na pequena agricultura modernizada. Porto Alegre: UFRGS, **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**. 16(1): 156.

_____. **A participação das mulheres na produção familiar agrícola.** Paper apresentado no encontro de PIPSA. Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social na Agricultura, 1995. Porto Alegre, 35p.

_____. **Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-1988).** Ensaio Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre, 11(1):1990. p124-142

BRUSCHINI, Cristina. **Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta:** algumas comparações regionais. São Paulo: FCC/DPE, 1989.

BRUSCHINI, M. Cristina e ROSEMBERG, Fúlvia. **Trabalhadoras do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

BURKE PALLARES, Maria Lucia. **As muitas faces da história.** São Paulo: UNESP, 2000.

CARDOSO, Flamarion Ciro. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, Leonardo André (Org.) **O campesinato na história.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, Faperj, 2002.

CARNEIRO, M.J Esposa de agricultor na França. **Revista Estudos Feministas**, 4 (2). Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1996.

CARTILHA de Formação do Movimento Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais das Margaridas. Distribuição: FETAG: Porto Alegre, 1985.

CARTILHA de Formação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Produção FETAG , Porto Alegre, 1990.

CARTILHA: Educando para os Direitos das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Cartilha impressa, p.01-19, Porto Alegre: FETAG, 1993.

CARVALHO, Luis. **Mulheres que foram à luta armada no Brasil.** São Paulo: Globo, 1998.

CASAGRANDE, Carla. Da natureza feminina. As normas de controlo. In: DUBY, George e PERROT, Michelle. **História das mulheres.** A Idade Média Voll. Porto: Afrontamento, 1989.

CATÃO, Francisco. **O que é Teologia da Libertação.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger (1993). Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica) In: **Cadernos Pagu - Fazendo história das mulheres (4).** Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995.

_____. **À beira da falésia.** A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

_____. **O mundo como representação.** Estudos Avançados. São Paulo. V 5, n.11, p. 173-191, 1995.

_____. **A história cultural.** Entre práticas e Representações. Rio de Janeiro: DIFEL/ Bertrand Brasil, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia: natureza e cultura.** 13. ed. São Paulo: Ática, 2004.

CHODOROW, Nancy. Estrutura familiar e personalidade feminina. In: ROSALDO, M.Z e LAMPHERE, L. (Orgs). **A mulher, a cultura e a sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CONCLUSÕES do 3º seminário nacional de trabalhadoras rurais. **Semeando uma nova sociedade.** Documento impresso, p.01-08. Porto Alegre: FETAG, 1990.

CORREA, Sônia. **Gênero: reflexões conceituais, pedagógicas e estratégicas.** Recife: SOS Corpo, 1990.

COSTA, Albertina Oliveira. **Direitos tardios.** Saúde, sexualidade e reprodução na América Latina. São Paulo, Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 1997.

COLLING, Maria Ana. **A resistência da Mulher à ditadura militar no Brasil.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

_____. **A construção da cidadania da mulher brasileira.** Tese de doutoramento em História. PUC – Porto Alegre, 2000, 389p.

DAUPHIN, Cécile. Mulheres. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. **A nova história.** Coimbra: Almedina, 1978.

DEERE, Carmen; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo.** Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

DELGADO, G. **Previdência Rural.** Relatório de Avaliação Sócio-econômica. Brasília: Ipea. Texto para discussão.

_____. **A organização das mulheres na Central Única dos Trabalhadores.** São Paulo: Cadernos da CUT, 1996. 10p.

DUBY, Georges e PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente.** A Antiguidade. Vol 1, Porto: Afrontamento, 1990.

_____. **História das mulheres.** Do Renascimento à Idade Moderna. Vol 3. Porto: Afrontamento, 1991.

_____. **História das Mulheres.** O século XX. Vol 5. Porto: Afrontamento, 1991,

EGGERT, Edla. A pesquisa como pronúncia do mundo através da produção do conhecimento feminista. In: STRECK, Danilo; EGGERT, Edla; SOBOTTKA, Emil. (Orgs.) **Dizer a sua palavra:** educação cidadã, pesquisa participante, orçamento público. Pelotas: Seiva, 2005.p.31-40

ENCONTRO Estadual do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. “**Foi a nossa vez e nossa voz**”, 20 p. Porto Alegre, 1985.

FARIA, Sheila de Castro. “História da Família e Demografia Histórica”. In: CARDOSO & VAINFAS (Org.) **Domínios da História:** Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAVARO, Cleci Eulalia. **Imagens femininas:** contradições, ambivalências, violências – região colonial italiana do Rio Grande do Sul - 1875/1950. Tese de doutoramento. Porto Alegre, PUC/RS, 1995.

_____. **Imagens femininas:** contradições, ambivalências, violências. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI:** o dicionário da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FETAG-RS. **História, trabalho e preocupações.** Folheto impresso, Centro de Documentação, Porto Alegre-RS. 1969.

FONTANA, Josep. **História depois do fim da História.** (Trad. de Antonio Penaves Rocha). Bauru, SP: EDUSC, 1998.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. **Microfísica do poder.** Trad. Roberto Machado, 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **História da loucura.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

MOTTA, Manoel Barros (Org.). **Michel Foucault:** Estratégia, poder-saber. Coleção Ditos & Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, apresentação XVII.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Vozes, 1995.

GARDINER, Patrick. **Teorias da História.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GEBARA, Ivone. **Poder e não poder das mulheres.** São Paulo: Paulinas, 1991.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Orgs.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando (Org.) **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro (Org.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.

GROSSI, M.P. Conventos e celibato feminino entre camponesas do sul do Brasil. In: **Revista Horizontes Antropológicos**, São Paulo, 1:47-60, 1998.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica** – cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **La fuerza histórica de los pobres**. Petrópolis: Vozes, 1981.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil (1850 – 1940)**. Florianópolis: Ed. Mulheres – EDUNISC, 2003.

HEREDIA, Beatriz. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas na América Latina. In: AGUIAR, Neuma (Org.) **Mulheres e força de trabalho na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1984.

HIRATA, Helena Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero”. In: **Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho**. São Paulo: Associação Latino-Americana de Estudos do Trabalho, ano 4, nº 7, 1998.

HUNT, Lynn. Revolução Francesa e vida privada. In: ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges. **História da vida privada: da Revolução Francesa à 1ª Guerra**. Vol.4, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

INFANTES, Anastácia Téllez. Trabajo y representaciones ideológicas de género. Propuesta para un posicionamiento analítico desde la antropología cultural. In: **Gazeta Antropológica**, nº 17, texto 17, Universidad Miguel Hernández – Alicante, Espanha. 2001.

IORIO, Cecília. **Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos**. Chile: OXFAM, 2002.

JODELET, Denise (Org). **Representações sociais: um domínio em expansão**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

JÚNIOR, Prado Caio. **A formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

KRISTEVA, Julia; CLEMENT, Catherine. **O feminino e o sagrado**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**. Corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

LANDO, Aldair; BARROS, Eliane. Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: LANDO, Aldair (Org.) **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

LAZZAROTTO, Danilo. **Os capuchinhos na história do desenvolvimento de Ijuí**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1981.

LECHAT, Noëlle. **A questão de gênero no MST**. 1993. Dissertação UNICAMP. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe (Orgs). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

LOS RIOS, Marcela Lagarde. **Claves feministas**. Cuadernos Inacabados, nº 38, Madrid, 2000.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas, 1992.

MACHADO, Roberto. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

MAGALHÃES, Assis de Acelí. **História das Mulheres: considerações sobre a privação e a privacidade da história das mulheres**. São Paulo: Altana, 2001 (Coleção Identidades).

MALUF, Marina; MOTT, Lúcia Maria. Recônditos do mundo feminino. O menu do meu marido, 1920. In: NOVAIS, A. Fernando; SEVECENKO, Nicolau (Orgs.) **História da vida privada no Brasil**. Vol 3. República da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARX, Karl. **Prefácio à contribuição à crítica da economia política de 1859**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MATOS, Maria Izilda (Org). **O imaginário em debate**. São Paulo: Olho d'água. 1998.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo revolucionário – pedagogia do dissenso para o novo milênio**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos. In: CHEVITARESE, André Leonardo (Org.) **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2002.

MORAES, Maria Lygia. **Vinte anos de feminismo**. Tese de Livre-docência. Campinas: Departamento de Sociologia, IFCH/Unicamp, 1996.

ALVES, Moreira Branca. **Espelho de Vênus**. Identidade social e sexual da Mulher. Grupo CERES. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOSER, Caroline. La planificación de genero en el tercer mundo: enfrentando las necesidades prácticas y estrategias de género. In: PITANGUY, Jacqueline. **Mulheres latino-americanas em dados**. Rio de Janeiro: FLACSO-CEPIA, 1993.

MURARO, Rose Maria. **Sexualidade da mulher brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1966 .

_____. **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001.

_____; BOFF, Leonardo. **Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

NAVARRO, Zander. **A história do cooperativismo e sindicalismo gaúcho**. Porto Alegre: UFRGS, 1989.

NORA, Pierre. O acontecimento e o historiador do presente. In: LE GOFF, Jacques; LE ROY, Ladurie; DUBY, Georges et ali. **A Nova história**. Lisboa: Edições 70, 1991.

NUNES, Maria Rosado. Prática político-religiosa das congregações femininas no Brasil: uma abordagem histórico social. In: AZZI, R. (Org.) **A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos**. São Paulo: Paulinas, 1998.

NYE, Andréa. **A teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

NEVES, Almeida de Lucília. **Memória, história e sujeito: substratos da identidade**. São Paulo: Revista da Associação Brasileira de História Oral, nº 03, junho de 2000, p.109-117.

OLIVEIRA, Darcy Rosiska. **Elogio da diferença: o feminino emergente**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

OLIVEIRA, Menicucci Eleonora. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo: CUT, 1999.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Zimbalist Michelle e LAMPHERE, Louise (coord.) **A mulher, a cultura a sociedade**. (Trad. de Cila Ankier) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAULILO, Maria Inez. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2003.

CARDOSO, Pereira Nancy. **Palavras... se feitas de carne**. Leitura feminista e crítica dos fundamentalismos. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2003; (Coleção cadernos 11).

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: SP: EDUSC, 2005. (Coleção História)

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. (Trad. Denise Bottmann) São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. **Mulheres Públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. (Coleção História e Reflexões)

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISANO, Margarita. **El triunfo de la masculinidad**. Texto disponível na internet [www.mpisano.cl/Fem-e-libros/creatividad feminista](http://www.mpisano.cl/Fem-e-libros/creatividad_feminista). Acesso em março de 2006.

PITANGUY, Jacqueline; ALVES, Branca Moreira. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos 44)

PONTES, Heloisa. **Do palco aos bastidores: o SOS mulher e as práticas feministas contemporâneas**. Dissertação de mestrado, IFCH/Unicamp, 1986.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império**. Relatos de viagem e transculturação. São Paulo: EDUSC, 1999.

PRIORI, Mary Del. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

RELATÓRIO do I Congresso Estadual do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Porto Alegre, 16-17 de outubro de 1986. Fonte impressa. Acervo do Sindicato de Trabalhadores Rurais da Regional de Ijuí.

RELATÓRIO GERAL. Departamento de Educação. Porto Alegre: FETAG-RS, 1973/74.

RELATÓRIOS DA DIRETORIA DA FETAG: 1970,1971,1974. Centro de Documentação da FETAG. Porto Alegre.

REVISTA RURAL TATU. **Frente Agrária Gaúcha**. Porto Alegre: Sul Revista, 1972.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Trad. de Emery Ruas. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O Emílio ou da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, Cap V.

RUIZ, Bartolomé Castor. **A força transformadora social e simbólica das CEBs**. Petrópolis: Vozes, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**, Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANCHEZ, Carlos. **El empoderamiento femenino como estratégia em desarrollo local**. Chile: Cuadernos Fodepal, 2003.

SARACENO, Chiara. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de gênero da cidadania. In: BONACCHI, Gabriela; GROPPI, Ângela (Org). **O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: UNESP, 1995.

SARTI, Cynthia. **Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro**. São Paulo: cadernos Pagu (16) 2001.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Vol. 20, jul-dez, 1995.

_____. "História das Mulheres." In: BURKE, Peter (Org). **A escrita da história**. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. **Cidadã paradoxal**. As feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

_____. La querelle de las mujeres a finales del siglo XX. In: COBO, Rosa. Democracia paritaria y radicalización de la igualdad. **Revista Balance y perspectivas de los estudios de las Mujeres y Género**. Nº 40. Madrid: Instituto de la Mujer, 2003.

_____. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, Vol 13. nº01 (jan-abril 2005) . Florianópolis: UFSC, (11-30).

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora da UNB, 1990.

SILVA, Tavares Regina Maria. O que se dizia sobre as mulheres. In: **Revista Oceanos. As mulheres do mar salgado**. Nº 21. Janeiro de 1995. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

SILVA, Tomás Tadeu. **O currículo como fetiche**. A poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SIRINELLI, Jean-François. Ideologia, tempo e história. In: CHAUVEAU, Agnes; TÈTART, Philippe. **Questões para a história do presente**. (Trad. Ilka Cohen) São Paulo: EDUSC, 1999.

SISSA, Giulia. Filosofias do gênero: Platão, Aristóteles e a diferença dos sexos. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. A Antiguidade. Vol 1. Porto: Afrontamento, 1993.

SOUZA-LOBO, E. Mulheres, feminismo e novas práticas sociais. **Revista de Ciências sociais: as mulheres e os novos espaços democráticos na América Latina**.1(2): 24-32. Porto Alegre: UFRGS, 1987.

SWAIN, Tânia Navarro. *Você disse imaginário?* In: **História no plural**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

SZMRECSÁNYI, Tomás e QUEDA, Oriowaldo. **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

TAMBARA, Elomar. **Modernização e crise na agricultura**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

TAVARES, Maria Hermínia; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando (Org.) **História da Vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TEDESCHI, Losandro. **Do silêncio à palavra**: Construções e perspectivas em gênero no Noroeste do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. História oral. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada em histórias de vida. In: **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Hucitec, ANPOCS, 1993.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados**: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais**. Identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VECCHIO, Silvana. *A boa esposa*. In: DUBY, Georges; PERROT, Michele. **História das mulheres**. Vol 2. A Idade Média. Porto: Afrontamento, 1991.

VERONESE, Osmar. **FETAG – RS, 30 anos de luta: 1963-1993**. Porto Alegre, 1993.

WEBER, Regina. **Os operários e a colméia**. Trabalho e etnicidade no sul do Brasil. Ijuí: Unijuí, 2002.

WOLFF, Virginia. **O status intelectual da mulher**. São Paulo: Paz e Terra, 1996

FONTES DOCUMENTAIS

MADP – Museu Antropológico Diretor Pestana

MADP – AI – Arquivo Ijuí.

MADP – Hemeroteca

JORNAL CORREIO SERRANO. Período: 1979,1980, 1981 e 1983.Ijuí - RS

JORNAL COTRIJORNAL. Período: 1980, 1981, 1983, 1984, 1986, 1987 e 1989.
Ijuí, RS.

JORNAL DA MANHÃ. Período: 1992, 1993 e 1994. Ijuí – RS.

FONTES MANUSCRITAS

Atas do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ijuí. Período: 1978, 1979, 1980, 1981 e 1982.

Atas do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Período:1989, 1990, 1991, 1992 ,1993, 1994, 1995, 1996 e 1997.

Lista de Presença de Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ijuí. Período: 1978, 1979, 1980 e 1981.

FONTES ORAIS

Depoimentos.

Município de Catuípe

E.B. - Comunidade de Rincão dos Dambrós, 2000.

M.B. - Catuípe, 2000, 2006.

C.B. - Comunidade de Engenho Velho, 1999.

E.A. - Comunidade de Engenho Velho, 1999.
M.Q. - Comunidade de Lagoa dos Patos, 2000.
L.F.K. - Comunidade de Colônia das Almas, 1999.
A.V. - Catuípe, 2001.
S.C. - Comunidade de São Luiz, 2000.
C.D.S. - Comunidade de Rincão dos Dambrós, 1999.
M.Q. - Comunidade de Lagoa dos Patos, 2001.
D.F. - Comunidade de Colônia das Almas, 2000.
A.M.C. - Comunidade de Águas Minerais de Santa Tereza, 1998.
L.S. - Comunidade de Três Vendas, 2006
O.C.D. - Comunidade de Vista Alegre, 2006.
M. T. - Comunidade de Três Vendas, 2000 e 2006.
L.D. - Catuípe, 1997 e 2006
M.B. - Comunidade de Três Vendas, 1999 e 2006

Município de Ijuí

C.K. - Ijuí, 1999.
C.M. - Ijuí, 2000.
D.B. - Comunidade de Colônia Santo Antonio, 1999.
M.G. - Comunidade de São Valentim, 2000.
O.B. - Comunidade de Colônia Santo Antonio, 1997.
O.K. - Comunidade de Colônia Santo Antonio, 2000.
E.M. - Ijuí, 2000.
E.C. - Comunidade de Linha 6 leste, 1999.
J.S. - Comunidade de Vila Chorão, 1999.
H.R. - Comunidade da Linha 7 leste, 1998 e 2006.
R.F. - Comunidade da Vila Santana, 2000
M.A.R. - Comunidade da Linha 7 leste, 1999.
A.A.S. - Comunidade do Salto, 2002.
N.P. - Comunidade de São Valentim, 2000
C.G. - Comunidade de São Miguel, 1998
J.G. - Comunidade da Linha 7 Leste, 2000.
D.B. - Comunidade da Colônia Santo Antonio, 2000.

Município de Augusto Pestana

- E.P. - Augusto Pestana, 1997.
- D.B. - Augusto Pestana, 2000.
- I.G. - Augusto Pestana, 1999.
- L.K. - Augusto pestana, 2000.
- J.M. - Augusto Pestana, 2000.
- C.M. - Augusto Pestana, 2000.
- J.M. - Augusto Pestana, 2001.
- I.G. - Comunidade de Rincão da Lage, 2000.

Município de Ajuricaba

- M.B. - Ajuricaba, 2000 e 2006.
- L.B.K. - Comunidade da Linha 15, 2000.
- S.C. - Comunidade de São José, 2000.
- L.M - Comunidade da Linha 15, 2000.

Município de Coronel Barros

- E.H. - Coronel Barros, 2000
- G.H. - Coronel Barros, 2000

ANEXOS

ANEXO 01

ANEXO 02

ANEXO 03

ANEXO 04